



Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

**BONITO PARA QUEM?
UM ESTUDO SOBRE UM DESTINO TURÍSTICO NO
MATO GROSSO DO SUL: SITUAÇÃO ATUAL E
PERSPECTIVAS, BONITO, MS, BRASIL.**

Marcelo Teixeira Cesar de Oliveira

São Paulo, SP

- 2010 -



Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

**BONITO PARA QUEM?
UM ESTUDO SOBRE UM DESTINO TURÍSTICO NO
MATO GROSSO DO SUL: SITUAÇÃO ATUAL E
PERSPECTIVAS, BONITO, MS, BRASIL.**

Marcelo Teixeira Cesar de Oliveira

Orientadora: Profa. Dra. Sueli Angelo Furlan

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Geografia Física da Universidade de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

São Paulo, SP

- 2010 -

Oliveira, Marcelo Teixeira Cesar de
Bonito para quem? Um estudo sobre um destino turístico no
Mato Grosso do Sul: situação atual e perspectivas, Bonito, MS,
Brasil. / Marcelo Teixeira Cesar de Oliveira. São Paulo, SP,
2010. 192 f.: Il.

Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, FFLCH-
Departamento de Geografia, Mestrado em Geografia Física,
2010.

Orientadora: Sueli Angelo Furlan

1.....2.....3.....4..... I. Furlan, Sueli Angelo. II. Título



Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

**BONITO PARA QUEM?
UM ESTUDO SOBRE UM DESTINO TURÍSTICO NO
MATO GROSSO DO SUL: SITUAÇÃO ATUAL E
PERSPECTIVAS, BONITO, MS, BRASIL.**

Marcelo Teixeira Cesar de Oliveira

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Sueli Angelo Furlan
Orientadora

Prof. Dr. Zysman Neiman
Examinador Externo

Prof. Dr. Luiz Antonio Bittar Venturi
Examinador Interno

“Durante muito tempo, muitos acreditaram, e talvez ainda acreditem, que o erro das ciências humanas e sociais era o de não poder se livrar da complexidade aparente dos fenômenos humanos para se elevar à dignidade das ciências naturais que faziam leis simples, princípios simples e conseguiam que, nas suas concepções, reinasse a ordem do determinismo. [...]

Estou persuadido de que um dos aspectos da crise do nosso século é o estado de barbárie das nossas idéias, o estado de pré-história da mente humana que ainda é dominada por conceitos, por teorias, por doutrinas que ela produziu, do mesmo modo que achamos que os homens primitivos eram dominados por mitos e por magias.”

Edgar Morin¹

¹MORIN, E. Ciência com consciência,

Aos meus avós Lúgia e Bueno (*in memoriam*), aos meus pais Nereu (*in memoriam*) e Gladys e minhas filhas Maíra, Marina e Marília fontes de sabedoria e amor.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos:

À minha orientadora, Sueli Angelo Furlan, pela oportunidade em trabalhar junto, pelas palavras de incentivo e minha profunda admiração.

Ao Departamento de Geografia na coordenação do Prof. Jurandyr Ross e a todos aqueles que apoiaram no dia a dia na Secretaria de Pós, a Ana, a Cida e o Firmino pela acolhida, compreensão e disponibilidade em fornecer informações.

Aos colegas e agora amigos do Mestrado, por enriquecerem nossas aulas com seus conhecimentos práticos, o companheirismo e as risadas. Sem eles esta caminhada certamente teria sido mais pesada e difícil. A Clébia R Carvalho, Marcos Campolim, Jonas Justino Santos e Jonathan Américo por facilitar o dia a dia na sina das aulas no mestrado e aos amigos da graduação na Geografia, Edilson Silva da Paz, Fábio Alves dos Santos e José Augusto Silva Pinto Junior por me ajudar a compreender melhor o “pensamento geográfico”.

Ao Instituto Ipá Ti-uá de Meio Ambiente, Cultura e Sociedade, ONG de São Paulo, SP que apoiou toda esta pesquisa cedendo o espaço de trabalho, bibliografias e equipamentos e apoio da equipe.

Ao amigo cubano Eduardo Salinas Chaves, pelas conversas e o fornecimento abundante de materiais sempre; ao amigo Oliver Hillel por suas contribuições e prestatividade e estímulo; à querida Profa. Rita de Cassia Ariza da Cruz pela disponibilidade sempre; às facilidades, incentivo e conselhos que foram sempre colocados pelo casal amigo Zysman Neiman e Andrea Rabinovici neste novo do cenário “mão na massa” para o cenário acadêmico; à Vera Lúcia dos Anjos amiga de longa data pelo incentivo e mensagens de apoio sempre; à Luciane Maria Ribeiro Neto pela ajuda na elaboração da pesquisa e à Profa. Fernanda Maria Ribeiro da Cruz grande amiga pela torcida.

À Profa. Nícia Wendel de Magalhães que me recebeu como neófito em 1984 e me lançou a oportunidade de trabalhar na carreira que me dedico até hoje e como pessoa que serve de constante inspiração e referência; à Paulo Cesar Boggiani pelo meu primeiro PETAR em 1983 colaborando para o “vírus das cavernas” e pelas informações fornecidas para a dissertação; à Greice Aparecida Domingos Feliciano e sua contribuição, ótima ajuda bibliográfica e os papos na reta final da escrita; à Maria Silvia Peixoto Gervásio pela pré-disposição em fornecer informações e pelo resgate de papos dos tempos dos “dinossauros do ecoturismo”; ao José Sabino pela oportunidade da e do reencontro e à Eduardo Folley Coelho pelas suas idéias e boas iniciativas em ecoturismo. Vou esquecer-me de vários, mas agradeço a todos os autores que solicitei cópia de seus trabalhos e que fizeram a gentileza de enviá-los.

Meus agradecimentos especiais:

A vida por me permitir compartilhá-la com todos que estimo. Aos meus avós, Ligia Cesar de Oliveira e João Bueno de Oliveira, meus pais Nereu Cesar de Oliveira, Gladys Teixeira Cesar de Oliveira, pela criação, dedicação, amor, base ética e moral e apoio. A minhas filhas Maíra Formis de Oliveira, Marina Formis de Oliveira e Marília Formis de Oliveira pelo amor, carinho e pela compreensão da ausência. À Fernanda Pegas pela indescritível gentileza, carinho, doçura e apoio nos dias finais e cruciais desta empreitada, por ajudar a apagar alguns “incêndios acadêmicos” colaborando muito na bibliografia, idéias e incentivos diversos.

Finalmente, aos que colaboraram direta ou indiretamente para a concretização deste objetivo, o meu muito obrigada a todos!

RESUMO

A região de Bonito, localizada no estado do Mato Grosso do Sul, tornou-se a mais visitada como turismo de natureza nos últimos anos no Brasil. O objetivo principal desta pesquisa foi o turismo praticado na região desde o seu surgimento na década de 1980 e avaliar alguns aspectos da sua gestão ambiental de sua implantação a seu desenvolvimento. O estudo abrangeu os municípios de Bonito, Jardim e Bodoquena onde a atividade turística se desenvolve. Bonito foi apresentado através da propaganda das operadoras e na mídia como um destino de ecoturismo. O crescimento deste produto de turismo nos últimos 20 anos, a facilitação dos acessos, a expansão dos meios de hospedagem e a recente construção do aeroporto sinalizam para um fluxo em massa que agrava um quadro preocupante que pode ampliar conflitos já existentes entre conservacionistas e o turismo. A experiência somada de 25 anos acompanhando diretamente a atividade de ecoturismo junto a grupos em atividades dirigidas em várias áreas naturais do Brasil serviu como referencial de partida para condução deste trabalho. As viagens a Bonito foram realizadas em quatro períodos nos anos de 1989, 1990, 2000, 2004 num total de 21 dias. Com auxílio de uma base teórica advinda de várias áreas do conhecimento trabalhou-se com dados coletados em campo, com os registros de notas e de fotografias. Esses dados serviram de base para a confecção do questionário de entrevistas (semi-estruturadas). Os depoimentos foram colhidos de pessoas-chave que testemunharam o processo de implantação do turismo na região. A coleta de depoimentos ocorreu entre os meses de março e abril de 2010. Os dados levantados foram sistematizados e agrupados por categorias que continham informações do histórico, dos recursos naturais, infra-estrutura e serviços, mídia, marketing e promoção, pesquisa na região, visitação, educação ambiental, conflitos e gestão ambiental. Esses dados compuseram um quadro histórico dos acontecimentos e foram usados, posteriormente, para compor a análise através de três indicadores - conservação, sustentabilidade ambiental e interpretação ambiental. O intuito foi o de verificar se cabe o uso do rótulo “eco” para o turismo desenvolvido na região. Concluiu-se que a conservação está garantida, mas ressalta-se que foi observado um *efeito bolha* já que muitos se apresentaram como cenários apenas ao redor dos atrativos turísticos naturais, desvinculados da realidade do entorno. Os mecanismos de gestão não asseguraram a sustentabilidade ambiental da atividade, já que careceram de compromissos mais amplos com relação às responsabilidades socioambientais. A atividade de interpretação ambiental ainda é pouco presente nos programas de turismo pesquisados. Como tal, estas atividades não devem ser promovidas como ecoturismo. Vale nota, no entanto, o fato de que foram identificadas algumas propriedades onde foram aplicados os princípios da conservação, sustentabilidade ambiental e as atividades de interpretação

Palavras-chave: Bonito, Brasil, Turismo, Sustentabilidade.

ABSTRACT

In the past years, the Bonito region, located in the state of Mato Grosso do Sul, has become the most visited natural tourism destination in Brazil. The objective of this study was to analyze the tourism activities in the region since the establishment of this industry in early 1980s. The overarching goal is to evaluate the implementation, development, and management of tourism in the region. The study area comprises the counties of Bonito, Jardim, and Bodoquena. These counties have the highest tourism activity in the Bonito region. The region of Bonito is promoted by the media and by the tourism agencies as an ecotourism destination. The growth of the tourism industry in the region over the past two decades, improvement of the transportation system, expansion of the local hotel industry, and the recent construction of an airport foster the development of a large scale tourism flow in the area. Such tourism flow is of a concern because it can aggravate the conflicts between conservationists and tourism developers. My 25 years of ecotourism guiding experience in different ecosystems in Brazil was used as reference point for this study. Exploratory data collection took place during four guiding trips conducted in Bonito (1989, 1990, 2000, and 2004) to a total of 21 days of fieldwork of one week long for each year. Data was collected using a multidisciplinary approach, with extensive field note taking and visual record via photographs. This information was later used to formulate a questionnaire. Between the months of March and April 2010, the questionnaire was administrated with seven key stakeholders of the local tourism industry using semi-structured interviews. The collected information was coded and grouped into categories. The categories are based on historical tourism background; natural resources; infrastructure; services, media, marketing, and promotion; research activities in the region; visitor patterns; environmental education activities; conflicts; and tourism management. These categories form the historical tourism background of the region and were used to understand the interactions each category has with local tourism activities and the contemporary tourism status in the region. Conservation, environmental sustainability, and environmental interpretation were indicators used to access the level of presence of each of the above categories within local tourism activities. This approach aims to determine whether these tourism operations can, in fact, be classified as “eco” tourism operations. A *Bubble Effect* was found regarding the conservation component, which means that conservation is mostly taking place surrounding the natural tourism destinations. Current management approaches implemented in the region do not allow for environmental sustainability to take place. The absence of environmental sustainability results from a lack of efforts to fulfill social and environmental responsibilities. Environmental education practices are also limited. In summary, though conservation efforts are in place surrounding the natural tourism destinations, only a few private landowners in the region of Bonito provide tourism activities that incorporate both environmental sustainability and interpretation. As such, these activities should not be promoted as ecotourism activities.

Keywords: Bonito, Brazil, tourism, sustainability

LISTA DE FIGURAS E DE TABELAS

QUADRO 1 - Fases e marcos de Bonito.....	70
QUADRO 2 - Pesquisas desenvolvidas na região de Bonito.....	83
QUADRO 3 - Total de produção acadêmica por período – década e anos.....	85
QUADRO 4 – Composição do COMTUR de Bonito, SP.....	117

LISTA DE SIGLAS E ABREVIÇÕES

ABAETUR - Associação Bonitense de Agências de Ecoturismo.
ABH – Associação Bonitense de Hotéis.
ABRASEL - Associação de Bares, Restaurantes e Similares de Bonito, MS.
ACEB - Associação Comercial Empresarial do Brasil
ACERT - Associação Corumbaense das Empresas Regionais de Turismo.
AGTB - Associação de Guias de Turismo de Bonito.
ANA - Agência Nacional de Águas.
APL - Arranjo Produtivo Local.
APOBB - Associação de proprietários e operadores de botes de Bonito.
ASSOCIAÇÃO DE HOTÉIS ROTEIROS DE CHARME.
ATRATUR - Associação dos Proprietários dos Atrativos Turísticos Bonito e Região.
BANCO MUNDIAL.
BAP - Bacia do Alto Paraguai.
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento.
BM - Banco Mundial.
CBD - Secretariado da Convenção Sobre Diversidade Biológica.
CECA - Conselho Estadual de Controle Ambiental – MS.
CI - Conservation International.
CIH - Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná.
COBRAMAB - Comitê Brasileiro do Programa MaB.
COMTUR - Conselho Municipal de Turismo.
CONABIO - Comissão Nacional de Biodiversidade.
ECOTRÓPICA - Fundação de Apoio à Vida nos Trópicos.
ECOVOLUNTEER PROGRAM.
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo.
FAPEC - Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura, MS.
FAZENDA CABECEIRA DO PRATA.
FUNLEC - Fundação Lowtons de Educação e Cultura
GEF - Global Environment Facility.
GVBS - Grupos Voluntários de Busca e Salvamento de Turismo de Aventura.
IASB - Instituto de águas da Serra d Bodoquena.
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais.
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano.
IESF - Instituto de Ensino Superior da Funlec.
INSTITUTO IPÁ TI-UÁ - Instituto Ipá Ti-uá de Meio Ambiente Cultura e Sociedade
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
IUCN - International Union for the Conservation of Nature.
MaB - Man and Biosphere Program (UNESCO) / Homem e a Biosfera.
MMA - Ministério de Medio Ambiente, Espanha.
MMA - Ministério do Meio Ambiente.
MRE - Ministério das Relações Exteriores.
MTur - Ministério do Turismo.
OMT - Organização Mundial do Turismo.
ONG - Organização Não Governamental.

ONU - Organização das Nações Unidas.
PCAP - Plano para Conservação de Áreas Protegidas.
PCBAP - Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai.
PDTUR - Plano de Desenvolvimento Turístico no Estado do Mato Grosso.
PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo.
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.
PREFEITURA MUNICIPAL BONITO.
PRODETUR - Programa de Desenvolvimento do Turismo.
RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural.
SANESUL - Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul.
SBE - Sociedade brasileira de Espeleologia.
SEBRAE/MS - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Mato
Secretaria de Turismo do Mato Grosso do Sul.
SEDTUR - Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SINDICATO RURAL PATRONAL DE BONITO.
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
THE ECOPLAN: NET INSTITUTE - Ecological and economic planning for the
environment and tourism.
TNC - The Nature Conservancy
UC - Unidades de Conservação
UEMS - Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul
UFLA - Universidade Federal de Lavras
UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UNEMAT - Universidade Estadual do Mato Grosso
UNEP - United Nations Environment Programme.
UNESCO - Conferência da Organização das Nações Unidas para a Ciência
UNSD - United Nations Statistic Division.
USAID - United States Agency for International Development / Agência Norte-
Americana para o Desenvolvimento Internacional
USDA FS - United States Department of Agriculture, Forest Service
WTO - World Tourism Organization
WTTC - World Travel and Tourism Council
WWF - World Wildlife Fund / Fundo Mundial para a Natureza

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	7
Resumo.....	8
Abstract.....	9
Lista de Figura e de Tabelas.....	10
Lista de Siglas e Abreviações.....	11
1. Introdução.....	15
1.1. O turismo no mundo capitalista/globalizado	17
1.2. Turismo para enriquecimento pessoal.....	22
1.3. Viagens de contato com natureza.....	24
1.4. Novas relações entre as pessoas e o ambiente.....	36
1.5. Os valores espirituais e religiosos.....	37
1.6. Perfil do visitante em turismo de natureza.....	39
1.7. O turismo através da abordagem do lazer.....	41
1.8. O crescimento do segmento turismo de natureza.....	43
1.9. Conflitos em conservação e turismo.....	44
1.10. Benefícios do ecoturismo.....	46
2. Procedimentos da pesquisa.....	49
2.1. Uma abordagem por Bachelard e Morin.....	49
2.2. A transdisciplinaridade nos estudos de sustentabilidade socioambiental.....	51
2.3. O pesquisador e o ambiente relacional de sua área de estudo.....	53
2.4. Entrevista semi-estruturada.....	54
2.5. Levantamento de dados.....	55
2.6. Período de abrangência da pesquisa.....	56
2.7. Registro fotográfico.	57
2.8. Área de estudo.	57
2.9. Pesquisa Bibliografia e web gráfica.	58
2.10. Pesquisa em instituições.....	59
2.11. Entrevistas.....	59
2.12. Tratamento de dados.....	60
2.13. Seminários e encontros.....	61
2.14. Limitações do Estudo.....	61
2.15. Importância do estudo.	61
2.16. Questões norteadoras.....	62
2.17. Objetivos.....	68
3. Resultado da pesquisa.....	69
3.1. A região turística de Bonito.....	69
3.2. O histórico do desenvolvimento do turismo em Bonito.....	70
3.3. Detalhes da ordem cronológica dos acontecimentos.....	73
3.4. Outras informações sem datas específicas.....	80
3.5. Como vem sendo tratadas as questões ambientais na região.....	81
3.6. Bonito na mídia e o <i>feedback</i> na prática do turismo na região.....	82
3.7. Pesquisa em Bonito e o <i>feedback</i> na prática do turismo.....	83
3.8. O tripé do ecoturismo para o Brasil	88
3.9. Conservação.....	91
3.9.1. A realidade rural da região e o ecoturismo.....	91
3.9.2. Unidades de Conservação e ecoturismo.....	93

3.9.3. A efeito bolha em Bonito.....	95
3.9.4. Patrimônio natural das cavernas da região.....	97
3.9.5. Detonação das minas e ecoturismo.....	99
3.9.6. Rios e conservação da natureza em Bonito.....	99
3.9.7. Qualidades das águas de Bonito.....	101
3.9.8. Resíduos sólidos.....	104
3.9.9. Indicadores ambientais em Bonito.....	105
3.9.10. Melhoria dos acessos a região.....	106
3.9.11. Código de Ética e de Conduta Ambiental.....	107
3.10 Interpretação Ambiental.....	108
3.10.1. Perfil do visitante.....	110
3.10.2. Educação Ambiental e turismo em Bonito.....	111
3.11 Sustentabilidade Ambiental.....	114
3.11.1. Influência de projetos externos.....	115
3.11.2. Quais os atores locais envolvidos no turismo?.....	116
3.11.3. O aprendizado pela auto-regulação.....	118
4. Considerações finais.....	120
Referências Bibliográficas.....	125
Anexos	
A1. Dados geográficos do Centro – Oeste.....	145
A2. Conservação do Cerrado.....	148
A3. Rios de Bonito e Jardim, MS.....	152
A4. RPPNS de Bonito e Jardim, MS.....	155
A5. ONGs que atua em Bonito, MS.....	157
A6. Empreendimentos de Bonito e Jardim, MS.....	158
A7. Imagens dos atrativos turísticos de Bonito e Jardim, MS.....	171
A8. Questionário da entrevista semi-estruturada.....	183
A9. Artigo <i>Bonito Decepcionou no Carnaval</i>	184
A10. Indicadores Ambientais de Bonito, MS.....	186
A11. Código de Ética e de Conduta Ambiental.....	192

1. Introdução

O turismo constitui-se na principal fonte de divisas para 37 países menos desenvolvidos e atualmente é o maior setor de negócios do mundo, respondendo por mais de 10% da economia global (CHRIST *et al.*, 2003). O turismo, a hotelaria, a gastronomia e o entretenimento geram, efetivamente, volume considerável de empregos diretos e indiretos. Sabe-se que seu efeito multiplicador repercute em, pelo menos, 52 ramos de atividade. O turismo não só vem se destacando como importante fonte geradora de renda e de empregos diretos e indiretos, mas interagindo significativamente com a sociedade, a cultura e o meio ambiente das regiões hospitaleiras (STILPEN & SOUZA 2006). O turismo vem, ao longo de vários anos, se expandindo a taxas elevadas, superiores à média do crescimento dos diversos outros segmentos da economia (WIGHT, 1996).

O Turismo baseado na natureza é um dos setores mais dinâmicos da indústria do turismo. Estudos recentes têm sugerido e estimam que este setor está crescendo entre 10% a 30% por ano. Portanto, trata-se atualmente e aparentemente de um “bom negócio” (WIGHT, 1996).

Como serão discutidas no trabalho a seguir, as definições teóricas para o ecoturismo qualificam-no como uma atividade econômica potencial para a conservação da natureza, alívio da pobreza e melhoria do bem-estar das comunidades.

A proposta da pesquisa foi investigar na região do Bonito, MS, se o processo, o desenvolvimento e o resultado das atividades turísticas entre o período de 1980 até 2009, caracterizam-na como um conjunto de empreendimentos de ecoturismo, de turismo, de turismo sustentável ou se o uso do rótulo “eco” agregado ao termo “turismo” foi inapropriado.

A pesquisa contou com levantamento em fontes bibliográficas, documentos, material de propaganda das agências, notícias na imprensa, relatos informais, entrevistas, com dados advindos das atividades de campo, pelo acompanhamento do produto pelo pesquisador que durante anos atuou na execução operacional de roteiros para a região.

Trata-se de um tema complexo com várias variáveis envolvidas – sociais, culturais, econômicas e sociais, destacando que muitas delas tem caráter simbólico, estão ligadas a crenças, pontos de vistas, dentre outros, o que dificulta a mensuração

objetiva, mas cuja subjetividade pode contribuir para a condução dos acontecimentos em Bonito.

Dessa forma, a tentativa foi uma abordagem considerando várias áreas do conhecimento do conhecimento humano, mas necessárias na avaliação, apesar da dificuldade com o incalculável número de interações, de inter-retroações e o fato de todos acontecimentos estarem em pleno movimento com suas próprias direções o tempo todo.

Como Ouriques (2005), afirma, a literatura deveria apresentar uma produção mais abrangente e não apenas limitada a abordar os benefícios econômicos do ecoturismo. Este desafio a que se lançou este trabalho na tentativa de compreensão deste fenômeno sob outros aspectos com sua a possibilidade de estudo considerando outros aspectos.

Como afirma Morin (2007 p. 4), “nossas sociedades históricas contemporâneas se auto-organizam não só a partir de um centro de comando-decisão (Estado, governo), mas também de diversos centros de organização (autoridades estaduais, municipais, empresas, partidos políticos etc.) e de interações espontâneas entre grupos de indivíduos”. Ressalta também que se comportam de forma acêntrica, ou seja, funcionam de maneira anárquica por interações espontâneas, policêntricas, pois têm muitos centros de controle, ou organizações e por fim excêntricas já que elas dispõem, ao mesmo tempo, de um centro de decisão.

A análise será feito sob esta ótica.

1.1 O turismo no mundo capitalista/globalizado

O turismo é entendido por alguns autores (CARLOS, 1999; SANTOS, 1982) como uma atividade inserida no mundo globalizado atual capitalista que tornou o espaço uma mercadoria a ser comercializada pela atividade. Se turismo tem o papel de comercializá-lo, como seria possível agregar um rótulo “eco”, advindo da idéia de conservação da natureza como definido por Ross & Wall (1999), McKercher & Robbins (1998), Sirakaya, Sasidharan & Sönmez (1999), Wearing & Neil (2001), Wood (2002), UNEP & WTO (2002), Fennell (2002a), Lindberg & Hawkins (2002), Weaver & Lawton (2007), Honey (2008), dentre outros? Como pode esta atividade tornar-se uma ferramenta para conservação da biodiversidade e atividade ambientalmente sustentável?

Carlos (1999), afirma, no contexto das transformações do século XX, que o espaço passou a ter um papel fundamental “na medida em que cada vez mais entra na troca, como mercadoria. Isso significa que áreas inteiras do planeta, antes desocupadas, são divididas entrando no processo de comercialização. Cada vez mais o espaço é produzido por novos setores de atividades econômicas como a do turismo, e desse modo praias, montanhas e campos entram no circuito da troca, apropriadas, privativamente, como áreas de lazer para quem pode fazer uso delas”. Cada vez mais passa a figurar como um elemento partícipe do processo de globalização, adquirindo, assim como outros elementos (cultura e música populares, arte, artesanato, religiões, etc.), o *status* de mercadoria.

O mercado produz e comercializa mercadorias numa falsa produção de mitos que visa apenas os lucros. Neste contexto a atividade turística contemporânea para Luchiarri (2001, p 37), pode tornar-se apenas “representação do efêmero, do provisório, do artificial”.

“O espaço, portanto, tornou-se a mercadoria universal por excelência. Como todas as frações do território são marcadas, doravante, por uma potencialidade cuja definição não se pode encontrar senão *a posteriori*, o espaço se converte numa forma de especulação de ordem econômica, ideológica, política, isoladamente ou em conjunto. De onde a idéia de um *marketing* dos lugares [localizações]”, desenvolvida por PH. Kotler (1973, p. 1012 *apud* Santos, 1982, p. 20) que pode “consistir em esforços para influenciar as atitudes a estabelecer trocas de domicílios, de locais industriais e comerciais, de terrenos, de viagens e imagens nacionais”.

Espaços antes desocupados ou sem utilização muito específica para a população local são modificados a partir da atividade turística para tornarem-se meros objetos comercializáveis.

Para Santos (1982, p. 29), a “intensificação das relações comerciais, induzindo à orientação da produção para a venda, é ao mesmo tempo um fator de alienação regional e de alienação do homem. Como já não produz mais para prover às suas necessidades mais imediatas, num mundo onde a monetarização se generalizou, o homem se vê condenado a ser uma mercadoria, um valor de troca de mercadoria de trabalho”.

Como o espaço, tal qual como existe quando inserido numa vivência social autêntica, é criador e, também, resultado de uma identidade ligada àqueles que nele vivem. A primeira intervenção da atividade turística, na maior parte das vezes, é justamente a criação de um espaço desvinculado de qualquer identidade, um *não-lugar* voltado para o consumo turístico.

O *não-lugar* de Augé (1994), está associado aos espaços onde ocorrem os fluxos pelos quais os nômades pós-modernos circulam. Sua característica não está apenas ligada ao seu uso, mas também pelas relações que os indivíduos estabelecem com ele, implícitas de uma desmaterialização. Os não-lugares, produtos da contemporaneidade, opõem-se à noção de lugar antropológico, designado desde Mauss (2005), por uma tradição fundada na idéia de totalidade. O lugar antropológico, mais do que o lugar do encontro do antropólogo com o nativo, é como a segunda natureza deste último. Nele os nativos vivem, celebram sua existência, residem, trabalham, guardam as suas fronteiras. Esse lugar foi escolhido pelos ancestrais, é o lugar dos descendentes, um lugar a ser defendido, ou seja, “[...] é simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa” (p.51).

O lugar antropológico se define como identitário, relacional e histórico. Identitário porque ser o lugar de nascimento, das regras de residência, etc. São como uma inscrição no solo que compõe a identidade individual. São as referências compartilhadas que designam fronteiras, marcam a relação com seus próximos e os outros. Por fim, é histórico na medida em que os nativos vivem na história. Em oposição, os *não-lugares* não se definem como identitários, relacionais ou históricos. Através dos *não-lugares* se descortina um mundo provisório e efêmero, comprometido com o transitório e com a solidão e desvinculado.

Carlos (1999), exemplifica as sensações que um turista pode ter num *não-lugar* relatando sua própria experiência numa viagem ao Havaí ao sentir-se parte de uma

encenação predeterminada, onde todas as expectativas, gestos e atitudes são controladas e pasteurizadas, tirando da viagem seu caráter de espontaneidade e a possibilidade de descoberta de uma cultura ou de um povo diferente, já que todos os *espetáculos* da cultura local são estandardizados de acordo com um padrão hollywoodiano. Como em todas as situações semelhantes existentes no turismo, para Carlos (1999, p.29) nestes lugares "o espetáculo contempla a vitória da mercadoria que produz cenários ilusórios, vigiados sob aparência da liberdade".

O espaço, assim modificado pela atividade turística, é o que o autor chama de *perfeito simulacro*: "reinvenção sem sentido em um presente sem história nem tampouco identidade, um *espaço do vazio* (p. 28).

A diferença entre o *lugar* e o *não-lugar* reside no fato de que o primeiro suscita naqueles que a ele pertencem e que o vivenciam o sentimento de identidade, por se enxergarem nos elementos da paisagem e das construções, por se sentirem parte daquele espaço; já o *não-lugar* não significa apenas a negação do lugar, mas sim a criação de outro tipo de espaço, em que a identidade não existe, em que o pertencimento ao meio é fugidio. Com comportamentos pré-determinados e também com códigos próprios de comportamento e de apropriação deste espaço, existindo muito mais pela ausência de qualquer laço permanente entre o indivíduo-turista e este espaço (CARLOS, 1999). O significado não reside mais nos lugares, nas regiões e nas paisagens e sim na resignificação que a sociedade dá elas, transformando-se em sua voraz consumidora (LUCHIARI, 2001).

O pertencimento ao meio é fugidio, portanto, caracteriza-se por sua homogeneidade, por sua transitoriedade: ele existe apenas para "ser visto, fotografado e depois esquecido" (LUCHIARI, 2001, p. 32). Com isso, a tendência é que ao término de sua viagem ele de fato não tenha conhecido nada, mas apenas registrado impressões passageiras que sempre tenderão a se mesclar a outras experiências semelhantes antes de se perder. Um dos motivos deste *registro passageiro* feito pelo turista é o fato de que numa viagem turística o tempo geralmente é exíguo e os contatos espontâneos com o local visitado são excluídos do roteiro de viagem em nome da mobilidade e do *olhar tudo* (CARLOS, 1999).

O turismo, feito nos moldes do *não-lugar*, é, portanto, um modo de reforço para a desvinculação do lugar. Para superar esta desvinculação, seria preciso que o lazer ligado ao turismo funcionasse como meio de enriquecimento pessoal. O lugar tem

pouco espaço para a dimensão dos fluxos contemporâneos, o *não-lugar* se antepõe aos fixos (CARLOS, 1999).

Na pós-modernidade a paisagem pode através de o turismo tornar-se apenas mercadoria de consumo, considerada apenas pelo seu valor econômico em detrimento da sua significância e sua relação aos valores simbólicos locais. Macedo (2004), apresenta esta valoração econômica atribuída aos valores dos aspectos cênicos em sua pesquisa. Ele afirma que a estrutura morfológica de maior valor paisagístico de toda a zona costeira é o mar que, segundo ele, no século XX foi “identificado culturalmente pelo seu alto valor cênico; afetividade: admirado e respeitado pelas comunidades que residem nas suas vizinhanças; simbolismo: assume para diversas populações e para muitos grupos sociais um valor até mesmo mítico” (p.54). Ter uma casa mais próxima ou mais afastada da praia passa a ter um novo valor agregado.

A transformação de cidades ou paisagens naturais num atrativo turístico, com intervenções diretamente destinadas à recepção e ao entretenimento de turistas, provoca um *sentimento de estranhamento* entre a população local e também torna o local em espetáculo fabricado para os olhos do turista, transformando-o apenas em um *espectador passivo* (CARLOS, 1999). Para Luchiari (2001, p.36), “a valorização estética das paisagens naturais tem acelerado o processo de produção de paisagens urbanas, e alimentando uma construção permanente e contraditória do sentido de meio ambiente”. É uma falsa produção de mitos.

Assim, o fenômeno turístico não é um mito, ele mitifica a realidade dando-lhes novos significados e conteúdos e altera de tal forma a autenticidade dos lugares, das regiões e das paisagens, servindo apenas para atender a necessidade de criar atrativos para os fluxos (LUCIARI, 2001).

Este mundo criado dessa forma pelo turismo tem a tendência de ser artificial, pois muitas vezes o cotidiano do turista passa a ser controlado por uma ficção, pela criação de um cenário ilusório e distante da realidade, pontuado por atividades pré-definidas, com o objetivo de seduzir e fascinar o turista-consumidor-espectador. Do mesmo modo, o lazer também tem seu sentido modificado, passando de uma situação marcada pela espontaneidade para uma em que figura como meio de consumo, tornando-o uma nova necessidade. (CARLOS, 2007).

Moretti (2001) *apud* Lobo & Moretti (2008), adverte para a questão da artificialização total da natureza e que, de um modo geral, é o que leva o turista a buscar a artificialidade. Assim, quer ver a natureza intocada sem abrir mão de nenhum

conforto da vida urbana. Aponta que por este modelo dominante, a artificialização é ponto necessário e surge sob o pretexto da segurança e da qualidade no produto.

Experiências padronizadas e paisagens transformadas não são necessariamente sinônimos diretos de qualidade. Se todos os atrativos naturais recebessem os mesmos tipos de estruturas de visitação, a essência de cada um poderia ser reduzida à mesmice, ao lugar comum. Seria a repetição de uma tendência que poderia levar a perda de identidade, o que já ocorre em diversas outras instâncias do turismo, em nome da criação de padrões de atendimento (LOBO & MORRETI, 2008).

Outros autores tratam disso e consideram estas características como responsáveis por produzir uma *autenticidade encenada* (COHEN, 1988; COHEN, 2002; MAC CANNELL, 1973).

Carrier & Macleod (2005), afirmam que de forma conhecida, Marx (1929 [1867]) propôs uma tendência à fetichização das mercadorias em sistemas capitalistas, a tendência de apresentar a mercadoria para a venda de uma forma que obscureça as relações sociais e situações que o trazem à existência e à atenção do potencial comprador. Esse fetichismo, expandido para incluir uma dimensão ambiental, parece estar invadindo os roteiros de ecoturismo. Nos atrativos locais, ao centrarem-se sobre as práticas e os artefatos, produz-se um *efeito bolha* no local e pelo qual o ecoturista torna-se isolado das relações sociais e ambientais excluído da existência das situações do entorno. A população local, então, é reduzida à expressão material, no âmbito do qual foi fechada. O objetivo de ecoturismo, segundo os autores, seria o de respeitar e interagir com as populações locais, de se preocupar com os benefícios trazidos com a atividade de turismo para ela e para o ambiente. Esta organização da atividade turística que transforma apenas o local dos atrativos de visita gerando este cenário ao redor como um *efeito bolha*, restringe a atenção do visitante apenas para o aqui e agora da visita isolando-o da realidade da população local. Assim, também acontece com relação aos aspectos ambientais que ficam isolados do olhar e convívio na visita do turista, já que os roteiros são concebidos para que os turistas desde suas casas até seus destinos e vice-versa fiquem dentro desta *bolha* de isolamento. Apenas uma porção da região é transformada para atender o fetichismo criado em torno do produto e o *efeito bolha* pode ser identificado por esta característica de isolamento que produz. No caso dos roteiros que pretendem atrair ecoturistas a extensão da conservação das áreas se estende apenas aos locais freqüentados por eles como cenário trabalhado, sem efeito indutor, ou transformador da realidade ambiental local. Serve apenas ao propósito de atender o

visitante por onde ele circula. Os pesquisadores identificaram que estas rupturas e suas restrições têm perturbado e constrangido as populações locais pela implantação destes roteiros nos destinos de turismo (como ilustração do *efeito bolha com relação aos aspectos ambientais*, podem ser consultado o anexo 7 onde as duas primeiras imagens mostram o reflorestamento de uma área apenas ao redor de onde foi implantado o atrativo turístico).

Podem-se serem considerados também fatores já estudados com relação ao desgaste dos destinos turísticos pela excessiva exposição de modismos e fetiche. Um deles, sugerido por Butler (2006), demonstrou que as destinações turísticas no modelo do turismo tradicional de massa tendem à estagnação e ao declínio e média, depois de dez anos do início de seu desenvolvimento se alterações drásticas no posicionamento do produto no mercado não forem realizadas. Alguns dos fatores que poderiam levar a isso podem estar ligados também ao desgaste da relação visitante/visitado.

Doxey (1975), e Butler (2006), procuraram estudar a capacidade de carga sociológica na tentativa de estabelecer o que denominaram de *grau de irritação* da na relação e nos impactos recíprocos entre anfitriões e visitantes. Dependendo do volume de visitantes a uma região ou por qualquer fator que possa representar ameaça ao modo de vida nas comunidades de acolhimento, que pode ser mais ou menos intensos e/ou violentos, o *grau irritação* pode gerar tensões contribuindo para o surgimento de reações que imponham resistências a indústria do turismo.

1.2. Turismo para enriquecimento pessoal

Retomando Carlos (1999), este considera que a desvinculação ao local que o turismo de massa poderia provocar, poderia ser superada se o mesmo funcionasse como meio de enriquecimento pessoal, onde a prática que valorizasse as interações com a população local e o ambiente pudesse provocar esta experiência. Santos (2006), afirma que antes da pós-modernidade havia sentido da ligação do homem com o lugar de onde ele se relacionava e de onde tirava diretamente as condições para o seu bem estar e para sua sobrevivência numa interação mais rica e complexa com o ambiente.

A busca dos praticantes de turismo de rótulo “eco” em sua “volta à natureza”, “retorno a natureza”, “um resgate de valores” (SIRAKAYA, SASIDHARAN & SÖNMEZ, 1999; MAETZOLD, 2002; BELL *et al.*, 2007) tratados desta forma por algum autores pode vir de uma demanda de público que busca uma prática de turismo

na qual acreditem que haja este enriquecimento pessoal em detrimento de participar de uma *autenticidade encenada*?

O turismo é uma atividade de forte conteúdo simbólico, já que a construção de atrativos culturais, por exemplo, é feita por meio da linguagem, de textos, que compõem o seu discurso. Normalmente, o turista não “consome” o atrativo cultural ou ambiental, apenas o aprecia, admirando seus atributos, qualidades, peculiaridades e belezas, persuadidas e envolvidas pelas descrições e explicações que lhe são apresentadas. O que se consome, portanto, é o discurso que permeia as expectativas, que habitam o imaginário, de satisfação de curiosidades e de necessidades de conhecer e de vivenciar ambientes culturais diferenciados. Essa expectativa nasce do poder simbólico que resulta da combinação do poder das palavras com o poder da estética do atrativo (TOMAZZONI, 2006).

O poder do discurso é essencialmente poder simbólico. O poder simbólico que se confunde com influência é construído e estruturado pela informação que se transforma em conhecimento e saber. “O poder simbólico é um poder de fazer coisas com palavras” (BOURDIEU, 2000, p. 141 *apud* TOMAZZONI, 2006 p. 10). Na dimensão simbólica, os indivíduos são influenciados, são convencidos e se deixam convencer espontaneamente, aceitam idéias, adotam atitudes e comportamentos.

A elaboração do discurso da estética como atrativo turístico é, então, influenciada pela subjetividade do observador, ao mesmo tempo em que o discurso é constitutivo da estética (GAGLIARDI, 2001 *apud* TOMAZZONI, 2006).

O discurso que sustenta culturas, religiões, e estruturas sociais pode, portanto, atravessar os tempos, preservando-se e potencializando-se. Enfatiza-se o poder simbólico do discurso, pois ele potencializa a força das organizações religiosas e culturais, apesar da abstração e da intangibilidade da realidade que o seu conteúdo descreve e promove. Para Hardy e Palmer (1998, p.3) *apud* Tomazzoni (2006, p.8), “a atividade discursiva invoca múltiplos discursos, cujos efeitos são muito amplos e vão além do controle dos indivíduos”.

Graburn (1989), defende que pode haver uma amplitude da percepção quanto ao turismo como um momento extraordinário e sagrado na vida das pessoas através da ampliação das oportunidades de aprendizado nas vivências dos turistas com o ambiente natural,

Finalmente, Ouriques (2008), sugere que uma nação não pode realmente galgar melhorias econômicas e sociais se somente deixar preponderar às atividades servis na

economia turística. Ele partilha da idéia de que limitar-se à venda das paisagens ou da “beleza plástica do povo” pode ser uma condenação para esse povo existir como “museu vivo” do turismo internacional. Dessa forma, continuar reproduzindo o colonialismo através do papel dos habitantes locais exclusivamente como servidores do turismo, como fonte de deleite ou como seres exóticos para figurar como temas de fotografias e filmagens.

1.3. Viagens de contato com natureza

O economista Hermann Von Schullern zu Schattenhofen em 1911 definiu turismo pela primeira vez como sendo “o conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado” (SCHATTENHOFEN *apud* BARRETTO, 1995, p.9).

A definição mais adotada atualmente e surgida com a finalidade de uso estatístico foi elaborada pela Organização Mundial do Turismo – OMT e a Comissão de Estatística das Nações Unidas descreveram assim “turismo, descrito como as atividades de pessoas que viajam para e ficar em lugares fora do seu ambiente habitual, por não mais de um ano consecutivo para lazer, negócios e outros fins não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no local visitado¹” (UNSD, 1999, p.8).

Alguns dos fatores que têm contribuído para a tendência de crescimento do turismo de natureza é a de que as pessoas parecem estar procurando novas experiências, agregando a diversidade dessas novas experiências combinadas ou com uma viagem de negócios e de férias (BELL *et al.*, 2007). O Relatório Brundtland também conhecido como *Nosso futuro comum* (ONU, 1987) e os vários documentos que o seguiram podem demonstrar esta mudança da percepção humana recente sobre a relação homem natureza. Tal mudança colaborou para a abertura de portas e para o repensar desta relação surgido a partir do movimento ambientalista e o concomitante surgimento do turismo de rótulo “eco” que veio a valorizar os ambientes, contribuindo para a conservação da biodiversidade.

¹ “Tourism, described as the activities of persons traveling to and staying in places outside their usual environment for not more than one consecutive year for leisure, business and other purposes not related to the exercise of an activity remunerated from within the place visited, is an activity which has grown substantially over the last quarter of a century as an economic and social phenomenon”. World Tourism Organization – WTO and the United Nations Statistical Commission – UNSD (1999).

Esta proliferação contínua ao longo do século XX durante o crescimento dos movimentos ecológicos na década de 1970 do turismo na natureza, tornou-se consonante com a nova visão holística e científica do mundo (BANDY, 1996).

Na modernidade são grandes as convulsões sociais e ambientais que foram acompanhados por anseios românticos por natureza como fonte de inspiração, escape, e de pertencimento, como era da filosofia transcendentalista ou pelo fascínio orientalista e culturas nativas que influenciam o período (BANDY, 1996).

Em comparação com outras indústrias, o turismo parece apresentar potencial compatível com o ideal de desenvolvimento sustentável e o foi sugerido em diversos documentos importantes emitidos desde então, dentre eles, os que derivaram das discussões iniciadas no *O homem e a biosfera* - MaB - Man and the Biosphere - (UNESCO 1971), na Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, na Declaração de Estocolmo - (ONU, 1972), na *carta de Belgrado* elaborada na Conferência de Belgrado promovida pela UNESCO (UNESCO, 1975), no *Nosso futuro comum* (ONU, 1987) e continuadas na Rio-92 durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e a constituição da Agenda 21 (ONU, 1992; BRASIL, 2002b) e na Rio+10 (DINIZ, 2002). Assim, o debate ambiental tornou-se progressivamente incorporado a crítica do turismo (UNEP & WTO, 2002).

Tudo foi discutido em vários outros encontros e documentos desdobrando na discussão da necessidade da mudança de um paradigma de desenvolvimento que buscasse não apenas crescimento e sustentabilidade econômica dos negócios mas que pudesse atender a nova necessidade de sustentabilidade ambiental e de um desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado (SACHS, 2004; UNESCO, 2006). Sachs (2000), sugeriu uma abordagem interdisciplinar sobre desenvolvimento sustentável, reelaborando o conceito também o chamando de ecodesenvolvimento. Inclui neste conceito a necessidade de um planejamento participativo que recuperasse a participação social da sociedade, de modo que o cidadão contribuísse na elaboração das ecoestratégias, desde a informação até a execução da ação proposta, transformando a sociedade civil num terceiro sistema, à medida que tomava consciência de si mesma e começava a interpelar-se e a conhecer-se. Na elaboração das ecoestratégias do desenvolvimento, o planejamento deve tratar de algumas dimensões de sustentabilidade: sustentabilidade social, sustentabilidade econômica, sustentabilidade ecológica, sustentabilidade espacial, sustentabilidade cultural e sustentabilidade política.

Agora se reconhece que para que o ecoturismo tenha êxito os empreendedores necessitam ter mais conhecimentos a respeito dos mecanismos de gestão necessários para assegurar a sustentabilidade da atividade da mesma forma que os conservacionistas necessitam de um maior entendimento a respeito dos aspectos econômicos. Combinar ambas as perspectivas será essencial para o êxito de um programa de ecoturismo (DRUMM, & MOORE, 2002).

Os atrativos geralmente estão locados em áreas protegidas que podem ser públicas, privadas, de propriedade privada ou geridas pela comunidade, ou uma combinação de qualquer uma dessas alternativas. Os recursos para a gestão de todos os tipos de áreas protegidas são sempre escassos em países em desenvolvimento. Em consequência desse fato, não se consegue assegurar que o turismo possibilite todo o amplo leque de benefícios para as áreas protegidas. Portanto, em muitas áreas, as oportunidades de geração de renda para a conservação de sítios e comunidades locais estão subutilizadas e o turismo pode, de fato, se constituir numa atividade geradora de benefícios, mas com atenção devida a ameaças à conservação. Para que o ecoturismo alcance todo seu potencial de geração desses benefícios sustentáveis, as áreas protegidas devem implementar um modelo planejado para orientar a gestão dessa atividade (DRUMM, & MOORE, 2002).

Para a maioria de seus proponentes, o ecoturismo representa uma possibilidade nova para a elaboração de planejamento econômico e ambiental para as regiões, nações e economias locais e que oferece uma alternativa primária *ecológica ou socialmente correta* com relação ao crescimento destrutivo. Suas origens institucionais e discursivas estão no campo dos estudos de desenvolvimento, especialmente o ramo de *desenvolvimento sustentável*. Esse ramo surgiu a partir da mistura de diferentes teorias do desenvolvimento - modernização, anti-imperialismo, dependência e sistemas-mundo - e influencia as novas vozes e a rearticulação dos modelos anteriores. Foi facilitada por uma nova economia global complexa, pelas ondas de descolonização, pelos novos movimentos sociais, pelo declínio dos Estados de capital *vis-à-vis* e as pelas críticas ambientalistas aos modelos econômicos ocidentais. (SO, 1990 *apud* BANDY, 1996).

Em entrevista do pesquisador para Dassie (1994 p.24) *apud* Santana (2008), foi declarado o seguinte: “Não existe ecoturismo desvinculado de uma preocupação de estímulo para a criação de novos hábitos para a sociedade. O turismo ecológico deve estar comprometido com um processo educativo, que busca sensibilizar pessoas e conseguir aliados que se preocupem com a preservação dos ecossistemas que visitaram.

Isto, com certeza, acabará influenciando na qualidade de vida das futuras gerações”.

De outra forma outros autores levantaram algumas das motivações atuais que levaram pessoas a buscar o contato com a natureza através de viagens e que foram estudadas por Luo and Deng (2008). Os resultados indicam que as atitudes dos turistas de natureza são heterogêneas agrupadas em quatro² motivações principais. São motivações baseadas em dados recolhidos em pesquisa em um Parque Florestal Nacional na China. Os resultados demonstraram que aqueles que são mais favoráveis para estabelecer limites para o crescimento e que estão mais preocupados com *crise ecológica (ecocrisis)* tendem a ter um maior desejo de estar perto da natureza, aprender sobre a natureza além de procurar escapar da rotina e problemas associados com as cidades. Além disso, observaram que aqueles cujas motivações são orientadas para melhoria de sua condição ou que buscam coisas novas e viver novas experiências em novos ambientes e relações sociais, tendem a ser mais favoráveis à noção dos direitos humanos sobre a natureza. Puderam concluir que as motivações ambientais e o turismo baseado na natureza estão intimamente e positivamente relacionados.

Pela experiência acumulada do pesquisador ao longo de sua atividade na área iniciada em 1986, e depois a partir da fundação do Instituto Ipá Ti-uá em 1988 (onde ainda trabalha atualmente) em participar de várias visitas a campo acompanhando grupos em áreas naturais, pode observar seu comportamento, motivações principalmente quando do surgimento desta prática no Brasil (INSTITUTO IPÁ TI-UÁ, 2010). Notou que uma grande parte do público que praticava estas atividades através de micro-empresas e ONGs (Organizações Não Governamentais) que a organizavam a partir da cidade de São Paulo, com destino a todo país, não consumiam pacote de turismo de massa (BOYER, 2003) e muitos nunca tinham viajado junto a grupos organizados. Alguns participantes relataram aversão e total desinteresse pelo que era oferecido pelo turismo de massa, demonstrando ter outro perfil de interesses.

Não só no Brasil, mas em várias partes do mundo essas organizações de voluntários começaram a se organizar para atender as demandas turísticas das classes populares, resultando em uma crescente indústria turística, que conseguiu fugir da vida urbana mais acessível, e que foi dedicada ao fornecimento de experiências de natureza intocada para essas classes (BANDY, 1996).

²Auto-desenvolvimento, retorno à natureza, conhecimento e melhora da condição física e escape (Novelty self development, return to nature, knowledge and fitness, escape) Luo and Deng (2008)

Carrier & Macleod (2005, p.16)³ identificaram visitantes com este perfil ao afirmarem que não terem dúvidas quanto ao fato de que “há ecoturistas responsáveis” e também de que não tem “dúvida de que existem empresas responsáveis na indústria do ecoturismo”. Apesar disso, fazem ressalvas quanto a fato de não poderem generalizar tal afirmação. Tais grupos foram identificados como iniciativas pontuais e isoladas nos locais pesquisados e que estes contribuíram com ações além daquelas que foram observadas que tiveram ação apenas no entorno de onde foram implantados os atrativos para visitação.

Stronza (2001), afirma que há otimismo quanto à possibilidade de *elevação da consciência* através do turismo. Isso será especialmente verdadeiro quando forem empreendidos esforços para desenvolver tipos de turismo que possam gerar uma série de benefícios para as comunidades receptoras tanto quanto o enriquecimento pessoal e educacional em experiências transformadoras para os visitantes. Ela apresenta diversos estudiosos que analisaram o comportamento dos turistas com a finalidade de verificar quais seriam as atitudes que realmente poderiam mudar o resultado de determinados tipos de experiências. Dessa forma, destaca que a história completa do que acontece com os anfitriões e convidados e suas interações culturais ainda deve ser estudada em todas as fases das viagens, pois ainda existem lacunas para preencher em nossa compreensão atual.

Uma outra questão importante a ser destacada é a de que a partir da experiência vivenciada pelo pesquisador pode-se acompanhar o surgimento do ecoturismo no Brasil como um movimento desligado do *trade* de turismo. A maioria das empresas que deram origem ao ecoturismo em São Paulo, o maior emissor de turistas do país, não nasceu a partir deste *trade* turístico tradicional e sim por diversas outras formas iniciativas empreendidas por diversas pessoas. Como encontrado em Dassie, (1994) *apud* Santana (2008); Marincek (1996) *apud* Pires (1999); Pires (1999); Pires (2002); Santana (2008); Pires (2002) e Santana (2008), os núcleos empreendedores, agências, ONGs e outros eram formados basicamente micro-empresa geridas por seus próprios idealizadores e fundadores. Estes relatos de parte da história do ecoturismo no Brasil indicaram que várias destas iniciativas foram tomadas por profissionais de várias áreas de origem, principalmente da biologia, mas também da geografia, geologia, educação,

³ We do not doubt that there are responsible ecotourists, no more than we doubt that there are responsible firms in the ecotourism industry. (CARRIER & MACLEOD, 2005).

administração de empresas, direito, fotografia, dentre outros e que tinham um contato profissional ou amador com natureza. Por esta relação, focaram inicialmente suas iniciativas empreendedoras para a organização de pequenos grupos que visitaram áreas naturais sem ter nenhuma formação nem experiência prévia na indústria do turismo.

Como exemplo, no turismo de massa já era de praxe oferecer seguro de viagem aos participantes, guias portarem crachás para serem identificados junto a fornecedores e em locais de parada de estrada e assim obterem cortesia de serviços, guias com prática e conhecimento das empresas de transporte turístico com garantia de bons serviços, mas estas práticas eram desconhecidas dos novos empreendedores e não eram exercidas por vários desses organizadores em suas primeiras viagens de contato com natureza. Isso foi corroborado por Clarke (1995), Cotterill (1996), e McKercher & Robbins (1998), que também identificaram que proprietários/operadores não tinham nenhuma experiência prévia na indústria do turismo, não contratavam pessoal com habilidades necessárias e conseqüentemente iniciaram seus primeiros anos no negócio aprendendo com seus próprios erros. Santana (2008, p.26), cita o relato de um operador de ecoturismo que disse “o amadorismo inicial causou alguns traumas para os primeiros turistas”.

Outra questão que pode ser acompanhada de perto pelo autor da presente pesquisa e que pode ser observada e relatada por operadores e participantes foi à mudança da forma de organização e propostas de viagens do fim da década de 1980 para o início do século XX. No início foram organizadas geralmente viagens rodoviárias em datas pré-estabelecidas para feriados, finais de semana e período de férias geralmente e em cuja logística incluía o acompanhamento de profissionais do grupo organizador durante toda a atividade, desde o embarque ao desembarque, tomando café, almoçando e jantando e dividindo muitas vezes os quartos nos meios de hospedagem coletivas dos locais visitados e como ainda se aplica ao sistema de Albergues. Estes profissionais acabavam exercendo diversas funções e uma bastante importante delas é a de que poderia funcionar como elementar agregador do grupo, facilitando mais a sua integração já que o próprio sistema de viagem possibilitava. Os participantes do grupo embarcavam todos juntos saindo e voltando do mesmo destino. Isso dava menor privacidade e conforto, mas criavam-se oportunidades diversas oportunidades de convívio e de um aprofundamento de relações, fundamentais para a criação de laços entre os membros que viajavam e deles com o ambiente visitado. Eram freqüentes as reuniões após alguns dias da viagem como um reencontro para ver fotos juntos, o que permitia nova oportunidade para ampliar a vivência com o local visitado através do

relembrar de fatos, imagens e acontecimentos, se afastando da estandarizada impressão passageira do turismo tradicional, reforçando o envolvimento e sentimentos de pertencimento através da valorização das experiências vivenciadas, se opondo ao *olhar tudo* imposto pelo consumo da paisagem como mercadoria.

Muitos destes grupos que estabeleciam estes laços usavam o organizador como um catalisador e se organizavam para repetir experiências semelhantes e estar junto em outros locais, podendo compartilhar experiências vividas e reforçar identidades que se construíram em torno desta uma forma de viajar.

Pode-se supor uma relação disso com o que foi relatado por Luo and Deng (2008), sobre as motivações dos visitantes de um Parque na China que demonstraram que os que estavam mais preocupados com a *crise ecológica* (ecocrisis) tendem a ter um maior desejo de estar perto da natureza, aprender sobre a natureza, ampliar seus conhecimentos sobre novos ambientes e sobre relações sociais. Terem se identificado com uma mesma preocupação com a *crise ecológica* global, pode ter sido um fator fundamental que criou uma nova necessidade de *estar junto* em algum local para partilhar deste pensamento? Poderia ser uma forma de partilharem um momento de comunhão com natureza para criar um ritual pós-moderno de *ressacralização da natureza* mesmo que inconscientemente? Seria esta a grande *novidade* esperada na origem do pensar o ecoturismo como nova atividade para que os participantes pudessem desfrutar da experiência de ir a uma área natural protegida, comungar com o lugar e reforçar seu compromisso de apoio a conservação da natureza?

Este movimento que surge dentro da crescente cultura do consumo no "boom" do pós-guerra, fez do ecoturismo uma prática cultural e econômica para aqueles mais sensíveis à destruição do ambiente aumentando em número de adeptos entre a classe média. Mas o romantismo e nostalgia por um modo vida sustentável com a também difusão dos orgânicos tornou-se ligada as experiências de turismo tidas em viagens de aventura, com visitas a paisagens deslumbrantes e, muitas vezes, viagens a terras exóticas. Isso representou mais do que apenas uma continuação da alienação moderna buscando a *reconexão*, mas sinalizou uma divergência das agendas ambientais da cultura de consumo, da simulação e do espetáculo. O ecoturismo vem para representar não só o ambientalismo e os desejos dos participantes, mas também uma solução potencial para alguns dos problemas político-econômico relacionadas a deterioração ambiental que o mundo atravessa (BANDY, 1996)

Assim, supõe-se que a atividade não venha a ter nascido apenas para atender

anseios de sucesso em crescimento econômico para a geração de lucros, mas também podendo contribuir financeiramente para a proteção da biodiversidade, trazer benefícios as comunidades. Por carregar um forte conteúdo simbólico e político, tem uma importante função emblemática nesta *reconexão*.

Algumas características diferiam os organizadores de viagens acompanhados em partir de São Paulo da forma tradicional de fluxos e ações do mercado de turismo tradicional. O tradicional era composto de fortes operadores que organizam a atividade e cuidavam de toda sua logística. Depois, distribuía seus produtos para centenas de células menores de venda, as agências que faziam seu papel de organizar os emissivos de turistas para os destinos. Nestes, os receptivos locais, fornecedores de serviços da região, atendiam o turista no consumo de seu produto. Aí residia outra diferença importante em como era estruturada a logística dos grupos pioneiros dos organizadores de viagens de ecoturismo. Eles funcionavam como mini-operadoras viabilizando toda a logística necessária, divulgavam, vendiam e executavam suas próprias viagens. Para a formação de grupos que saiam juntos era pré-estabelecida uma data e isso limitava o atendimento de outras demandas. Para o turismo tradicional era fundamental a oferta de mais opções garantindo também a liberdade de escolha do consumidor abrindo mais o leque de opções de dias de viagens. Quando estas agências paulistanas adotaram este formato de roteiros aéreos num leque mais abrangente de datas, sem ser uma saída de grupo acompanhadas do emissivo ao receptivo pela equipe organizadora, começou então a ocorrer uma mudança fundamental na característica da para a experiência de viagem que passaria a ser oferecida aos grupos na viagem. Esta opção migrou para o modelo emissivo-receptivo do turismo tradicional a demanda de viajantes de ecoturismo, dentro de uma opção onde são reduzidas as oportunidades dadas aos turistas tem interação com os locais visitados. A adoção do sistema de turismo tradicional, também conhecido como turismo de massa, aproximou o “eco” turista mais do modelo de *olhar um pouco de tudo* partindo as impressões passageiras e o consumo de paisagens. Estes grupos de interessados acabaram se formando de maneira diferente para visitar os locais. Eles se formaram nos locais receptivos compondo grupo não mas juntos desde a origem, mas juntados no destino, vindos de cidades diferentes, realidades diferentes, às vezes de línguas diferentes. Isso mudou a relação de interação dos viajantes que tinham como conteúdo importante da viagem o fato de que antes eles permaneciam convivendo em todas as situações em que passavam durante todo o tempo da viagem. Neste novo formato emissivo-receptivo do turismo tradicional, a

conveniência logística do receptivo local é que agrupa os turistas, o que provoca situações onde um turista visita os atrativos a cada dia acompanhado por pessoas diferentes durante a sua permanência no local. Isso pode ampliar a liberdade de escolha do turismo no trânsito aos locais, mas perde-se a oportunidade de criar um contato mais próximo com outros participantes que visitam o local, reduzindo as oportunidades de convívio, afastando-os de qualquer sentido de maior envolvimento e da valorização das experiências vivenciadas para seu o enriquecimento pessoal e de uma transformação esperada que o contato com a natureza e as comunidades poderiam proporcionar.

Este fluxo com maior liberdade de escolha que viabilizou o crescimento de muitas dessas agências, agora se identifica diretamente com as agências de turismo tradicionais, descompromissadas com a função emblemática e quase *missionária* alardeada para o turismo de rótulo “eco”. Paralelo a isto, o interesse crescente da sociedade em busca destes “produtos” atraiu diversos agentes e operadores tradicionais em busca de participar de um quinhão deste bolo colaborando por transformar as paisagens em mais uma mercadoria de consumo rápido. Assim, muitas das agências que se mantêm em funcionamento, obtiveram sucesso com o crescimento de seu empreendimento econômico passando a oferecer pacotes de viagens, colaboram para alimentar estatísticas e números de sucesso do “ecoturismo”, mas com todo ou parte de seu trabalho totalmente descaracterizado e mais ligado a forma de turismo tradicional, mas por oferecer as visitas aos atrativos naturais passaram a fazer uso inapropriado do rótulo “eco”. Passaram a exercer as atividades nos mesmos moldes com o que já era fornecido há anos pela atividade do mercado tradicional que já comercializa o turismo de paisagens. Por exemplo, o Parque Nacional de Foz do Iguaçu, criado desde 1939 (ICMBIO, 2010d), tem um grande fluxo de turistas para conhecer a área protegida natural muito antes mesmo do surgimento da atividade do ecoturismo no Brasil. O Parque Nacional do Iguaçu sempre recebeu grande fluxo de visitantes do mundo inteiro. Comemorou 70 anos em 2009 com recorde de público: foram 1.154.000 visitantes no ano anterior, ou cerca de 3.160 pessoas por dia (UOL, 2009), mas as atividades exercidas lá não estão necessariamente ligadas a conservação.

Esse desvio dos antigos organizadores de viagens de contato com natureza migrando para o turismo de pacotes de viagens pode não atender os preceitos que serão discutidos adiante sobre o que os teóricos atribuem ao uso do rótulo “eco” descaracterizando a prática da atividade esperada para a atividade.

A Associação de Albergues da Juventude completou 100 anos em 2009, por exemplo, e mantém sua forma de organização que possibilitando oportunidades de maior convívio pelo seu sistema de quartos coletivos, de cozinha coletiva e pelo espírito do espírito de troca que aproxima os hóspedes. Estes Albergues também estão localizados em destinos tidos com ecológicos no Brasil em Bonito, MS, Chapada dos Veadeiros, GO, Chapada Diamantina, BA, Praia do Forte, BA, Brotas, SP, Ilha Bela, SP, Ilha Grande, RJ, Paraty, RJ, Teresópolis, RJ, Paranaguá, PR, Alto Caparaó, MG, Serra do Cipó, MG. *Mochileiros (backpackers)* também empreenderem diversas viagens pelo país, não estando consumindo pacote do turismo tradicional (ALBERGUE DA JUVENTUDE, 2010). Sobre os *mochileiros*, OLIVEIRA (2008), afirmou que de fato o turismo de massa ignora este segmento de *backpackers*. Viagens também podem ser realizadas de várias maneiras diferentes criando outras oportunidades mais vivenciais para manter a autenticidade do “eco”.

Aoqui (2005), fez interessante análise e, até de certa forma surpreendente, sobre os gastos em viagens feitos pelos *backpackers*, o que demonstra que também pode trazer benefícios as regiões visitadas uma atividade não tão consumista. Apesar da desvantagem que o *backpackers* apresenta pela sua busca incessante por preços baixos e por apresentar um baixo gasto médio diário, o pesquisador identificou benefícios econômicos. Estes viajantes chegavam a ter gastos mais altos em razão da longa duração de suas visitas. Tiveram gastos mais descentralizados em áreas geográficas mais amplas alimentando mais os pequenos empreendedores, uma situação bem vinda às atividades de rótulo “eco”. Também usam de menos energia e, portanto, colaboram diretamente na equação gerando menor impacto da geração sobre o meio ambiente. Em seu trabalho ele sugere que deve haver uma abordagem mais específica na formulação de políticas de estímulo a atividade de *backpackers* devido a estas características. O autor completa afirmando que boa parte do marketing se utiliza da comunicação boca a boca reforçando a idéia da importância e valorização das interações.

Noy (2004), também apresentou resultados interessantes a partir de sua pesquisa também com *backpackers* explorando narrativas de viagem de mochileiros israelenses, em que foi relatada uma profunda mudança pessoal. Estes turistas foram os narradores, cuja identidade e história foram mudadas a partir da poderosa experiência de mudança pessoal a partir de sua experiência única de autenticidade e de aventura. As narrativas das experiências de viagens atestaram que a viagem externa em direção a um "destino" autêntico estiveram associadas a narrativa de *auto-mudança* atestando este efeito do

externo no interno. Ele fez a análise à luz de dois discursos importantes no turismo: o semi-religioso e romântico. As narrativas de *auto-mudança* também levaram a construção de uma noção de identidade coletiva.

Outra atividade que se mostrou viável economicamente e que pode contribuir mais diretamente com a conservação através de viagens foram às atividades combinadas com o voluntariado. Estas viagens centram-se em oferecer a oportunidade ao participante de exercer a atividade de voluntário como trabalho para auxiliar na proteção do ambiente e de seus habitantes, ajudando as organizações locais com seus projetos de conservação (SCHMIDT, 2005; MEYER, 2007; NAUCRATES FOUNDATION, ECOVOLUNTEER PROGRAM, 2007; INSTITUTO BALEIA JUBARTE, 2010; ECOVOLUNTEER PROGRAM, 2010).

Ojala (2005, p.2), em sua pesquisa concluiu que a ação voluntária coletiva pode ser vista como um componente de um amplo sistema cultural da cidadania ecológica e, portanto, pode ser considerada prestação de serviço dentro de uma espécie de mecanismo de retroalimentação social para lidar com os problemas ambientais. Ela investigou formas de se criar o que denominou de cidadania ecológica e afirma que “transferir a responsabilidade sobre o ambiente para os indivíduos é um processo contínuo que tem suas raízes na crença de que uma sociedade sustentável não pode ser alcançada sem um compromisso dos indivíduos em sua criação⁴”. Esse estudo não foi capaz de identificar um determinado grupo de cidadãos ecológicos “perfeitos”, mas foi capaz de identificar trabalhos de envolvimento voluntariados e o quanto isso pode ser importante para que as organizações ambientalistas atuem como mediadores e ofereçam possibilidades para os indivíduos participarem.

Assim, dentro destes contextos e acontecimentos o conceito de ecoturismo vem se assentando a partir das décadas finais do século XX. Segundo afirma Miller (1993), o surgimento do termo “ecoturismo” tem sua origem em 1965, quando Hetzer (1965), foi chamado a repensar cultura, educação e turismo e a promover o "turismo ambiental". Atualmente, entende-se ecoturismo como um termo internacionalmente aceito e fundamentado na conservação da preservação e em ideais de desenvolvimento sustentável.

⁴ Transferring the responsibility for the environment to individuals is an ongoing process that has its roots in the belief that a sustainable society can not be achieved without commitment of individuals in its creation.

O termo apresentou uma série de quase sinônimos e passou a ser utilizado de várias formas. Relata Valentine (1991), que o ecoturismo é encontrado na literatura científica como "turismo de aventura", "turismo orientado para natureza", "turismo alternativo", "turismo apropriado", "turismo suave" (*tourisme doux*), "turismo responsável", "turismo ético", "viagem amigavelmente ambiental", "turismo verde", "turismo sustentável" e "turismo de natureza. Pode-se estender a lista citando alternativas dependendo dos contextos: "turismo igualitário", "turismo étnico", "turismo cultural", "turismo sócio-ecológico", "turismo de safári fotográfico", "turismo de mergulho" e o "turismo de surf" (MILLER, 1993)⁵.

Para ampliação da discussão dos diversos conceitos sugeridos para ecoturismo devem ser consultados Sirakaya, Sasidharan & Sönmez (1999), e com as contribuições de Blamey (2001)⁶.

Para Hetzer (1965) *apud* Miller (1993), "eco-turismo" responsável pode ser medido a partir de quatro padrões:

1. mínimo impacto ambiental;
2. mínimo impacto sobre - e máximo respeito – a comunidade receptiva;
3. maiores benefícios econômicos para a população da região anfitriã;
4. máximo satisfação "re-criacional" na participação dos turistas.

Nos últimos 20 anos, os conservacionistas têm olhado para o ecoturismo como potencial estratégico para beneficiar ambas as partes, proteger o meio ambiente e ao mesmo tempo, satisfazer as necessidades humanas. Em um trabalho pioneiro da Conservation International, Ziffer (1989) *apud* Stronza & Pegas (2008), sugeriu que o ecoturismo poderia fugir de definições precisas ao descrever uma atividade, mas destaca que apresenta uma filosofia e defende um modelo de desenvolvimento. Para Furlan (2003), o ecoturismo constitui-se como prática de lazer associada à conservação da natureza, como uma nova modalidade de uso do tempo livre, onde áreas mais próximas do natural estão sendo re-valorizadas pelos novos objetos desta atividade.

Mas Fennell (2002b), além desta questão teórica adverte que para muitos ecoturistas e teóricos do ecoturismo ainda existe um desarticulação fundamental da

⁵ Valentine (1991, p. 476) reports that ecotourism is recast in the literature as "adventure tourism", "nature-oriented tourism", "alternative tourism", "appropriate tourism", "soft tourism" (*tourisme doux*), "responsible tourism", "ethical tourism", "environment-friendly travel", "green tourism", "sustainable tourism" and "nature tourism". One could extend this list by citing or manufacturing other alternatives or special cases: "equality tourism", "ethnic tourism", "cultural tourism", "socio-ecological tourism", "photo-safari tourism", "dive tourism" and "surfing tourism" come to mind (Miller, 1993).

⁶ Ambos os autores apresentam uma boa revisão dos vários conceitos de ecoturismo existentes na literatura.

indústria do turismo “ecológico” permitido-se que muitos se utilizem erroneamente termo. Em muitos casos, os princípios do ecoturismo têm sido seriamente comprometidos por parte dos operadores, dos governos regionais e nacionais, organizações internacionais com pouca capacidade de empregar medidas corretivas. Na teoria e na prática, a indústria deve ficar longe da crença de que tudo e qualquer coisa pode ser ecoturismo, apenas pelo fato do programa ter algum laço (isto é bastante discutível em muitos casos) com o mundo natural.

1.4. Novas relações entre as pessoas e o ambiente

Wall (1996), afirma que é inevitável que a introdução de turistas nas áreas raramente visitadas por forasteiros irá gerar demandas sobre o ambiente, associados com novos atores, atividades e instalações. O ecoturismo poderá forjar novas relações entre as pessoas e o ambiente, e entre os povos com estilos de vida diferentes. Ele poderá criar forças impulsionando mudanças. Essas forças atuam em uma diversidade de escalas do global para o local. Segundo afirma o autor, essa mudança tem sido buscada pelos atores envolvidos no ecoturismo, muitos dos quais gostariam de ver o que eles consideram como uma melhoria da situação existente. Os turistas que desejam uma mudança do cotidiana e querem experiências especiais, que estão disponíveis apenas em lugares especiais. Empresários querem ganhar o sustento e incentivar os turistas a visitar “antes que seja tarde demais”, na expectativa alimentada de que o local possa ser destruído antes que possa ser visitado. Elas são muitas vezes instigadas pelos governos que se esforçam para “desenvolver” as regiões periféricas e aumentar o recolhimento de impostos. Outros interesses comerciais podem ver no desenvolvimento de atividade a oportunidade de vender transporte, botas, binóculos, equipamento de mergulho, experiências e memórias. Os residentes permanentes que vivem dentro ou nas adjacências dos destinos de ecoturismo potencial podem desejas melhorar as oportunidades de vida para si e para seus filhos e vêem o ecoturismo como gerador de oportunidades, aumentando a renda, diversificando as economias e melhorando os padrões de vida. Mesmo os conservacionistas, que gostariam de ver os ecossistemas e as espécies perpetuadas, buscar a mudança, a fim de garantir seu sustento: mudanças na alocação de recursos e sua utilização e mudanças nos regimes de gestão (WALL, 1996).

1.5. Os valores espirituais e religiosos

A percepção das pessoas sobre os componentes do seu bem-estar é reflexo do meio geográfico, cultural e ecológico em que vivem. A influência dos ecossistemas sobre valores espirituais e religiosos são essenciais para o bem-estar em todos os contextos e são muito importantes para uma vasta gama de pessoas ao redor do mundo. Eles podem ser interpretados como uma força motriz importante que caracteriza as relações sociais através de seus efeitos sobre a estrutura de preferências, em particular sobre as perspectivas com relação às observações de como são as suas interações com os ecossistemas. Benefícios espirituais influenciados pelos ecossistemas podem estar ligados à questão da saúde e bem-estar. Além disso, o senso de segurança ou de pertencimento social/parceria pode ser afetado pela perda de um local relevante de cerimonial, abalando espiritualidade com o conseqüente enfraquecimento das relações sociais na comunidade. A conservação dos valores espirituais e religiosos influenciados pelos ecossistemas também pode ter uma influência sobre as percepções de liberdade e de escolha. Em última análise, tais valores devem também ser considerados fatores constituintes da motivação dos cidadãos para a conservação da natureza e gestão dos recursos naturais (DAVIDSON-HUNT & BERKES, 2003; NUNES *et al*, 2010). No entanto, a literatura tem dado maior ênfase à valoração econômica do passivo ambiental (NUNES *et al*, 2010).

Apesar do reconhecimento da importância dos valores espirituais e religiosos, estes não estão freqüentemente representados no processo decisório (VERSCHUUREN, 2006). Este fato pode estar associado com a natureza não-material dos benefícios envolvidos e também pode ser resultado da dificuldade, se não da impossibilidade, de expressá-los em termos monetários. Dentro deste contexto, é válida uma abordagem que não envolva apenas a avaliação não monetária, mas ainda existe a necessidade de buscar o consenso sobre a natureza exata das métricas a serem utilizadas em tal exercício. Alguns exemplos de tentativas neste sentido foram estudados através da maneira como a natureza é percebida, como ela se integra a experiência religiosa e cultural da pessoas, bem como a consideração da conexão espiritual entre os povos e a natureza (DE GROOT, WILSON, & BOUMANS, 2002). Outros estudos que analisam essas questões aparecem freqüentemente nos domínios da sociologia, antropologia e ciências sociais tratando os aspectos ambientais. A natureza escassa e fragmentada da informação empírica sobre a magnitude dos valores espirituais e religiosos influenciados pelos

ecossistemas naturais pode explicar a grande dificuldade na tradução e integração de valores espirituais e religiosos na formulação de políticas. Outro fator relevante que contribui para esta questão da governança é que na noção de “sentimento de posse”, os valores espirituais são muitas vezes entendidos apenas por grupos de “*insider*”, mas não nas políticas elaboradas lideradas por grupos “*outsider*”. Como resultado, pode existir uma significativa assimetria de informação que pode resultar na má alocação de recursos no que diz respeito à proteção dos ecossistemas-chave que desempenham um papel no fornecimento de valores espirituais e religiosos (DAVIDSON-HUNT & BERKES, 2003; NUNES *et al*, 2010).

Outro desafio para a consideração dos valores espirituais e religiosos e sua integração na análise política é inerente a sua natureza. A importância do habitat natural nestes aspectos pode ser afetada pela maneira com que a cultura organiza a sua importância na linguagem, na governança, nas bases do conhecimento, das artes e nas expressões. Em um trecho particularmente ilustrativo, Schama (1996, p.70), escreve:

Paisagem é cultura antes de ser natureza; um construto da imaginação projetado sobre mata, água, rocha. No entanto, cabe também reconhecer que, quando uma determinada idéia de paisagem, um mito, uma visão, se forma num lugar concreto, ela mistura categorias, torna-as metáforas mais reais que seus referentes, torna-se de fato parte do cenário.

A importância da cultura material não-definida, os valores espirituais é muitas vezes subestimado, devido à natureza complexa e sintética de sua definição. No que diz respeito aos valores espirituais, torna-se necessário identificar e avaliar potencial *trade-offs*. Esta pode ser uma tarefa particularmente difícil. Os multi-critérios de análise e avaliação participativa de recursos têm sido utilizados recentemente para avaliar valores espirituais da natureza (VERSCHUUREN, 2006). No entanto, é difícil para a investigação e, em particular para defender direitos, apresentar argumentos econômicos, objetivos e evitar argumentos morais. Na verdade, existe uma diferença entre o que é declarado na pesquisa para avaliações econômicas dos ecossistemas e a análise da importância espiritual. Este último só recentemente tem se integrado as tomadas de decisão (NUNES *et al*, 2010).

Estes poucos estudos representam um importante movimento em direção a clareza e consistência na quantificação dos valores espirituais e religiosos influenciados pelos ecossistemas. Este pode ser um primeiro passo necessário para a incorporação

desses valores nos quadros políticos e de gestão. Alguns autores defendem este tema para exista uma tendência em pressionar para a integração de valores espirituais e culturais nas análises de avaliação científica, particularmente onde está evidenciada uma relação clara entre o bem-estar humano em função do ecossistema. (HARMON, 2003; VANCLAY, 2002).

1.6. Perfil do visitante em turismo de natureza

Blamey & Braithwaite (1997), basearam-se em estudos já desenvolvidos por outros autores - Inglehart (1977, 1990) e Braithwaite (1982) - para compreender melhor a segmentação dos mercados de lazer e viagens com relação a preocupação ambiental no ecoturismo. Notaram que há uma significativa heterogeneidade nas orientações de valores dos usuários destes serviços. Dentre o público alvo estudado não figuraram apenas ambientalistas conscientes, mas também outro extremo denominados por eles de *materialistas*. A pesquisa sugeriu que a maioria do grupo estudado não apresenta valores particularmente *verdes*. Eles denominaram quatro perfis: *Verdes Idealistas*, *Dualistas*, *Relativistas* *Morais* e *Liberais*⁷ em seu estudo. Os *Verdes* representaram o menor grupo de visitantes da mostra e se mostraram, por exemplo, a favor de cobranças de taxas que pudessem reverter à conservação e manutenção dos locais. Em seu compromisso com o ecoturismo mostraram haver incorporada uma ideologia política de proteção do ambiente, cooperação social e da igualdade. Os *Liberais* representaram a segunda maior parcela do segmento alvo e foi o que apresentou entre os quatro segmentos, o menor nível de obrigação com alguns indicadores utilizados por eles como se eles em seu dia a dia de atividades tinham hábitos de reciclar papéis, plásticos e vidro, por exemplo. Estes foram menos favoráveis as regulamentações do governo quanto à conservação, embora não significativamente menor do que os *Dualistas*, e foram as menos favoráveis aos gastos sociais. Assim, é importante reconhecer através do que foi demonstrado nesta pesquisa que o mercado potencial de turismo de natureza não se restringe apenas àqueles que são particularmente sensíveis ou comprometidos com as questões ambientais. Os autores destacam que a conservação é importante, mas deve-se estar atento ao fato de que para a auto-suficiência da atividade de “eco” turismo este público deve ser considerado. Outro ponto apresentado por eles é de que

⁷ Ideological Greens, Moral Relativists, Dualists and Libertarians (BLAMEY & BRAITHWAITE, 1997)

esse mercado potencial, de certa forma, expressa uma vontade de aprender sobre o meio ambiente e se mostra aberto a adoção de novas regras de etiqueta ecológica. Em terceiro lugar, dado o tamanho e a diversidade do mercado potencial de “eco” turismo, os meios institucionalizados de proteção do meio ambiente são necessários. O quarto ponto, porém, é o de que o gerenciamento da proteção do ambiente ainda é problemático e tem um relativo potencial para causar atritos dentro da indústria do “eco” turismo. Assim, o estudo demonstra que as questões de gestão são também questões políticas. A oposição de alguns grupos pesquisados que se opõem ao pagamento de taxas de entrada para as áreas protegidas pode ilustrar bem essa afirmação. Os *Verdes* se mostraram os mais amigáveis em adotar um princípio de utilizador-pagador, mas são um grupo minoritário, cujos interesses podem ser sacrificados aos da maioria.

No entanto, os autores não consideraram em seu trabalho o papel de massa crítica que cada um dos segmentos pode ter a partir de seu envolvimento e atuação política. Uma minoria mais crítica, compromissada, motivada e mais atuante pode também impulsionar mudanças (OLIVER, MARWELL & TEIXEIRA, 1985).

No entanto deve se ficar atento para o fato de que apesar da desconsideração da natureza por um grupo não *verde* que possa significar a ausência de compromisso ambiental e o desinteresse pelos conhecimentos e competências, a aproximação dos mesmos do contato com a natureza e da discussão dos assuntos relacionados podem representar novas reflexões e contribuir no desenvolvimento de uma cultura emergente pró-ambiente (BLAMEY & BRAITHWAITE, 1997).

Em função da diversidade de perfis de interessados pelo turismo de natureza e ao fato de vários deles não apresentarem preocupações conservacionistas, os autores defendem a necessidade de se considerar à abordagem normativa. Não só por este fato, mas também porque muito da prática apenas coloca a proibição de acesso, por exemplo, mas não contribui com informações que esclareçam os motivos esclarecendo o usuário a fazê-lo compreender os motivos das proibições. Fennell (2002b), trata disso com propriedade quando aborda a ética deontológica, a teleológica e a existencialista. De forma resumida e prática a deontologia trata de uma perspectiva teórica que postula que os atos são executados ou não independentemente das conseqüências da sua execução ou não: cumpra-se a regra. Assim, o “comportamento correto” existe em função de uma motivação própria e da capacidade de seguir regras pré-estabelecidas ou doutrinas. A teleológica permite que as regras sejam explicadas e, além disso, construídas e avaliadas e refeitas conforme mudam as necessidades. Elas podem ser aplicadas, acompanhadas,

serem avaliadas e assim se modificam novamente e assim sucessivamente podendo ser revistas com frequência e também explicitar os motivos delas. O existencialismo é uma perspectiva mais subjetiva e introspectiva que os teóricos postulam que os atos são de direito, com base no livre-arbítrio e na responsabilidade de cada indivíduo. Portanto, liberdades respeitadas por consenso.

Malloy e Fennell (1998), comentam que ainda é lamentável que a maioria dos códigos de ética na natureza sejam deontológicos, portanto, não proporcionando ao turista algumas informações necessárias e importantes sobre as implicações de suas ações podendo informá-lo e educá-lo.

Citando um exemplo relatam que numa placa de natureza deontológica advertia quanto a que se deveria interferir na vida dos animais silvestres perturbando-os desnecessariamente. No entanto, o que poderia ser mais útil seria completá-la com informações sobre o que aconteceria e quais que seriam as conseqüências do caso o visitante não as respeitasse. Esse elemento é a pedra angular da escola teleológica sobre a ética normativa, que incide sobre o comportamento. Na extensão teleológica para o exemplo usado acima poder-se-ia ler o seguinte: “Animais selvagens nos habitats naturais não devem ser desnecessariamente perturbados. Alimentá-los altera sua dieta e comportamento” (FENNELL, 2002b p.63)⁸.

Em um período de tempo relativamente curto, o turismo e a ética têm crescido a partir de um foco que tem havia sido impulsionado apenas por hospedar para a exploração de outros aspectos do turismo e da ética que foram sendo considerados. Num ambiente em mutação como ainda é o desenvolvimento do ecoturismo, esta atenção sobre a ética pode se mostrar mais eficiente para atingir os objetivos finais do ecoturismo ao ouvir todos os atores que precisam participar e se envolver. Esta é uma das premissas segundo a qual Fennell & Przeclawski (2002), trabalharam na tentativa de estabelecer um modelo de ética para o turismo considerando a vasta variedade de interações que podem ocorrer dentro de uma comunidade.

1.7. O turismo através da abordagem do lazer

Segundo Fennell (2002b), turismo difere de recreação e lazer já que ele pode ser realizado para fins de trabalho. Citando Mieczkowski (1981), ele afirma que o autor

⁸ “Wild animals should not be fed as this alters their diet and behavior” (FENNELL, 2002b).

sugeriu que viagens não recreacionais incluem turismo de negócios, com propósito de saúde, reunir-se com familiares e desenvolvimento profissional. Portanto, turismo não é necessariamente uma atividade de lazer. Recreação está inserida inteiramente dentro de lazer, pois é uma experiência durante o tempo livre ou não que pode conduzir a alguma forma de revitalização do corpo e da mente. Parte desta atividade recreativa tem lugar fora da comunidade local e, se for resultado de uma viagem torna-se um componente importante, levando desta forma a classificação desta recreação como o turismo. A esfera do turismo se estende para além de recreação para se tornar associado com propósito de negócio e pessoais e vai além do lazer a viagem for por motivos de saúde e de desenvolvimento profissional (MURPHY, 1985, p.9 *apud* FENNELL, 2002b).

Atividades recreativas de grupos como “recreação ao ar livre” têm muito em comum com o turismo e especialmente o ecoturismo, pois tem na base o fato de que execução das atividades ocorre em uma variedade de ambientes externos, como jardins botânicos, jardins zoológicos, parques e assim por diante, e a experiência derivada dessa participação (FENNELL, 2002b).

Programas de ecoturismo podem se beneficiar imensamente com a abordagem de programação de recreação, que claramente reconhece o indivíduo como o aspecto mais central da prestação de serviços. Como inferido anteriormente, é lamentável que esta orientação para o serviço às vezes seja negligenciado por aqueles responsáveis pelo planejamento, desenvolvimento e gestão do turismo. A literatura apresenta uma vasta gama de exemplos de desenvolvimento do turismo que discutem o valor e os benefícios da atividade quase exclusivamente com base no impacto econômico. O mesmo vale para o ecoturismo, onde existe uma sempre crescente base de literatura que questiona os interesses e valores dos envolvidos no lado comercial do ecoturismo (MUNT & HIGINIO, 1993; STEELE, 1993 *apud* FENNELL, 2002b).

O autor tem visto que o foco sobre os aspectos financeiros terminam com muita frequência especialmente no turismo local e regional em reuniões de planejamento onde determinados grupos deixam claras (talvez demasiado claro!) que a única razão para investir todos os recursos (tempo, dinheiro ou pessoas) para o turismo é fazer dinheiro. Para esses grupos, parece haver pouco interesse em explorar o turismo como uma experiência humana que pode ser maximizada para o seu pleno potencial através de um planejamento adequado, desenvolvimento e gestão (FENNELL, 2002b). O turismo e a recreação também são benefícios muito valorizados para as Unidades de Conservação (EAGLES, 2003).

Driver (1983), identificou uma série de necessidades humanas que poderiam ser satisfeitas pela participação em atividades de lazer. Através de um conjunto de ajustes, estes autores desenvolveram a *Recreation Experience Preference (REP) scales*. Desde o início de 1990, mais de 40 escalas REP foram desenvolvidos para medir os benefícios das experiências de lazer. Uma das principais características da REP, em escalas de lazer, é seu foco em ambientes de recreação ao ar livre e, portanto, sua aplicabilidade ao turismo ecológico. Isto pode ser visto nos seguintes exemplos de escalas REP e os domínios de preferência no qual as escalas são agrupados: 1. desfrute da natureza: cenário, a experiência da natureza em geral; 2. compartilhar valores semelhantes: seja com amigos, seja com pessoas que tenham valores semelhantes; 3. aprendizagem exterior: aprendizado geral, exploração; aprender sobre a natureza. 4. escape do estresses físicos: tranquilidade, solidão; privacidade; multidões escape, o ruído de escape; 5. realização: buscando emoção, o reconhecimento social, o desenvolvimento de competências; 6. redução de Risco: moderação e prevenção dos riscos.

1.8. O crescimento do segmento turismo de natureza

O crescimento deste segmento iniciou-se a partir da década de 1980 quando passou a ter com várias denominações como ecoturismo, turismo ambiental e turismo de natureza, cujo objetivo era o de realizarem-se viagens para o contato direto com as paisagens naturais, principalmente através de percursos a pé em trilhas por montanhas, florestas e também em atividades mais específicas de observação de fauna. Surgiu então um crescente demanda para a atividade e assim uma maior necessidade do incremento em equipamentos como, por exemplo, na ampliação de meios de hospedagem para alojar o crescente fluxo de novos visitantes que buscaram esta atividade (SWARBROOKE, 2000; RODRIGUES, 2003; FURLAN, 2003). Desde a década de 1990 percebe-se este crescimento: “É um atividade que tem crescido substancialmente ao longo do último quarto de século como um fenômeno econômico e social” (UNSD, 1999, p.8)⁹.

McKercher & Robbins (1998), apontam que na Austrália houve uma rápida proliferação do número de empresas que fornecem produtos e serviços de turismo baseado na natureza. Um dos operadores de turismo envolvidos na pesquisa relatou que

⁹ “is an activity which has grown substantially over the last quarter of a century as an economic and social Phenomenon” (UNSD, 1999).

na década de 1990 muitos acharam que poderiam empreender no ramo. No entanto, a taxa de insucesso dos empreendimentos de turismo baseado na natureza se mostrou elevada e muitos que sobreviveram permaneceram apenas marginalmente viáveis.

Meredith (1995) *apud* Mckercher & Robbins (1998), descreveram o setor do turismo baseado na natureza como caracterizado por operações que tendem a ser exercidas por micro-empresas regionais que se encontram fora da corrente principal da indústria de viagens. Eles podem ser desfavorecidos pela falta de recursos e marketing inadequados e pela incapacidade de estabelecer ligações com o turismo mundial (CLARKE, 1995). A maioria das novas empresas de turismo baseado na natureza é gerida por proprietários/operadores que não tem nenhum conhecimento formal do negócio ou um *background* de comercialização e sem experiência prévia na indústria do turismo (COTTERILL, 1996). Assim, a maioria, não pode se dar ao luxo de contratar pessoal que possa possuir as habilidades necessárias. Como conseqüência, a luta de muitos operadores de sucesso durante os seus primeiros anos no negócio, que se tornaram rentáveis somente depois que eles fizeram e aprenderam a partir de seus muitos erros (MCKERCHER & ROBBINS, 1998).

1.9. Conflitos em conservação e turismo

“A criação de áreas protegidas no Brasil e no cenário mundial foi marcada pela emergência de conflitos de interesses de uso e destinação dos recursos naturais. Entende-se que tais conflitos sempre estarão presentes, em qualquer escala ou tipo de ocupação humana, constituindo parte do processo de construção e reconstrução social. No caso das Unidades de Conservação (UCs), os conflitos parecem ser mais polarizados e a tendência que se coloca para o gestor público é a necessidade de eliminação, resolução desses conflitos. Enquanto nenhuma medida efetiva para a gestão das áreas ocupadas era formulada, os conflitos de interesse de uso e proteção dos recursos locais agravavam-se progressivamente e exigiam ações concretas para garantir, inclusive a integridade e a conservação do patrimônio natural daquela UC bem como, o desenvolvimento humano dos residentes” (SIMÕES & FERREIRA, 2008, p.2).

As populações locais têm uma grande influência sobre todas as atividades de gestão de uma área protegida, essa influência tem sido ainda maior com relação ao ecoturismo. O ideal seria que houvesse um relacionamento recíproco entre a área protegida e as comunidades próximas a ela, cada uma podendo se beneficiar com a outra. As comunidades locais deveriam ser integradas em todas as atividades de

ecoturismo na área protegida e vice-versa. Mas para fazer com que esse relacionamento funcione bem a tarefa difícil e tediosa. É quase tão importante obter informações sobre as comunidades localizadas no entorno das áreas protegidas quanto compreender os recursos naturais e culturais localizados dentro dela. Essas informações devem vir expressas em um mapa juntamente com a densidade populacional, crescimento e localização (DRUMM & MOORE, 2002).

Os conflitos são inerentes a qualquer sistema social, funcionando como propulsores das mudanças; sendo o consenso apenas de uma contingência. Os conflitos são distúrbios na ordem de sistemas sociais que solicitam esforços para o desenvolvimento de estratégias para neutralizá-los ou mitigá-los. Considera-se como uma contingência prejudicial em um sistema equilibrado. As análises e conseqüentes intervenções têm de levar em consideração o grau de desvio a partir de algum estado original considerado ótimo (FERREIRA, 2005).

Na área ambiental, as questões teóricas formais e fenomênicas mais gerais produziram uma clivagem na pesquisa sobre conflitos sociais e coletivos, dividindo os pesquisadores em dois grandes grupos: 1) aquele que agrega especialmente cientistas sociais que investem no poder explicativo da teoria geral dos conflitos, compreendendo-os como categoria explicativa da mudança; 2) aquele que agrega pesquisadores de formação diversa, cuja proposta de pesquisa centra-se em outros objetos, mas enfrentam dilemas empíricos de situações concretas de conflito em seus trabalhos de campo (FERREIRA, 2005).

Algumas pesquisas fundamentam a questão dos conflitos sociais e conservação. Dean (1996), estudou parte da ocupação do território brasileiro e observou que foram destinadas áreas de alta importância biológica a múltiplos usos, cuja classificação abrangeria desde demandas definidas por economias comunitárias até aquelas representadas por grandes empreendimentos de implantação e expansão urbanas e industriais, seja de uso direto (setor madeireiro, de essências, alimentício, construção civil e turismo), seja indireto (instalação/expansão de parques industriais, de infraestrutura, como portos, estradas, hidrelétricas e serviços) assim mostrando os diversos grupos sociais e interesses envolvidos.

Como e por que se dá a formação de grupos sociais para atuarem relação à questão ambiental, e qual sua influência sobre a mudança social em direção à conservação e à sustentabilidade no uso dos recursos naturais? Seria possível registrar questões derivadas dessas preocupações centrais, formuladas ao redor dos seguintes

contextos: quais são esses grupos, e como se caracterizam social e politicamente? Quais suas motivações e objetivos? Quais seus modos de ação e estratégias? Como se caracteriza a relação entre eles? As agregações se dariam preferencialmente através do conflito ou da cooperação? Há um projeto social que os agregue? Em caso afirmativo, seu formato preferencial seria o de movimentos sociais ou grupos de pressão? Enfim, que tipo de mudança essas organizações sociais e políticas têm como meta, e qual de fato promovem? Certamente, o pano de fundo dessas indagações envolve algumas questões caras às Ciências Sociais contemporâneas sobre permanência ou mudança, sistema ou contingência (FERREIRA, 2005).

No Brasil, essas pesquisas descreveram operacionalmente uma situação em que os programas de conservação ou de recuperação dos sistemas naturais foram sendo concebidos e implantados em um contexto no qual a ação cotidiana das instituições públicas colocou seus agentes em confronto com os moradores de áreas sob proteção legal, ou impactadas por grandes empreendimentos ou ainda consumidores dos serviços dos ecossistemas a serem recuperados. Propostas de conservação ou recuperação formuladas em gabinetes fechados, debatidas e referendadas em fóruns internacionais, no momento de serem implementadas, foram altamente politizadas, mobilizando diversos atores em torno de várias arenas; outros tiveram que rever posições e conceitos, e principalmente, os atingidos pelas políticas públicas, ou pequenos consumidores de recursos ou serviços ambientais, em sua maioria sem uma prévia experiência importante de participação política, foram repentina e inusitadamente lançados a uma situação de ator (FERREIRA, 2005).

1.10. Benefícios do ecoturismo

A capacidade de regulamentar ou modificar o comportamento humano em um contexto particular pode demonstrar o grau de influência exercida por cada parte e a qualidade da mudança desejada que ocorra. Isso também ilustra o quão bem sucedido pode ser o poder exercido pelos seus agentes que podem ser pessoas ou organizações que tenham a autoridade ou qualidades físicas superiores ou recursos. Os efeitos do poder podem ser definidos pela coação, persuasão ou apresentação voluntária (ORACION, 2001). As relações no turismo podem ser vistas como circulares e esta dinâmica pode ser usada para criar um programa de ecoturismo sustentável. Este é ancorado no pressuposto de todos os elementos do sistema de turismo têm poder

relativo, cada um pode ser mobilizado em direção a uma meta negociada que satisfaça o seu interesse correspondente (ORACION, 2001).

A análise Foucadina sobre a dinâmica do poder no turismo introduzida por Cheong & Miller (2000), aponta para casos específicos em que o comportamento entre os atores do sistema de turismo podem ser influenciados uns pelos outros em relação às determinadas condições. Os *insights* obtidos aqui podem ser utilizados na realização dos objetivos do ecoturismo na sua verdadeira natureza como uma alternativa ao turismo de massa (ORACION, 2001).

Alguns pesquisadores afirmam que o ecoturismo pode proporcionar uma educação ambiental muito necessária para tornar o turismo um embaixador *para o ambiente* (PEDERSON, 1991 *apud* BANDY, 1996), e através do fluxo de gastos turísticos promover a justiça econômica de maior autonomia local (BOO, 1990 *apud* BANDY, 1996). Ray Ashton sugere que no ecoturismo a “conservação pura” não tem funcionado e que o planejamento do desenvolvimento sustentável é hoje nossa única opção (BOO 1991, p. 46 *apud* BANDY, 1996). Estas alegações foram confirmadas em algumas áreas ecoturísticas extraordinariamente rentáveis como o Quênia, Costa Rica, e Equador (CATER, 1993).

As organizações ambientais e agências de desenvolvimento têm investido pesadamente em ecoturismo, canalizando fluxos significativos de capital e conhecimento técnico diretamente para os povos locais que residem perto e em áreas protegidas (WEAVER & LAWTON, 2007). De 1985 a 1995, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional - USAID encomendou mais de cinquenta estudos relacionados ao ecoturismo, e colocou mais de US\$ 2 bilhões em mais de 100 projetos relacionados com ecoturismo (HONEY, 2008).

Para isso, deve-se estudar a história completa do que acontece com os anfitriões e convidados em todas as fases das suas viagens e interações inter culturais. Isso será especialmente verdadeiro quando houver esforço para desenvolver os tipos de turismo que podem gerar uma série de benefícios para os anfitriões, bem como educacionais e transformadoras experiências para os hóspedes (STRONZA, 2001).

Fennell (2002b), discute diversos destes benefícios do ecoturismo apresentando Driver *et al* (1991) e Driver (1991a), que afirmam que o termo *benefício* foi utilizado historicamente para demonstrar que uma atividade, programa ou outra função origina algum ganho econômico. Como tal, os benefícios e os custos têm sido vistos como mecanismos através dos quais pode ser mensurado o sucesso de empreendimentos de

recreação ao ar livre, por exemplo, geralmente a partir de um contexto econômico. Fennell (2002b) *apud* Archer e Cooper (1999), corroboram com essa consideração sobre o uso deste termo a partir da perspectiva do turismo e afirmam que os primeiros trabalhos estudando o impacto do turismo sobre as áreas de destino foram focados quase que exclusivamente sob o aspecto financeiro. Esta abordagem foi adotada, por exemplo, segundo Archer e Cooper (1999), não só porque os benefícios econômicos ou impactos foram mais facilmente quantificáveis, mas também porque foi importante para demonstrar às comunidades locais que a evolução das transformações nas suas regiões foram realmente benéficas às comunidades receptoras (e, portanto, há um pressuposto implícito que valeram à pena). O significado do termo benefício, porém, expandiu-se consideravelmente ao considerar os impactos ou efeitos que o lazer e as viagens tiveram sobre os indivíduos e grupos, além do foco na eficiência econômica. Num momento seguinte buscou-se identificar os resultados que poderiam contribuir para o aumento da participação dos grupos envolvidos com o objetivo de apresentar ao poder público que a recreação também pode ser parte tão importante quanto recursos financeiros para a qualidade de vida. O fato de os fundos de financiamento se restringirem a agir apenas junto aos prestadores de serviços em recreação, tornou cada vez mais importante o fornecimento de dados para que pudessem apoiar também outras ações que considerassem que as pessoas poderiam estar, de fato, sendo beneficiadas pela sua participação em tais atividades.

Esta *condição-de-benefício-melhorado*, tal como descrito por Driver *et al.* (1991, p.4), “refere-se a uma mudança que é vista como vantajosa - uma melhoria da condição, ou um ganho para um indivíduo, grupo, sociedade, ou a outra entidade”¹⁰.

Em geral, os benefícios que são derivados de recreação e lazer incluem aqueles que são psicológicos (redução da depressão e do stress de gestão), sociais (emponderamento das comunidades para desenvolver mais instalações de recreação), econômicos (bom condicionamento físico que podem levar a maiores benefícios de saúde e rendimento no trabalho) e ambientais (conservação das áreas verdes com a finalidade reduzir a poluição, sombreamento, melhoraria do micro clima local, abrigo para aves e outros animais)¹¹. Um exemplo da abordagem considerando os benefícios para a participação em atividades de aventura ao ar livre é também descrito por Ewert

¹⁰ “refers to a change that is viewed to be advantageous – an improvement in condition, or a gain to an individual, a group, to society, or to another entity” (p. 4). Driver et al (1991).

¹¹ para uma lista extensa de benefícios ver California State Parks (2005)

(1989) *apud* Fennell (2002b).

Trata-se de uma contribuição importante este foco em algumas das variáveis sociológicas identificados pelo autor, como a cooperação em grupo e comunicação. Pode-se considerar também que dada a natureza de mudanças sociais colocadas por alguns autores sobre a atividade de ecoturismo, nesta abordagem devam estar inclusos talvez aspectos relacionados à educação, além dos que foram sugeridos por Ewert (1989).

2. PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

2.1. Uma abordagem por Bachelard e Morin

Para o entendimento de alguns fenômenos, diversos pensadores e parte da comunidade científica compreendem a necessidade de uma nova forma de abordagem em busca de um olhar não mecanicista e cartesiano sobre os fenômenos. Bachelard, (2004), em suas reflexões sobre a filosofia das ciências, trata da “construção do objeto científico”. Em sua crítica ele afirma que “o mundo em que se pensa não é o mundo em que se vive” e dessa forma propõe uma “epistemologia não cartesiana”. Esta nova ciência proposta por ele não trabalha mais com objetos em si, mas com as relações que o determinam. Os métodos, assim, estão em relação direta com os objetos a serem estudados, mas, ao mesmo tempo, determinam esses objetos. Ambos, objetos e métodos, são funções da experiência, o que elimina a noção clássica de métodos puros e perenes, válidos para toda e qualquer situação de pesquisa, no passado ou no presente. Em seu texto ele coloca que não há nada simples na natureza, só há o simplificado.

Ele afirma que “todo o pensamento científico deve mudar diante duma experiência nova; um discurso sobre o método científico será sempre um discurso de circunstância, não descreverá uma constituição definitiva do espírito científico” (BACHELARD, 1946 p.139).

O que este autor propõe é não confundir rigor científico com rigidez metodológica, que pode estancar a criatividade e imobilizar o pensamento. Dessa forma, mantêm-se em conta a necessária vigilância e rigor, que devem ser atitudes constantes na atividade científica.

A visão mecanicista fazia leis simples, princípios simples e conseguia que, nas suas concepções, reinasse a ordem do determinismo. Assim, durante muito tempo,

muitos acreditaram, e talvez ainda acreditem que o erro das ciências humanas e sociais era o de não poder se livrar da complexidade aparente dos fenômenos humanos para se elevar à dignidade das ciências naturais. Como ilustra Morin (2007, p.3), “fenômenos biológicos e sociais apresentavam um número incalculável de interações, de inter-retroações, uma fabulosa mistura que não poderia ser calculada nem pelo mais potente dos computadores”. Assim, é preciso acrescentar um nível de complexidade própria às organizações biológicas e sociais. Ele trata estas organizações como complexa, já que podem ser ao mesmo tempo acêntricas, policêntricas e excêntricas. E explica que isso quer dizer que funcionam de maneira anárquica por interações espontâneas, que têm muitos centros de controle, ou organizações e que dispõem de um centro de decisão, respectivamente. Exemplifica e coloca que as nossas sociedades históricas contemporâneas têm a capacidade de se auto-organizar através de diversos centros de organização (autoridades estaduais, municipais, empresas, partidos políticos etc.) e de interações espontâneas entre grupos de indivíduos, além de um centro de comando-decisão (Estado, governo).

Dessa maneira e para entender os acontecimentos deve-se abandonar um tipo de explicação linear por um tipo de explicação em movimento, circular. Para a Ciência experimental era possível isolar um objeto do seu meio colocá-lo em um meio artificial controlando as modificações para conhecê-lo.

Morin (2007, p.6), afirma que “não passava de ilusão quando acreditávamos eliminar o observador nas Ciências Sociais. Não é só o sociólogo que está na sociedade; conforme a concepção hologramática, a sociedade também está nele; ele é possuído pela cultura que possui”. É a volta do observador na sua observação. Assim, estabelece uma regra de complexidade: “o observador conceitor deve se integrar na sua observação e na sua concepção” (p.6). Nós produzimos a sociedade que nos produz.

Outra questão é de estabelecer um pensamento multidimensional. Isto é, tudo isso se entrecruza, tudo se entrelaça para formar a unidade da complexidade; porém, a unidade do *complexus* não destrói a variedade e a diversidade das complexidades que o teceram.

O erro do pensamento formalizante quantificante é que ele lança para fora da realidade àquilo que escapa a sua sistematização. Segundo o autor, “o erro é terminar acreditando que aquilo que não é quantificável e formalizável não existe ou só é a escória do real” (p,8).

O método da complexidade pede para pensarmos nos conceitos, sem nunca dá-los por concluídos. Pensar de forma organizacional.

Morin (2007, p.10), expressa de certa forma uma necessidade urgente na mudança deste pensamento já que diz estar persuadido “de que um dos aspectos da crise do nosso século é o estado de barbárie das nossas idéias, o estado de pré-história da mente humana que ainda é dominada por conceitos, por teorias, por doutrinas que ela produziu, do mesmo modo que achamos que os homens primitivos eram dominados por mitos e por magias”.

2.1. A transdisciplinaridade nos estudos de sustentabilidade socioambiental

Couto *et al.* (2006), buscaram encontrar um papel da universidade, e com isso a pesquisa desenvolvida nelas com transdisciplinaridade e o que colocaram como “transição para a sustentabilidade”. Entenda-se sustentabilidade ambiental e social, não apenas a econômica. Levantam alguns problemas semelhantes à Morin (2007) com relação a que a comunidade científica enfrenta sobre uma mudança do paradigma de abordagem do desenvolvimento humano para uma abordagem dinâmica, complexa e transdisciplinar, centrada no Homem.

Uma busca de que a equação do desenvolvimento se organize atualmente a partir objetivos normativos globalmente partilhados para que reflita a ponderação dinâmica das interações entre os sistemas social, econômico e biofísico (NRC, 1999; LUBCHENCO, 1998). Grupos de universidades constituíram-se em signatários de Cartas e Declarações elaboradas em torno dos princípios e dos axiomas da sustentabilidade vinculados pelas iniciativas da Comunidade Internacional (GRAHAM, 2004).

Uma significativa literatura vem sendo produzida (SHRIBERG, 2002; WEENEN, 2000), mas ainda há necessidade de um maior aprofundamento no quadro da criação de uma ciência para a sustentabilidade para a acumulação de conhecimento socialmente útil (COUTO *et al.*, 2006).

A sustentabilidade se relaciona com a capacidade de desempenho continuado de um sistema sujeito a choques, pressões e transformações e que indica a sua capacidade de adaptação, vulnerabilidade e de resiliência. No que diz respeito ao desenvolvimento, o princípio fundamental será a promoção do bem-estar econômico, social e humano com preocupações de equidade (COUTO *et al.*, 2006).

Gallopín (2001), considera os três os níveis de sustentabilidade - econômico, social e ecológico – e assim sugere um sistema socioecológico complexo olhando a sustentabilidade como um todo e não apenas a sustentabilidade das suas componentes. Pressupõe que cada sistema está sujeito e é gerador de causas que poderão reduzir ou aumentar a sua sustentabilidade e a dos outros. Uma abordagem sistêmica pode ser um novo modo de estudar problemas, identificar soluções e implementar ações independente da perspectiva e o nível de análise considerado, mudando de um paradigma analítico para um paradigma integrador.

Para o Nicolescu (1997), o conhecimento transdisciplinar não se apresenta como um conhecimento alternativo às formas de conhecimento convencional. O enfoque multidisciplinar refere-se à abordagem por várias disciplinas simultaneamente. A interdisciplinaridade respeita à transferibilidade de conhecimentos, métodos, conceitos e modelos entre disciplinas. Por fim, o conhecimento transdisciplinar se define pela sua natureza integradora, exigindo o contributo de diferentes tipos de conhecimento como requisito à abordagem de problemas complexos.

A investigação deve ser conduzida com finalidades de compreensão e de uso. Neste contexto, a avaliação da qualidade da investigação deixa de se centrar apenas no rigor do método científico e compreende também a sua relevância social (COUTO *et al.*, 2006).

Assim, afirma Kerkhoff (2005, p.461), que “sustentabilidade, portanto, a ciência tem que ser acima de tudo, a ciência integradora - ciência empenhada no sentido de estreitar as barreiras que separam os modos tradicionais de investigação. Em particular, será necessário integrar todos os ramos das disciplinas baseada em pesquisas relevantes (...) - geofísicos, biológicos, sociais e tecnológicos¹²”.

A transição para o desenvolvimento sustentável exige uma nova abordagem da interação sociedade-natureza. Esta nova abordagem depende significativamente de novas idéias. No quadro da sustentabilidade, emergem áreas mobilizadoras de novos conhecimentos como a qualidade de vida individual e coletiva, processos industriais e tecnologias limpas e modelos de apoio à tomada de decisão. Os avanços nestes domínios implicam não apenas a criação de novo conhecimento, mas também de novas

¹² Sustainability science will therefore have to be above all else integrative science – science committed to bridging barriers that separate traditional modes of inquiry. In particular, it will need to integrate across the discipline-based branches of relevant research (...) – geophysical, biological, social, and technological Kerkhoff (2005).

idéias quanto à reorganização do conhecimento existente, num quadro de interação multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar e orientado para a aplicação (COUTO *et al.*, 2006).

O conceito de desenvolvimento sustentável requer uma vinculação da ciência à solução dos problemas sociais que mais afetam a Comunidade Internacional, numa lógica de equidade intra e intergeracional em consonância com o imperativo de uma ética global e da construção de uma cidadania mundial. Para tal, é imprescindível um maior vínculo da ciência e do conhecimento científico produzido aos problemas práticos de grande complexidade sujeitos a uma agenda de longo prazo. Deste modo, a abordagem dos problemas da sustentabilidade exige não apenas um conhecimento científico de natureza multidisciplinar e interdisciplinar orientado para a aplicação; impõe também a criação de conhecimento transdisciplinar com origem no contributo de atores heterogêneos. Reclama, pois, a integração de conhecimentos de diferentes naturezas, com origem em diferentes produtores/utilizadores e estruturas nutridos por abordagens radicadas numa compreensão segmentada da realidade. A integração do conhecimento impõe a *hibridificação* do processo da sua criação, isto é, o esbatimento de barreiras disciplinares, organizativas, setoriais e territoriais (COUTO *et al.*, 2006). Assim, contribuir no debate emergente para a formação de padrões de comportamento, de consumo e produção sustentáveis por parte dos indivíduos, organizações e da sociedade.

2.3. O pesquisador e o ambiente relacional de sua área de estudo.

Como em Pádua (2004), a metodologia a ser utilizada pressupõe que o pesquisador se coloque incluso no ambiente relacional de sua área de estudo, interagindo com ele e estabelecendo as relações necessárias ao interpretar os dados coletados. A interpretação do pesquisador bem como suas visões pessoais sobre as temáticas abordadas passam a ter peso relevante na análise dos resultados. Não se trata, no entanto, exatamente da chamada "pesquisa-ação", descrita por Barbier (1998), pois os sujeitos analisados não participam da construção da situação experimental. Mas, como nesta metodologia, aqui o pesquisador participa de maneira ativa, sendo um membro do grupo observado (NEIMAN, 2007).

2.4. Entrevista semi-estruturada

Para Triviños (1987), a entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semi-estruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Para Manzini (2004), a entrevista semi-estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas. Um ponto semelhante, para ambos os autores, se refere à necessidade de perguntas básicas e principais para atingir o objetivo da pesquisa. Dessa forma, Manzini (2004), salienta que é possível um planejamento da coleta de informações por meio da elaboração de um roteiro com perguntas que atinjam os objetivos pretendidos. O roteiro serviria, então, além de coletar as informações básicas, como um meio para o pesquisador se organizar para o processo de interação com o informante.

O uso da entrevista é indicado quando a natureza da informação se tratar de fenômeno que ficaria difícil ou impossível de ser observado. Geralmente a entrevista é indicada para buscar informações sobre opinião, concepções, expectativas, percepções sobre objetos ou fatos ou ainda para complementar informação sobre fatos ocorridos que não puderam ser observados pelo pesquisador, como acontecimentos históricos ou em pesquisa sobre história de vida, sempre lembrando que as informações coletadas são versões sobre fatos ou acontecimentos.

Cabe destacar que a entrevista as limitações da entrevista já que com a mesma não se pode alcançar o estudo de fenômenos factuais, ou seja, apesar do desejo de estudar os fatos, por meio da entrevista só é possível estudar o relato sobre os fatos. Nesse sentido, acaba ocorrendo uma confusão em trocar relato pelo fato.

Com certeza, o número de perguntas em um roteiro deve ter relação direta com o objetivo do estudo. Um objetivo mais amplo, provavelmente deverá conter um maior

número de perguntas. Porém, para um objetivo muito amplo deve-se considerar o uso de outro tipo de entrevista.

A formatação de um roteiro por meio de tópicos não garante que o pesquisador formule adequadamente as indagações no momento da entrevista. Um roteiro bem elaborado não significa que o entrevistador deva tornar-se refém das perguntas elaboradas antecipadamente à coleta, principalmente porque uma das características da entrevista semi-estruturada é a possibilidade de fazer outras perguntas na tentativa de compreender a informação que está sendo dada ou mesmo à possibilidade de indagar sobre questões momentâneas à entrevista, que parecem ter relevância para aquilo que está sendo estudado.

Essa arrumação do roteiro em temas pode ser importante para manter a atenção do entrevistador num campo semântico. Nesse sentido, para nós, a entrevista pode ser concebida como um processo de interação social, verbal e não verbal, que ocorre face a face, entre um pesquisador, que tem um objetivo previamente definido, e um entrevistado que, supostamente, possui a informação que possibilita estudar o fenômeno em pauta, e cuja mediação ocorre, principalmente, por meio da linguagem. Pelo fato de a entrevista ser um processo de interação social os dados são de natureza social, e isso precisa ser levado em conta na interpretação dos resultados.

O questionário utilizado na entrevista pode ser encontrado no anexo 8. No anexo 9 integra está a íntegra do texto publicado pelo jornal O Estado de São Paulo em 25/03/2000 apresentado aos entrevistados (OLIVEIRA, 2000).

2.5. Levantamento de dados

A metodologia utilizada possui caráter teórico e empírico, desenvolvida inicialmente na forma de um estudo exploratório, pesquisa bibliográfica, observações e anotações de campo, registro fotográfico e entrevistas.

A complementação da pesquisa foi feita pesquisa bibliográfica, de Leis e documentos em órgãos governamentais, imagens de satélite e mapas, aplicação de questionário de entrevista (semi-estruturado).

Metodologia foi dividida nas seguintes etapas.

- a) Pesquisa exploratória com estudo prévio de folhas topográficas da região obtidas no IBGE escala 1/ 50000 e bibliografia básica. *In loco*, anotações em diário de

- campo, croquis de trilhas, registro fotográfico e fonográfico em atividades de prospecção caracterizando-se pelo reconhecimento dos atrativos turísticos, identificação do potencial, características físicas e biológicas e da região no entorno, meios de hospedagem, transporte e infra-estrutura pública;
- b) Etapa de documentação com pesquisa bibliográfica;
 - c) Organização das informações obtidas em banco de dados identificando;
 - d) Elaboração questionário de entrevista;
 - e) Pesquisa, identificação, estudo de perfil e escolha de entrevistados;
 - f) Aplicação do questionário através de entrevista semi-estruturada entre os entrevistados escolhidos;
 - g) Análise de resultados;
 - h) Elaboração de esquemas, tabelas e quadros.

2.6. Período de abrangência da pesquisa

A primeira coleta de dados foi realizada em viagens ao local feitas em julho de 1989, de 1990 e fevereiro de 2000 contando com observações e através de registros *in* do pesquisador, através de registros relatos de participantes destas viagens de ecoturismo, anotações em diários de campo sobre a paisagem, fauna, flora, potencial espeleológico e infra-estruturas encontradas e registro fotográfico em campo. Foram informações esparsas e desorganizadas, posteriormente sistematizadas neste trabalho.

A pesquisa exploratória também contou com o depoimento informal de diversos agentes de viagens, guias locais, receptivo, funcionários e dos atrativos colhidas desde o período inicial, além de relatos de participantes destas viagens. Cabe observar que o pesquisador mesmo não retornando ao campo em Bonito depois de 2000, por diversas vezes organizou grupos e enviou visitantes ao local, mantendo contato com os agentes receptivos locais, meios de hospedagem, guias, e também outras profissionais que atuam na região, principalmente educadores e pesquisadores.

O recorte temporal está compreendido pelo período quando se inicia a prática de atividades de turismo no município de Bonito iniciada na década de 80 até o primeiro semestre de 2010 conforme informações coletadas de depoimentos e dados coletados referentes à época.

O interesse inicial pela região e primeiros contatos surgiram no fim de 1988, quando foi iniciado o planejamento e visita de reconhecimento feita à região como

projeto do Instituto Ipá Ti-uá de Meio Ambiente, Cultura e Sociedade, na época denominado Ipá Ti-uá Vivência Ambiental, de desenvolver na região atividades de estudos do meio com estudantes secundaristas, hoje Ensino Médio, junto às escolas que a instituição trabalhava na época. Foram obtidas as primeiras informações do local através de levantamento fotográfico e registrado em diário de campo para que a atividade pudesse fazer parte de uma visita à área em julho de 1989 com passagem pela região do Pantanal de Miranda juntamente ao Colégio Logos de São Paulo, SP com a participação de um grupo de 40 alunos. Deste período em diante foram feitas outras incursões a área com grupos organizados de escolares para atividades de estudos do meio, grupos de ecoturistas e envio de visitantes diversos através do posterior surgimento das primeiras agências receptoras de turismo local até o ano de 2004. Os objetivos principais definidos nos primeiros trabalhos de campo foram o de desenvolver atividades educativas de interpretação ambiental para conhecer e aprender sobre o bioma local, sua fauna, flora, características físicas, relevo, hidrografia, as grutas e suas formações e debater temas ligados a conservação da natureza acompanhado por uma equipe de biólogos, geógrafos, geólogos e educadores da instituição para serem desenvolvido posteriormente em sala de aula no retorno as escolas (OLIVEIRA, 1989; OLIVEIRA, 1990).

Neste período foram inventariados e registrados os fatos e aspectos vinculados direta ou indiretamente ao fenômeno turístico crescente na região através dos relatórios elaborados após estas visitas.

2.7. Registro fotográfico.

Realizado com a utilização de máquinas fotográficas analógicas e/ou digitais, tripé e outros acessórios de apoio e objetivou registrar ocorrências, aspectos relevante da fauna e flora, paisagens, biomas, formações vegetais, de relevo, corpos d'água, grutas, espeleotemas e empreendimentos que serviram a pesquisa e podem servir como dado para outros eventuais trabalhos técnicos ou científicos.

2.8. Área de estudo.

Os levantamentos em campo incluíram visita aos empreendimentos e atrativos, Gruta do Lago Azul, Gruta do Carneiro (atual gruta de São Miguel), Rios Peixe,

Formoso, ilha do Padre todos em Bonito, MS e Buraco das Araras, rios Olho D'água e Prata em Jardim, MS.

2.9. Pesquisa Bibliografia.

Foram levantados diversos artigos em revistas científicas consultadas em diversas bibliotecas públicas, principalmente no acervo das bibliotecas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Escola de Comunicações e Artes e da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo, de privadas, através dos periódicos eletrônicos disponíveis assinados e disponíveis no SIBI/USP para consulta local ou via remota (VPN USPNet), pelo recebimento de artigos solicitados diretamente junto aos autores, separatas acessadas junto à biblioteca da Texas A&M University e enviadas através do apoio direto de uma pesquisadora da instituição, anais de conferências da área, leitura de teses e dissertações, relatórios e documentos oficiais e Leis Federais, Estaduais e Municipais.

Periódicos brasileiros: *Acta Botanica Brasilica*, *Em Questão*, *Geosciences*, *Natureza & Conservação*, *Megadiversidade*, *Política & Sociedade*, *Questões & Debates*, *Revista Agora*, *Revista Brasileira de História*, *Revista de Biologia e Ciências da Terra*, *Revista de Sociologia Política*, *Revista História-Ciência*, *Revista Brasileira de Agroecologia*, *Turismo - Visão e Ação*, *Turismo & Sociedade*, *Turismo e Sociedade* e *Turismo em Análise*.

Periódicos internacionais: *Ambio*, *Annals of the Association of American Geographers*, *Annals of Tourism Research*, *Geographical Journal*, *Annual Review of Ecology*, *British Journal of Social Psychology*, *Conservation Biology*, *Ecology and the Environment*, *Environmental Conservation*, *Environmental Science & Policy*, *Evolution, and Systematics*, *Global Ecology and Biogeography*, *International Journal of Sustainability in Higher Education*, *International Journal of Urban & Regional Research*, *Journal of Travel Research*, *Journal of Cleaner Production*, *Journal of Economic*, *Journal of Ecotourism*, *Environmental Conservation*, *Journal of Sustainable Tourism*, *Journal of the Royal Anthropological Institute*, *Journal of Travel Research*, *Ocean & Coastal Management*, *Public Culture*, *Rural Sociology*, *Science*, *The American Journal of Sociology*, *The Geographical Journal*, *Annales de Géographie* e *Tourism Management Environmental Management*.

2.10. Pesquisa em instituições

Ainda de vital importância foram as frequentes discussões e trocas de idéias, em torno da pesquisa, que realizamos com colegas, pesquisadores da Universidade ou de empresas e órgãos públicos ou privados que possuem setores voltados para a pesquisa ou que puderam fornecer dados importantes à pesquisa.

Foram levantadas informações sobre a região em diversas instituições e organizações nacionais: ABAETUR, ABRASel, ACEB, AGTB, Albergue da Juventude, ANA, APOBB, Associação de Hotéis Roteiros de Charme, ATRATUR, BIRD, Câmara dos Deputados, CooPerBon, EMBRAPA, EMBRATUR, FAPEC, Fundação Neotropical do Brasil, IASB - Instituto de Águas da Serra do Bodoquena, IBAMA, IBGE, ICMBio, IPEA, Instituto Ipá Ti-uá, MRE, MinTur, MMA, Prefeitura Municipal de Bonito, de Bodoquena e de Jardim, SBE, SEBRAE, MS, Secretaria de Turismo do Mato Grosso do Sul, Sindicato Rural Patronal de Bonito e TSE.

Também foram consultadas Leis Federais, Estaduais e Municipais e documentos oficiais. Também foram pesquisados trabalhos em simpósios e capítulos de livros.

2.11. Entrevistas

Foram executados dois tipos de questões: livres e semi-direcionadas. A aplicação das entrevistas livres foi realizada com pessoas e estabelecimentos e empresas envolvidas localmente ou não com o turismo.

As entrevistas semi-direcionadas se organizaram a partir de entrevista semi-estruturada (ver anexo 8 p. 192) através de um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. A insuficiência de dados e informações referentes a alguns pontos do desenvolvimento do turismo na região, aliada à preocupação em complementar as informações que poderiam não estar ainda relatadas na bibliografia, obrigaram à realização de pesquisa de campo com a execução das entrevistas.

Foram seis pessoas entrevistadas escolhidas a partir de um universo prévio de aproximadamente 30 pessoas apontadas que poderiam ter experiência significativa na área para o fornecimento de informações relevantes quanto a sua participação na construção do processo em Bonito como testemunhos da implantação e desenvolvimento do turismo local. Foram 553 minutos de entrevistas gravadas em

diferentes situações colhidas em São Paulo, SP, Aquidauana, MS e Campo Grande, MS entre março e abril de 2010 e analisadas em maio de 2010. Os entrevistados foram: Prof. Paulo César Boggiani do Instituto de Geologia da Universidade de São Paulo entrevistado em 17/03/2010, São Paulo, São Paulo; Profa. Nícia Wendel de Magalhães da ECO – Associação para Estudos do Meio Ambiente em 17/03/2010, entrevistado em São Paulo, São Paulo; Prof. José Sabino da Universidade Anhanguera - Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, entrevistado em 24/03/2010, São Paulo, São Paulo; empresário Eduardo Folley Coelho do Recanto Ecológico Rio da Prata, da Lagoa Misteriosa e da Estância Mimosa Ecoturismo entrevistado em 31/03/2010, Campo Grande, Mato Grosso do Sul; turismóloga Greice Aparecida Domingos Feliciano da Fundação de Turismo de Aquidauana entrevistado em 31/03/2010, Aquidauana, Mato Grosso do Sul e a Profa. Maria Silvia Peixoto Gervásio da Universidade Anhanguera - Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal em entrevistado em 02/04/2010, Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Dentro deste quadro, as entrevistas, portanto tiveram a intenção de servir de testemunho através do momento das conversas onde, com a ajuda da experiência no depoimento dos entrevistados e vivência do pesquisador acompanhando o produto de Bonito, algumas dúvidas surgidas na aproximação do temas pela bibliografia, documentos, relatos informais puderam ser, se senão esclarecidos, pelo menos melhor compreendidas já muitas são dificilmente mensurais por se tratarem de informações subjetivas. Nem por isso deixam de ser importantes, pois estas impressões dos entrevistados mesmo vindas carregadas de simbolismo, de sua formação, de sua visão de mundo, o universo de suas crenças é que foram de fato compuseram as forças motrizes que os motivaram e impulsionaram-nos a contribuir fundamentalmente dentro do processo que se desenvolveu em Bonito. O conhecimento e o acompanhamento anterior do perfil de atuação dos entrevistados talvez tenham ajudado nesta tarefa subjetiva e interpretativa, bem como na condução das conversas.

2.12. Tratamento de dados

Os trabalhos de gabinete sempre estiveram presentes e constaram de tabulação dos dados obtidos, elaboração de tabelas, produção e reprodução de gráficos, e redação

do trabalho. Para tabulação dos dados e elaboração de tabelas e gráficos, utilizamos os recursos da informática.

2.13. Seminários e encontros

Ao longo de todo o trabalho, foi de grande importância a participação em seminários, simpósios e congressos, realizados por entidades científicas, públicas e mesmo privadas, em diversas cidades brasileiras, nos quais foram discutidos, ao lado de assuntos próprios da pesquisa científica e do conhecimento humano, o lazer, o turismo, contribuindo sobremaneira para a pesquisa, não só elucidando dúvidas, mas também reforçando outras, incitando-nos na busca de suas respostas.

2.14. Limitações do Estudo

Este estudo teve algumas limitações. Primeiro, o tempo para o levantamento de dados mais atualizados sobre o local foi restrito há apenas quatro meses. O número de entrevistados poderia ser maior abrangendo um universo maior de opiniões e depoimentos. O trabalho não contou com nenhum apoio financeiro de nenhuma instituição nem através de bolsa, nem para aquisição de equipamentos, materiais e bibliografia, apenas com os recursos do próprio pesquisador enquanto exercia outra atividade profissional limitando algumas ações. Em quarto lugar, devido à logística envolvida e o tratamento adequado de dados para este período, a coleta de dados não pode ser mais abrangente. Apesar destas limitações, este é um trabalho sobre Bonito que busca elucidar os efeitos do desenvolvimento do turismo na região através de uma abordagem considerando diversas áreas do conhecimento.

2. 15. Importância do estudo.

É importante estudar a influência das atividades de turismo em gerar benefícios, identificar situações preocupantes, as contribuições, o desenvolvimento do ecoturismo na economia local, se os locais podem se tornar economicamente vulneráveis ao acolher o ecoturismo e quais medidas poderiam ser mais efetivas como componentes de uma estratégia mais ampla de conservação oferecendo sugestões para melhorar o potencial de ecoturismo (STERN *et al.*, 2003). Assim, a região de Bonito representa um

cenário ideal para analisar a atividade de turismo de natureza e como ela pode contribuir para diferentes estratégias de conservação nos últimos 22 anos.

A pesquisa busca compreender a dinâmica do poder no turismo e como ele pode ser exercido pelos agentes envolvidos, nas mudanças de comportamentos e rumos que demonstrem a capacidade de regulamentar a atividade em um contexto particular (CHEONG & MILLER 2000; ORACION, 2001). Os insights obtidos na pesquisa poderão ser utilizados na realização dos objetivos do turismo de rótulo “eco” na sua verdadeira natureza apresentando uma alternativa ao turismo de massa.

Assim, busca também lançar luz sobre o debate atual sobre se benefícios econômicos, sociais e ambientais do ecoturismo. Ver de que forma estes benefícios podem ser fundamentais para a contribuição do ecoturismo para a conservação. Melhor compreensão também significa identificar os pontos fortes e limitações dessas abordagens. Encontrando-se os pontos fortes e limitações, eles poderão contribuir para o desenvolvimento mais eficaz da proteção das natureza através da atividade de ecoturismo.

Finalmente, os resultados deste estudo podem auxiliar projetos, programas que busquem contribuir para a conservação através desta atividade.

2.16. Questões norteadoras

Para elaboração do diagnóstico foi utilizado como base a pesquisa descrita em dois trabalhos: Brooks *et al.* (2006) e Drumm, & Moore (2002):

Como Brooks, *et al.* (2006), consideram que a avaliação do sucesso de diferentes estratégias de conservação são muito incipientes, resolveu-se por repetir a atenção sobre os mesmos quatro itens diferentes utilizados por eles como instrumentos de diagnóstico para os empreendimentos nas questões ecológicas, econômicas, comportamentais e atitudinais, com isso observar as questões relacionadas a conservação, interpretação e sustentabilidade ambiental encontradas em segundo Brasil, 2008 e poderiam ser identificadas na região. Embora os resultados deles não tenham sido conclusivos eles demonstraram que o uso autorizado dos recursos naturais e o acesso ao mercado e maior envolvimento da comunidade no projeto de conservação são fatores importantes para um bom resultado. Sem a possibilidade de um melhor acompanhamento no local, ainda é impossível fornecer uma avaliação sistemática de

como as diferentes estratégias são mais adequadas aos desafios de conservação diferentes. Então se pode contribuir com mais informações para preencher esta lacuna.

Alguns pontos de reflexão sugeridos por Drumm, & Moore (2002), estão divididos em grupos como segue adaptado abaixo. Eles também sugerem a utilização das questões sugeridas por eles para nortear o diagnóstico e que foram adaptadas. Todo o rol de perguntas sugeridas – trinta e sete no total – relativas ao grupo *comunidade* e o grupo *parcerias* – dezoito no total - *oportunidades e obstáculos* - vinte e seis questões - foram desconsiderados para a análise. Por exemplo, a ordem dos tópicos foi alterada por ser avaliado que existe mais relação para a fluidez do entendimento dos dados. Foram acrescentados os aspectos ligados a mídia no agrupamento de *marketing e a promoção* sugerida no roteiro dos autores, já que em Bonito isto foi um fato bastante relevante. Outra questão é que foi colocado em recursos naturais e aspectos também questões relevantes quanto a destino de resíduos sólidos, tratamento de água e esgoto, dentre outros, não relacionados pelos autores. Ainda em Educação Ambiental baseados nas considerações de Wild & McLeod (2008), Layke (2009), e Nunes *et al* (2010), foram elaboradas mais três questões para considerar os aspectos ligados aos valores humanos envolvidos, a estética da natureza para as comunidades e visitantes e as questões espirituais não contempladas em Drumm, & Moore (2002). No grupo infraestrutura foram acrescentadas como parte do grupo as informações relativas a serviços e elaboradas sete novas perguntas. Também foi inclusa a questão das infra-estruturas públicas não contempladas na elaboração dos autores. A partir da abordagem de FAPEC (2006), foi elaborado o grupo *conflitos* por se tratar de elemento importante no entendimento das questões da região devido à característica particular de como ocorreu o desenvolvimento do turismo. Por fim, foi sugerido outro tópico *gestão* para agrupar resultados sobre as formas de gestão adotadas, incorporando algumas questões do grupo *planos e políticas* para o turismo sugeridos por Drumm, & Moore (2002). Foram elaboradas todas as perguntas para este novo item.

Eles sugerem algumas perguntas que servem de *questões norteadoras*. Soa diversas questões levantadas e a intenção não é responder todas as questões sugeridas, mas usá-la para facilitar o recolhimento e organização do levantamento.

- I. Características Gerais
- II. Recursos naturais
- III. Infra-estrutura e serviços
- IV. Mídia, marketing e a promoção

- V. Pesquisa
- VI. Padrões dos visitantes
- VII. Educação Ambiental
- VIII. Conflitos
- IX. Gestão

I. Características Gerais

Onde o ecoturismo acontece em Bonito? Que tipos de atividades foram realizados para implementar o ecoturismo? Quem foram os responsáveis pela implementação dessas atividades e quais precauções devem ser tomadas? Como e por quem essas atividades serão monitoradas e custeadas?

II. Recursos Naturais e aspecto

Quais são os recursos naturais primários da área? Já foram realizados inventários/levantamentos sobre as espécies? Quais são as espécies ou comunidades de plantas ou animais em risco de extinção ou ameaçadas? Quais são os atrativos cênicos da região? Existem culturas nativas ou tradicionais que precisem ser consideradas ou respeitadas no desenvolvimento de um programa de ecoturismo? Até que ponto as aspirações e cultura das populações locais permitem seu envolvimento com o ecoturismo? Existem áreas protegidas? Qual é o seu status de proteção? A área está realmente protegida? Quem administra a área? Ela é parte de um sistema protegido? Alguns processo de Planejamento de Conservação foram executado? Quais são as ameaças? Pressões de desenvolvimento econômico, tais como o turismo ou outros? Quais são as estratégias usadas para lidar com as com as ameaças identificadas? As estratégias são eficazes? Se não são, por quê? Existe um sistema de monitoramento das áreas? É eficaz? Se não é, por quê? Qual o destino dos resíduos sólidos na região? Existe tratamento de água e esgoto?

III. Infra-estrutura e serviços

Existem instalações turísticas? Que tipo de infra-estrutura turística a área possui?

Existem trilha? Qual o estado da infra-estruturas públicas (transporte, comunicação, abastecimento de água, aeroportos) que a região possui? Existem agências receptoras locais? Como é a rede hoteleira local? Existe transporte local? Existem serviços de guias nos atrativos? Quais são os atrativos turísticos locais e como estão implantados? Quais equipamentos ou infra-estruturas locais priorizam programas de não desperdício, ecoeficiência e de arquitetura ecológica?

IV. Mídia, Marketing e Promoção

Quais são os esforços de marketing no momento? Foi estudado o motivo pelo qual os visitantes vêm à região? Está sendo visando algum grupo em especial para viajar para sua área? Que grupos estão participando das atividades de marketing para a região? A sua área é bem conhecida ou não? Muitas pessoas já conhecem sua área? Pessoas de outros países a conhecem? Como a área é promovida? A região é promovida como parte de uma campanha de turismo nacional ou regional? As ONGs internacionais promovem a região? E a indústria do turismo? Quais são os meios formais de promoção que utiliza, tais como publicações ou vídeos? Existe promoção informal, tais como a propaganda feita pelos visitantes anteriores? Existem outras formas de promoção da área?

V. Pesquisa

Existem instalações para pesquisa? Descreva cada uma delas. Como são mantidas? Estão em boas condições ou precisam de reparos? As instalações são apropriadas para a demanda dos turistas?

VI. Padrões de visitantes

Quais são os atrativos principais para os visitantes? Por que as pessoas a visitam? Além dos recursos naturais, existem recursos culturais ou outros atrativos que possam atrair os visitantes? Quais são as condições das estradas que levam ao sítio? A dificuldade de acesso é/foi um obstáculo ao crescimento do turismo? Quanto tempo os visitantes permanecem nas áreas de visitação? Realizam atividades específicas? Eles vêm para relaxar ou para estarem envolvidos em atividades? Existe comércio de

artesanato local? Existem estatísticas sobre o número de visitantes para a região? Se existem, como foi feita a coleta de dados? Quantas pessoas visitam a área mês? E por ano? Eles fazem reserva antecipada? Quando estão na área protegida, viajam sozinhos ou com guias? Se utilizarem guias, estes são empregados da área protegida ou são guias de fora? Existem dados sobre a porcentagem de pessoas estrangeiras e do próprio país? Quais são as tendências de crescimento? Existem estimativas para as tendências futuras de visitação? A maioria dos visitantes chega em grupo ou sozinha? Por que os visitantes visitam a área? O que querem fazer? Do que gostam e não gostam nas áreas protegidas e nas suas instalações? Eles sentem que os serviços oferecidos são apropriados? Os visitantes deram alguma sugestão para a realização de melhorias? Quais são os impactos econômicos causados pelos visitantes na área protegida? Existe um sistema de cobrança de ingressos? Esse sistema é eficaz? Compram bens e serviços na área? Existem empresas do setor privado na área? A área tem acordos de concessão? Os visitantes também vão às comunidades locais quando visitam a região? Se vão, quais as comunidades que visitam e que tipos de atividades / infra-estrutura são oferecidas a eles? Que Avaliação a comunidade faz dessas visitasões?

VII. Educação Ambiental

Descreva os programas de educação ambiental da área protegida. Existem informações escritas nas trilhas? Os visitantes fazem excursões desacompanhados de guias? Existe um centro de visitação? Que materiais estão disponíveis? Existem guias? Os visitantes se beneficiam com esses programas? A educação ambiental é uma importante prioridade para a área protegida? E para os visitantes? Como você avaliaria a eficácia de seus programas de educação ambiental? Além da natureza, existem outros atrativos na área: cultural, patrimônio histórico ou outros? Pode-se recomendar determinado alojamento para os visitantes da área protegida que ofereça um programa de educação ambiental para os hóspedes? Quais ligados a valores humanos envolvidos devem ser enfatizados no trabalho? Quais aspectos da estética da natureza devem ser observados? E quanto à relação do local com relação a seus atributo ligados as questões espirituais ligadas à comunidade?

VIII. Conflitos

Quais os atores locais envolvidos direta ou indiretamente no turismo? Quais conflitos existem entre as questões ambientais na região e o turismo? Quais situações de conflitos existentes entre atrativos e órgãos ambientais? Quais conflitos puderam ser encontrados para a implantação do turismo na região?

VIII. Gestão

Em termos nacionais, existe um plano turístico que inclua o turismo voltado à natureza ou o ecoturismo? Existem outros planos de âmbito nacional que incluam o turismo voltado à natureza ou ecoturismo, talvez plano de conservação ou de desenvolvimento econômico de abrangência nacional? A região possui um plano de gestão? Quais são os planos de turismo existentes para a área? O poder público é de onde parte todas as ações locais de gestão? Existe um sistema de zoneamento? O que acontece com o dinheiro arrecadado por meio de ingressos e de outras taxas? Qual a forma de gestão encontrada para a gestão do bem turístico da região? O plano de gestão é eficaz? Se não é, por quê? Existe associativismo local que agreguem grupos de interesse? Como os grupos se organizam?

2.17. Objetivos da pesquisa:

Objetivos geral:

O objetivo principal é analisar as atividades de turismo na região de Bonito desde o seu surgimento na década de 70, abrangendo também os municípios de Bonito, Jardim e Bodoquena, avaliando a sua gestão e implantação do seu desenvolvimento.

Objetivos específicos:

- Analisar a dinâmica das diferentes fases que passou o turismo na região nos últimos entre 1989 e 2009;
- Identificar a postura e comportamentos que favorecem a implantação e desenvolvimento do turismo com rótulo “eco” na região de Bonito;
- Elucidar os processos que direcionam os atuais rumos da atividade;
- Determinar quais os pontos contribuíram e quais não contribuíram, os acertos e falhas encontrados e/ou relatados na implantação deste produto turístico da região;
- Sistematizar e organizar informações técnicas que possam subsidiar políticas, tomadas de decisão e ações quanto ao planejamento da atividade turística.

3. Resultado da pesquisa

3.1. A região turística de Bonito

Esta pesquisa foi realizada nos municípios de Bonito, Bodoquena e Jardim (Figura 1) onde estão localizados os atrativos para práticas de turismo. Bonito é a cidade central, mais conhecida, pioneira, e onde estão localizados a quase totalizada dos atrativos naturais, das agências receptoras locais, hotéis e pousadas. Os roteiros para toda a região são oferecidos no mercado com a denominação de *Bonito*. Estão localizadas no sudoeste do estado do Mato Grosso do Sul, na região da Serra do Bodoquena (SILVA, 2008; MARIANI, 2000; FAPEC, 2006).

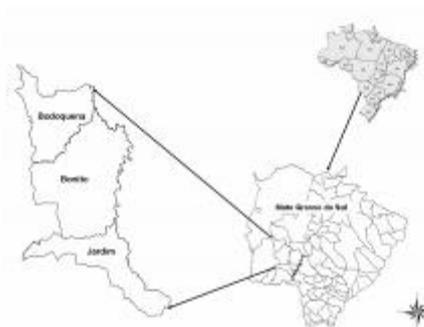


Figura 4 – Localização da área de estudo (Fontes: IBGE, 2005; PCBAP, 1997).

Figura 1: Localização geográfica dos municípios de Bonito, Bodoquena e Jardim.

Elaborado por: Oliveira, 2010

A região da Serra do Bodoquena passou, ao longo de sua história, por três ciclos econômicos: a agricultura cafeeira, a pecuária extensiva e a mineração. Como as boas colheitas não foram correspondidas, o café foi imediatamente substituído pela mineração, à pecuária extensiva e às culturas agrícolas, especialmente a soja (MICHELS & OLIVEIRA, 2000; SILVA & PIVELLO, 2009). Na década de 70 a soja brasileira despontou para o mercado mundial e, sobretudo, a partir de 1973, ocorreu uma verdadeira corrida de agricultores capitalizados das regiões Sul e Sudeste para o Mato Grosso, estabelecendo-se preferencialmente na porção sul deste estado. Foi dentro desta perspectiva que, na década de 70, nasceu o Estado de Mato Grosso do Sul pela Lei Complementar nº 31. O anexo 1 fornece melhores informações onde estão inseridas as atividades de turismo da região.

3.2. O histórico do desenvolvimento do turismo em Bonito

A confecção do quadro 1 a seguir e a sistematização dos dados de forma cronológica partiu da necessidade de organizá-los para melhor entendimento do desenvolvimento e dos desdobramentos das atividades de turismo em Bonito. Na literatura não foi possível encontrá-los de forma organizada para estes pudessem ser melhor interpretados partir de algumas informações levantadas, principalmente em se tratando dos depoimentos das entrevistas. A atividade turística local como poderá ser visto em seu histórico foi se auto-organizando a partir de fluxos, da chegada de pesquisadores a região, do papel fundamental da grande mídia em criar o interesse sobre o local, o que gerou a grande demanda posterior.

Esse quadro foi constituído a partir de várias fontes de informações obtidas através das entrevistas, depoimentos, acompanhamento do pesquisador no desenvolvimento das atividades locais desde o fim da década de 1980 e através da bibliografia (BONITO, 1986a; BONITO, 1986b; BRASIL, 1994; OLIVEIRA, 1989; OLIVEIRA, 1990; OLIVEIRA, 2000; MARIANI, 2000; BONITO, 2001; BONITO, 2003; TREVELIN, 2003; BRASIL, 2004; CAMARGO & JOIA, 2004; OLIVEIRA, 2004; OLIVEIRA, 2005; SANESUL, 2004 e *apud* TRENTIN & SANSOLO, 2006; BOGGIANI, 2001 *apud* SOLLER 2006; BEHR, 2001 *apud* SOLLER, 2006; TRENTIN & SANSOLO, 2006; SOLLER 2006; BOGGIANI *et al*, 2008; MATO GROSSO DO SUL, 2008; CASTRO, 2009; ATRATUR, 2009; ATRATUR, 2010; ABAETUR, 2010; ACEB, 2010; BOGGIANI, 2010¹³; MAGALHÃES, 2010¹³; SABINO, 2010¹⁴; COELHO, 2010¹⁵; FELICIANO, 2010¹⁶; GERVÁSSIO, 2010; INSTITUTO IPÁ TIUÁ, 2010; GIORI *et al*, 2010; RAMALHO, 2010; PROJECTO VIVO, 2010; BONITO, 2010. A opção de não citá-las nem no quadro e nem nos comentários posteriores foi para não dificultar a visualização final.

Não foi possível precisar algumas das datas, pois muitas informações foram tiradas de relatos orais e lembranças. Alguns de pessoas que tem um testemunho totalmente válido dos acontecimentos na região tendo trabalho diretamente nisso, mas que não guardavam um registro preciso dos mesmos. Apesar da impressão de algumas dessas informações elas foram extremamente relevantes para delinear a evolução do

¹³ Entrevista concedida ao autor em 17 de março de 2010.

¹⁴ Entrevista concedida ao autor em 24 de março de 2010.

¹⁵ Entrevista concedida ao autor em 31 de março de 2010.

¹⁶ Entrevista concedida ao autor em 31 de março de 2010.

produto turístico de Bonito e todos seus desdobramentos como o sucesso econômico, a sua fixação no mercado, a implantação e as transformações locais provocadas. Portanto, em determinadas situações as datas foram aproximadas avaliando com discernimento e atenção em busca do uso do bom senso a partir do conhecimento acumulado sobre o local. Isso pode ser aplicado neste caso específico da pesquisa já o pesquisador pode ocupar também o papel de um dos atores dentro deste cenário descrito onde se desenrolaram os acontecimentos.

O quadro 1 mostra a cronologia do turismo de Bonito tanto períodos onde foram agrupados alguns fatos como também destaca os marcos que deram novas direções e dimensões para o desenvolvimento do turismo na região.

QUADRO 1 - Fases e marcos de Bonito

Data	Fases	Características
1948	Fundação	Criação do município de Bonito.
1970	Visitação local	Atrativos usados por moradores e familiares.
1977	Autonomia do Estado	Criação do Estado do Mato Grosso do Sul.
1978	Tombamento	Grutas do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida
1978	Programa turístico	Primeiro programa elaborado pela UFMG.
1981	Uso de água da Gruta Azul	Estudos iniciais para uso como água mineral
1982	Desapropriação	Gruta do Lago Azul
1983	Incipiente	Início da visitação não profissional.
1984	Política de Ecoturismo	Criado o Programa Nacional de Ecoturismo
1984	Primeiro plano de manejo	Manejo turístico da Gruta Azul
1986	Viabilidade econômica	Cobrança de taxas nas fazendas
1986	CONDEMA	Criação do conselho de Meio Ambiente Municipal
1987	Projeto sustentável	Pioneirismo do Projecto Vivo.
1988	Balneário Municipal	Prefeitura Municipal de Bonito desapropriou a área
1988	Passeio de botes infláveis	Início da atividade organizada descendo o rio Formoso
1992	Expedição Franco-Brasileira	Pesquisa espeleológica.
1992	Primeiro curso para guias	Início da capacitação de mão de obra local
1992	Início de obras da rodovia	Pavimentação do acesso a cidade de Bonito
1993	Bonito na mídia.	Globo Repórter sobre Bonito.
1993	Início da capacitação	1º curso de guias na região.
1993	RPPNs	Leis específicas para RPPNs, no Mato Grosso do Sul.
1993	Fundada primeira ONG local	Fundada a SoDeBon
1994	Segundo curso	Formação de guias de turismo.
1995	Normatização	Exigência de guias e <i>voucher</i> único
1995	Infra-estrutura de acesso	Prefeitura abre estradas de acesso aos atrativos.
1999	Pólos ecoturísticos	EMBRATUR identifica os pólos ecoturísticos brasileiras.
2002	Artigo Estadão	Discussão meio ambiente e turismo/lazer
2003	Associação / RPPNs.	Fundada a REPAMS.
2004	Planificação estratégica	Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil
2005	Aterro Sanitário	Desativação do “lixão”
2006	Excesso de turistas	Alguns atrativos atingem o limite de carga diária de visitação.
2007	ETE	Entra em operação estação de tratamento de esgoto
2009	Turismo científico	1º Curso de observação de aves.
2009	Aeroporto	Inauguração em maio do aeroporto de Bonito.

Elaborado por Oliveira, 2010.

Os dados no quadro foram sumariamente apresentados sem serem discutidos. A bibliografia consultada oferece maior aprofundamento e detalhamento dos períodos mencionadas e pode ser consultada para a obtenção destes dados. A intenção de apresentá-los não é a aprofundar-se em cada um dos períodos e acontecimentos, mas só delinear um fio condutor por onde correu a história da implantação das atividades turísticas.

O quadro 1, assim, pode se tornar uma boa ferramenta para colaborar na análise dos depoimentos das entrevistas ordenando os fatos e assim constituir-se numa referência para o entendimento dos acontecimentos em Bonito. Dessa forma, colaborar com a pesquisa sobre a história do turismo praticado na região. Assim, outras contribuições de pesquisa poderão completar este levantamento e auxiliar a compreensão dos benefícios ou não da chegada e fixação do turismo sob os seus mais amplos aspectos no bem-estar da comunidade envolvida. Pode servir como roteiro na escolha de recortes temporais e também para estudos comparativos da seqüência destes fatos e experiências com outros locais. Também poderá servir como contribuição para nortear a implantação de projetos de ecoturismo, já que esta trajetória pode ser um facilitador em busca de bons resultados não só para a região.

Alguns dados do quadro são aproximados já que às vezes foram encontradas contradições entre as informações obtidas na bibliografia, documentos ou sites com as obtidas a partir das entrevistas, depoimentos informais e a experiência do pesquisador acompanhando o desenvolvimento turístico da região. A consulta a todos estes materiais permitiu em alguns casos esclarecer as diferentes datas para o mesmo ocorrido e no quadro foi colocado aquele que pareceu mais consistente. Para exemplificar uma situação, Magalhães (2010)¹⁷, afirma em seu depoimento que levava grupos escolares pela Eco - Associação acompanhados pelo guia pioneiro Sérgio da gruta na década de 1980 tendo visitado a gruta do Carneiro, renomeada como gruta São Miguel. O mesmo fato do pioneirismo deste guia foi corroborado pela visita do pesquisador levando também grupos de estudantes em período de férias escolares através do projeto de educação ambiental “ecossistemas brasileiro” executado pela ONG Ipá Ti-uá visitando a mesma gruta em 1989 e 1990 acompanhados pelo mesmo guia e ambos sem contratação de agência local. (OLIVEIRA, 1989; OLIVEIRA, 1990). Em contrapartida foi encontrado em Barbosa & Zamboni (2000, p.17) que a “Gruta de São Miguel começou

¹⁷ Entrevista concedida ao autor em 17 de março de 2010.

a ser explorada pelo setor privado desde o final de 1999”. Dessa forma, foi colocado que a visitação na Gruta iniciou-se em meados de 1980, mas considerado de forma amadora e informal, apesar de que as taxas já eram cobradas, mas representavam valores muito baixos de caráter quase simbólico se comparados ao que são praticados na região atualmente. Para 1999 então foi considerada pertencendo a outra fase de Bonito, uma fase caminhando para a profissionalização e de exploração comercial.

3.3. Detalhes da ordem cronológica dos acontecimentos

O quadro 1 apresenta de forma resumida a ordem cronológica dos acontecimentos relevantes para o turismo na região de Bonito. A seguir será apresentado um maior detalhamento das informações.

1948 - Criado o município de Bonito pela Lei nº 145 - 02/10/1948.

1970 – Até a década de 1970, os únicos atrativos de Bonito eram a Gruta do Lago Azul e a ilha do Padre na beira do rio Formoso, visitadas principalmente pelos moradores do município, além de seus amigos e parentes que moravam em outras regiões.

1976 – Fundação da Associação Comercial e Empresarial de Bonito.

1977 – Divisão do estado do Mato Grosso e criação do estado do Mato Grosso do Sul.

1978 – As Grutas do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida são tombadas pelo então Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IPHAN em 13/10/1978 (processo n. 979-T-1978). O Prof. Ronaldo Teixeira da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) elaborou o “Programa para utilização de um turismo científico-cultural na área sudeste do Estado de Mato Grosso” apresentado por técnicos da Secretaria de Indústria e Comércio de Mato Grosso, com envolvimento da EMBRATUR.

1980 - Até meados dos anos 80 o discreto aumento de visitantes que demandavam a região ocorreu independentemente de qualquer preocupação com a exploração profissional do turismo. Além da Gruta do Lago Azul e da Ilha do Padre, as visitas já aconteciam com regularidade nos atrativos - Aquário Natural, Rio do Peixe e Rio Sucuri. Ademais, começaram a ser explorados os passeios de bote e os passeios em fazendas com cachoeiras. Foram instaladas as três primeiras agências de turismo em Bonito. A cidade não apresentava nenhuma infra-estrutura para estas visitas, realizadas, no geral, por pessoas da própria região.

1981- Estudos visando o aproveitamento da água do lago subterrâneo da Gruta do Lago Azul foram realizados pela TURIMAT (Empresa Turística do Mato Grosso) para

aproveitamento como água mineral, demonstrando o espírito extrativista que caracterizava as atividades econômicas naquela região, juntamente com a intensa retirada de madeira e as pesquisas minerais. O abandono do projeto de extração de água da gruta, em função de não apresentar as qualidades necessárias para este fim.

1982 - A Gruta do Lago Azul foi adquirida, juntamente com a Gruta Nossa Senhora Aparecida, pelo governo do Estado em 1982, época anterior à definição constitucional de que a propriedade de cavidades naturais subterrâneas pertence à União¹⁸.

1983 - Até meados dos anos 80 discreto aumento de visitantes que demandavam a região. Fase dos primeiros grupos de pesquisa, alguns estudantes, tour regional nenhuma infra-estrutura, hotelaria rústica. Figura pioneira do guia local Sérgio da Gruta que negociava autorização dos fazendeiros para ingresso nas propriedades.

Neste período as visitas enfrentavam a má qualidade das estradas de terra, *de chão batido*, ou até a impossibilidade em períodos de intensa chuva dificultando a circulação de ônibus de excursão.

1984 - O IPHAN aprovou um projeto de iniciativa do governo do estado que apresentou um plano de manejo turístico das grutas e que resultou na definição da infra-estrutura que viria a ser implantada na Gruta do Lago Azul. Estabeleceu-se então o traçado e o material a ser utilizado na escada de acesso ao interior da gruta, buscando facilitar o caminhar com o mínimo de impacto visual.

1986 - Os proprietários das fazendas dos rios mais procurados despertaram para a viabilidade econômica da atividade turística e passaram a cobrar uma taxa de ingresso por visitante. Tais proprietários promoveram a abertura de trilhas e a construção de escadas e decks de acesso aos rios, assumindo o controle sobre a visitação.

Através da Lei nº 396, em seu art. 3º que foi regulamentada pelo decreto nº 020/86, que criou o Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA.

1987 - Começa a se implantação do Projecto Vivo, com princípios conservacionistas, estando esse alicerçado no desenvolvimento sustentado. Começa com a preservação e

¹⁸ “A classificação dos bens obedece normalmente a dois critérios, o da titularidade e o formal, neste analisa-se o seu regime jurídico. Como bem observado por Gasparini (2003), o vocábulo bem público, possui significações díspares, pois a mesma nomenclatura pode ser utilizada tanto para designar a titularidade, ou seja, a quem pertence o bem, como a quem ele serve, ou seja, o usuário do bem. Adotando-se o critério da titularidade as cavidades naturais subterrâneas, seriam bens públicos, pois indubitavelmente, por força expressa do art. 20, X, da CF/88, pertencem à União, pessoa jurídica de direito público. Todavia a titularidade do bem não apresenta ser o mais útil, pois como bem frisado por diversos autores, o regime jurídico seria o melhor critério para identificação dos bens” (RIBAS & CARVALHO, 2009).

recuperação ambiental da Mata Ciliar, que margeia os rios, riachos, córregos e nascentes e protege os cursos d'água - rios Formoso e Miranda.

Criado em 1987 a “Comissão Técnica Nacional” do projeto “Turismo Ecológico” da EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo) em parceria com o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) para um melhor aproveitamento de todo o potencial do território brasileiro e regularização da atividade ecoturística.

1988 - A Prefeitura Municipal de Bonito desapropriou a área do atual Balneário Municipal, no intuito de fornecer possibilidades de lazer aos munícipes. Foi também à mesma época em que a prefeitura editou o primeiro folheto turístico do município. Além do Balneário Municipal, a Gruta do Lago Azul e a Ilha do Padre, os rios do Peixe e Sucuri e o Aquário Natural também começaram a receber turistas. O passeio de bote é o marco inicial da uma atividade turística mais organizada em Bonito, levando à abertura da primeira agência de turismo, a Happakany (dono do Hotel Bonanza) e os proprietários dos botes, que atuavam com rafting no rio Paraibuna, RJ.

1990 - Até este período a economia era baseada, fundamentalmente por atividades do setor primário, com pecuária de corte e no plantio da soja. Desde então, o turismo, uma atividade embrionária na época, expandiu-se a ponto de tornar-se atualmente o principal foco de dinamismo da economia local. Esta transformação na estrutura de sua economia foi acompanhada de um declínio da atividade primária, resultando em uma significativa alteração na distribuição espacial da população do Município.

* No decorrer da década de 1990, se organizaram várias associações para representar cada setor econômico: Fundação Neotrópica do Brasil (1993), Associação de Guias de Turismo de Bonito – AGTB (1994); Associação dos Proprietários de Atrativos Turísticos de Bonito e Região - ATRATUR (1996.), Associação Bonitense de Agências de Ecoturismo – ABAETUR (1996); Associação Bonitense de Hotelaria – ABH (1997); Cooperativa Prestadora de Serviços Turísticos, Agências de Viagem e Turismo de Bonito - COOPERBON; Sindicato Patronal de Bonito. Associação de Proprietários e Operadores de Botes De Bonito – APOBB, Amigos do Mimoso, Associação Comercial e Industrial de Bonito; Associação de Bares, Restaurantes e Similares de Bonito/MS e Associação de Operadores de Bote de Bonito/MS;

1992 – Foi realizada a Expedição Franco-Brasileira, que disponibilizou algumas informações e descobertas feitas por mergulhadores brasileiros e franceses fizeram

importantes explorações de cavidades subaquáticas, colocando, assim, as cavernas de Bonito como alvo de interesse, principalmente internacional, para este tipo de atividade.

Neste ano também é realizado o primeiro Curso de Formação de Guias de Turismo apoiado pelo SEBRAE, Prefeitura Municipal de Bonito e coordenada pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, constituindo-se num marco inicial para a formação de profissionais de turismo em Bonito.

A realização do primeiro curso de guias de turismo em Bonito, iniciado em dezembro de 1992 e financiado pelo Sebrae-MS, encontrou apoio de poucos sensíveis ao turismo de Bonito. Para sua realização, o curso contou com o apoio imprescindível do proprietário do Hotel Bonanza e do Restaurante Tapera que forneceram, respectivamente, hospedagem e alimentação gratuita aos ministrantes do curso. Não havia na época uma política pela profissionalização do setor. Em Mato Grosso do Sul, apenas um curso de guia de turismo havia sido realizado anos antes pelo SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, na cidade de Campo Grande. A lei que regulamenta a profissão (Lei 8623/93) não havia sido ainda aprovada. Poucos sabiam o que era o trabalho de um guia de turismo e ingressaram no curso mais por curiosidade ou por falta de opção de trabalho. O curso teve início também sob um clima de preocupação com o futuro das belezas naturais dos rios de Bonito. Foram realizados depois mais dois cursos de formação exigindo ensino médio como escolaridade mínima.

Em novembro de 1992 foram iniciadas as obras de pavimentação da rodovia MS- 382, que liga atualmente a cidade de Guia Lopes da Laguna a Bonito.

1993 - A partir dos resultados obtidos pela expedição foi ao ar na Rede Globo de Televisão o programa “Globo Repórter” com imagens e informações inéditas sobre Bonito, especificamente a Gruta do Lago Azul

A visitação Gruta do local azul passa a ser feita apenas mediante o acompanhamento de guia. Iniciadas as primeiras experiências para limitar o número de visitantes nos atrativos. Danos ambientais ainda foram causados.

Promulgação das leis específicas para RPPNs, no Mato Grosso do Sul. Primeiro estado com legislação específica para RPPN (Decreto Estadual N° 7.251/1993).

Como consequência do curso de guia de turismo, foi criada a SODEBON – Sociedade de Defesa e Desenvolvimento de Bonito, a primeira ONG ambientalista formalmente criada, mas como pode ser observado no próprio nome, a preocupação com o setor produtivo era premente. Esta sociedade acabou fechando, abrindo novamente em 2000 e encerrando definitivamente suas atividades.

1994 - Segundo a Política Nacional do Ecoturismo, no Brasil, o ecoturismo é discutido desde 1985. Mas no âmbito do governo federal governamental, a primeira iniciativa para ordenar a atividade ocorreu em 1987, com a criação de uma comissão técnica nacional, constituída por técnicos do IBAMA e da EMBRATUR. Através dos trabalhos da comissão foram apontados vários problemas na condução da atividade. Entre elas, a ausência de consenso sobre a conceituação do segmento; a falta de critérios, de regulamentações e de incentivos que orientassem a prática da atividade e a falta de um estímulo à exploração do potencial das belezas naturais e dos valores culturais, ao mesmo tempo em que promovessem a conservação. Essas razões, em especial, motivaram o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo e o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal a instituírem, pela Portaria Interministerial N° 001, de 20 de abril de 1994, um grupo de trabalho, integrado por representantes destes Ministérios, do IBAMA e EMBRATUR. O grupo de trabalho desenvolveu a política e o Programa Nacional de Ecoturismo. Como resultado dessa participação interinstitucional, este documento pretendeu nortear o desenvolvimento regional do ecoturismo e serviu como base para uma implantação de uma Política Nacional de Ecoturismo no Brasil. Essa estabelece que, as contribuições e benefícios que poderão advir da atividade de ecoturismo estão, a princípio, relacionados aos danos potenciais à natureza e à comunidade e, por outro lado, aos prováveis benefícios sócio-econômicos ambientais regionais e nacionais. Estabelece também, a necessidade de medidas educadoras como forma de mitigar os impactos preocupantes da atividade, bem como de convergir esforços na potencialização dos impactos que contribuam com ações para a solução de problemas, demonstrando a importância do desenvolvimento da EA para a atividade.

1994 – Em parceria com a Conservation Internacional, MG, The Ecoplan: net Institute, do Canadá, Instituto Ecológico Cristalino, MT, SENAC/CEATEL-SP, Fundação Florestal, SP, Bioma - Educação e Assessoria Ambiental, SP foi feito o segundo curso de capacitação de guias de turismo.

1995 - Até esta data, as intervenções do poder executivo municipal restringiram-se à execução de obras como a implantação da infra-estrutura de Balneários e a abertura de estradas de acesso aos atrativos. Neste período o *trade* turístico passou por um crescimento acelerado e “espontâneo”. O poder público não concebeu nenhum plano de ordenamento das atividades turísticas no Município. Sua atuação propiciou a otimização da vocação turística direcionada principalmente a projetos na área de saneamento

ambiental, com a implantação da usina de reciclagem e a usina de tratamento de esgotos, importantes para evitar a degradação ambiental dos recursos hídricos.

A Lei Municipal 689/95 tornou obrigatório o acompanhamento de guias nos passeios turísticos locais. . A obrigatoriedade do acompanhamento de guia credenciado nos passeios turísticos não se aplicava aos atrativos da modalidade turismo de aventura/especializado nem ao turismo de lazer.

Ainda no mesmo ano, a estruturação da atividade turística foi complementada pela aprovação da Lei Municipal 695/95 que instituiu o Conselho Municipal de Turismo – CONTUR -, integrado por quatro representantes escolhidos pelo Chefe do Executivo Municipal e por seis representantes dos segmentos ligados ao *trade* turístico local. A implementação do CONTUR contribuiu para induzir a organização dos segmentos turísticos. Foi instituído o Fundo Municipal de Turismo, o FUTUR.

Adoção do *voucher* unificado. Trata-se de um instrumento de controle, gerenciado pela Central de Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN – do município. Foi implantado oficialmente a partir da Resolução nº 001/95 do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, com negociações junto ao *trade*. Assim, a prefeitura controla a arrecadação de impostos gerados nos atrativos e nas agências e estabelecer um melhor controle do volume de visitação dos atrativos em Bonito.

Neste ano, após o encontro técnico “Diretrizes Básicas para o Gerenciamento das Grutas do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida” de iniciativa do IPHAN, foi fixado o limite máximo de visitação em 225 turistas por dia, obedecido até 2010.

1996 – Três anos após o primeiro curso de guias, a região apresentava 24 atrativos.

1997 – Levantamento indicou 19 agências de turismo locais abertas. Terceiro curso de formação de guias de turismo de Bonito.

1999 - A EMBRATUR identificou os principais pólos ecoturísticos das cinco macro-regiões brasileiras. Foram registrados 96 pólos, distribuídos.

Início da exploração comercial da Gruta de São Miguel (antiga gruta do Carneiro). A Gruta do Lago Azul recebeu 42.233 turistas - volume de visitas que equivale a 50% do potencial de turistas que a Gruta poderia receber durante um ano.

Término da pavimentação do trecho de 20 km entre Jardim e Bonito provocou aumento do fluxo de turistas procedentes de Campo Grande e de ônibus de excursões.

2000 – No total os três cursos de guia especializado em atrativos naturais, realizados em Bonito formaram 92 guias. Até esta data 56 permaneceram ativos na profissão; 26 não

estavam exercendo a atividade regularmente e 11 a abandonaram de forma definitiva. Ano do início do quarto curso de formação de guias de Bonito.

O artigo *Bonito decepcionou no Carnaval* publicado no caderno de turismo do jornal o Estado de São Paulo, órgão de imprensa de grande penetração, contribui para levar a discussão da vocação de turismo e lazer Bonito, levantando questões ligadas ao meio ambiente. O mesmo provocou debates na região e nos cursos criados no estado voltados principalmente a atender a demanda então crescente de formação superior em Turismo para atender a região e do Pantanal.

2001- A Câmara Municipal aprova a Lei 899, a qual extingue o CONDEMA e cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Bonito (BONITO, 2001).

2002 – Fundação da ONG, Associação Amigos da Brazil Bonito

2003 - Alguns proprietários rurais fundam a Associação de Proprietários de RPPN do Mato Grosso do Sul (REPAMS) para buscar apoio a projetos e divulgação das atividades desempenhadas nas mesmas e estimular a criação e manutenção das áreas existentes por meio de alternativas de sustentabilidade econômica.

2004 - É formulado pelo Ministério do Turismo Programa de Regionalização do Turismo, Roteiros do Brasil em busca de criar uma nova etapa para o planejamento estratégico no Brasil. Se constitui num modelo de gestão descentralizada, coordenada e integrada, presente no Macroprograma de Estruturação e Diversificação da Oferta Turística, do Plano Nacional de Turismo 2003-2007. Fixa para a região da Serra da Bodoquena municípios de Jardim, Bonito e Bodoquena, dois roteiros: 1.) Roteiro Bonito Aventuras e 2.) Roteiro Bonito das Águas Cristalinas.

2005 – Os resíduos sólidos antes depositados num "lixão" passam a ser destinados ao recém implantado aterro sanitário, colaborando para evitar a contaminação do lençol freático e desenvolvimento de vetores de transmissão de doenças. Criada também a Unidade de Processamento de Lixo, onde passa a ser feito o manejo do material reciclável, envolvendo grupos das comunidades, garantindo uma melhoria de renda às famílias envolvidas no processo. É fundada a Associação de Bares, Restaurantes e Similares de Bonito/MS - ABRASEL Regional Bonito (ABRASEL, 2008).

2006 – É identificada a problemática de que alguns atrativos locais têm chegado facilmente aos seus limites de carga diária de turistas à medida aumentam os fluxos para a região. Intensificasse a figura da reserva no passeio, cada vez mais necessária.

Para dar continuidade formação de Guias Especializados em Atrativos Naturais a Associação de Atrativos Turísticos de Bonito e Região - ATRATUR solicita ao Instituto

de Ensino Superior IESF da Fundação Lowtons de Educação e Cultura – FUNLEC, Campo Grande e a UNIGRAN - Centro Universitário da Grande Dourados a realização de novos cursos.

2007 - Entra em operação a estação de tratamento de esgoto, com garantia de operação até 2020, dar conclusão da rede de coleta e cobertura de 100% do serviço. Ainda será necessária toda a ligação das residências que utilizam a fossa séptica nas redes.

2009 – Lançada a proposta de Curso de Observação de aves pretendendo incentivar a atividade em Bonito podendo lançar a oportunidade de a região desenvolver ecoturismo científico.

É inaugurado o de Bonito com capacidade para receber aviões de linhas comerciais e rota nacional. Atualmente, a maior parte dos turistas que vêm a Bonito utilizando o transporte aéreo fazendo uso de vôos charters.

3.4. Outras informações sem datas específicas

Depois da formação de guias também houve a necessidade de desenvolvimento de habilidades mais específicas e de segurança e foram realizados Cursos Básicos de 1º Socorros e Salvamento Aquático pelo Corpo de Bombeiros de MS, principalmente para funcionários de passeios e funcionários de botes; Curso de Educação Continuada em 1º Socorros e Salvamento Aquático - Corpo de Bombeiros/MS para funcionários de passeios.

3.5. Como vem sendo tratadas as questões ambientais na região

Segundo Jepson (2005), o cerrado se caracteriza como um tipo de savana tropical, que originalmente cobria cerca de 20% do território nacional. Apresenta fisionomias florestais e savânicas, que se interpenetram e apresentam uma diversidade de espécies única, sendo uma das savanas com maior biodiversidade no Planeta. É um dos *hotspots* para a conservação da biodiversidade mundial (COUTINHO, 2006; SILVA & PIVELLO, 2009). As principais ameaças à biodiversidade do cerrado são a erosão dos solos, a degradação dos diversos tipos de vegetação presentes no bioma e a invasão biológica causada por gramíneas de origem africana (KLINK & MACHADO, 2005)

O uso intensivo da terra para a agropecuária é a atividade geradora de renda que ocupa a região do cerrado há mais de 100 anos (ROEL & ARRUDA, 2003). Nos últimos 35 anos mais da metade dos seus dois milhões de km² originais foram perdidos. A agricultura no cerrado é lucrativa e sua expansão deve continuar em ritmo acelerado. (KLINK & MACHADO, 2005). Do total de pastagens cultivadas, pelo menos 50% manifestam algum grau de degradação causada por excesso de pastoreio, uso de espécies forrageiras invasoras e erosão (ROEL & ARRUDA, 2003). O uso do fogo para abertura de áreas virgens e para estimular o rebrotamento das pastagens também é prejudicial, embora o cerrado seja um ecossistema adaptado ao fogo (KLINK & MACHADO, 2005). Machado *et al.*, (2004), estimam que o cerrado deverá desaparecer em 2030, caso o atual modelo de desenvolvimento seja mantido. Em função disso o cerrado é considerado estratégico para a sua conservação. No anexo 2 podem ser encontrados mapas e outros dados sobre a situação do Cerrado.

No município de Bonito uma das maiores pressões à conservação do cerrado e de outras formações vegetais é a pressão de desmatamento para monoculturas e pastagens com gramíneas exóticas, além das carvoarias, que eliminam as espécies lenhosas menos nobres (SILVA & PIVELLO, 2009). Baptista-Maria, & Maria (2008), confirmam a mesma realidade em estudo desenvolvido em uma RPPN em Bonito onde identificaram algumas ameaçadas à integridade e a conservação da vegetação natural. Fato também corroborado por Gervásio (2010)¹⁹, através dos estudos feitos na região ao

¹⁹ Entrevista concedida ao autor em 2 de abril de 2010.

prestar diversos serviços de consultoria em fazendas de gado que investiram na instalação de programas de visitação para a implantação de atrativos turísticos.

Por sua vez, deve-se destacar que alguns proprietários da região buscaram alternativas para minimizar a degradação ambiental e a perda da biodiversidade, mas como iniciativas isoladas. Em 1997 um casal de araras-vermelhas (*Ara chloroptera*) foi solto próximo ao atrativo Buraco das Araras em Jardim, MS com a intenção de reintroduzir a espécie na região. A iniciativa trouxe bons resultados e a espécie ocupou novamente a área da Fazenda Alegria, contando até o momento com 30 casais nativos (BURACO DAS ARARAS, 2010; BOGIANNI, 2010).

3.6. Bonito na mídia e o *feedback* na prática do turismo na região

Como já mencionado anteriormente, em 1993 foi ao ar pela Rede Globo de Televisão o programa *Globo Repórter* com imagens e informações inéditas sobre Bonito, especificamente sobre a Gruta do Lago Azul. Em Castro (2009), é encontrada a seguinte declaração do Sr. Clayton Castilho Gomes, diretor de Turismo da Prefeitura de Bonito: “Depois que o Chico José fez um Globo Repórter sobre Bonito, nós sabíamos que o lugar iria encher de gente. Foi preciso muita conserva entre os fazendeiros, as agências de turismo, os hotéis e a prefeitura para coordenar as atividades”, afirmou.

Esta reportagem com a apresentação dos resultados obtidos pela expedição foi o marco impulsionador da atividade de turismo na região. Isso foi confirmado em depoimento de Boggiani (2010)²⁰, e Gervásio (2010)²¹. Foi um fato que contribuiu para a divulgação da cidade e incentivou a procura pela destinação. A partir de então o fluxo de turistas sofreu um aumento expressivo. A novela Pantanal exibida em rede nacional na década de 1990 teve o mesmo efeito sobre a região vizinha levando à região um grande fluxo de visitantes de forma bastante improvisada. Apesar de em 1994 ter surgido a Política Nacional do Ecoturismo (BRASIL, 1994), o efeito da reportagem foi muito mais importante no boom do turismo regional.

Dessa maneira, Bonito inicia um processo de auto-organização e isto foi fundamental na característica da atividade local, que como na maioria das outras regiões do Brasil não surgiram a partir de um programa de governo municipal, estadual ou

²⁰ Entrevista concedida ao autor em 31 de março de 2010.

²¹ Entrevista concedida ao autor em 2 de abril de 2010.

federal que venha a identificar o potencial dos atrativos turísticos locais elaborando um plano de ação para implantação do turismo.

O turismo local desenvolveu-se ao ponto de atualmente serem encontrados vários portais de agências estrangeiras na internet com conteúdo em inglês. Também existe um Albergue do Hosteling International que oferece hospedagem para estrangeiros que visitam Bonito. Portanto, Bonito já procura captar e diversificar a divulgação de seus atrativos no mercado externo, mas ainda não obteve grande destaque que repetisse o fluxo explosivo pós reportagem de 1993 sobre a Gruta do Lago Azul.

O que foi verificado através do material divulgado pelas agências operadoras e receptivos locais na consulta de diversos sites na internet, materiais de divulgação, revistas nacionais e cadernos de turismo de jornais de grande circulação no país é de que Bonito em sido divulgado como um roteiro de ecoturismo e turismo de aventura. As publicações ligadas a turismo, por sua vez, tem como anunciantes agentes de turismo, operadores, meios de hospedagem e empresas aéreas interessados na comercialização do produto e no aumento de seu fluxo e venda. Dessa forma, por divulgarem um produto de lazer, criam em torno do mesmo, expectativas exageradas para a criação de um fetiche. Neste sentido usar o rótulo “eco” parece ser uma estratégia para atingir o público interessado. No início, na década de 1990 e início de 2000 o material estampava fotos de jovens aventureiros e atualmente, talvez numa estratégia de ampliar o leque de público interessado e de diversificar o mercado divulga famílias, pais e filhos para ampliar o produto e também em busca de amenizar a queda turismo na região nos últimos anos ou buscando a sua estabilização. Públicos diferentes com expectativas diferentes convivem bem no mesmo programa de atividades? Esta pergunta não pode ser respondida com esta investigação, mas deve ser considerada em pesquisas futuras.

3.7. Pesquisa em Bonito e o *feedback* na prática do turismo

Foi notado, durante a pesquisa bibliográfica, que, concomitante ao crescente interesse por Bonito na mídia, o crescimento econômico, o aumento fluxo de visitantes e a sedimentação da região como o principal destino de turismo de natureza no Brasil, parece haver um aumento significativo de bibliografia recente e assim o aumento da produção científica sobre o turismo local. A atividade de pesquisa poderá trazer mais subsídios para melhorar o sistematizar informações importantes e para o embasamento

nas avaliações sobre as características, físicas, biológicas, ecológicas, sócias, econômicas ambientais e culturais de região.

A proposta não foi realizar um inventário com uma listagem do que foi produzido, mas usar este dado para tentar traçar paralelos sobre a contribuição científica no desenvolvimento do turismo para verificar se existe *feedback* nesta relação como foi observado na relação mídia e o turismo em Bonito. Vale lembrar que a primeira reportagem que tornou Bonito conhecido nacionalmente tratou da Expedição Franco-Brasileira a Gruta do Lago Azul, uma expedição científica coberta pela grande mídia.

Os trabalhos encontrados no quadro 2 estão em ordem cronológica. Longe de acreditar que este levantamento está completo, levando em conta o curto período dedicado a isso e ao fato de ter sido feito apenas com publicações disponíveis na internet e algumas outras enviadas por autores. Foi possível verificar que o número de pesquisas realmente crescente nos últimos anos e, principalmente, após o boom de Bonito na mídia. Outro aspecto notado é de que foram tratados assuntos bastante diversificados, mas ainda carece de produção sobre a cultura local, praticamente não mencionada. Em sua maioria trataram do turismo, espeleologia e conservação.

QUADRO 2 - Pesquisas desenvolvidas na região de Bonito

Tema da pesquisa	Autor, data
Grutas calcárias da Serra do Bodoquena, Mato Grosso.	MENDES, 1957 (A)
Geologia da Serra do Bodoquena, Mato Grosso, Brasil	ALMEIDA, 1965 (A)
Relatório da vistoria técnica preliminar das grutas “Lago Azul” e Nsa Sra. Aparecida, situadas no Município de Bonito, MS.	PEREZ & GROSSI, 1981 (O)
Projeto Grutas de Bonito. Diretrizes para um plano de manejo turístico.	LINO <i>et al.</i> 1984 (R)
Plano de Manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) da Fazenda da Barra, Bonito/MS.	TORRECILHA <i>et al.</i> , 1995 (R)
Avaliação do Sistema de Tratamento de Esgoto e Implicações na Qualidade da Água Superficial em Bonito – MS.	IDE <i>et al.</i> , 1997 (A)
Análise Estratigráfica da Bacia Corumbá (Neoproterozóico) - Mato Grosso do Sul.	BOGGIANI, 1998 (D)
A Potencialidades Paisagísticas de uma Região Cárstica: O Exemplo de Bonito – MS.	DIAS, 1998 (M)
<i>Megagidiella azul</i> , a new genus and species of cavernicolous amphipod crustacean (Bogidiellidae) from Brazil, with remarks on its biogeographic and phylogenetic relationships.	KOENEMANN & HOLSINGER, 1999 (A)
Formação de um Cluster em Tomo do Turismo Sustentável em Bonito – MS.	BARBOSA & ZAMBONI, 2000 (O)
Turismo Sustentável Descrição e Avaliação da Gestão do Turismo de Bonito – MS.	LUNAS, 2000 (M)
Geografia e Turismo no Paraíso das Águas: O Caso de Bonito.	MARIANI, 2000 (D)
Ciência, meio ambiente e turismo em Bonito: a combinação que deu certo?	BOGGIANI, 2001 (C)
Valoração Econômica de Benefícios Ambientais como Suporte a Formulação de Políticas Públicas: Um Estudo de Caso no Balneário Municipal de Bonito – MS.	SILVA & WEISS, 2001 (T)
A Apropriação do Espaço pelo (eco) Turismo no Município de Bonito (1990 a 2000).	TRENTIN, 2001 (M)
A qualidade das águas no município de Bonito – MS.	DIAS, 2002 (A)
Bonito.	SAVIOLLO, 2002 (A)
Phebotomines (Diptera, Psychodidae) in caves of Serra do Bodoquena, Mato Grosso do Sul state, Brazil.	GALATI <i>et al.</i> , 2003 (A)
Uso e conservação da ictiofauna no ecoturismo da região de Bonito, Mato Grosso do Sul: O Mito da Sustentabilidade Ecológica no Rio Baía Bonita.	SABINO & ANDRADE, 2003 (A)
Contribuição a Caracterização da Situação Atual da Exploração das Águas Subterrâneas na Cidade de Bonito, MS.	SOUSA & LASTORIA, 2003 (A)
Voucher único um modelo de gestão da atividade turística em Bonito	VIEIRA, 2003 (M)
O Gerenciamento do turismo em Bonito, MS. IV Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal. Corumbá, MS: 23-26 Novembro.	CAMARGO & JOIA, 2004 (T)
Estudo de impacto ambiental da visitação turística do monumento natural Gruta do Lago Azul – Bonito, MS.	IPHAN; SEBRAE/MS; COMTUR, 2004 (R)

Continua...

...Continuação.

Projeto Ecodesenvolvimento no Entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena.	FUND. NEOTROPICA, 2004 (R)
Fitosociologia de um trecho da Mata Ciliar do Rio da Prata, Jardim, MS, Brasil.	BATTILANI <i>et al.</i> , 2005 (A)
Políticas Públicas de Turismo e Meio Ambiente e Indicadores de Desenvolvimento sustentável: Um Estudo sobre Bonito – MS.	TRENTIN, 2005 (M)
Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Fazenda São Geraldo – Plano de Manejo. Rio Sucuri. Bonito, MS.	COSTACURTA, 2006 (R)
PCBAP - Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai e o Zoneamento Ecológico-econômico para o Brasil.	ROSS, 2006 (A)
Ecoturismo Sociedade Anônima: Sustentabilidade, Dilemas e Perspectivas do Turismo na Serra do Bodoquena – MS.	LUNAS, 2006 (D)
As correlações entre o ecoturismo, as ONG's ambientalistas e o desenvolvimento local no território de Bonito.	MENEGUZZO, BATTASSINI, & ARRUDA, 2006 (T)
Quaternary mammals from Serra do Bodoquena, Mato Grosso do Sul, Brazil.	SALLES <i>et al.</i> , 2006 (A).
Turismo de Mínimo Impacto no Balneário Municipal de Bonito, Mato Grosso do Sul: Diagnóstico e Propostas de Implantação.	SANTOS <i>et al.</i> , 2006 (A)
Zoneamento Ecológico-econômico do Estado de Mato Grosso do Sul: Uma Proposta.	SILVA <i>et al.</i> , 2006 (T)
A Atividade e o Perfil do Profissional no Município de Bonito/MS com Alternativas para o Desenvolvimento Local.	SOLLER, 2006 (M)
Políticas Públicas de Turismo e Indicadores de Sustentabilidade Ambiental: Um Estudo sobre Bonito – MS.	TRENTIN, & SANZOLO, 2006 (A)
O papel do turismo para a conservação de recursos hídricos: O caso de Bonito, em MS.	ALHO & ANDRADE, 2007 (T)
Caracterização das Florestas Ribeirinhas do Rio Formoso e PARNA Serra da Bodoquena, MS, quanto às espécies ocorrentes e histórico de perturbação, para fins de restauração.	BAPTISTA-MARIA, 2007 (D)
Definição de capacidade de carga turística das cavernas do monumento natural gruta do Lago Azul (Bonito, MS).	BOGGIANI, SILVA & GALLATI 2007 (A).
Mammals of the Bodoquena Mountains, Southwest Brazil: An Ecological and Conservation Analysis.	CÁCERES <i>et al.</i> , 2007 (R)
O ciclo de vida do destino turístico de Bonito, Mato Grosso do Sul.	FRATA <i>et al.</i> , 2007 (T)
Ecoturismo e seu desenvolvimento: um estudo de caso comparado entre Chapada Diamantina (BA) e Bonito (MS).	DECHANDT, 2007 (M)
Arranjo Produtivo Local de Bonito/Serra da Bodoquena	LIMA, 2007 (M)
Proposta de Metodologia de Levantamento Espeleológico para Planos de Manejo em Unidades de Conservação da Natureza.	LOBO, 2007 (T)
Projeto Formoso Vivo – A aplicação do direito ambiental para a conservação da biodiversidade na bacia hidrográfica do Rio Formoso em Bonito/MS.	LOUBET, PAULINO & CONSTANTINO, 2007 (A)
Caracterização da avifauna dos arredores da Lagoa Misteriosa.	PIVATTO, 2007 (R)
Biografia e Diversidade de Formigas do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, MS.	SILVESTRE & DEMÉTRIO, 2007 (R)
Anfíbios e Répteis do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, MS.	UETANABARO <i>et al.</i> , 2007 (R)
Plano de Manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) da Fazenda da Barra, Bonito/MS. Bonito, MS.	BAPTISTA-MARIA & MARIA, 2008 (R)
Lago Azul, Bonito, MS: Onde a Luz do Sol se Toma Azul.	BOGGIANI <i>et al.</i> , 2008 (A)
Conhecendo o Município de Bonito/MS através do Olhar de seus Habitantes: Paisagens, Lugares e a Valorização da Experiência.	CERDOURA & GARDIN, 2008 (T)
Sistemas Agroflorestais como Alternativa de Recuperação de Matas Ciliares e Geração de Renda em Pequenas Propriedades no Rio Mimoso, Bonito/MS: Resultados Preliminares.	LACERDA & FASSINI, 2008 (A)
Ecoturismo: as práticas na natureza e a natureza das práticas em Bonito, MS.	LOBO & MORETTI, 2008 (A)
Avaliação do Desempenho das Organizações do Terceiro Setor no Desenvolvimento Turístico do Município de Bonito – Mato Grosso do Sul.	MENEGUZZO, 2008 (M)
Plano de manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda da Barra. CI - Brasil, REPAMS.	SCHEFFLER, FERNANDES, & PELLIN, 2008 (R)
Dinâmica de Uso das Terras nos Municípios de Bonito, Jardim e Bodoquena (MS) e o Estado e Conservação dos Recursos Biológicos do Parque Nacional da Serra da Bodoquena e de sua Zona de Amortecimento.	SILVA, 2008 (D)
Valoração Econômica das Cavernas da Microbacia do Rio Salobra, Bodoquena – MS como Subsídio ao Planejamento Ecoturístico.	SILVA & CAMARGO, 2008 (A)
Gestão Mercadológica Estratégica do Ecoturismo em RPPNs: Rio Sucuri – Bonito, MS.	SOUZA <i>et al.</i> , 2008 (T)
Composição florística de florestas estacionais ribeirinhas no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil.	BAPTISTA-MARIA, 2009 (A)
O Uso do Sensoriamento Remoto no Diagnóstico Ambiental ao Longo do Rio Formoso, em Bonito – MS, entre os anos de 2004 e 2008.	BITTAR, <i>et al.</i> , 2009 (T)
O percurso e as quedas d'água de um rio – em análise as territorialidades da atividade do turismo no alto curso do rio Mimoso, em Bonito/MS-Brasil	FELICIANO, 2009 (M)
Síntese do plano de manejo da RPPN Fazenda da Barra (Bonito, Mato Grosso do Sul), com ênfase no processo de planejamento.	SCHEFFLER, PELLIN & FERNANDES, 2009, (T)
Conservação dos Remanescentes Vegetais de Cerrado e a Dinâmica de Uso e Ocupação das Terras em Bonito, Mato Grosso do Sul.	SILVA & PIVELLO, 2009 (R)
O Uso da Água e o Ecoturismo em Mato Grosso do Sul, Brasil.	VASCONCELOS & SETTE 2009 (T)

Elaborado por Oliveira, 2010.²²

²² (M) Dissertação de mestrado, (D) Tese de doutorado, (A) Artigo (R) Relatório, (O) Outros (T) Trabalhos apresentados em congresso. Dados levantados fev a maio de 2010 num universo de produção científica de 1990 a 2009. Os trabalhos citados de Mendes, 1957, Perez & Grossi, 1981, Lino *et al.* 1984, Almeida, 1995, Boggiani, 1998, Koenemann & Holsinger, 1999, Galati *et al.*, 2003, Salles *et al.*, 2006 não foram consultados de forma direta e foram encontrados em Boggiani, 2001.

O termo *ecoturismo* apareceu na bibliografia sobre a região apenas em 2006 em uma pesquisa que analisou as atividades de turismo já quando o produto Bonito já estava bastante amadurecido. Lunas (2000) arriscou apenas o uso do termo *turismo sustentável*. Trentin (2001), se utilizou do termo *eco* em separado de turismo, tratando-o como *(eco) turismo* numa abordagem geográfica sobre a apropriação do espaço pela atividade.

Os números do Quadro 3 abaixo podem não refletir exatamente a realidade da produção científica a partir da investigação da região de Bonito, pois alguns trabalhos podem não ter sido encontrados no período do levantamento para os dados levantados entre fevereiro a maio de 2010 num universo de produção científica investigado de 1990 a 2009. O número maior em anos mais recentes, a partir de 2006, pode também estar associado à facilidade do levantamento por via eletrônica, já que foi facilitado o acesso e os serviços disponíveis por esta via através de banco de dados via internet, anais eletrônicos de encontros e periódicos on-line.

QUADRO 3 - Total de produção acadêmica por período – década e anos.

Década	quantidade	ano	quantidade
Década de 1950			1
Década de 1960			1
Década de 1980			2
Década de 1990			5
Década de 2000	3	2000	
	3	2001	
	2	2002	
	4	2003	
	3	2004	
	2	2005	
	9	2006	
	12	2007	
	10	2008	
	6	2009	
	1	2010	
Total			64

A finalidade de sistematizar estes dados obtidos a partir dos artigos encontrados na internet e outros enviados pelos autores foi a de buscar estabelecer uma relação do mesmo com o crescimento da atividade de turismo a sua projeção nacional, na região despertando interesse em pesquisadores e assim fornecer maiores subsídios a

compreensão das questões ligadas à conservação e ao turismo. Dessa forma, ser possível verificar possíveis lacunas e o efeito de *feedback* destes estudos sobre a região.

Alguns destes artigos são encontrados em sites com o da Associação de Atrativos Turísticos de Bonito e Região - ATRATUR e do IASB - Instituto de Águas da Serra do Bodoquena, sendo disponibilizados ao público em geral e interessados no turismo na região, demonstrando o interesse em alguns grupos locais em aceitar estas contribuições científicas e que servem para levar a novas reflexões e apresentar contradições que podem interferir nos rumos do desenvolvimento da atividade (ATRATUR, 2008; IASB, 2009).

As pesquisas pioneiras - 1957 a 1998 - na região foram basicamente espeleológicas e contaram com sete trabalhos. O primeiro estudo foi elaborado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e foi o levantamento potencial e cavernas na região e de teor de inventário técnico. No início da década de 1980 a maioria da produção foi pela Universidade de São Paulo, mas foi através do projeto *Grutas de Bonito - diretrizes para um manejo turístico*, via Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN que foram feitos os levantamentos sobre o potencial espeleológico da região. Para as cavernas de considerável potencial turístico foram apresentados projetos de infra-estrutura para a visitação, com marcante preocupação ambiental. Tal foi concluído em 1984 e apontava para a necessidade de planejamento da atividade turística da região, sugerindo o princípio da mínima interferência possível (BOGGIANI, 2001).

Posteriormente surgiram trabalhos sobre a análise da qualidade da água, que foram repetidos e ampliados ao longo dos anos. Desde a primeira pesquisa do potencial de turismo das grutas até a primeira pesquisa em turismo datada de 2000, passaram-se 16 anos. Até o final deste levantamento foram encontradas 27 trabalhos de pesquisa que estudaram o desenvolvimento do turismo em Bonito, incluindo este estudo. Isto representa um percentual de 42% de toda a produção científica sobre a região. Em 52 anos desde a publicação do primeiro trabalho sobre a região, o *boom* da pesquisa em turismo em Bonito ocorreu apenas nos últimos nove anos. São trabalhos desenvolvidos por pesquisadores de Universidades locais como a Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal - UNIDERP, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, instituições como EMBRAPA-MS, Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, SEMA/IMAP, Fundação Neotrópica, mas também com a participação ainda da

Universidade de São Paulo, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, Universidade de Brasília - UNB, Universidade Federal do Paraná – UFPR e Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Apesar de Boggiani, Silva & Gallati (2007), terem publicado seu artigo em 2007, o estudo foi desenvolvido entre 1999 e 2000. Em 1992 houve a expedição franco brasileira, mas o pesquisador foi o responsável pelo primeiro curso de formação de guias na região pelo seu histórico como espeleólogo tendo participado do “Grutas de Bonito – diretrizes para um manejo turístico”.

Quando saiu a reportagem do Globo Repórter mencionada anteriormente por Paulo Cesar Boggiani em seu depoimento e sendo pesquisador e profundo conhecedor das grutas da região é ele foi convidado para organizar o primeiro curso de guias de turismo, demonstrando como a academia também pode trabalhar junto e contribuir. A quantidade de estudos sobre turismo atualmente e o chamado de Bonito para pesquisadores na participação da construção do processo mostram uma relação que parece estar sendo sempre retroalimentada.

3.8. O tripé do ecoturismo para o Brasil

Dentro deste novo paradigma ambiental questiona-se o sistema produtivo e suas ações sobre o ambiente. Turismo é parte do setor produtivo e o setor produtivo deve atender algumas das necessidades humanas de sobrevivência (CARLOS, 1999). A forma de satisfazer estas necessidades provocou poluição, contaminação e destruição ambiental. Debates fizeram amadurecer a necessidade de repensar este modelo econômico e foram desdobradas novas ações, regulamentações e leis. Foram construídas as idéias de produção com menor impacto ambiental, menos desperdício em busca da sustentabilidade ambiental e não só econômica; o setor produtivo deveria incorporar o novo rótulo “eco” (ONU, 1972; ONU, 1987; ONU 1992a; ONU, 1992b). Paralelo ou consequência de grandes discussões em encontros planetários de nações para debater o assunto, aumentou o fluxo de pessoas das grandes cidades em busca de um maior contato com natureza e o turismo de natureza ganha uma renovada força. A percepção destas mudanças e a busca de encontrar segmentos *ecologicamente corretos* no setor produtivo, elegem o eco-turismo como uma atividade possível de atender esta forma de uso dos recursos naturais, de forma mais responsável e funcionando como uma ferramenta da conservação e de renda para as comunidades. Isso significa conciliar o *ser*

produtivo, sustentável economicamente, com o *ser ecológico*, sustentável ambientalmente. (SACHS, 2000; SACHS, 2004; UNESCO, 2006). O ecoturismo se torna emblemático nesta tarefa e expectativas são criadas quanto a este apresentar novas formas de relação com o meio ambiente e de benefícios na construção deste produto turístico (MEREDITH, 1995 *apud* MCKERCHER & ROBBINS, 1998; COTTERILL, 1996; MCKERCHER & ROBBINS, 1998; UNSD, 1999; SWARBROOKE, 2000; RODRIGUES, 2003).

Essa mobilização mundial e interesse crescente nas questões ambientais influenciaram a grande mídia que respondeu a este estímulo. Em resposta a isso aumentaram as reportagens e meios de divulgação que tratavam do assunto natureza no mundo e no Brasil. Em meio a essa nova exposição do patrimônio natural brasileiro, Bonito-MS tornou-se um fetiche nacional e o movimento para a região tornou-se crescente. O sucesso do crescimento econômico em torno da atividade turística em Bonito lança vários olhares sobre a região tornando-a representativa para este novo discurso ecológico. FAPEC (2006, p.61), afirma que “Bonito é o principal destino de ecoturismo do estado e do país”. Em 2005 a *Revista Viagem e Turismo* premiou o município, pela quarta vez consecutiva, como melhor destino de ecoturismo do Brasil. (REVISTA VIAGEM E TURISMO, 2006). A inserção em roteiros turísticos de abrangência nacional e internacional e premiações como a supracitada reforçam a imagem e a representatividade de Bonito no turismo brasileiro. [...] O ecoturismo é o principal segmento do turismo que vem sendo desenvolvido na região, seguido pelo turismo de aventura e pelo turismo de eventos” (FAPEC, 2006, p.62). De acordo com a EMBRATUR (2003) *apud* Spinola (2003), os principais destinos de ecoturismo comercializados no Brasil são Bonito (MS), Chapada Diamantina (BA), Chapada dos Guimarães (MT), Chapada dos Veadeiros (GO), entorno de Manaus (AM), Fernando de Noronha (PE), Lagamar (SP), litoral sul da Bahia, Pantanal (MT/MS), Serra do Mar (SP) e Vale do Ribeira (SP). Pesquisa com objetivo semelhante, realizada por Scorsato (1998), junto as 10 principais operadoras paulistas, também apontou Bonito (MS) e a Chapada Diamantina (BA) como os principais destinos demandados no ano de 1998.

Turismo de rótulo “eco” ou turismo de atrativo natural como já vinha existindo há anos no turismo tradicional?

O setor produtivo local se organizou e ampliou o fluxo de pessoas ao local, diversificaram-se os atrativos, aumentaram grandemente a quantidade de leitos, chegou

o asfalto, construí-se um aeroporto e melhoraram os serviços. Dentro de suas próprias áreas, principalmente fazendas de gado, os empresários agregaram uma nova atividade a seu empreendimento e estabeleceram uma eficiente gestão de negócios para a demanda crescente ao logo dos anos 1990. Criaram um produto, agentes de viagens ou as iniciativas locais fizeram a apropriação do rótulo “eco” em sua auto-denominação e este foi sendo oferecido no mercado. As imagens veiculadas na mídia e na publicidade criam uma expectativa no homem citadino em vivenciar experiências que estão fortemente aliadas às imagens que lhes são impostas.

As vendas foram crescentes, muitas pessoas se dirigiram a região, obtiveram sucesso econômico e a atividade foi se solidificando como produto de turismo. Por sua vez, criou-se em outros setores da sociedade, nos movimentos ambientalistas, no meio acadêmico, na *massa crítica ambiental* uma expectativa também sobre o cumprimento de suas responsabilidades ambientais e atualmente sociais que o rótulo “eco” carrega. Para se usar o rótulo não basta apenas ter como destino a possibilidade de encontrar, para deleite do visitante, imagens paradisíacas, cenários preservados para fotografar, ou para a prática de esporte radical. O sistema todo desta cadeia produtiva que pretende usá-lo deve ter, em todos os seus pontos preocupações com a sustentabilidade socioambiental. Então, afinal o que é bonito em Bonito? Bonito é bonito para quem? Onde se evidenciam e se apresentam as fragilidades que podem questionar o seu modelo de gestão a ponto de saber se o produto da região se trata de turismo, turismo sustentável ou ecoturismo? Reforçando, turismo sustentável pode ser qualquer outra atividade de turismo que não de natureza, mas de negócios, por exemplo, em que sua cadeia produtiva seja monitorada e atenda as exigências socioambientais.

Para verificar se houve entendimento do significado do rótulo “eco” e sua abrangência e suas exigências aplicadas na cadeia produtiva do setor na região, alguns dos resultados foram agrupados como sugere o Ministério do Turismo na publicação *Ecoturismo: orientações básicas* (BRASIL, 2008). Neste documento considera-se que o Ecoturismo assenta-se no tripé: interpretação, conservação e sustentabilidade. Entenda-se que o termo sustentabilidade mencionado não se refere à sustentabilidade econômica, mas sim sustentabilidade ambiental. Em Brasil (2008, p.19), ainda se encontra que o “turismo sustentável é o que relaciona as necessidades dos turistas e das regiões receptoras, protegendo e fortalecendo oportunidades para o futuro. Contempla a gestão dos recursos econômicos, sociais e necessidades estéticas, mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de

suporte à vida”. Tem como características as preocupações com a forma com que as atividades praticadas, a escala, a proteção e conservação dos recursos naturais, a relação com a paisagem e o fato das atividades de interpretação ambiental e educação ambiental estarem necessariamente embutidas no desenvolvimento do ecoturismo

A partir destas considerações foi verificado e identificado dentro do produto turístico de Bonito o que pode credenciá-lo a uma atividade de turismo de rótulo “eco” e o que não poderia a partir destas questões: conservação e sustentabilidade ambiental e interpretação ambiental.

3.9. Conservação

3.9.1. A realidade rural e o ecoturismo

Ao observar a área de estudo em busca de identificar os progressos diretos e indiretos da atividade de turismo e suas contribuições com relação às questões ambientais foram identificadas ações em prol da conservação como ações de recuperação de áreas degradadas, a criação de RPPNs, estabelecimento de limites de capacidade de carga nos atrativos (SABINO & ANDRADE, 2003; BOGGIANI, 2007; SABINO 2010²³; COELHO 2010²⁴), surgimento de ONGs locais ambientalistas, progressos na melhoria da qualidade água e na disposição de resíduos (MARIANI, 2000; TRENTIN & SAN SOLO, 2006). Mas, Sabino e Andrade (2003), afirmam que na região de Bonito existe uma enorme lacuna entre o cumprimento dos preceitos da Biologia da Conservação e o modelo de atividade turística desenvolvido por alguns empresários.

Cabe lembrar também que, o setor produtivo rural local, antes do advento do turismo se pautava por um histórico de exploração dos recursos naturais que causaram diversos problemas ambientais como desmatamento, queimadas, assoreamento, contaminação de rios, através das atividades rurais de criação de gado, plantio de monocultura mecanizada, carvoaria e mineração (PNMA, 1997; MARIANI, 2000; DIAS, 2002, ROSS, 2006; COSTACURTA, 2006; LOUBET, PAULINO & CONSTANTINO, 2007; BAPTISTA-MARIA, 2007; ALHO & ANDRADE, 2007; SILVA, 2008; LACERDA & FASSINI, 2008; BAPTISTA-MARIA & SOUZA, 2008;

²³ Entrevista concedida ao autor em 24 de março de 2010.

²⁴ Entrevista concedida ao autor em 31 de março de 2010.

SILVA & PIVELLO, 2009; VASCONCELOS & SETTE 2009; BOGGIANI, 2010, GERVÁSIO, 2010 MAGALHÃES, 2010). No início dos anos 1990, encontrava-se pichado num muro na rua principal de Bonito, a Pilad Rebuá, a frase “Os agricultores estão acabando com Bonito” (BOGGIANI, 2001).

Na região onde predominavam as atividades agrárias, o ecoturismo significaria uma transformação violenta nos modos de vida dentro deste quadro. Mariani (2000, p.245) afirma que “o homem cidadão, que procura o turismo em Bonito, busca principalmente o contato com uma vida que significa o contraste dos aspectos cotidianos da vida urbanizada. O que é importante para este turista é o contato com a natureza, com as águas límpidas e cristalinas e, sobretudo, liberdade em relação às obrigações que a sociedade industrial os impõe”. É possível imaginar o conflito gerado entre aqueles que já defendiam a preservação ambiental no local somado a chegada de alguns visitantes em busca de locais preservados e o histórico da realidade de degradação ambiental local.

Assim, a questão da conservação e sua aceitação local geraram diversos conflitos que foram relatados por todos os entrevistados (BOGGIANI, 2010, COELHO, 2010, FELICIANO, 2010, MAGALHÃES, 2010, SABINO, 2010). Relataram dificuldades graves com relação às questões ambientais, benefícios para a conservação da natureza e das comunidades que giravam em torno da atividade de turismo. Em alguns momentos não houve compreensão da sociedade local que se mostrou resistente a mudanças. Para demonstrar que a mesma não foi negociada de forma branda e que houve tensões presentes na região, dois dos entrevistados relataram ter passado por situações de intimidação, coação e ameaça a vida ao se interpor aos interesses do mercado e do lucro. Uma das situações de conflito esteve relacionada à garantia do cumprimento de normas ambientais na necessidade de EIA/RIMAS para estes empreendimentos (FAPEC, 2006).

A outra situação relatada foi a da tentativa de impedimento que um dos entrevistados não acompanhasse a TV Globo na região para fazer uma reportagem sobre o estado do lixão de Bonito e seus graves problemas ambientais comprometendo a qualidade da saúde e contaminando lençol freático da região, já que a veiculação da notícia poderia ter reações prejudiciais ao mercado potencial de turismo, reduzindo o fluxo de turistas. Um dos entrevistados, cansado das ameaças e da gravidade das relações conflituosas, afirmou não ter mais nenhuma intenção de retornar a região.

São importantes estes relatos para que se possam obter informações sobre o processo real de implantação do turismo dentro uma região que não tinha histórico de ações de sustentabilidade ambiental no uso de seus recursos naturais. Uma nova atividade como o ecoturismo atrelado ao modelo de sustentabilidade ambiental chegando aos locais isolados como a região de Bonito trás novas propostas de uso e ocupação do solo, de relação com natureza, de mudança de hábitos, de valores, sociais, culturais e religiosos.

Bonito, nascido pela fetichização da mídia, desenvolveu sua atividade de turismo sem um projeto prévio que poderia garantir mais informações importantes da realidade local procurando compreender melhor o quadro local. Os empreendimentos rurais localizados nas regiões receptivas potenciais para o ecoturismo já tem seus *modos viventi*, seus hábitos, identidades e cultura dos quais poderiam provocar graves problemas ambientais como ocorria na região. O turismo de rótulo “eco” ao entrar na região e acaba por questionar e exercer pressão para mudanças. Afinal o ecoturismo traz para as regiões alguns visitantes e profissionais interessados e que esperam encontrar a atividade de turismo colaborando com a conservação (INGLEHART, 1977; BRAITHWAITE, 1982; OLIVER, MARWELL & TEIXEIRA, 1985; INGLEHART, 1990; BLAMEY & BRAITHWAITE, 1997). No anexo 6 é apresentado um detalhamento maior dos empreendimentos que podem ser encontrados em Bonito e Jardim, suas características e produtos. No anexo 7 são copiladas algumas imagens que ilustram os diversos atrativos feitas nos locais nas visitas a campo.

3.9.2. Unidades de Conservação e ecoturismo

Um das estratégias para garantir a conservação do patrimônio natural, minimizar o quadro de problemas ambientais, estimular a recuperação de áreas degradadas e executar práticas de ecoturismo pode ser o mecanismo de criação de Unidades de Conservação - UC. Na região foi criado em 2000 foi criado o Parque Nacional da Serra da Bodoquena com uma área de 76.400 hectares, o primeiro e único Parque Nacional criado em território sul-mato-grossense (TORRECILHA & LOUREIRO, 2003).

Em muitas regiões do Brasil o turismo de natureza é desenvolvido em UCs administradas pelo poder público, como no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, Parque Nacional de Itatiaia dentre

outras. Porém, as atividades de turismo de natureza da região de Bonito são desenvolvidas em propriedades particulares e apenas algumas delas protegidas como Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN).

Em 1990, surgiu o Decreto nº 98.914 criando as RPPNs, que em 1996, foi substituído pelo Decreto nº 1.922. Em 2000, a publicação da Lei nº 9.985 institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC (Lei nº 9.985, de 18/07/2000) e as RPPNs passaram a ser uma das categorias de unidade de conservação do grupo de uso sustentável (art. 11, § 1º - Lei do SNUC). O Decreto nº 5.746/2006 regulamenta atualmente as RPPNs (BRASIL, 2000; BRASIL, 2002a; BRASIL, 2006, ICMBIO, 2010a; ICMBIO, 2010b, ICMBIO, 2010c).

As RPPNs são uma alternativa a conservação da natureza de iniciativa brasileira e exclusiva por ter caráter de perpetuidade e restrição absoluta à exploração dos recursos naturais no seu interior. É uma categoria de Unidade de conservação criada em área privada, gravada em caráter de perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica; são criadas por iniciativa dos próprios proprietários rurais que decidem constituir em sua propriedade, ou parte dela, sem que isto ocasione perda do direito de propriedade e tem como principal característica a conservação da diversidade biológica, garantindo ao proprietário a titularidade do imóvel (BRASIL, 1965; BRASIL, 2000; BRASIL, 2006).

O ecoturismo é permitido nestas Unidades de Conservação de uso sustentável (BRASIL, 2000; BRASIL, 2002a; BRASIL, 2006; ICMBIO, 2010a; ICMBIO, 2010b; ICMBIO, 2010c). Por intermédio desse mecanismo, a propriedade privada dá sua contribuição à proteção do meio ambiente e aumenta significativamente a possibilidade de se obter um cenário onde poderá haver muito mais áreas protegidas, garantindo tanto em termos de qualidade quanto de quantidade a proteção da diversidade biológica no âmbito do país. (TORRECILHA, 2000 *apud* TORRECILHA & LOUREIRO, 2003).

Em Mato Grosso do Sul, a figura das RPPNs estaduais foram criadas a partir do Decreto Estadual nº 7.251, de 16/06/93 e da Resolução/SEMA nº 006, de 26/10/93, sendo a primeira iniciativa dos Programas Estaduais dessa categoria (TORRECILHA & LOUREIRO, 2003).

Na região estudada já foram criadas seis RPPNs e uma está em processo de criação, algumas como RPPNs federais e outras estaduais. No município de Bonito são quatro: RPPN Fazenda da Barra, São Geraldo, RPPN Fazenda Singapura, RPPN Fazenda Boqueirão e no município de Jardim são duas: RPPN Fazenda Cabeceira do

Prata e RPPN Buraco das Araras (TORRECILHA & LOUREIRO, 2003; ICMBIO, 2010a; ICMBIO, 2010b; ICMBIO, 2010c). A RPPN Estância Mimosa de Bonito está em processo de criação. (FAZENDA CABECEIRA DO PRATA, 2010). As RPPNs Fazenda da Barra, Fazenda Cabeceira do Prata, Buraco das Araras e Estância Mimosa de Bonito já recebem grupos de visitantes. No anexo 4 são apresentadas informações complementares sobre as RPPNs da região.

3.9.3 O efeito bolha em Bonito

A conservação dos recursos naturais para que uma região receba um rótulo “eco” para as suas atividades não deve estar associada apenas a conservação ambiental dentro das *bolhas ecoturísticas*, que restringem a atenção apenas para o aqui e agora da visita de ecoturistas (CARRIER & MACLEOD, 2005) e que é feita para atender a demanda de quem deseja visitar a região, focada no visitante e nas expectativas alimentadas do fetiche do produto turístico oferecido no mercado. Isto caminha também para algo bastante preocupante com relação a uma *autenticidade encenada* (COHEN, 1988; 2002; MAC CANNELL, 1973). Esse isolamento do turista num universo sem maior contato com a realidade local pode também ser um dos fatores que contribuam para o aumento do *grau de irritação* da comunidade receptora, como abordaram Doxey (1975), e, posteriormente, Butler (2006), estudando a capacidade de carga sociológica.

A operação turística sem nenhuma menção a questão do entorno e do ambiente, só aos atrativos, acaba por evidenciar uma imposição territorial de um enclave turístico ponto-a-ponto, o que não contribui necessariamente de fato para a realidade ambiental do local com relação à conservação de seus biomas/ecossistemas. A criação e o funcionamento das instalações que são utilizadas para atrair os turistas que podem pagar para usar o atrativo podem perturbar e constranger a população local. Essas rupturas e as restrições são incorporadas nas fundações destes destinos ecoturísticos. Muitas das necessidades locais são freqüentemente substituídas por demandas externas como advertem Guarda e Masaiganah (1997) *apud* Alcamo, *et al.* (2003). Bogiaggi (2010), durante a entrevista fez uma comparação do produto turístico de Bonito a um parque de diversões.

Mas o trade deve ter uma participação mais expressiva e ativa nas questões ambientais não apenas na área protegida da *bolha* ou *cúpula* que envolve os atrativos que geradores lucros. Os cenários a serem consumidos e que podem inferir lucro se

mantém paradisíacos. O comprometimento da conservação sugerida para as atividades do ecoturismo não está na relação direta do ganho versus a conservação local. Portanto, neste aspecto do isolamento dos atrativos turísticos preservados nestas *bolhas* que se encontram em fazendas de criação de gado, cabem estudos mais aprofundados para quanto a extensão dos benefícios ambientais para verificar o grau de atenção dado de fato às questões ambientais nos empreendimentos, estendendo a investigação para estuda também a relação da atividade pecuária do local com o meio ambiente.

Deve-se levar em consideração em Bonito que a prática do turismo pode provocar uma forte transformação do *modus vivendi* da comunidade com perdas culturais e sem oferecer ganhos sociais. As operadoras para poderem vender os pacotes (o pacote é, alias, uma metáfora muito rica neste sentido, pois o mercado literalmente *empacota* o lugar visitado, a natureza, as pessoas, sua cultura e subjetividade etc.), acabam impondo condições de adaptação às comunidades receptoras: não só na condição material das instalações para receber os ecoturistas, mas especialmente na questão do tempo dessas comunidades que é adequado ao tempo do grande capital. Estas passam a viver em função do tempo da produção do consumo e do consumo da produção (HINTZE, 2010).

A ausência da participação da comunidade no desenvolvimento do turismo pode ser conseqüência das situações de conflito entre a sociedade e a atividade turística. O usufruto dos atrativos turísticos pelos moradores devido a dificuldade de acesso e preço cobrado para determinados passeios estão das possibilidades da população residente (FAPEC, 2006). Por outro lado Mariani (2000), considerou que a implantação do balneário voltado a atender as classes com menor condições financeiras, abre a possibilidade de turismo social e de lazer local, e assim o acesso a estes bens naturais se torna mais democratizado.

A ausência de interação entre os moradores e os turistas, que trazem novos hábitos, desrespeitando os costumes locais pode ser apontada como outra situação potencial de conflito devido a falta de inserção da comunidade no desenvolvimento da atividade turística. A indústria do turismo exige um grau maior de qualificação e pode não oferecer diretamente oportunidades de utilização da mão-de-obra local (FAPEC, 2006).

O aumento significativo de pessoas na cidade durante algumas épocas do ano (alta temporada), carnaval, festivais de música, entre outros eventos pode provocar o aumento da violência local, prostituição, utilização em excesso dos recursos naturais e

geração de resíduos acima da capacidade local de coleta. Apesar do aumento da quantidade de turistas beneficia alguns atores do setor turístico, tais conseqüências resultam na posição contrária da sociedade na realização dos eventos (FAPEC, 2006).

Oliveira (2000), relata que no carnaval de 2000 presenciou conflitos de interesses entre grupos que foram a região na expectativa de prática de ecoturismo de contato com natureza, fugindo do carnaval dos grandes centros, buscando silêncio, sossego e encontraram festividades com forte aparato policial nas ruas e que duraram até o dia clarear com som em alto volume e grande circulação de pessoas nas áreas centrais da cidade, vindos também de outras regiões vizinhas. Seria possível achar um convívio para as duas atividades na cidade, mas a total desorganização do evento criou conflitos desnecessários entre dois grupos. Caixas de som em frente aos hotéis principais das cidades, durante toda a noite, carros com som no último volume, policiais fortemente armados nas ruas, lixeiras que não deram conta de toda sujeira, garrafas quebradas pelo chão, cheiro de urina pelas ruas e um cenário “nada a ver com a imagem ecológica que a cidade tenta passar pela mídia” (p.2).

COELHO (2010), aborda o tema em seu depoimento e afirma que esta questão ainda não é de todo resolvida na cidade e ainda se debatem alternativas de mudança de local para um carnaval afastado das áreas centrais e longe dos hotéis entre outras medidas.

3.9.4 Patrimônio natural das cavernas da região

Nas porções aflorantes de rocha calcária formam-se as cavernas e grutas da região que são exploradas turisticamente (IDE, 1997). A Gruta do Lago Azul é uma das mais importantes cavernas do patrimônio espeleológico nacional e um dos mais importantes atrativos naturais de Mato Grosso do Sul, com destaque para o lago subterrâneo que adquire a cor azul intensa sob incidência dos raios solares e tem excepcional valor paisagístico (BOGGIANI, 2008; CASTRO, 2009).

No relatório de Perez & Grossi de 1981 citado em Boggiani (2001), foi dado destaque à intensa depredação dos espeleotemas e presença de lixo, principalmente na Gruta Nossa Senhora Aparecida. Diante da visitaçao altamente depredatória, esses geólogos recomendaram o treinamento de condutores de visitantes e mapeamento das grutas para planejar a infra-estrutura turística.

Em 1977 o conhecido Sérgio da Gruta começou a acompanhar grupos na região. Com o aumento da curiosidade sobre a região aumentou o volume de pessoas para ver os mesmos destinos. Naquela época, a Gruta azul, cartão postal da região acabou tendo uma visita muito grande que poderia descaracterizá-la por este volume de pessoas que a visitam. Por isso, a mesma acabou sendo fechada com um portão de ferro e cadeado para garantir uma limitação de entrada e de acidentes. No relatório elaborado por Lino *et al.* (1984) *apud* Bogianni (2001), foi recomendada a construção das grades, ainda hoje existentes nas entradas das duas grutas, e iniciado o processo de tombamento das grutas do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida pelo IPHAN. Quem sai da cidade grande cercado de grades de segurança acaba sendo recebido por uma interferência na paisagem natural descaracterizando o patrimônio. Outras soluções poderiam ser oferecidas que provocasse menor impacto visual no local como o uso de cercas vivas ou um sistema de vigilância 24 horas no local.

Foi também construído o caminhamento no interior da Gruta do Lago Azul com a utilização de blocos calcários rejuntados com massa de cimento com o objetivo de facilitar o ingresso buscando o mínimo de impacto visual. No relatório também foi estudada a Gruta Nossa Senhora Aparecida que foi interdita à visita a partir de 1994 e assim permanece até o fim da pesquisa e abril de 2009 (BOGGIANI, 2001).

A determinação da quantidade de pessoas que cada atrativo turístico pode receber é feita por órgãos públicos de regulação e fiscalização ambiental. Porém, como afirma FAPEC (2006), os métodos utilizados para a definição da capacidade de carga dos atrativos de Bonito utilizam metodologias duvidosas, que provocam questionamentos quanto à capacidade de carga real suportada. Nota-se também a ausência de mecanismos de fiscalização para mensurar o número de visitantes nos atrativos e os conseqüentes impactos causados.

Outra questão que parece controversa é a visita controlada da gruta do Lago Azul. Pela quantidade de pessoas que são permitidas - 305 visitantes/dia. Numa conta rápida com funcionamento de cerca de seis horas/dia, seriam 51 pessoas por hora e cerca de uma pessoa entrando na caverna por minuto. Para este movimento a permanência não pode ser longa, não é possível um registro melhor, uma atividade de observação mais detalhada ou até contemplativa, ou mesmo educativa aproveitando os elementos por ela apresentados. É uma limitação de capacidade de visita que possa garantir menor impacto ambiental, mas parece não corresponder a expectativa de um

turismo ecológico que possa aproximar e criar identidade e possibilidade e envolvimento dos visitantes com os locais visitados.

Outra importante gruta que conta hoje com equipamentos instalados é a Gruta de São Miguel, antiga Gruta do Carneiro cuja cavidade principal mostrava uma grande variedade de espeleotemas - estalactites, e estalagmites. Quando o autor visitou a gruta em 1989 testemunhou e fotografou as formações de *corais* e *ninhos de calcário*. Magalhães (2010), confirma em seu depoimento a mesma observação destas formações vistas na Gruta na década de 1980, mas lamentavelmente não encontramos mais em outra visita mais recente em fizemos na década de 1990, a mesma riqueza desta formação que foi esculpida pela natureza durante milhões de anos.

3.9.5. Detonação das minas e ecoturismo.

A predominância de litologias calcárias propicia a atividade mineral na região, sendo hoje o principal pólo produtor de calcário dolomítico do Estado, utilizado como corretivo do solo (IDE, 1997). Em passado recente relata-se sérias situações de conflitos entre os agentes da atividade de mineração e o turismo, devido à detonação de explosivos. Uma solução paliativa adotada em determinada ocasião foi à restrição dos horários de detonação e no volume de carga dos explosivos. A extração na região tem provocado preocupações, não somente nos interessados ligados ao desenvolvimento do turismo, como também, em entidades ambientalistas (FAPEC, 2006).

3.9.6. Rios e conservação da natureza em Bonito

Bonito, Bodoquena e Jardim fazem parte da bacia do alto Paraguai (BAP) (HARRIS *et al.*, 2006). Os cursos d'água estão entre os principais atrativos da região e alguns estão entre os rios de maior beleza cênica do mundo em razão de suas águas cristalinas (COUTINHO & AMARAL, 1999 *apud* LACERDA & FASSINI, 2008).

Geologicamente, a cidade assenta-se sobre a predominância de rochas de origem calcárias. As cabeceiras estão em nascentes cársticas e assim apresentam águas límpidas e propiciam a formação de cursos d'água com grande transparência, favorecendo a instalação de balneários e constituem atrativos turísticos intensamente explorados (IDE, 1997; BOGGIANI, 2008). Há o reconhecimento da importância da conservação dos corpos dá água como atrativos para o desenvolvimento do turismo na região que pode

ser visto pelo relato do diretor de Turismo da Prefeitura de Bonito afirmando que “nosso ganha-pão é a pureza da água” sobre a água pura e cristalina que deu fama a Bonito (CASTRO, 2009).

As grandes alterações causadas pelo desmatamento do Cerrado e domínios de Mata Atlântica nas vegetações ripárias para o cultivo de pastagens vêm afetando drasticamente os rios e córregos do município de Bonito/MS (KLINK & MACHADO, 2005; SILVA, 2000 *apud* LACERDA & FASSINI, 2008). O diagnóstico ambiental do rio Mimoso, realizado em 1999, mostrou que havia uma significativa mudança na cobertura vegetal devido ao desmatamento e formação de pastagens, com conseqüente degradação da vegetação original (COUTINHO & AMARAL, 1999 *apud* LACERDA & FASSINI, 2008). O que se verifica é que a atividade agropecuária do planalto cresce associada diretamente a graves processos de erosão acelerada, que conduzem à redução da fertilidade, à contaminação e à perda de solo, causando danos ambientais cada vez mais relevantes também no Pantanal (ANA, 2004).

Também deve ser considerar uma reversão em situações pontuais onde houve diminuição relatada dos desmatamentos e recuperação ambiental de áreas degradadas em torno dos atrativos (GERVÁSIO, 2010). Na Fazenda da Barra onde se instalou o Projecto Vivo, segundo informa Gervásio (2010), foi feito desde o início o reflorestamento de mata ciliar ao longo dos rios para conter o forte assoreamento como uma das iniciativas do projeto para reverter à situação de degradação ambiental do local.

A conservação destes bens está amparadas na Lei Estadual 1.871/1998 que estabelece a forma de conservação da natureza, proteção do meio ambiente e defesa das margens nas áreas contíguas aos Rios da Prata e Formoso; na Lei Estadual nº 2.223/2001 que responsabiliza os proprietários e arrendatários de imóveis rural e urbano, pela poluição hídrica dos rios cênicos e na Lei Municipal 989/2003 que estabelece que os rios comprometidos na bacia hidrográfica do rio Formoso são considerados cênicos (IASB, 1998; MATO GROSSO DO SUL, 2003; LOUBET, PAULINO & CONSTANTINO, 2007).

No anexo 3 podem ser encontrados mapas da localização dos principais corpos d'água.

3.9.7. Qualidades das águas de Bonito

Em análise de ANA (2004), para estas bacias hidrográficas os parâmetros que mais prejudicaram a qualidade da água foram turbidez e coliformes fecais. Foram encontrados agrotóxicos em diversas amostras analisadas, e as análises de metais pesados nas águas e em sedimentos dos diversos rios mostraram concentrações pontuais elevadas em alguns locais. A poluição hídrica nos rios que possuem trechos próximos de áreas urbanas é devida principalmente à presença de coliformes fecais e nutrientes.

Ide (1997), verificou que o efluente final da ETE-BONITO apresentou elevadas contagens de coliformes, que podiam comprometer a qualidade da água do corpo receptor. A qualidade das águas do córrego Bonito após atravessar a zona urbana da cidade de Bonito e receber contribuição de esgoto bruto, além dos efluentes, foi classificado como de péssima qualidade, melhorando a sua qualidade para média classificação após receber as águas dos córregos Restinga e Marambaia. Alertava que a diminuição da qualidade do rio Formoso poderia afetar a atividade turística da região, uma vez que um balneário público ficava à montante deste ponto.

Para o Rio Sucuri não existe nenhuma forma de despejo de efluentes, as anotações de coliformes são provenientes de mamíferos e aves silvestres, que não causam contaminação preocupante para os seres humanos (COSTACURTA, 2006).

Apesar dos problemas em relação ao sistema de esgotos, Bonito compõe um dos únicos sistemas de tratamento de esgoto do interior do estado (MARIANI, 2000). Até 2004 Bonito contava com 55% da população atendida pelo sistema de tratamento de esgoto (SANESUL, 2004 *apud* TRENTIN & SANSOLO, 2006). Em agosto de 2009 a Sanesul abriu licitação para execução de obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário visando garantir 95% de cobertura (SANESUL, 2009). Esta meta será atingida, segundo a empresa, em 2020 com a ligação de quase 100% das residências na rede coletora. Mas esta não é a mesma realidade dos municípios do entorno. A cidade de Bodoquena teve anunciada a construção somente em outubro de 2009 de duas estações elevatórias de esgoto e a ampliação do sistema (VIANA & GOMES, 2009).

Algumas outras situações sobre estes conflitos foram levantadas também por Boggiani (2001), quando relata que os guias do primeiro e segundo cursos de formação locais se empenharam em exigir que a questão de tratamento de esgoto, que os afetava mais diretamente, fosse resolvida antes que a estrada que o poder público estava para implantar em busca de resolver uma questão direta do turismo que era garantir maior

conforto e facilidade de acesso ao visitante. E isso vinha em detrimento de resolver para a comunidade local ligado a saúde da população e também a falta de percepção do efeito direto que a água contaminada poderia ter sobre os visitantes já que boa parte, ou talvez a maior dos atrativos buscados em Bonito estão ligados aos recursos hídricos da região.

Segundo a Sanesul (PDITS 2004 *apud* TRENTIN, 2005) o crescimento da atividade turística levou a perfuração de 38 poços tubulares para abastecimento destes empreendimentos e alertou para o fato de sendo que alguns não tomaram as devidas providências técnicas para evitar a contaminação dos lençóis freáticos. Outra questão ligada a água, não provocada pelo turismo, mas que afeta a região é o assoreamento como mostraram os relatórios do IASB (2009) e ANA (2004). Leis Municipais e Estaduais, como já foram apresentadas, garantem penas a estes prejuízos em rios cênicos, mas apenas em rios cênicos e a situação para este propósito está sendo revertida nos rios de uso do turismo (LOUBET, PAULINO & CONSTANTINO, 2007).

Com o crescimento da atividade turística da infra-estrutura, como os meios de hospedagem, até 2004 houve a perfuração de 38 poços tubulares. A situação mais crítica observada é que grande parte das perfurações é executada sem observância de normas técnicas e sem acompanhamento por técnico da área. De acordo com a Sanesul, os problemas de contaminação (poluição) das águas subterrâneas em aquífero fissurados, são irreversíveis, pois a renovação de água nestes aquíferos se processa com velocidades muito baixas, dificultando sobremaneira a recuperação de suas características qualitativas e quantitativas (FUNDAÇÃO NEROTROPICA 2002, TRENTIN, 2005, TRENTIN & SANSOLO 2006, COSTACURTA 2006).

O Zagaia Eco-Resort Hotel em Bonito foi multado em 1993 Polícia Militar Ambiental (PMA), por estar retirando água de uma área de preservação permanente após vistoria do IBAMA que teria identificado o problema. O Comando do Destacamento Ambiental autuou a empresa e alegaram encontrar duas bombas nas nascentes para captação da água que, de acordo com a PMA, a água retirada estaria abastecendo o lago artificial do Hotel. Na época o hotel alegou ser apenas um mal entendido já que eles tinham licenciamento ambiental fornecido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente para usar a água para manter o nível da lagoa do Hotel que abriga patos e peixes (ECOIA, 2003).

O aumento de fluxo de visitantes à região também exige não só o destino adequado nos efluentes líquidos na infra-estrutura instalada junto aos atrativos, mas na

área urbana da cidade onde em Bonito onde aumentaram os meios de hospedagem e onde se encontram os principais restaurantes, numa demanda crescente para o tratamento de esgoto municipal. A Sanesul garantiu que até quase 100% dos municípios estará ligados a rede coletora da nova estação construída (COELHO, 2010). A Sanesul é uma empresa estadual e se esta é a meta para Bonito, mas para cidades como Jardim e Bodoquena que fazem parte do roteiro turístico de Bonito, esta não é a mesma realidade (VIANA & GOMES, 2009). A pesquisa não levantou a situação geral do tratamento de esgotos no Estado, mas este fato parece denotar apenas o imediatismo focado em trazer soluções para o local que está em mais evidência para evitar o fluxo de visitantes não caia.

Eventos turísticos na cidade aumentam o fluxo de pessoas e sobrecarregam estes sistemas. No carnaval de 1999, a SEMA promoveu coleta de amostras d'água ao longo do Rio Formoso, antes e depois do carnaval de rua ali promovido. Na foz do Rio Bonito com o Rio Formoso, os índices de coliformes fecais saltaram de 1100 para 13000 por 100 ml, e no Córrego Bonito, na malha urbana, os índices foram de 300.000 para 5.000.000 por 100 ml, o que demonstra ser uma atividade de significativo impacto ambiental, o que requer licenciamento prévio a um evento que reúna um grande número de pessoas além dos moradores (MARIANI, 2000). Dias (2002), observa também que no período de seca - em julho, agosto e setembro – também a aumenta a carga poluidora já que carece de águas superficiais para sua diluição natural. A que se considerarem também os eventos locais como campeonato de canoagem, carnaval e o festival de inverno a possível sobrecarga do sistema.

A piracema, período de reprodução dos peixes coincide com o período de alta temporada. A presença de diversas espécies, bem como os aspectos de seu comportamento alimentar, reprodutivo e social constitui indicadores do estado de conservação do ambiente que podem ser totalmente alterados pela ação da atividade turística na região (FAPEC, 2006).

Cabe destacar também que a grande maioria das cidades que recebem de turistas não oferecem infra-estrutura para resolver o problema de descarte adequado dos resíduos dos ônibus de excursões que chegam ao local. Observamos com grande frequência, que os motoristas muitas vezes esvaziam este reservatório na beira de estrada ou outros locais que ache conveniente. Foi observado isto também algumas vezes na cidade de Bonito (MS). A eliminação de um grande volume resíduos líquidos de visitantes deva ser considerada, pois o material químico e fecal podem vir a ser

contaminantes de corpo de água e de poços de captação de água. No anexo 3 podem ser encontrados mapas da qualidade das águas dos principais corpos d'água.

3.9.8. Resíduos sólidos

Situações como a de tomar providências quanto a mudar a forma deposição do lixo da cidade que era feita a céu aberto no *lixão* de Bonito foram adiadas ou tratadas com descaso constante como o relato de Gervásio (2010), e também por Trentin & Sansolo (2006). O “lixão” atualmente transformou-se em aterro sanitário, mas ainda reside o problema de que diversos empreendimentos que não fazem nenhuma separação do lixo. Alguns empresários mostraram preocupação com relação à questão do esgoto sanitário e dos resíduos sólidos, mais sobre o impacto nelas na mídia, pois a veiculação de informações que pudessem denegrir o produto ou a região poderia reduzir os investimentos no setor turístico da cidade (TRENTIN & SANSOLO, 2006). No depoimento do diretor de Turismo da Prefeitura de Bonito ele afirma que “nosso ganha-pão é a pureza da água” (CASTRO, 2009). Parece, portanto haver uma sinalização de uma preocupação em conservar muito mais ligadas: a.) necessidade de manter o atrativo para geração de lucro; b.) pelos efeitos da informação na mídia e o efeito da notícia junto a população consumidora potencial. Isso supõe que dentro do histórico de Bonito as discussões sobre conservação devam ainda ter que avançar muito entre os empresários e o poder público locais para que haja maior comprometimento direto em busca de uma adesão mais espontânea ao envolvimento com a conservação. Aspectos ligados a etnoconservação e de uma ética ambiental de valor intrínseco não foram identificados na pesquisa e ainda estariam bem distantes da abordagem destas pautas pela na região (HOLDEN, 2003).

No Buraco das Araras na Fazenda Costa Rica, foram reintroduzidas araras-vermelhas para resgatar a população local, feita toda a limpeza da área e um pequeno programa de reflorestamento ao redor do buraco. Com relação a isso, uma colocação bem positiva denotando uma relação de pertencimento, valorização e envolvimento. O Buraco das Araras já foi um *lixão* da cidade de Jardim, MS. O proprietário Modesto Sampaio diz que o local chegou a ser apelidado de “buraco dos urubus”, pois não havia nenhuma arara quando ele comprou a propriedade e a quantidade de lixo atraía estas outras aves. Assim, colocou para ele um desafio que se colocou e relata assim “se eu conseguir dez araras voando aqui é um sonho realizado. A gente poder construir o que

estava destruído. Essa foi uma experiência que a gente pode fazer [...] tem que ter coração, trabalhar com amor e com carinho” (BOGGIANI, 2010; PORTO, 2010).

O cumprimento de normas ambientais deve valer para todas as estâncias e atender, antes de tudo, a uma legislação nacional criando um empreendimento dentro da normatização de licenciamento ambiental e mais futuramente com relação à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), garantindo tratamento adequado da água e dos resíduos, estimulando a reciclagem e planejando a drenagem fluvial adequada (PIOVESAN, 2010).

3.9.9. Indicadores ambientais em Bonito

Trentin (2005), desenvolveu recentemente um trabalho de pesquisa procurando levantar alguns indicadores ambientais para a região de Bonito. É importante a apresentação e leitura destes dados, pois possibilita ampliar a análise para uma abordagem mais ampla da ação das atividades do turismo na região e sua relação com meio ambiente, cultura e a sociedade receptora. O que pode ser mais comumente encontrado na literatura ou acompanhado através do exercício profissional de consultores em ecoturismo são em geral, trabalhos sobre a relação visitante/área visitada para avaliação da *capacidade de carga*, que em geral, leva em consideração o número de pessoas suportável pela área, *capacidade de suporte*, que considera a densidade máxima que pode ser sustentada em um dado espaço e o *limite aceitável de câmbio* como vetores de pressão sobre as paisagens naturais e, geralmente, áreas protegidas (STANKEY, 1985; AMADOR *et al.*, 1996; TAKAHASHI, 1997; HOCKINGS, STOLTEN & DUDLEY, 2000; BUCKLEY, 2003). No Brasil, os estudos e projetos implantados foram bastante influenciados pela metodologia de avaliação sugerida por Cifuentes (1992).

Tão importante quanto, mas ainda relegadas a um segundo plano, estes indicativos de Trentin (2005), devem estar nos planos de implantação e desenvolvimento das atividades de turismo em uma região que pretenda obter o rótulo “eco”. Dessa forma, podem ser reconhecidos e identificados todos os possíveis danos avaliados por todos os atores que fazem parte da complexa rede de prestação de serviços do turismo (emissores, receptivos, operadores, transporte – avião, navio, ônibus, veículos menores, restaurantes, serviços públicos, guias dentre outros). No anexo 10 podem ser encontradas maiores informações sobre como os meios de hospedagem

foram avaliados quanto a questão de uso de recurso hídrico e destino de resíduos sólidos.

3.9.10. Melhoria dos acessos a região

A pavimentação da rodovia de acesso à Bonito para atender a demanda do “eco” turismo regional foi realizada provocando diversos danos ambientais desnecessários que poderiam ter sido evitados (BOGGIANI, 2001; BOGGIANI, 2010). Segundo Boggiani (2001), a questão da ligação asfáltica na época deste curso também foi muito debatida no primeiro e segundo cursos de guias locais em 1994. O grupo de alunos acabou por reivindicar junto às autoridades governamentais para que o problema de esgoto da cidade fosse solucionado antes da pavimentação.

Como a região está investindo na imagem de turismo de natureza poderia haver a preocupação com os impactos dos acessos e deve que ser incorporada na implantação da infra-estrutura do turismo de rótulo “eco”. Já existe atualmente na literatura além grupos de pesquisa no Brasil (Grupo de Estudo em Ecologia de Estradas – UFLA) trabalhando como a área denominada como *ecologia de estradas (road ecology)* que integra contribuições das áreas de planejamento dos transportes, hidrologia, ecologia e outras ciências das rodovias sobre a fauna (FORMAN & ALEXANDER, 1998; FORMAN *et al.* 2003; SWITALSKI *et al.*, 2004; FORMAN 2004; COFFIN, 2007).

Na região isto tem ocorrido desde a década de 1990. Mais precisamente, em novembro de 1992 foram iniciadas obras de pavimentação da rodovia MS- 382, que liga atualmente a cidade de Guia Lopes da Laguna a Bonito. Durante esta obra, foram realizados desmatamentos, inclusive a remoção da mata ciliar entre o Rio Formoso e Rio Formosinho, próximo ao Balneário Municipal, sem a devida autorização do IBAMA. Não foi exigido o EIA-RIMA para esta estrada e o fato de não ter sido levado em consideração o impacto ambientais e sociais que a ligação asfáltica poderia provocar com aumento do fluxo turístico para uma região, ainda sem a mínima infra-estrutura, na Licença Prévia da SEMA n. 037/92 expedida em 13/08/1992. Diante destes fatos, a Promotoria de Justiça de Bonito abriu inquérito o qual resultou em acordo no qual o DERSUL ficou compromissado em implementar uma ciclovia na pista no trecho entre Bonito e o Balneário e reflorestar as margens da estrada neste trecho. Na verdade as obras da referida rodovia foram paralisadas meses depois, não em função da questão ambiental e sim pela falta de recursos e foram retomadas somente em 1999, com a

inauguração da nova rodovia, num momento onde a cidade não estava preparada para receber um grande número de visitantes (BOGGIANI, 2001).

Em maio de 2010 foi inaugurado o terminal de passageiros do aeroporto de Bonito. O aeroporto tem agora a possibilidade de receber vôos regulares feitos por aeronaves de pequeno, médio e grande porte. Uma grande operadora de turismo convencional já opera vôos semanais, fretados e diretos, entre São Paulo e Bonito, a partir do aeroporto de Guarulhos (PANROTAS, 2010). Mariani (2000), adverte que facilitar ainda mais os acessos em um período onde a região não tinha infra-estrutura para receber tal demanda poderia levar a saturação do local, degradação dos atrativos e especulação imobiliária. A região implantou novas infra-estruturas, mas a pressão crescente de aumento de fluxo pode caracterizar mais um turismo convencional de massa do que ecoturismo.

A melhoria dos acessos e a transformação dos pacotes dão indícios e criar um novo vetor no processo de (re)ordenamento do território regional, movido, pela apropriação e pelo consumo turístico de seus recursos naturais e uma abertura da região ao turismo de massa. Entende-se que a hiper-estruturação não é ponto necessário para a implantação de uma atividade ecoturística. Em se tratamento do entorno, do acesso e do próprio atrativo natural, quanto menor for à quantidade de interferências ao ambiente, melhor poderá ser a experiência fornecida ao visitante (LOBO 2008).

Como relação a todos estes aspectos ambientais levantados Dias (2002), recomenda que sejam realizados de estudos da capacidade de carga do turismo; um plano diretor de turismo que integre os princípios e normas conservacionistas aos objetivos econômicos e sociais; adequação do sistema de saneamento básico e lixo e eliminação de lançamento das atividades poluidoras nas galerias de águas pluviais.

3.9.11. Código de Ética e de Conduta Ambiental

No site da Associação de Hotéis Roteiros de Charme pode ser encontrado desde 1999 o *Código de Ética e de Conduta Ambiental* para cumprimento dos hotéis pertencentes à Associação. A associação de hotéis de charme tomou há anos atrás um iniciativa pioneira de auto-regulação, independente de legislação a respeito, em discutir e construir um Código de Ética e de Conduta Ambiental que deve ser respeitado pelos meios de hospedagem a ela associados. Existem 44 hotéis associados em todo território nacional, mas em Bonito existe apenas um deles representado Bonito tem apenas um

meio de hospedagem seguindo este código de Conduta. Destaca-se no Código que existe uma determinação recomendando envolver os hóspedes no programa. (ASSOCIAÇÃO DE HOTÉIS ROTEIROS DE CHARME, 1999).

A elaboração de um documento como este pelo trade do turismo em Bonito poderia colaborar e muito com um compromisso a pequeno, médio e longo prazo com a questão do turismo e a conservação pelos agentes. No anexo 11 está na íntegra o “Código de ética e de conduta ambiental” da Associação de Hotéis Roteiros de Charme.

3.10. Interpretação Ambiental

Os atrativos e pontos turísticos em espaço rural da região de Bonito encontra-se em sua maioria dentro de fazendas de criação de gado. Basicamente, as atividades que se desenvolvem em Bonito são de flutuação nos rios de água cristalina, trilhas para cachoeira e banho de rio, passeios em botes de borracha pelos rios, bóia cross, visita as cavernas, sendo os rios Sucuri, do Peixe, do Prata, e Aquário Natural, as Gruta do Lago Azul e do Mimoso, as Cachoeira do Mimoso e do Homínidio, Balneário Municipal e Ilha do Padre.

A partir da capacitação e disponibilidade de guias de turismo do primeiro grupo formado em 1993, fazendeiros, antes relutantes em permitir a entrada de turistas, passaram a confiar no novo profissional e na possibilidade de obter retorno econômico que atividade poderia proporcionar (BOGGIANI, 2001).

As visitas aos pontos turísticos atrativos são geralmente de um dia ou meio período de duração sem hospedagem ou fixação do grupo no local. Geralmente os grupos e visitantes heterogêneos se hospedagem em um hotel e dele saem diariamente em alguma direção diferente para conhecer os roteiros. Não há um ponto central de convívio e o núcleo urbano não parece funcionar como núcleo “agregador” que mostre uma identidade cultural onde pudessem ser acompanhadas atividades diárias da população local como pode ser observado na construção de redes por pescadores, por barcos saindo ou voltando da pesca.

Segundo Magalhães (2010), em seu depoimento as visitas aos lugares de interesse estavam reservadas a praticamente acompanhamento de um morador que servia de guia local, Sérgio Ferreira Gonzáles, o *Sérgio da Gruta*, que tinha autorização dos proprietários para entrar nas fazendas abrindo porteiros, arames e caminhando até o local sem que houvesse nem cobrança de nenhuma taxa e, cabe destacar que apesar de

buscar contato com meio ambiente na região, todos os locais visitados estavam dentro de propriedades privadas. Cheguei a ser acompanhado por ele em final da década de 80 levando grupos de estudantes confirmando esta observação pelos mesmos pontos acompanhados por ele.

Neste período não havia nenhuma infra-estrutura mínima necessária, era tudo muito incipiente e como foi discutido em capítulo anterior ainda tinha adquirido o poder simbólico e ação na mídia para a sua promoção (TOMAZZONI, 2006).

Os pontos visitados eram a Caverna do Carneiro (hoje conhecida com Gruta de São Miguel e a Gruta do Lago Azul, a ilha do padre no rio Formoso e o Balneário Municipal, este sim com infra-estrutura instalada). Os rios de Bonito e principalmente o balneário serviam mais ao lazer de seus próprios habitantes e segundo Feliciano (2010), serviam também a visitas de grupos de escolas das cidades circunvizinhas.

Por vezes a exigência do acompanhamento do guia é colocada como algo corporativista. Porém dada a formação destes, segundo Boggiani (2001), tal observação é injusta, pois além da possibilidade de fornecer informações sobre os atrativos, os guias encontram-se preparados para agir em caso de acidente, e já houve casos em que atuação rápida e precisa evitou acidente fatal. O exemplo de Bonito demonstra, portanto a necessidade da formação e constante capacitação de guias de turismo e que este profissional é fundamental para o sucesso desta atividade.

Uma das funções de um guia em ecoturismo exigida dentro do rótulo “eco” é a sua preparação para fornecer informações que colaborem para que o visitante tenha uma oportunidade de aprendizado através de atividades de interpretação ambiental. Pelas propostas oferecidas nos atrativos pelas agências em Bonito colhida através de relatos de turistas, as visitas, a boa parte dos atrativos, são rápidas e não permitem o desenvolvimento de atividades de observação e de interpretação ambiental. Num comparativo com a região vizinha do pantanal onde existe em algumas fazendas a atividade de ecoturismo em que o visitante tem a oportunidade de conhecer mais sobre ecossistema pantaneiro, sua flora e fauna, na região de Bonito o potencial do cerrado para estas atividades não é devidamente aproveitado.

Os guias de turismo de Bonito são cadastrados no Ministério do Turismo, qualificados como guia regional, com especialização em atrativos naturais locais/reservas. Atualmente, estão cadastrados no Ministério do Turismo, cerca de 60 guias de turismo que atuam em Bonito (FAPEC, 2006).

A região não dispõe praticamente de outros atrativos além dos recursos naturais. Não existem manifestações culturais fortes. Algumas fazendas tentaram ao longo dos anos diversificar as atividades para ampliar seu público, colocando por um lado as cavalgadas e por outro os mergulho autônomos em cavernas. Não existe na região nenhum programa de visita a comunidades rurais.

3.10.1. Perfil do visitante

O perfil do turista que visita Bonito foi sendo modificado durante desenvolvimento da atividade turística, o visitante que antes vinha apenas para ter um contato mais direto com a natureza, tornou-se mais bem informado e mais exigente, continua buscando o contato com o meio natural, contudo, exige certo grau de conforto e qualidade nos serviços prestados. Conhecer o perfil desse turista é essencial para o planejamento e desenvolvimento do turismo no destino, bem como, para a qualidade dos serviços prestados (FCR, 2005; FAPEC, 2006).

O turista que visita Bonito possui o seguinte perfil: mais de 50% possuem idade entre 30 e 50 anos, sua grande maioria possui curso superior completo (72,2%) e elevado nível cultural fato observado por seus hábitos de leitura, - apenas 6% dos turistas não costumam ler nenhum tipo de jornal, revista ou acessar a internet (FCR, 2005), A pesquisa mostrou que 37% dos turistas lêem pelo menos os jornais locais e 30% jornais de circulação nacional, e cerca de 20% traçam seus roteiros através das revistas especializadas (FAPEC, 2006).

Uma importante característica do turista que vai a Bonito, MS faz referência forma de organização da viagem. Mais de 55% dos turistas vão de maneira independente, ou seja, se organizam por conta própria, enquanto aproximadamente 43% procuram agências de turismo para programarem a viagem (FCR, 2005, FAPEC, 2006).

Santos (2006a), realizou uma pesquisa sobre o perfil do visitante do Balneário Municipal de Bonito, Mato Grosso do Sul, e propôs estratégias para utilização do atrativo visando implantar técnicas de visitação de mínimo impacto. Foram realizadas 100 entrevistas, com a aplicação de questionários tanto na alta como na baixa temporada. Os resultados mostraram que no Balneário Municipal de Bonito predominam visitantes com o seguinte perfil: grau de escolaridade alto, renda média superior a cinco salários mínimos mensais e visitantes com idade predominante entre 16 e 50 anos. Baseado no interesse dos visitantes em temas ambientais e sua receptividade

em obter novas informações ecológicas, este trabalho indicou propostas que resultariam em benefícios à conservação da natureza e satisfação do visitante. Dentre as propostas, destacam-se a criação de um centro de interpretação ambiental, o planejamento de atividades de educação ambiental, a implantação de placas educativas com os nomes das principais espécies de peixes do balneário, a implantação de trilhas educativas e a utilização de técnicas de manejo e uso sustentável do atrativo. O equilíbrio entre o uso do atrativo, e a preservação ambiental deve ser buscado de forma continuada, para que se possa deixar às gerações futuras um legado de educação, conservação e respeito ao ambiente.

Relatos de alguns agentes de viagens e visitantes que se dirigem a região para conhecê-la, trataram com ironia e ansiedade a motivação da escolha. Uma agente de viagens da Grande São Paulo relatou que chegou a ouvir as seguintes falas: “vou para ver Bonito antes que acabe e “preciso ver agora!”

3.10.2. Educação Ambiental e turismo em Bonito

Magalhães (2010), destaca a importância da interpretação ambiental e se mostra insatisfeita com os rumos que a atividade tomou em Bonito que carece de uma proposta educativa e de programas de educação ambiental permeados a atividade que deveriam estar associadas diretamente com o ecoturismo. Saliencia que na região, pelo sucesso e crescimento econômico já deveria haver um centro de interpretação ambiental onde os visitantes pudessem receber informações complementares a respeito da região e que podem ser transmitidas nas trilhas aproveitando o potencial e a oportunidade de tratar as questões do Cerrado, sua fauna e flora, bem como as relacionadas a geologia das cavernas. Atribui crítica também a ausência de um centro de visitantes que possa apresentar ao visitantes um panorama com as informações locais sobre o meio ambiente, os ecossistemas, a fauna, a flora, as cavernas, aspectos culturais composto por maquetes, materiais educativos e outros materiais que ajudassem na tarefa de interpretação ambiental.

Boggiani (2001), afirma que durante a exploração do lago subterrâneo da Gruta do Lago Azul, foram encontradas ossadas fósseis de mamíferos já extintos, que habitaram a região há mais de 12 mil anos, no período Pleistoceno. Esta fauna era representada por bichos-preguiças gigantes de até três metros de altura, ancestrais dos tatus que podia chegar ao tamanho de um fusca com até três metros de comprimento e

dois metros de altura, dos ancestrais das lhamas e dos cavalos e até o tigre dente de sabre. Esses conteúdos ainda não foram devidamente explorados.

Em seus roteiros com grupos para Pantanal e Bonito a Ipá Ti-uá produziu *Guias de Campo* e munia seus monitores (biólogos, geógrafos e geólogo) e os participantes da viagem de uma publicação que continha informações básicas sobre a biologia das principais espécies animais e vegetais, a geomorfologia, a formação de cavernas, os espeleotemas, as características do ecossistema pantaneiro e do Cerrado (INSTITUTO IPÁ TI-UÁ, 2010). Hoje a região carece de materiais elucidativos e educativos fornecidos aos visitantes.

Sob outra ótica não devem ser esquecidos os aspectos dos valores humanos envolvidos, a estética e as questões espirituais que devem ser estudados já que são benefícios dos serviços dos ecossistemas que devem ter mantido o seu provimento às comunidades receptoras de turismo. São indicadores difíceis de expressar em termos quantitativos e também são sentidos de forma diferente entre as culturas e os indivíduos. Há um grande grau de subjetividade envolvida, mas hoje, como defende Layke (2009) já existe entendimento para que o mesmo possa ser mais bem mensurado e monitorado já que faz parte da existência, da relação com as paisagens, realização espiritual e também na crença de que todas as espécies são dignas de proteção pelo seu valor intrínseco, independentemente da sua utilidade da biodiversidade para as pessoas.

Algumas escolas públicas em Bonito desenvolvem atividades de Educação Ambiental centradas nos problemas ambientais principais globais e locais, e não foi identificado pela pesquisa projetos conjuntos com a atividade turística da região.

Como atividade pioneira particular, o Projecto Vivo teve início em Bonito em 1987 na Fazenda da Barra e realiza atividades de educação ambiental focalizando a questão dos recursos hídricos, dos resíduos sólidos e da reciclagem voltados a atender o Ensino Fundamental das escolas municipais, estaduais e particulares de Bonito e afirmam que “em decorrência da necessidade de conscientizar o jovem de que sua participação efetiva é indispensável para obter um meio ambiente saudável e para formar uma consciência ecológica” (GERVÁSIO, 2010; PROJECTO VIVO, 2010).

Além das questões ligadas a observação dos aspectos naturais, cabe lembrar que tempo de permanência curto nos locais de visitaçao não permite ao visitante uma maior interação com o mesmo e a oportunidade para uma relação mais espontânea, de paradas contemplativas e que poderiam estimular seu envolvimento com o local, fazendo-o multiplicador de suas experiências vividas na região, em meio à natureza do local. Um

desafio do ecoturismo é conseguir resolver esta equação. Atender anseios de pessoas que buscam o legítimo contato com a natureza para diversas e diferentes práticas como atividade de lazer e ao mesmo tempo ser informativa o suficiente para garantir que o participante volte para casa com algo agregado ao seu conhecimento que possa fazê-lo respeitar o local onde realizou suas práticas, que possa conheça mais a fauna, flora, a história e a cultura visitantes com maior profundidade e envolvimento e respeite a natureza reforçando laços de pertencimento mais, não tendo comprado uma mercadoria, um objeto de consumo registrado fartamente em fotos que não trazem em si nenhum significação a mais do que o registro.

Pelos depoimentos recolhidos a impressão deixada é de que o produto de Bonito não exerce este papel transformador que poderia ser esperado da atividade de turismo de rótulo “eco” apregoado desde a década de 1980 pelo movimento ambientalista, pela comunidade científica, pensadores e pelos documentos de referências e os encontros organizados pela ONU, em 1972, 1992, 2002 que colocaram em pauta o ecoturismo como uma atividade indicada para conquistar e alimentar uma mudança de paradigma de desenvolvimento, de um rumo que buscava o crescimento e sustentabilidade econômica nos negócios para uma que busque a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado. (ONU, 1972; ONU, 1992a; ONU 1992b; DINIZ, 2002).

Uma questão levantada por Magalhães (2010), em seu depoimento é com relação à falta ainda de um centro de visitantes, um centro de interpretação e Educação Ambiental. É uma observação fundamental sobre o esperado papel educativo que deve ter o ecoturismo para que pudessem ser encontradas informações sobre o meio ambiente e apresentação da cultura local através de maquetes, terrários, painéis ou formatos multimídias. Neste aspecto, faltam ainda em Bonito materiais informativos distribuídos aos visitantes sobre as características ambientais locais, o ecossistema de cerrado, fauna, flora, geologia, cultura e história locais, dentro outros aspectos.

Para o final de maio de 2009, a Associação de Atrativos Turísticos de Bonito e Região - ATRATUR (2009), anunciou na região o primeiro curso de observação de aves. A região tem cerca de 400 espécies de pássaros catalogadas, segundo informam e o curso podem estimular esta prática e capacitar guias locais, colaborando para cultivar uma relação de respeito natureza.

3.11 Sustentabilidade Ambiental

Segundo Vieira (2003), a Profa. Nícia Wendel de Magalhães foi a primeira a trabalhar com turismo profissional em Bonito levando seus alunos em 1985. Mas pelo relato de Magalhães (2010) os seus primeiros grupos de alunos de 3º colegial, atual Ensino Médio foram conhecer a região na época em que o Padre Roosevelt era Prefeito de Bonito, entre 1976 a 1982.

Ela relata que os grupos saíam de ônibus de São Paulo para conhecer o Pantanal. Ficavam um dia alojados em Aquidauna, MS e saíam por volta das 03h00, 04h00 da manhã, pegavam estrada de terra e por volta das 06h00 as 07h00 da manhã chegavam em Bonito para só passar o dia. Visitavam a Gruta do Lago e ilha do Padre (Padre Roosevelt) e na volta passavam no Buraco das Araras em Jardim, MS completando o roteiro. Não haviam meios de hospedagem local e por isso a visitação era de apenas um dia (MAGALHÃES, 2010).

Eram as atrações abertas à pública durante dois a quatro que levou seus grupos para lá. Mencionou que a nascente do rio Mimoso, a Baía Bonita ou o aquário natural eram visitados dependendo do bom humor e boa vontade do fazendeiro para fornecer a chave para acessar o local.

A Gruta do Lago Azul não tinha nenhuma melhoria e o acesso tinha que ser amparado pelo guia local, o Sérgio da Gruta, e a corda fornecida para a entrada e a saída bastante dificultosa da boca da caverna. “Era uma situação extraordinária”, relata Magalhães (2010): “os alunos de São Paulo não sabiam nem andar descalços”.

Oliveira (2005), relata que levou os primeiros grupos de estudantes pela Ipá Ti-uá na região em 1989 e neste momento já ficavam hospedados no hotel Bonanza e assim podiam permanecer mais tempo na região, visitando mais cavernas, como a Gruta do Carneiro, atual São Miguel como roteiros conjugados com a visita à região do Pantanal.

O movimento da cidade anteriormente no início da década de 1980 se resumia a apenas uma pequena avenida onde haviam dois hotéis, o Bonanza e o Canaã não voltados a turismo, muito simples de má infra-estrutura comparada aos atuais meios de hospedagem da região. Hospedavam negociantes e trabalhadores que necessitam de pouso. O centro tinha um pequeno comércio apenas regional (OLIVEIRA, 1989; OLIVEIRA 1990).

A rede hoteleira de Bonito é significativa. De acordo com a Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (2005), o município possui 79 meios de hospedagens, que disponibilizam 1.278 unidades habitacionais e 4.206 leitos. Ela é bastante diversificada, disponibilizando aos visitantes hospedagens de categoria superior (resort, hotéis quatro e três estrelas) e meios de hospedagens econômicos (pousadas, albergues, hotéis duas e uma estrela) atendendo os mais variados tipos de turistas (FAPEC, 2006).

A maioria dos atrativos turísticos de Bonito surgiu em meados da década de 1990, quando o fluxo de turistas se intensificou na região. Atualmente, segundo a Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul, estão catalogados 80 atrativos, com mais de 130 opções de passeios. A capacidade de carga varia de acordo com cada atrativo, e determina o número máximo diário de visitantes recebido por cada um. Geralmente, os balneários são os que possuem maior capacidade de carga, em média 500 pessoas. Ambientes mais frágeis e de difícil acesso, tem capacidade de carga mais restrita como é o caso do Abismo Anhumas que recebe 16 pessoas diariamente (ATRATUR, 2005).

Os atrativos de Bonito já não podem mais ser classificados como simples atrativos naturais, uma vez que, “[...] O desenvolvimento da estrutura receptiva do Município baseada no turismo ecológico prescindiu de modificações artificiais que adaptou vários pontos atraentes por sua beleza cênica transformando-os em atrativos artificiais. [...]”. Entretanto, é válido ressaltar que estas modificações foram feitas para minimizar os impactos ambientais ocasionados pela presença dos turistas, para aumentar a produtividade receptiva e ainda garantir o conforto e a segurança do visitante (LUNAS & GRENCI, 2000 *apud* FAPEC, 2006 p.72).

3.11.1. Influência de projetos externos

O Projecto Vivo, de propriedade de um arquiteto paulista, foi à grande diferença no início de implantação do turismo em Bonito em 1987 quanto a qual relação deveria ser sugerida na relação homem-natureza numa atividade turística na região ligada ao segmento de ecoturismo. Gervásio (2010) colaborou na implantação do Projecto Vivo depois de ter trabalhado por mais de uma década num grande empreendimento de ecoturismo no pantanal sul mato-grossense, a Estância Caiman em Miranda, MS em região vizinha e que foi descoberta antes para a atividade de ecoturismo no Estado e que trazia em si uma experiência diferente de administração de um empreendimento diferenciado na região, a Estância Cayman na cidade vizinha de Miranda. Este

empreendimento concebido para atrair turistas estrangeiros acompanhava o desenvolvimento da atividade de ecoturismo que se desenvolviam no mundo. E através deste trabalho Gervásio (2010) teve a oportunidade de viajar à Costa Rica, tido como país referência no desenvolvimento, planejamento e implantação de atividade turística tomando contato com experiência e literaturas que já vinham abordando o tema e suas necessidades de compreensão e minimização de impactos da implantação da atividade: “Capacidade de Carga”, Cifuentes (1992), “Limite Aceitável de Câmbio”, Stankey (1985); Takahashi, (1997). Tratava-se de um produto caro, elitizado voltado a mercado externo, mas que esteve preocupado em acompanhar o surgimento desta novidade da indústria mundial e suas exigências. Através deste trabalho Gervásio, (2010) teve a oportunidade de conhecer empreendimentos fora do país na Costa Rica e Colômbia e participar de um dos primeiro congressos da TIES – International Ecoturismo Society. Esta experiências profissionais possibilitaram o trabalho no Projeto Vivo em Bonito, colaborando para a compreensão local da necessidade local de rever sua forma de uso de ocupação da terra com o surgimento da nova atividade de ecoturismo na área.

3.12.2. Quais os atores locais envolvidos no turismo?

Em Bonito existe atualmente uma complexa cadeia produtiva formada por números prestadores de serviços que buscam atender e superar as expectativas dos visitantes, no que se refere à qualidade dos serviços prestados. São serviços que vão de alimentação, transporte, hospedagem, agenciamento, guias de turismo, *souvenirs*, entre outros. Portanto são diversos os atores envolvidos diretamente no andamento da atividade em busca, por um lado de eficiência e eficácia enquanto existem outros fatores a serem considerados no movimento provocado pelas ações no turismo na região como já foi no histórico de eventos apresentados. O fluxo de turistas de outras culturas com outras expectativas para a região, o volume de turistas gera a necessidade de outras infra-estruturas, comportamento, capacitação e entendimento das mudanças de uma realidade da atividade agropecuária, mineração e carvoaria que não eram desenvolvidas dentro de uma preocupação de sustentabilidade para se habilitar para receber o que parecia inicialmente vir como turismo de rótulo “eco”. Dessa forma, os interesses diversos geraram conflitos na construção de todo o processo.

Ferreira (2005), coloca em seu trabalho que onde se estabelecem dos conflitos vem a negociação de negociação. Na análise de conflitos relacionados ao uso de recursos naturais ele apresenta em suas conclusões:

“Os principais resultados apontados também demonstram algum padrão quando se aproximam de algumas constatações: a.) há definitivamente no Brasil uma arena especificamente ambiental, orientada pelo processo decisório que estabelece normas e regras de utilização de recursos; b) a conservação e a sustentabilidade são parte de um projeto socialmente construído através da tensão entre interesses, interpretações e escolhas tornadas públicas nas diversas arenas estabelecidas nos níveis local, nacional e internacional; c) há hoje uma interação, conflituosa ou não, mas certamente intensa, entre grupos sociais diversos e diversificados, o que tem aspectos muito positivos e outros preocupantes” (p.113)

Talvez assim possam ser incorporadas as contribuições das falas dos entrevistados para compreender os rumos tomados pela construção dos processos sociais diversos e das classes envolvidas – ONGs, poder público, turismo, comunidade local, pesquisadores - num universo bastante amplo e complexo onde estão envolvidos direta ou indiretamente repartidos em diversos atores - moradores nativos, moradores locais, fazendeiros de gado, empresários do setor de mineração, carvoeiros, comerciantes, empresários agentes receptivos, emissivos, operadores, proprietários de meios de hospedagens, do setor de alimentação, guias de turismo, transportadores, visitantes, mídia, enfim, todos partícipes deste desenvolvimento ao longo de cerca de 30 anos e que se entrecrocaram diversas vezes pelos seus diferentes interesses na região.

Observando sobre esta ótica talvez seja possível voltar à ordem cronológica dos fatos, onde os atrativos ecológicos estão inseridos do ponto de vista das realidades ambiental, social cultural e histórico histórica de Bonito para entender porque se desdobraram desta maneira e para onde eles podem estar apontando e quais lacunas tenham que ser identificadas para contribuir na pesquisa e consultorias de elaboração de planificação turísticas de rótulo “eco”.

É importante assim verificar alguns acontecimentos emblemáticos para a região podem ilustrar o papel dos diferentes atores, as negociações e os resultados. No anexo 5 estão listadas algumas ONGs que atual em Bonito.

3.11.3. O aprendizado pela auto-regulação

No entanto, a forma como se organizaram os atores envolvidos no turismo local na gestão do desenvolvimento de Bonito servem para tirar lições sobre os benefícios, prejuízos, contribuições e o crescimento da experiência de uma região que se projetou como de turismo de natureza. Bonito estabeleceu uma maneira própria de gestão desenvolvida sem planejamento anterior, construída ao mesmo tempo em que recebia e amplia o número de visitantes a região tendo uma característica mais autônoma, mais independente, aprendendo com acertos e erros, com conflitos e negociações, com a busca de formas de organização que colaboram para o crescimento da atividade, para sua expansão, sucesso econômico e premiações de reconhecimento no *trade* turístico.

Em FAPEC (2006), encontramos que a forma de gestão de turismo em Bonito é inédita e se baseia na análise de alguns casos de outras comunidades com potencialidades turísticas semelhantes, mas que centralizam de forma mais intensa, as ações importantes da gestão do turismo no Poder Público.

Conforme exposto, a política de turismo vigente no município de Bonito, não se concentra em apenas um poder ou órgão, mas na participação ativa e organizada dos diversos setores da sociedade envolvidos diretamente na atividade. Uma vez que a lógica imperante é a do capitalismo sustentado pelo turismo, ainda que indiretamente envolvidas, todas as partes do todo (município) querem sua parcela nos ganhos, contribuindo, portanto, para o estabelecimento dos padrões de gestão da atividade local.

Na estrutura organizacional de gestão do turismo de Bonito, podem-se detectar indícios de que o sistema caminha para o desenvolvimento da autogestão. Uma gestão que se apóia nas diversas associações existentes, integrando o principal órgão colegiado, gestor principal deste sistema: o Conselho Municipal de Turismo - COMTUR. A prova é o fato de que, em suas respectivas associações, os líderes deflagram um movimento evolutivo para suas próprias regras de funcionamento e qualidade de serviços e, ao mesmo tempo, busca, por intermédio da representatividade, deliberar sobre os assuntos mais importantes da gestão do desenvolvimento do turismo municipal, mediante o poder do COMTUR (FAPEC, 2006). Coelho (2010), destaca a importância do associativismo na região e esteve e está envolvido diretamente na fundação e diretoria de diversas entidades locais promovendo e incentivando esta forma de organização setorial.

Em 1995, foi criado o Conselho Municipal de Turismo (CONTUR) no qual se integram quatro representantes escolhidos pelo chefe do Executivo municipal e por seis representantes dos segmentos ligados ao *trade* turístico (Quadro 4).

QUADRO 4 – Composição do COMTUR de Bonito, SP.



Fonte: Adaptado de Lunas (2000).

As associações de classe, no entanto, afirmam Barbosa & Zamboni (2000), por sua vez, têm tido uma efetividade limitada apesar de pressionarem e oferecerem propostas para o poder público por não possuírem uma coesão suficiente para impor posições próprias no âmbito do COMTUR e não contam com uma militância importante capaz de conferir legitimidade e força política às suas reivindicações.

Esta forma de organização é bem própria também, pois praticamente todas as atividades na região de Bonito encontram-se dentro de fazendas de gado, propriedades privadas (CASTRO 2009). Muito dos produtos importantes de turismo de natureza no Brasil tem seus atrativos ligados dentro de Unidades de Conservação públicas, como ocorre na Chapada Diamantina, Chapada dos Veadeiros, Lençóis Maranhenses, Serra do Cipó, Fernando de Noronha, Abrolhos dentro outros.

Não tendo o poder público controlando o acesso das entradas nos atrativos, Bonito teve que descobrir uma alternativa que acabou sendo o desenvolvimento do *voucher* único. Ele veio para resolver problemas de conciliar o fluxo de visitantes num sistema que impedisse um número acima da capacidade determinada para os atrativos. Aliado a isso foi criado um sistema de reservas para evitar que o visitante, depois de percorrer 20 ou 30 km de estrada de chão, chegasse a um destino que teve sua capacidade total atingida. Uma vez escolhida a atividade, o *voucher* é emitido em cinco vias, três ficam na agência e duas são para o guia e para o passeio (CASTRO 2009).

Se existem problemas sociais e ambientais na região ou particularmente na atividade de turismo em Bonito, isso por si só poderia não ser fator excludente e invalidar a consideração sobre ser um não ambientalmente sustentável. A elaboração de um código de conduta ou de uma carta de intenções com o compromisso do trade em seu cumprimento poderia ser um bom indicativo das intenções do poder público e a iniciativa privada com relação a isso.

Há também a ausência de um zoneamento ecológico-econômico, ou de outras estratégias de conservação e planejamento do uso das terras e nível municipal ou estadual.

Um passo então para que uma atividade possa apropriar-se do rótulo “eco” é que possa corresponder a este conceito e atender as exigências da sustentabilidade ambiental para garantir a conservação dos recursos naturais. A busca da sustentabilidade econômica pode ser garantida com o sucesso do fluxo de visitantes a região, mas a ambiental leva em consideração outros aspectos.

Apesar das iniciativas pontuais não está evidenciado o compromisso do trade turístico de Bonito com as questões voltadas a sustentabilidade ambiental da atividade.

4. Considerações finais

É possível sim identificar benefícios ambientais e sociais no estudo do desenvolvimento e do estado atual do produto Bonito em turismo. Mas, pelos desdobramentos dos fatos estudados e em como alguns empresários locais trataram a questão, ficou evidenciado de que boa parte das iniciativas ocorreram em função da tomada de providências como medidas urgentes impulsionadas pela necessidade de conservação dos atrativos na garantia direta de atender a demanda crescente do fluxo de visitantes.

A partir dos vários conflitos relatados conclui-se que a construção do roteiro turístico de Bonito não foi feita dentro de um ideário conservacionista de sustentabilidade ambiental, mas de um modelo que teve sucesso econômico cada vez maior e que foi alimentando a sua expansão.

No entanto agregaram valores ambientais e sociais de retorno a comunidade e ao meio ambiente em sua construção de mudanças, mas foi um desenvolvimento sustentável que veio como pressão da *bolha ecoturística* que chegou a região, trouxe recursos, mas também apresentou exigências para resolver suas contradições para

tornar-se ecológico. O Programa de Regionalização do Turismo em 2004 batizou um dos roteiros da região como “Roteiro Bonito das Águas Cristalinas”. Como querer ser um patrimônio ecoturístico baseado no recurso hídrico se não havia tratamento de água e esgoto na região? Como usar os rios de águas cristalinas para conservá-los e como recursos como atrativo ecoturístico se o desmatamento nas margens dos rios os transformava em rios de lama?

Este e outros aspectos merecem uma investigação e uma discussão mais aprofundada focando, pesquisando e estudando cada um dos aspectos em separado para entender melhor todas as interações da complexa atividade turística de Bonito sob os pontos de vistas sociais, ambientais e culturais e seu emaranhado de relações.

Enfim, há planejamento na gestão de Bonito, há geração de empregos estimulando a renda e há a diversificação da economia local (WALL, 1996). Não há dúvida de que há ecoturistas responsáveis e também não há dúvidas de que existem empresas responsáveis na indústria do turismo em Bonito. Pode haver otimismo quanto à possibilidade de *elevação da consciência* através do turismo (STRONZA, 2001). Mas existem ressalvas quanto a poder generalizar estas considerações para o que foi identificado com efeito benéfico em apenas alguns locais e iniciativas na região com relação ser um produto de *eco-turismo*. O fato de se identificar o efeito *bolha* mencionado por Carrier & Macleod (2005), colaboram para isso, por exemplo.

Faltam também outros aspectos importantes para a apropriação do rótulo “eco”. Já que as atividades de turismo que desejam este rótulo devem pautar suas atividades voltadas à conservação e melhoria do bem estar das comunidades receptoras, principalmente colaborar para a redução de todas as pobreza - financeira, intelectual, cultural, social, e devem representar seu papel emblemático. O ecoturismo deve forjar novas relações entre as pessoas e o ambiente, e entre os povos com estilos de vida diferentes. Ele poderá criar forças impulsionando mudanças. Forças que podem atuar em uma diversidade de escalas do global para o local (WALL, 1996).

Reverendo Fennell (2002b), quando sugere que para muitos ecoturistas e teóricos do ecoturismo ainda existe uma desarticulação fundamental da indústria do turismo com o ecológico, constatamos que isso pode ser observado em Bonito. Permite-se que muitos se utilizem erroneamente do rótulo “eco”. Na teoria e na prática, a indústria deve ficar longe da crença de que tudo e qualquer coisa pode ser ecoturismo. O ecoturismo constitui prática de lazer associada à conservação da natureza, como uma nova modalidade de uso do tempo livre, onde áreas mais próximas do natural estão sendo re-

valorizadas pelos novos objetos desta atividade (FURLAN, 2003). Mas, não é o fato de ter o ambiente natural como atrativo que o define como ecoturismo. Além dos ecoturistas e teóricos do ecoturismo, os conservacionistas têm olhado para o ecoturismo como uma estratégia potencial para proteger o meio ambiente e satisfazer as necessidades humanas.

Agora se reconhece que, para que o ecoturismo tenha êxito, é necessário um maior entendimento a respeito dos aspectos econômicos; da mesma forma, os empreendedores necessitam conhecer mais a respeito dos mecanismos de gestão necessários para assegurar a sustentabilidade ambiental da atividade e isto não se mostrou claro em Bonito ao se observar os diversos conflitos existentes em torno da questão. Combinar ambas as perspectivas é essencial para o êxito de um programa de ecoturismo (DRUMM, & MOORE, 2002).

Ecoturismo descreve uma atividade, apresenta uma filosofia, e defende um modelo de desenvolvimento (ZIFFER, 1989 *apud* STRONZA & PEGAS, 2008). Não deve existir ecoturismo desvinculado de uma preocupação de estímulo para a criação de novos hábitos para a sociedade. Esse novo turismo deve estar comprometido com um processo educativo, que busca sensibilizar pessoas e conseguir aliados que se preocupem com a preservação dos ecossistemas que visitaram para que isso influencie na qualidade de vida das futuras gerações (DASSIE, 1994 *apud* SANTANA, 2008).

O ecoturismo tem vindo representar não só anseios ambientalistas atualmente, mas também uma solução potencial para os problemas político-econômico da deterioração ambiental que o mundo atravessa (BANDY, 1996) Para que o ecoturismo alcance todo seu potencial e gere benefícios sustentáveis, os locais onde se desenvolvem devem implementar um modelo planejado para orientar e gerir essa atividade (DRUMM, & MOORE, 2002). Este plano bem definido e estruturado não foi identificado para a Bonito, apenas o Plano de Regionalização do Turismo sugeriu e nominou dois roteiros para a região, mas isso não é suficiente para ser uma atividade de ecoturismo. A região de Bonito está inserida na região do bioma de Cerrado, como rios e cabeceiras formadores da bacia do rio Paraguai que adentram o Pantanal e foram identificados diversos problemas ambientais. Deve haver um comprometimento direto da atividade para colaborar na recuperação ambiental, contribuindo não apenas com recursos, mas exercendo também fazendo a função social para influenciar os participantes das viagens a serem engajados para colaborar com mudanças repensando seus hábitos de consumo, valores e atitudes.

Retomando So (1990 *apud* Bandy, 1996), para a maioria de seus proponentes, o ecoturismo deve representar um núcleo de planejamento econômico e ambiental para as regiões, nações e economias locais e que ofereça uma alternativa primária *ecológica ou socialmente correta* para o desenvolvimento destrutivo. Lembremos que suas origens institucionais e discursivas estão no campo dos estudos de desenvolvimento, especialmente o ramo de *desenvolvimento sustentável*. Esse ramo surgiu a partir da mistura de diferentes teorias do desenvolvimento - modernização, anti-imperialismo, dependência e globalização - e influenciado pelas novas vozes em busca da rearticulação dos modelos anteriores em busca de facilitar uma nova economia global complexa, alimentadas por ondas de descolonização, novos movimentos sociais com as críticas ambientais aos modelos econômicos ocidentais vigentes.

O recurso todo resultante do sucesso do crescimento do setor turístico de Bonito deve ser tornar mais do que um meio e sim um fim, uma válvula motriz para se tornar um referência de boas práticas sócio-ambientais, de desenvolvimento sustentável. Assim, caminhar na busca de soluções contra a extinção de espécies, contra a redução da megadiversidade e o enfraquecimento dos ecossistemas, aproveitando-se de todo potencial e encantamento, do contato com *sagrado* que a região poderá possibilitar a seus visitantes através da ampliação das oportunidades de aprendizado nas vivências dos turistas com o ambiente natural (GRABURN, 1989).

Deve-se aproveitar a construção dessa nova forma de turismo de convite mais *familiar* com uma proposta ecológica e ambientalmente saudável de desenvolvimento, mais consciente e consistente para a indústria do turismo no Brasil, estimulando o crescimento local com um público potencial que busca *ética* na escolha de sua viagem. Para Wheeler (1992a e b) *apud* Wheeler (1993), é uma oportunidade de buscar um padrão de *fórmula verde* que se contraponha a fórmula sol, areia, mar e sexo. Há assim possibilidade deste modelo tornar-se alternativa mais sensível, compromissada, inteligente, independente, idealista e sustentável, visto por muitos como melhor intencionado e como um antídoto e para a vulgaridade do turismo de massa.

No entanto, este trabalho tenta argumentar que o futuro de ecoturismo para ser fiel à natureza de seu conceito deve buscar entender que turismo de rótulo “eco” ela deve atender a vários preceitos e todas as orientações contidas nos documentos e cartas que vem norteando a questão ambiental mundial e da qual o Brasil é signatário, conhecer do teor, sede de evento importante como o Rio-92 e nas quais colocam a atividade de ecoturismo como uma estratégia para a conservação. (UNESCO 1971;

ONU, 1972; UNESCO, 1975; ONU, 1987; ONU, 1992a; ONU, 1992b; BRASIL, 2002b; DINIZ, 2002; UNEP & WTO, 2002).

Usar o termo “eco”, portanto é estar consonante com estas determinações e tornar-se um modelo de “eco” turismo é conseguir aderir a este complexo desafio pós-moderno. No desdobramento futuro dos conflitos existentes na região pode ser que emerjam diversas outras soluções que atendam todas estas diversificadas agendas.

Cascino (2000, p.205) defende de forma mais contundente este compromisso:

“Criar o ecoturismo é responsabilidade de indivíduos preocupados em constituir o novo, em abancar com as possibilidades de transformação de grupos e indivíduos. Não podemos permitir a redução deste objetivo: a perda seria enorme. Não podemos permitir, enfim, que a mediocridade mercadológica, que tudo transforma em circo, mercadoria, aparência, custo, pacote, coisificando lugares, pessoas, vontades, sonhos, possa suplantar a vontade e a necessidade de transformar. Permitir o funcionamento de tal mecanismo é ser conivente, aceitar o preço, se cooptado. Denunciarmos a mediocridade, não lhe darmos trégua, lutarmos constantemente, não nos tornarmos medíocres: eis nossa única alternativa.”

Bonito tem uma grande oportunidade de se aproveitar disso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABAETUR (Associação Bonitense de Agências de Ecoturismo). Apresenta textos sobre as agências de ecoturismo de Bonito. Disponível em: <<http://www.abaetur.com.br>>. Acesso em: 21 fev. 2010.
- ABH (Associação Bonitense de Hotelaria). Apresenta textos sobre hospedagem em Bonito. Disponível em: <<http://www.hoteisbonitoms.com>>. Acesso em: 21 fev. 2010.
- ABRASEL (Associação de Bares, Restaurantes e Similares de Bonito/MS -; Regional Bonito). Disponível em: <<http://abrasebonito.blogspot.com/>>. Acesso em: 4 dez. 2008.
- ACEB (Associação Comercial e Empresarial de Bonito). Apresenta textos sobre comércio e empresas de Bonito e sobre a antiga ACIB (Associação Comercial e Industrial de Bonito) fundada em 22 de julho de 1.976. Disponível em: <<http://www.cebms.com.br/>>. Acesso em: 22 fev. 2010.
- ADÃO, Nilton Manoel Lacerda. A Formação do Ambientalismo no Brasil: um recorte histórico de 1968 a 1988. **Educação Ambiental em ação**. s/l, n. 28 - 31/05/2009. <<http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=710&class=21>> Acesso em: 30 mar. 2010.
- ALCAMO, Joseph *et al* (org.) **Millenium Ecosystem Assessment. Ecosystems and human well-being: a framework for assessment**. Millenium Ecosystem Assessment, Washington: 2003. 266 p.
- ALHO, Cleber; SABINO, José; ANDRADE, Luciana Paes. O papel do turismo para a conservação de recursos hídricos: o caso de Bonito, em Mato Grosso do Sul. Anais do XVII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. São Paulo – SP. 25 a 29 de novembro de 2007. Disponível em: <<http://www.bonitobrazil.com.br/fotos/arquivos/42.pdf>> Acesso em: 30 mar. 2010.
- AMADOR, Eduardo *et al*. **Determinación de la capacidad de carga turística en los sitios de visita del Parque Nacional Galápagos. Servicio Parque Nacional Galápagos**. Instituto Ecuatoriano Forestal y de Áreas Naturales y Vida Silvestre, Puerto Ayora: 1996. 42 p.
- ANA (Agência Nacional de Águas) *et al*. **Implementação de práticas de gerenciamento integrado de bacia hidrográfica para o Pantanal e Bacia do Alto Paraguai - Programa de ações estratégicas para o gerenciamento integrado do Pantanal e Bacia do Alto Paraguai: Relatório Final**. Brasília, 2004. 317 p.
- AOQUI, C. **Desenvolvimento do segmento *backpacker* no Brasil sob a ótica do marketing de turismo**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) 2005. 217p. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2005.
- ASSOCIAÇÃO DE HOTÉIS ROTEIROS DE CHARME. **Código de Ética e de Conduta Ambiental**. S/l, 1999. Disponível em:

- <<http://www.roteirosdecharme.com.br/meioambiente.php>>. Acesso em: 10 set. 2009.
- ATRATUR (Associação dos Proprietários dos Atrativos Turísticos Bonito e Região). **Estatuto social da Associação dos Atrativos Turísticos de Bonito e Região – ATRATUR.** Bonito, 1996. Disponível em: <<http://www.atrativosbonito.com.br/institucional.php?cod=112>>. Acesso em: 15 mar. 2010.
- ATRATUR (Associação dos Proprietários de Atrativos Turísticos de Bonito e Região). 1996. **Apresenta informações sobre os atrativos turísticos da região e diversos documentos sobre o tema.** Disponível em: <http://atrativosbonito.blogspot.com/>. Acesso em: 4 dez. 2008.
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade.** Campinas: Papirus, 1994. 111 p
- BACHELARD, Gaston. **Le nouvel esprit scientifique.** Paris Presses Universitaires de France, Paris, 1946. 179 p.
- BANDY, Joe. Managing the other of nature: sustainability, spectacle and global regimes of capital in ecotourism. **Public Culture**, s/l, v. 8: p.539-566. 1996.
- BAPTISTA-MARIA, Vivian Ribeiro. **Caracterização das florestas ribeirinhas do Rio Formoso e Parque Nacional da Serra da Bodoquena /MS, quanto às espécies ocorrentes e histórico de perturbação, para fins de restauração.** 2007. 134f. Tese (Doutorado em Ecologia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba: 2007.
- BAPTISTA-MARIA, Vivian Ribeiro; MARIA, Fabrício de Souza. **Plano de manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) da Fazenda da Barra, Bonito/MS.** Reserva Particular do Patrimônio Natural da Fazenda da Barra, Bonito: 2008.
- BAPTISTA-MARIA, Vivian Ribeiro *et al.* Composição florística de florestas estacionais ribeirinhas no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. **Acta Botânica Brasileira.** 23(2): 535-548. 2009
- BARBOSA, M. A. C., ZAMBONI, R. A. **Formação de um cluster em torno do turismo sustentável em Bonito – MS.** IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Texto para Discussão n. 772, Brasília: 2000. 33 p.
- BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo.** Campinas: Papirus, 1995. 163 p.
- BATTILANI, Joanice Lube; SCREMIN-DIAS, Edna; & SOUZA, Andréa Lúcia Teixeira. Fitosociologia de um trecho da mata ciliar do Rio da Prata, Jardim, MS, Brasil. **Acta Botanica Brasileira.** v. 19(3) p. 597-608. 2005. Disponível em: <bnc.ca/100/2000/301/finance/working_paper-ef/1998/1998-01/98-ole.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2010.

- BELL, Simon *et al.* **Outdoor Recreation and Nature. Tourism: A European Perspective.** Living Rev. Landscape Res.; 1. 2007. 46 p.
- BITTAR, Marigô Regina *et al.* **O uso do sensoriamento remoto no diagnóstico ambiental ao longo do Rio Formoso, em Bonito - MS, entre os anos de 2004 e 2008.** Anais XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Natal, Brasil, 25-30 abril 2009, INPE, 2009. p. 1267-1274
- BLAMEY, R. K. & BRAITHWAITE, V. A. A social values segmentation of the potential ecotourism market. **Journal of Sustainable Tourism**, s/l, 5(1) p. 29-45. 1997.
- BLAMEY, R.K. Principles of Ecotourism. WEAVER, D. (org.). **The Encyclopedia of Ecotourism.** Wallingford: CABI, 2001. p. 5-22.
- BOGGIANI, P. C. Ciência, meio ambiente e turismo em Bonito: a combinação que deu certo? In: BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro & MORETTI, Edvaldo Cesar. (orgs.). **Qual Paraíso.** São Paulo e Campo Grande: Chronos Ltda/ Editora da Universidade Federal do Mato grosso do Sul, 2001. p. 151-168.
- BOGGIANI, PC; SILVA, OJ & GALLATI, EAB. Definição de capacidade de carga turística das cavernas do monumento natural gruta do Lago Azul, Bonito, MS. Vol. 26, nº 4. P. 333-348. **Geosciences.** 2007.
- BOGGIANI, Paulo Cesar *et al.* **Lago Azul, Bonito, MS - onde a luz do sol se torna azul.** Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil. SIGEP (Comissão Brasileira dos Sítios Geológicos e Paleobiológicos) n. 107. 2008. 11p.
- BOGGIANI, Paulo César: depoimento [mar. 2010]. Entrevistador: M. T. C. de Oliveira. São Paulo, SP. 2010. Dois arquivos mp4 (73 min.), estéreo.
- BONITO. **Decreto nº 020, de 03 de setembro de 1986.** Dispõe sobre a regulamentação da Lei Municipal nº 396, de 06 de maio de 1986. Bonito, 1986b.
- BONITO. **Lei nº 396, de 06 de maio de 1986.** Dispõe sobre a proteção das margens dos mananciais de água do município de Bonito e dá outras providências. Bonito, 1986a.
- BONITO. **Lei nº 899, de 27 de novembro de 2001.** Cria o Conselho e o Fundo Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências. Bonito, 2001.
- BONITO. **Lei nº 988, de 09 de dezembro de 2003.** Altera os art. 6º e 7º e acresce o Art. 3º da Lei nº 899, de 27 de novembro de 2001, que trata do Conselho e o Fundo Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências. Bonito, 2003.
- BONITO. COMTUR (Conselho Municipal de Turismo). 2010. Disponível em: <[HTTP://WWW.bonito-ms.com.br/site/bonito-mapa_atrativos.asp](http://www.bonito-ms.com.br/site/bonito-mapa_atrativos.asp)>
- BOYER, Marc. **História do turismo de massa.** 1. ed. Bauru: EDUSC (Editora do Sagrado Coração) e EDFBA (Editora da Universidade Federal da Bahia), 2003.
- BRAITHWAITE, V. A. The structure of social values: validation of Rokeach's two-value model. **British Journal of Social Psychology**, s/l, (21):203-211. 1982.

BRASIL. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília, DF, 1994. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/ocatalogo-documentos/arquivos-internos/ecoturismo.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2008.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Meio Ambiente - Rio-92 Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Brasília, DF, 2002b. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/relext/mre/agintern/meioamb/>>. Acesso em 21 nov. 2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Áreas prioritárias para a conservação da Biodiversidade do Cerrado e Pantanal: áreas e ações prioritárias para a conservação**. Brasília, Série Biodiversidade v. 17. 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/>. Acesso em: 21 abr. 2009.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Segmentação. **Ecoturismo: orientações básicas**. Brasília, DF, 2008a. 64 p.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965**. Brasília, DF, 1965.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Lei do SNUC. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm>. Acesso em: 21 dez. 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002**. Regulamenta o SNUC. Brasília, DF, 2002a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm>. Acesso em: 21 dez. 2008.

BRASIL. Presidência da República. Brasília, DF, 2006. **Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006**. Regulamenta as RPPN. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5746.htm>. Acesso em: 21 dez. 2008.

BUCKLEY, R. Ecological Indicators of Tourist Impacts in Parks. **Journal of Ecotourism**, s/1 v. 2, no. 1 p 45-66, 2003

BURACO DAS ARARAS. Mudando o rumo da história. Apresenta textos sobre o Buraco das Araras. Jardim: 2010. Disponível em: <<http://www.buracodasararas.tur.br/historia.php>>. Acesso em: 17 mar. 2010.

- BUTLER, Richard. The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources. In: BUTLER, Richard. **The tourism area life cycle: Applications and modifications**. Clevedon: Channel View Publications, 2006. 385 p.
- CÁCERES, N.C. **et al.** Mammals of the Bodoquena Mountains, southwestern Brazil: an ecological and conservation analysis. **Revista Brasileira de Zoologia** 24 (2) p. 426–435, junho. 2007.
- CALIFORNIA STATE PARKS. **The health and social benefits of recreation: an element of the California outdoor recreation planning program**. California State Parks - Planning Division, Sacramento: 2005.
- CAMARGO, E.I. & JOIA, P.R. O gerenciamento do turismo em Bonito, MS. **IV Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal**, Corumbá, nov., 2004. s/p 6fs.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Turismo e a produção do não lugar. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec: 1999. p. 25-39.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), São Paulo:: Hucitec. 150 p. 2007
- CARRIER, James G. & MACLEOD, Donald V.L. Bursting the bubble: the socio-cultural context of ecotourism. (National parks in Dominican Republic and Jamaica; ecotourism). **Journal of the Royal Anthropological Institute**. June 1, p. 315 – 334. 2005.
- CASCINO, F. Pensando a relação entre educação ambiental e ecoturismo. In: SERRANO, C.; BRUHNS, H.T. & LUCHIARI, M.T.D.P. (orgs.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Ed. Papirus, 2000. 206 p.
- CASTRO, Haroldo. Por que o turismo ecológico deu certo na região de Bonito? **ATRATUR (Associação dos Atrativos Turísticos de Bonito e Região)**, Bonito, 24 set. 2009. Disponível em: <<http://atrativosbonito.blogspot.com/2009/09/por-que-o-turismo-ecologico-deu-certo.html>>. Acesso em: 18 abr. 2010.
- CATER, Erlet. Ecotourism: a sustainable option? **Geographical Journal**, s/l, 159(5) p. 114-115. 1993.
- CHEONG, So-Min; MILLER, Marc L. Power and tourism a foucauldian observation. **Annals of Tourism Research**, Surrey, 27(2) p.371-390, 2000.
- CHRIST, C. *et al.*, HILLEL, O., MATUS, S., and SWEETING, J. **Tourism and biodiversity; mapping tourism's global footprint**. Conservation International/ United Nations Environment Programme, s/l: 2003. 66 p.
- CI (Conservation Internacional), MAPA desmatamento do Cerrado. S/l: 2010. Disponível em: <<http://www.conservation.org.br/arquivos/mapa%20desmat%20cerrado.jpg>>. Acesso em: 19 mar. 2010.

- CIFUENTES, Miguel. **Determinación de capacidad de carga turística en áreas protegidas**. Centro Agronómico de Investigación y Enseñanza, Turrialba: Serie Técnica, Informe Técnico 194. 1992. 26 p.
- CLARKE, J. The effective marketing of small scale tourism enterprises through national structures: Lessons from a two way comparative study of farm tourist accommodation in the United Kingdom and New Zealand. **Journal of Vacation Marketing**. v 1 (2) p. 137-53. 1995.
- COELHO, Eduardo Folley: depoimento [mar. 2010]. Entrevistador: M. T. C. de Oliveira. Campo Grande, MS. 2010. Três arquivos mp4 (93 min.), estéreo.
- COFFIN, Alisa W. From road kill to road ecology: a review of the ecological effects of roads. **Journal of Transport Geography**. v. 15 p. 396-406. 2007
- COHEN, E. Authenticity and commoditization of tourism. **Annals of Tourism Research**, Surrey, v. 15, n. 3, p. 371-86. 1988.
- COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**. v. 84. (supplement), p. 95-S119. 1988.
- COSTACURTA, Marco de Barros. **Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Fazenda São Geraldo - Rio Sucuri - Plano De Manejo**. Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda São Geraldo, Bonito: 2006. 112 p.
- COTTERILL, D. Developing a sustainable ecotourism business. In H. Richins, J. Richardson and A. Crabtree (eds.) **Taking the Next Steps**. Brisbane: Ecotourism Association of Australia. 1996. p. 135-40.
- COUTO, Alcino Pinto *et al.* Universidade e transdisciplinaridade na transição para a sustentabilidade: uma análise exploratória”. In: WULF, Christoph & NEWTON, Bryan. **Desarrollo sostenible: conceptos y ejemplos de buenas prácticas en Europa y América Latina**. Münster: Waxmann, (Coleção European Studies in Education) 2006. p.101-119.
- DAVIDSON-HUNT, Ian J, & BERKES, F. Nature and Society through the lens of resilience; toward a human-in-ecosystem perspective. In: BERKES, F.; COLDING, J. & FOLKE, C (orgs.). **Navigating social-ecological systems: building resilience for complexity and change**. London: Cambridge University Press, 2003. 424 p.
- DE GROOT, Rudolf S.; WILSON, Matthew A. & BOUMANS, Roelof M. J. A typology for the classification, description and valuation of ecosystem services, goods and services. **Ecological Economics**. s/l, v. 41 p. 393-408. 2002.
- DEAN, Warren. **A ferro e a fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 484 p.
- DECHANDT, S. G. **Ecoturismo e seu desenvolvimento: um estudo de caso comparado entre Chapada Diamantina (BA) e Bonito (MS)**. 2007. 141f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2007.

- DIAS, Celina Aparecida. A qualidade das águas no Município de Bonito, MS. **Simpósios ABRH. II Simpósio de Recursos Hídricos do Centro Oeste Campo Grande.** 2002. s/p. 19 p. Disponível em: <http://www.abrh.org.br/novo/ii_simp_rec_hidric_centro_oeste_campo_grande42.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2009.
- DIAS, Jailton. **As potencialidades paisagísticas de uma região cárstica: o exemplo de Bonito, MS.** 1998. 104f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente. 1998.
- DINIZ, Eliezer Martins. Os resultados da Rio + 10. *Revista do Departamento de Geografia.* v.15, p.31–35. 2002.
- DOXEY, G.V. A causation theory of visitor–resident irritants; methodology and research inference. **Sixth Annual Conference Proceedings of the Travel and Tourism Research Association. The Impact of Tourism.** Travel and Tourism Research Association, San Diego CA p 195–198, 1975.
- DRIVER, B.L., BROWN, P.J. & PETERSON, G.L. Research on leisure benefits: an introduction to this volume. DRIVER, B.L., BROWN, P.J. & PETERSON, G.L. (orgs.) **Benefits of leisure.** Venture Publishing Inc, Pennsylvania: p. 3-12, 1991.
- DRUMM, Andy & MOORE, Alan. **Desenvolvimento do ecoturismo - um manual para os profissionais de conservação - introdução ao planejamento do ecoturismo.** The Nature Conservancy, Arlington: v. I.2002. 92 p.
- EAGLES, P. International Trends in Park Tourism. **World Parks Congress,** Durban, South Africa, set. p. 8-19. 2003.
- EOA. Hotel Zagaia multado em 50 mil reais por bombear água de nascente. **Ecologia em Notícias.** Campo Grande, 6 fev. 2003. Disponível em: <<http://www.riosvivos.org.br/Noticia/Hotel+Zagaia+multado+em+50+mil+reais+po+r+bombear+agua+de+nascente/648>>. Acesso em: 17 mar. 2010.
- ECOVOLUNTEER PROGRAM. Site com informações sobre a instituição. Disponível em: <<http://www.ecovolunteer.org/>>. Acesso em: 23 jan. 2009.
- FAPEC *et al.* **Proposta de elaboração de estudo da cadeia produtiva do turismo em Mato Grosso do Sul - Relatório final.** Campo Grande, 2006. 124p.
- FAZENDA CABECEIRA DO PRATA. Apresenta textos sobre as atividades desenvolvidas nesta RPPN. Disponível em: <<http://www.bonitoweb.com.br/riodaprata/passeios.php?vart=Bonito>>. Acesso: 1 mar. 2010.
- FELICIANO, Greice Aparecida Domingos: depoimento [mar. 2010]. Entrevistador: M. T. C. de Oliveira. Aquidauana, MS, 2010. Dois arquivos mp4 (100 min.), estéreo.
- FENNELL, David A. **Ecoturismo: uma introdução.** Tradução de Inês Lohbauer, São Paulo: Contexto, 2002. 281p.

- FENNELL, David A. **Ecotourism programme planning**. Ontario: CABI, 2002b. 289p.
- FERREIRA, L. C. Conflitos sociais e uso de recursos naturais: breves comentários sobre modelos teóricos e linhas de pesquisa. In: Política & Sociedade. **Revista de Sociologia Política**. v. 4 b. 7, p.105-118. 2005.
- FLORA, C.B. & FLORA, J. Entrepreneurial social infrastructure: a necessary ingredient. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**. v. 529, p.48-58. 1993.
- FLORA, J. Social capital and communities of place. **Rural Sociology**. v. 63(4), p. 481-506. 1998.
- FORMAN, Richard T. T. & ALEXANDER, Lauren E. Roads and their major ecological effects. **Annu. Rev. Ecol. Syst.**.v. (29), p.207-311. 1998.
- FORMAN, Richard T. T. *et al.* **Road Ecology: Science and Solutions**. Washington: Island Press, 2003. 481p.
- FORMAN, Richard.T. T. Road ecology's promise: what's around the bend? **Environment**, s/l, v. 46(4), p. 8-21. 2004.
- FRATA, Angela Maria *et al.* O ciclo de vida do destino turístico de Bonito, Mato Grosso Do Sul. In: Congresso da SOBER (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural), 45, 2007, Londrina, **Anais...** Londrina: Universidade Estadual de Londrina. 2007. 20 p.
- FUNDAÇÃO NEOTRÓPICA DO BRASIL. 1993. Contém informações sobre as atividades da instituição. Disponível em: <<http://www.fundacaoneotropica.org.br/>>. Acesso em: 4 dez. 2009.
- FUNDAÇÃO NEOTRÓPICA DO BRASIL. **Projeto Ecodesenvolvimento no Entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena**. Programa de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira/ Ministério do Meio Ambiente/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/ Global Environment Facility/ Banco Mundial, Brasília: 2004. 153p.
- FURLAN, Sueli Ângelo. Ecoturismo: do sujeito ecológico ao consumidor da natureza. RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, p. 29-58. 2003.
- GALLOPIN, Gilberto. **Science and technology, sustainability and sustainable development**. Economic Commission for American Latin and the Caribbean, s/l: 2001. 33p.
- GERVÁSIO, Maria Silvia Peixoto: depoimento [abr. 2010]. Entrevistador: M. T. C. de Oliveira. Campo Grande, MS. 2010. Cinco arquivos mp4 (123 min.), estéreo.
- GIORI, Daniela Venturato *et al.* A REPAMS e suas ações em prol das RPPNs do Mato Grosso do Sul. REPAMS. 2010. 3 p. Disponível em: <www.repams.org.br/downloads/arquivo_031208163940.doc> Acesso em: 4 dez. 2009.

GRABURN, Nelson H. H. Tourism: the sacred journey. In: SMITH, Valene (org.). **Hosts and guests: the anthropology of tourism**. 2ª ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, p. 21-36, 1989.

HARRIS, Mônica Barcellos *et al.*; Estimativa da perda de cobertura vegetal original na Bacia do Alto Paraguai e Pantanal brasileiro: ameaças e perspectivas. **Natureza & Conservação**. v. 4, n. 2, p. 50-66, out. 2006.

HOCKINGS, M., STOLTEN, S. & DUDLEY, N. **Evaluating Effectiveness: A Framework for Assessing the Management of Protected Areas**. Cambridge: IUCN. 2000. 121p.

HONEY, M. **Ecotourism and sustainable development: who owns paradise?** 2º ed. Washington: Island Press, 2008. 460 p.

IASB (Instituto de Águas da Serra do Bodoquena). **Legislação Estadual de MS. Lei Nº 1.871**. de 15/07/1998. Disponível em: <<http://www.iasb.org.br/legislacao.php?act=listar&cod=8>>. Acesso em: 15 dez. 2009.

IASB (Instituto de Águas da Serra do Bodoquena). Disponível em: <<http://www.iasb.>>. Acesso em: 15 dez. 2009.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Trabalho e Rendimento - Informações Gerais - 1999**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/tabela2.shtm>>. Acesso em: 15 mar. 2010.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Demográfico 2000**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=31o/tabela13_1.shtm&paginaatual=1&uf=50&letra=B>. Acesso em: 15 mar. 2010.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Levantamento sistemático da produção agrícola**. 2009. <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/default.shtm>>. Acesso em: 15 mar. 2009.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Aspectos Demográficos - Informações Gerais**. 2010a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/tabela1.shtm>>. Acesso em: 22 maio. 2010.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Educação e Condições de Vida**. 2010b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/tabela3.shtm>>. Acesso em: 2 mai. 2010.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Indicadores IBGE - Estatística da produção pecuária**. 2010c. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/producaoagropecuaria/default.shtm>> Acesso em: 2 mai. 2010.

- ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). Brasil já tem 512 RPPNs; e o governo quer mais. **Agência de Notícias do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade**, Brasília, n. 91, abr. a mai., 2009. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/ChicoMendes/Boletim91_Materias/rppn.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010. c
- ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN. Apresenta textos contendo informações sobre as RPPNs. 2010a. Disponível em: <<http://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/>>. Acesso em: 15 mai. 2010.
- ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). **Relatório Resumido das RPPN por Estado**. Brasília, 2010b. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/rppn/download.php?id_download=100>. Acesso em: 15 mai. 2010.
- ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). Lista de RPPNs. Brasília, 2010c. Disponível em: <<http://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/>>. Acesso em: 31 mar. 2010.
- ICMBio. Parque Nacional de Foz do Iguaçu. 2010d. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parna_iguacu/> Acesso em: 18 mar. 2010.
- IDE *et al.* Avaliação do sistema de tratamento de esgoto e implicações na qualidade da água superficial em Bonito – MS. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, 19, 1997, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES. 1997. p. 887- 897.
- INSTITUTO BALEIA JUBARTE & ECOVOLUNTEER PROGRAM ECOVOLUNTER. **Experience field research on humpback whales**. Instituto Baleia Jubarte & Ecovolunteer Program Ecovolunter, Praia do Forte: 2010. 31 p.
- INSTITUTO IPÁ TI-UÁ (Instituto Ipá Ti-uá de Meio Ambiente, Cultura e Sociedade). Apresenta textos sobre as atividades desenvolvidas pela instituição. Disponível em: <<http://www.ipatiua.com.br>>. Acesso em: 5 maio. 2010.
- KLINK, Carlos A.; MACHADO, Ricardo B. A conservação do Cerrado brasileiro. **Megadiversidade**, s/l, v. 1, n.1 p. 147-155, jul., 2005.
- KOHLEPP, G. Descobertas Científicas da Expedição de Alexander Von Humboldt na América Espanhola (1799-1804) sob o ponto de vista geográfico. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, Campina Grande, v. 6, n. 2, p. 260-278. 2006.
- LACERDA, Liliane & FASSINI, Daiana. Sistemas agroflorestais como alternativa de recuperação de matas ciliares e geração de renda em pequenas propriedades no rio Mimoso, Bonito/MS: resultados preliminares. In: Seminário de Agroecologia de Mato Grosso do Sul, 2. Uso e Conservação dos Recursos Naturais. **Resumos**. Revista Brasileira de Agroecologia. v. 3 (suplemento especial), p. 79-83. 2008.

- LAYKE, Christian. **Measuring nature's benefits: a preliminary roadmap for improving ecosystem service indicators.** World Resources Institute, s/l: 2009. 36 p.
- LIMA, L. S. **Arranjo produtivo local de Bonito/ Serra da Bodoquena: desempenho dos empreendimentos turísticos na geração de postos de trabalho, renda e melhorias das condições de vida.** 2007. 90f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande. 2007.
- LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. (ED). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão.** São Paulo: SENAC, 1999.
- LOBO, Heros Augusto Santos *et al.* Proposta de metodologia de levantamento espeleológico para planos de manejo em Unidades de Conservação da natureza. Congresso Brasileiro de Espeologia. XXIX. **Anais...** Ouro Preto: Sociedade Brasileira de Espeologia. 2007. p. 179-185.
- LOBO, Heros Augusto Santos, MORETTI, Edvaldo Cesar. Ecoturismo: as práticas na natureza e a natureza das práticas em Bonito, MS. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo.* v. 2, n. 1, p. 43-71, mar. 2008.
- LOUBET, L. F., PAULINO, E. R. M. & CONSTANTINO, R. **Projeto Formoso Vivo – A aplicação do direito ambiental para a conservação da biodiversidade na Bacia Hidrográfica do Rio Formoso em Bonito/ MS.** 2007. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: s/d. Disponível em: <www6.ufrgs.br/seerbio/ojs/index.php/rbb/article/viewFile/190/189>. Acesso em: 23 mar. 2010.
- LUBCHENCO, Jane. Entering the century of the environment: a new social contract for science. **Science**, s/l, v.279 p. 491-496, jan., 1998.
- LUCHIARI, Maria Tereza D. P. Turismo e meio ambiente na mitificação dos lugares. **Turismo em Análise**, São Paulo, ano 11, n. 1, pp. 35-43, mai. 2001.
- LUNAS, José Roberto da Silva. **Turismo sustentável descrição e avaliação da gestão do turismo de Bonito – MS.** 2000. f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília. 2000.
- LUNAS, José Roberto da Silva. **Ecoturismo sociedade anônima: sustentabilidade, dilemas e perspectivas do turismo na Serra do Bodoquena – MS.** 2006. 3163f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília. 2006.
- LUO, Yanju & DENG. Jinyang. The New Environmental Paradigm and Nature-Based Tourism Motivation. **Journal of Travel Research**, s/l, v. 46, p: 392-402, mai. 2008;
- MAC CANNELL, D. Staged authenticity: arrangements of social space in tourist settings. **American Journal of Sociology**, s/l, v. 79, p. 589-603. 1973.

- MACEDO, Silvio Soares. Paisagem, litoral e formas de urbanização. In: MMA (Ministério do Meio Ambiente); MP (Ministério do Planejamento). **Subsídios para um projeto de gestão (Projeto Orla)**. MMA/MPO, Brasília: pp. 45-62, 2004.
- MACHADO, R.B. *et al.* **Estimativas de perda da área do Cerrado brasileiro**. Conservation International, Brasília: 2004. Disponível em: <<http://conservation.org.br/arquivos/RelatDesmatamCerrado.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2010.
- MAGALHÃES, Nícia Wendel de: depoimento [mar. 2010]. Entrevistador: M. T. C. de Oliveira. São Paulo, SP. 2010. Três arquivos mp4 (133 min.), estéreo.
- MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos, 2. A pesquisa qualitativa em debate. 2004. Bauru. **Anais...** Bauru: Universidade Sagrado Coração. Sociedade de Estudos e Pesquisas Qualitativos. 2004. 10 p.
- MARIANI, Milton Augusto Pasquotto. **Geografia e turismo no paraíso das águas: o caso de Bonito**. 2000. 256f. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2000.
- MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo. **Relatório Anual de Gestão 2008**. Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul, Campo Grande: 2008. Disponível em: <<http://www.turismo.ms.gov.br/templates/apresentacao/componentefixo/gerador/gerador.php?pag=2076&template=19>>. Acesso em: 6 dez. 2009.
- MATO GROSSO DO SUL. **Legislação Estadual de MS. Lei nº 989**. Leis dos Rios Cênicos - Formoso, Prata e Peixe. 9 de dezembro de 2003. Disponível em: <<http://www.iasb.org.br/legislacao.php?act=listar&cod=14>>. Acesso em: 19 dez. 2009.
- MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2005. 535 p.
- MCKERCHER, Bob & ROBBINS, Bill. Business development issues affecting nature-based tourism operators in Australia. **Journal of Sustainable Tourism**, Oxford, v. 6, n. 2 p. 173-188. 1998.
- MENEGUZZO, V.; BATTASSINI, P. S. & ARRUDA, N. R. **As correlações entre o ecoturismo, as ONGs ambientalistas e o desenvolvimento local no território de Bonito**. Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande: 2006. Disponível em: http://www.ucdb.br/eventos/arquivos/UpFiles/362/file/Nelly_Rocha_de_Arruda.pdf > Acesso em: 21 abr. 2010.
- MENEGUZZO, Volmir. **Avaliação do desempenho das organizações do terceiro setor no desenvolvimento turístico do município de Bonito - Mato Grosso do Sul**. 2008. 92f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande. 2008.
- MEYER, Eric T. Technological change and the form of science research teams: dealing with the digitals. **Prometheus**, s/l, v. 25. p. 345-361, dez. 2007.

- MICHELS, I. L. & OLIVEIRA, T. C. M. Bordas do Pantanal: ocupação, dinamismo e meio ambiente. **Geosul**, Florianópolis, v. 15. n. 30. p. 65-89. 2000.
- MORIN, E. O Desafio da Complexidade in: **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 268 p.
- NAUCRATES FOUNDATION & ECOVOLUNTEER PROGRAM. **Experience marine turtles, mangroves and coral reef Thailand**. Cori, 2007. 29 p.
- NEIMAN, Z. **A educação ambiental através do contato dirigido com a natureza**. 2007. 239 f. São Paulo: Tese (Doutorado em Psicologia Experimental) Pós-graduação em Psicologia Experimental/Universidade de São Paulo. 2007.
- NICOLESCU, Basarab. A evolução transdisciplinar na universidade condição para o desenvolvimento sustentável. Bangkok: 1997. (mimeo.). Disponível em: <<http://basarab.niculescu.perso.sfr.fr/ciret/bulletin/b12/b12c8por.htm>>. Acesso em: 13 dez. 2008.
- NOY, Chaim. This trip really changed me. Backpackers' Narratives of Self-Change. **Annals of Tourism Research**, Surrey, v. 31, n. 1, p. 78-102. 2004.
- NUNES, Paulo Augusto *et al.* **Recreational, cultural and aesthetic services from estuarine and coastal ecosystems**. Venice: 2010 (mimeo.). 63 p.
- O'RIORDAN, T. & CAMERON, J. The history and contemporary significance of the precautionary principle. In: O'RIORDAN, T. & CAMERON, J. (org.). **Interpreting the Precautionary Principle**. London: Earthscan. 1994. p. 12-30.
- OJALA, Riitta. Creating ecological citizenship an example of voluntary oil-combating in Finland. 2005. 48f. Dissertação (Mestrado no Programme in International Environmental Science) - Programme in International Environmental Science, LUMES (Lund University), Lund. 2005.
- OLIVEIRA, Marcelo Teixeira Cesar. Estudos de caso para análise da sustentabilidade ambiental do ecoturismo no Brasil (da prática aos destinos). In: NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. **Ecoturismo no Brasil**. Barueri: Manole, 2005. p. 278-29.
- OLIVEIRA, Marcelo Teixeira Cesar. **Bonito decepcionou no Carnaval**. Caderno viagem. O Estado de São Paulo. São Paulo: 28/03/2000.
- OLIVEIRA, Marcelo Teixeira Cesar. Diário de viagem – Bonito. MS. (INSTITUTO IPÁ TI-UÁ (Instituto Ipá Ti-uá de Meio Ambiente, Cultura e Sociedade). (anotações de campo). São Paulo, SP: jul. 1989.
- OLIVEIRA, Marcelo Teixeira Cesar. Diário de viagem – Bonito. MS. INSTITUTO IPÁ TI-UÁ (Instituto Ipá Ti-uá de Meio Ambiente, Cultura e Sociedade). INSTITUTO IPÁ TI-UÁ (Instituto Ipá Ti-uá de Meio Ambiente, Cultura e Sociedade). (anotações de campo). São Paulo, SP: jul. 1990.
- OLIVEIRA, Marcelo Teixeira Cesar. Diário de viagem – Bonito, MS. INSTITUTO IPÁ TI-UÁ (Instituto Ipá Ti-uá de Meio Ambiente, Cultura e Sociedade). (anotações de campo). São Paulo, SP: fev. 2000.

- OLIVEIRA, Marcelo Teixeira Cesar. Diário de viagem – Bonito, MS. INSTITUTO IPÁ TI-UÁ (Instituto Ipá Ti-uá de Meio Ambiente, Cultura e Sociedade). (anotações de campo). São Paulo, SP: jul. 2004.
- OLIVEIRA, Rui José. Turismo backpacker: Estudo dos viajantes internacionais no Brasil. **Revista de Cultura e Turismo**, Santa Cruz, ano 2, n. 1, jan. 2008.
- OLIVER, Pamela; MARWELL, Gerald & TEIXEIRA Ruy. A theory of the critical mass - Interdependence, group heterogeneity and the production of collective action. **The American Journal of Sociology**, Chicago, v. 3, n. 91, p. 522-556, nov. 1985.
- ONU (Organização das Nações Unidas). **Declaração sobre o ambiente humano**. ONU, Estocolmo: 1972. 7 p.
- ONU (Organização das Nações Unidas). General Assembly. Development and International Economic Cooperation: Environment. **Our Common Future**. ONU, Oslo: 1987. 138 p.
- ONU (Organização das Nações Unidas). Agenda 21 - United Nations Conference on Environment & Development. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/dsd/agenda21/>>. Acesso em: 13 dez. 2008.
- ONU (Organização das Nações Unidas). Rio-92, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**. ONU, Rio de Janeiro: 1992. 6 p.
- ORACION, Enrique G. **Constructing ecotourism the application of the tourism system model in the Philippine context**. Washington: 2001. (mimeo.). 25 p.
- OURIQUES, Helton Ricardo. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas: Editora Alínea, 2005. 159 p.
- OURIQUES, Helton Ricardo. Elementos para uma análise do turismo na economia - mundo capitalista. In: Colóquio Brasileiro de Economia Política dos Sistemas-mundo. 2. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 17 p. 2008.
- PÁDUA, S. M. **Educação ambiental como um instrumento de integração entre conservação e uso sustentável dos recursos naturais: o caso do Pontal do Paranapanema, São Paulo**. 2004. 180 p. Tese (Doutorado em Política e Gestão Ambiental) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília. 2004.
- PANROTAS. Aeroporto de Bonito (MS) ganha terminal de paxs. 25/5/2010. Disponível em:<http://www.panrotas.com.br/noticia-turismo/aviacao/aeroporto-de-bonito-ms-ganha-terminal-de-paxs_58184.html>. Acesso em 26/05/2010.
- PELLIN, Ângela *et al.* A experiência do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Bonito na gestão dos recursos do ICMS ecológico. SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SÓCIO-ECONÔMICOS DO PANTANAL, 4, 2004, Corumbá. **Anais...** Corumbá: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Informática Agropecuária, 2004. 7 p.

- PIOVESAN, Eduardo. Câmara aprova política nacional de resíduos sólidos. **Câmara dos Deputados**, Brasília, 11 mar. 2010. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/MEIO-AMBIENTE/145758-CAMARA-APROVA-POLITICA-NACIONAL-DE-RESIDUOS-SOLIDOS.html>> Acesso em: 21 abr. 2010.
- PIRES, Bely Clemente Camacho. Gestão em agências de ecoturismo e sua inserção no contexto da sustentabilidade. **Turismo - Visão e Ação** - v.1 - n.2 - p.45-69 out-1998/mar-1999
- PIRES, Paulo dos Santos. **Dimensões do Ecoturismo**. São Paulo: Editora SENAC, 2002. 272 p.
- PIVATTO, Maria Antonietta Castro. **Caracterização da avifauna dos arredores da Lagoa Misteriosa**, Jardim - MS. Jardim: MS. 2007. 25 p.
- PNMA (Programa Nacional do Meio Ambiente). Projeto Pantanal. **PCBAP - Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai - Diagnóstico dos meios físico e biótico - Meio físico**. Brasília, (v. II tomo I.). 1997. 370 p.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). **Desenvolvimento Humano e IDH**. S/l, 2010. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh/>>. Acesso em: 5 mai. 2010.
- PORTO, Ciro. Fazendeiro transforma lixão em paraíso das araras. **Globo Repórter**, Jardim, 4 jun. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2010/06/fazendeiro-transforma-lixao-em-paraíso-das-araras.html>>. Acesso em: 4 jun. 2010.
- PROJECTO VIVO. Apresenta informações sobre o Projecto Vivo Ecoturismo, Fazenda da Barra. Disponível em: <<http://www.projectovivo.com.br/pvivo.php>>. Acesso em: 15 jan. 2010.
- RAMALHO, Aline Lopes; SILVA, Poliana Bassi & RABINOVICI, Andréa. O turismo no contexto da sustentabilidade. In: NEIMAN, Zysman & RABINOVICI, Andréa (orgs.). **Turismo e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: Manole. 2010. p. 25-42.
- REVISTA VIAGEM E TURISMO. Brasil melhor destino de Ecoturismo. 2006. Disponível em: <http://viagemeturismo.abril.com.br/premio_vt_2005/m_destecoturismo.shtml>. Acesso 10 jan. 2010.
- RIBAS, Lúcia Maria L. R. & CARVALHO, Luciani Coimbra de. **Cavidade natural subterrânea: natureza jurídica. Interações**, Campo Grande, v.10, n.1, p. 83-93. 2009.
- ROEL, A. R.; ARRUDA, E. J. Agroecologia e os recursos naturais de fragmentos de vegetação nativa. In: COSTA, R. B. **Fragmentação florestal e alternativas de desenvolvimento rural na região Centro-Oeste**. Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco. 2003. p. 205-232.

- ROSS, Jurandy & SANCHES, Luciano. PCBAP - Plano de conservação da bacia do alto Paraguai e o zoneamento ecológico-econômico para o Brasil. In: SIMPÓSIO DE GEOTECNOLOGIAS NO PANTANAL, 1. 2006, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 2006, p.667-674.
- ROSS, S., & Wall, G. Ecotourism: Toward congruence between theory and practice. **Tourism Management**, s/l, v. 20, n. 1, p. 123-132. 1999.
- SABINO, José: depoimento [mar. 2010]. Entrevistador: M. T. C. de Oliveira. São Paulo, SP. 2010. Um arquivo mp4 (31 min.), estéreo.
- SABINO, José & ANDRADE, Luciana Paes de. Uso e conservação da ictiofauna no ecoturismo da região de Bonito, Mato Grosso do Sul: o mito da sustentabilidade ecológica no Rio Baía Bonita (Aquário Natural de Bonito). **Biota Neotrópica**, São Paulo, v. 3, n. 2. 9 p. 2003.
- SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2000. 96 p.
- SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004. 152 p.
- SANTANA, Paola Verri. **Ecoturismo: uma indústria sem chaminé?** FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), São Paulo: 2008. 147p.
- SANTOS, Milton. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: Hucitec, 1982. 96 p.
- SANTOS, Leandro Francisco Fernandes *et al.* Turismo de mínimo impacto no balneário municipal de Bonito, Mato Grosso do Sul: diagnóstico e propostas de implantação. **Revista Agora**, Campo Grande, v. 1, n. 6, 21 p. 2006a.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. 3ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006b. 388 p.
- SAVILOLO, Simone. Bonito. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 1-13. 2002.
- SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 696 p.
- SCHEFFLER, Sandro M.; PELLIN, Angela & FERNANDES, Hamilton M. Síntese do plano de manejo da RPPN Fazenda da Barra (Bonito, Mato Grosso do Sul), com ênfase no processo de planejamento. CONGRESSO DE MEIO AMBIENTE, 4, 2009, São Carlos. São Carlos: AUGM (Associação de Universidades Grupo de Montevidéu), 2009. 15 p.
- SHRIBERG, M. Talloires in action: creating leaders and laggards in the US. **ULSF Publications**, s/l, v.1, n. 6, 2002. Disponível em: <http://www.ulsf.org/pub_declaration_resvol61.htm>. Acesso em: 21 mar. 2010.
- SILVA, Normandes Matos. **Dinâmica de uso das terras nos municípios de Bonito, Jardim e Bodoquena (MS) e o estado e conservação dos recursos biológicos do**

- Parque Nacional da Serra da Bodoquena e de sua zona de amortecimento.** 2008. 235f. Tese (Doutorado em Ciências) - Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008.
- SILVA, João dos Santos Vila et al. Zoneamento ecológico-econômico do Mato Grosso do Sul: uma proposta. In: SIMPÓSIO DE GEOTECNOLOGIAS NO PANTANAL, 1. 2006, Campo Grande. Anais... Campo Grande: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Informática Agropecuária. 2006. p.700-709.
- SILVA, Luciana Ferreira. & CAMARGO, Rafael Rodrigues. Valoração Econômica das Cavernas da Microbacia do Rio Salobra, Bodoquena - MS como Subsidio ao Planejamento Ecoturístico. **Pesquisas em turismo e paisagens cársticas**, Campinas, v. 1, n.2. p. 121-129. 2008.
- SILVA, Normandes Matos & PIVELLO, Vânia Regina. Conservação dos remanescentes vegetais de cerrado e a dinâmica de uso e ocupação das terras em Bonito, Mato Grosso do Sul. **Revista da Associação Brasileira de Agroecologia**. Cruz Alta, v. 4, n. 3p. 86-96. 2009.
- SILVA, Luciana Ferreira & WEISS, Joseph. Valoração econômica de benefícios ambientais como suporte a formulação de políticas públicas: um estudo de caso no Balneário Municipal de Bonito – MS. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA. IV, 2001, Belém. **Anais...** Belém: Sociedade Brasileira de Economia Ecológica. 2001. 25 p.
- SILVESTRE, R. & DEMÉTRIO, M. F. Biogeografia e diversidade de formigas do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, Mato Grosso do Sul. **Biológico**, São Paulo, v. 69, suplemento 2, p.225-227. 2007.
- SIMÕES, Eliane & FERREIRA, Lúcia da Costa. Gestão compartilhada entre caiçaras, quilombolas e técnicos no Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar (NP/PESM). In: ENANPPAS (Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade), 4, 2008, Brasília. **Anais ...** Brasília: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, 2008, 15 p.
- SIRAKAYA, Erc, SASIDHARAN, Vinod & SÖNMEZ, Sevil. Redefining ecotourism: the need for a supply-side view. **Journal of Travel Research**. v. 38, p. 168-172 nov. 1999.
- SOLLER, M. M. L. **Atividade e o perfil do profissional no Município de Bonito/MS com alternativas para o desenvolvimento local.** 2006. 120f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande. 2006.
- SOUSA, B. P. C & P.C, LASTORIA, Giancarlo. Contribuição à caracterização da situação atual da exploração das águas subterrâneas na cidade de Bonito-MS. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPELEOLOGIA, 27, 2003, Januária. **Anais...**, Januária: SESC-MG Pousada de Januária. 2003. 15 p.
- SOUZA, Helaine Aparecida Silva *et al.* Gestão mercadológica estratégica do ecoturismo em RPPNs: Rio Sucuri – Bonito/MS. In: CONGRESSO DA SOBER

- (SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL), 46, 2008, Rio Branco, **Anais...**, Rio Branco: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. 2008. 18 p.
- SPINOLA, Carolina de Andrade. Ecoturismo na Bahia - potencial e equívocos da atividade no Estado. In: Mesa-Redonda: Além do Sol e da Praia: oportunidades para o Turismo no Estado da Bahia. 2003. Disponível em: <<http://www.setur.ba.gov.br/2010/01/26/ecoturismo-na-bahia-potencial-e-equivocos-da-atividade-no-estado/>>. Acesso em: 26 jan. 2010.
- STERN, C., Lassoie, J., Lee, D., & Deshler, D. How "eco" is ecotourism? A comparative case study of ecotourism in Costa Rica. **Journal of Sustainable Tourism**, Oxford, v. 11, n. 4, p. 322–347. 2003.
- STILPEN, Paulo Cesar & SOUZA, Ubiratan Jorge Iorio. Ministério do Turismo. **Economia do turismo. Estudos da competitividade do turismo brasileiro Determinantes do fluxo de turistas estrangeiros para o Brasil**. Brasília. 2006. 149 p.
- STRONZA, A. Anthropology of Tourism: Forging New Ground for Ecotourism and Other Alternatives. **Annu. Rev. Anthropol.** v. 30, p. 261–83. 2001.
- STRONZA, Amanda & PEGAS, Fernanda. Ecotourism and Conservation: Two Cases from Brazil and Peru. **Human Dimensions of Wildlife**, s/l, v.13, n. 4, p. 263–279, 2008.
- SWITALSKI, T.A. *et al.* Benefits and impacts of road removal. **Frontiers in Ecology and the Environment**, s/l, v. 2, n. 1 p. 21–28. 2004.
- TAKAHASHI, L.Y., 1997. Limite aceitável de câmbio (LAC): Manejando e monitorando visitantes. Pp. 445-464. In: **Anais do I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**, vol. I. IAP/UNILIVRE, Curitiba.
- TOMAZZONI, Edegar Luis. Análise do discurso turístico da Serra Gaúcha. **Em questão**. Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 339-365, jun./dez. 2006.
- TORRECILHA, S.(coord), et al. **Plano de Manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) da Fazenda da Barra, Bonito/MS**. Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA/MS, Departamento de Conservação dos Recursos Naturais – DCM, Campo Grande: 70p. 1995.
- TORRECILHA, S. & LOUREIRO, W. 2003. **Plano de Manejo do Parque Estadual das Nascentes do Rio Taquari**. Agência Nacional de Águas, Brasília: 2003. Disponível em: <<http://www.ana.gov.br/gefap/conteudo.asp?idmcod=1&mcod=6&ecod=301>>. Acesso em: 13 jan. 2010.
- TRENTIN, Fábila. **A apropriação do espaço pelo (eco) turismo no município de Bonito (1990 a 2000)**. 2001. 107f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Centro Universitário Ibero-Americano, São Paulo. 2001.

- TRENTIN, Fábila. **Políticas públicas de turismo e meio ambiente e indicadores de desenvolvimento sustentável: um estudo sobre Bonito – MS.** 2005. 209f. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade) – Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo. 2005.
- TRENTIN, Fábila & SAN SOLO, Davis Gruber. Políticas públicas de turismo e indicadores de sustentabilidade ambiental: um estudo sobre Bonito – MS. **Turismo - Visão e Ação**, Itajaí, v. 8, n. 1, p. 61-74. 2006.
- TREVELIN, A.C. O sistema de turismo de Bonito - MS. Prefeitura Municipal de Bonito/ Conselho Municipal de Turismo, Bonito: (Série Artigos) 2003. Disponível em: <<http://www.bonito-ms.com.br>>. Acesso em: 2 jun. 2010.
- TSE (Tribunal Superior Eleitoral). **Estatística do eleitorado por sexo e grau de instrução - Município de Bonito, MS.** Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/distr_instr_blank.htm> Acesso em: 2 mai. 2010.
- UETANABARO, Masao *et al.*. Anfíbios e répteis do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, Mato Grosso do Sul, Brasil. **Biota Neotrópica**, São Paulo, v. 7, n. 3, 15 p. 2007.
- UNEP (United Nations Environment Programme) & WTO (World Trade Organization). **Sustainable development of ecotourism web-conference International Year of Ecotourism 2002.** S/l, 2002. Disponível em: <<http://www.world-tourism.org/sustainable/2002ecotourism/eng.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2010.
- UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). **Programa O Homem e a Biosfera - MAB.** S/l, 1971. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/areas/ciencias/destaques/mab/index_html/mostra_documento>. Acesso em: 23 nov. 2006.
- UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). The Belgrade Charter. **A framework for Environmental Education.** Belgrade, 1975. Disponível em: <unesdoc.unesco.org/images/0001/000177/017772eb.pdf>. Acesso em: xxx 2008.
- UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). **UN Decade for education for sustainable development (2005-2014).** Paris, 2006. Disponível em: <http://portal.unesco.org/education/en/ev.php-URL_ID=23279&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em: 28 de set. 2006.
- UNSD (United Nations Statistic Division). **Draft tourism satellite account: methodological references. Department of Economic and Social Affairs.** 27 December 1999. Disponível em: unstats.un.org/unsd/statcom/doc00/f80.pdf
- UOL (Univero On Line). **Foz do Iguaçu, no Paraná, oferece espetáculo natural e aventura.** Atualizado em março de 2009. Disponível em: <http://viagem.uol.com.br/guia/cidade/fozdoiguacu_index.jhtm>.

- VALENTINE, P. Ecotourism and nature conservation: a definition with some recent developments in Micronesia [Wotho Atoll, Marshall Islands; Enipein Marine Park, Pohnpei]. **Tourism Management**, s/l, v. 14, n. 2, p. 107-115, 1991.
- VASCONCELOS, Laura Cristina da Silva & SETTE, Denise Maria. O uso da água e o ecoturismo em Mato Grosso do Sul, Brasil. IN: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 12, 2009, Montevideo, **Anais...** Montevideo: IAVA /Radisson/Fac. de Ciencias Sociales/Cine Teatro Plaza. 2009. 15 p.
- VERSCHUUREN, B. An overview of cultural and spiritual values in ecosystem management and conservation strategies. **International Conference on Endogenous Development and Biocultural Diversity**, s/l, 2006. Disponível em: <<http://topshare.wur.nl/naturevaluation/75146>>. Acesso em: 30 nov. 2008.
- VIANA, Adriana & GOMES, Paulo Ricardo. Prefeito de Bodoquena comemora investimento da Sanesul em saneamento. **Sanesul**, Campo Grande, 5 out. 2009. Disponível em : <http://www.ms.gov.br/noticias/index.php?templat=vis&site=136&id_comp=1068&id_reg=82883&voltar=home&site_reg=136&id_comp_orig=1068>. Acesso em: 10 jan. 2010.
- VIEIRA, J. F. L. **Voucher único um modelo de gestão da atividade turística em Bonito – MS**. 2003. 137 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande. 2003.
- WALL, Geoffrey. ecotourism: change, impacts, and opportunities. in: MALEK-ZADEH, Elizabeth. (org.) The ecotourism equation: measuring the impacts. bulletin number 99, New Haven: Yale School of Forestry. 1996.
- WEARING, Stephen & NEIL, John. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. Barueri: Manole, 2001. 278 p.
- WEAVER, D., & LAWTON, L. Twenty years on: The state of contemporary ecotourism research. **Tourism Management**, s/l, v. 28, n. 5, p. 1168–1179. 2007.
- WEENEN, H. Towards a vision of a sustainable university. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, s/l, v. 1, n. 1, p. 20-34. 2000.
- WHEELER, Brian. Sustaining the Ego. **Journal of Sustainable Tourism**, Oxford, v. 1, n. 2, p.121-129. 1993.
- WIGHT, P. North American ecotourism markets: Motivations, preferences and destinations. **Journal of Travel Research**, v. Summer, p. 3–10. 1996.
- WILD, R.; MCLEOD, C. **Sacred natural sites: guidelines for protected area managers**. IUCN, Gland: 2008. 131 p.
- WOOD, Megan E. **Ecotourism, principles, practices and policies for sustainability**. UNEP Publication/ The International Ecotourism Society, Paris: 2002. 32 p.

ANEXO 1

DADOS GEOGRÁFICOS DO CENTRO – OESTE

Os municípios da área estudada (Bonito, Jardim e Bodoquena) estão na região Centro-Oeste, que compreende 18,8% do território nacional e abriga 6,8% da população do país - 11.296.224 habitantes.

Um dos índices que podem servir de indicadores do desenvolvimento do turismo sobre a população numa região pode ser o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O índice tornou-se referência mundial e parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. O objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita (PNUD, 2010).

Segundo a Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio de Bonito (2010), o índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no ano de 1991 era 0,675, já em 2000, o IDH representava 0,767, significando um aumento de 14%, ocupando o 18º lugar em relação aos municípios de Mato Grosso do Sul. Nesse período, nota-se uma queda expressiva da mortalidade infantil de 47% e uma expectativa de vida 8% maior, o que aumenta o índice de longevidade. Também houve um aumento de 19% no índice de educação, o que se deve há um aumento da taxa de alfabetização e, um aumento da taxa de escolarização, especialmente pelas características dos migrantes.

No Estado do Mato Grosso, um terço da população está em idade escolar. Segundo o IBGE (2000), o índice de alfabetização é de 88,21%. Na região de Bonito, Jardim mostrou maiores índices com 88,68%, seguido de Bonito 87,49% e Bodoquena com 82,7%. Lima (2007) afirma que entre 1995 e 2004 foi significativa a redução da população analfabeta e de nível fundamental caindo de 10% para 1%. Acompanhada da redução da participação do trabalhador com apenas 4ª série do ensino fundamental (45% para 19%). Foi ampliado o contingente de mão-de-obra com nível fundamental (7% para 22%) completo e também com ensino médio (16% para 30%). Houve melhorias na esperança de vida ao nascer e em 2000 Bonito atingiu o 7º no ranking do Estado. A renda per capita apresentou melhorias no 3 municípios (LIMA, 2007).

QUADRO 1 - Índices da região Centro - Oeste

Índices	Valores
taxa de crescimento anual	2,2% (2ª do país)
número de pessoas em área urbana	84,4% (2ª do país)
taxa de mortalidade	41,1 (3ª do país)
rendimento mensal	R\$ 291,30 (< região Sul > Sudeste)
taxa de atividade das pessoas 15 a 65 anos de idade	73,2 (2ª do país)
educação e condições de vida	5,9 (3ª do país)
domicílios - condição de saneamento e luz elétrica	3ª do país

Elaborado por Oliveira, 2010²⁵

QUADRO 2 - Dados da população residente em Bonito.

Tabela - População residente, por sexo e situação do domicílio, população residente de 10 anos ou mais de idade, total, alfabetizada e taxa de alfabetização, segundo os Municípios

Municípios	População residente, sexo e situação do domicílio					População residente de 10 anos ou mais de idade		
	Total	Homens	Mulheres	Urbana	Rural	Total	Alfa- betizada	Taxa de alfabe- tização (%)
Bonito	16.956	8.754	8.202	12.928	4.028	13.385	11.905	88.9

Fonte: IBGE Censo Demográfico 2000.

QUADRO 3 - Escolaridade da população de Bonito.

Estadística do Eleitorado por Sexo e Grau de Instrução

MUNICÍPIO: Janeiro / 2010 MS BONITO

Grau de Instrução	Masculino(M)	%M/T	Feminino(F)	%F/T	Não Informado(N)	%N/T	Total(T)	%T/TT
ANALFABETO	442	48.2	475	51.8	0	0	917	6.22
LE E ESCREVE	1.503	55.65	1.198	44.35	0	0	2.701	18.31
PRIMEIRO GRAU INCOMPLETO	3.127	53.43	2.726	46.57	0	0	5.853	39.67
PRIMEIRO GRAU COMPLETO	660	51.44	623	48.56	0	0	1.283	8.7
SEGUNDO GRAU INCOMPLETO	962	48.03	1.041	51.97	0	0	2.003	13.58
SEGUNDO GRAU COMPLETO	524	43.49	681	56.51	0	0	1.205	8.17
SUPERIOR INCOMPLETO	118	47.58	130	52.42	0	0	248	1.68
SUPERIOR COMPLETO	256	47.15	287	52.85	0	0	543	3.68
TOTAL(TT)	7.592	51.46	7.161	48.54	0	0	14.753	100

Fonte: TSE, 2010.

²⁵ (IBGE, 1999, 2010A E 2010B).

QUADRO 4 – Dados geográficos dos municípios da região turística de Bonito.

Municípios/Dados	Bonito	Jardim	Bodoquena
Fundação	Lei n° 145 - 02/10/1948	Lei n° 677 - 11/12/1953.	Lei n.° 87 de 13/05/1980.
Distância Campo Grande	320 km	239 km	269 km
População	17.275 hab.	23.341 hab.	8.168 hab.
Área	4.934 km ²	2.207,6 km ²	2.514,3 km ²
Coordenadas geográficas	21°07'35.45" S 56°29'5.28" W	21°28'49" S 56°08'17" W	20°33'03" S 56°40'03" W
Altitude média	315 m	259 m	entre 200 e 400 metros
Limites	Bodoquena (norte e noroeste), Miranda (norte), Anastácio (noroeste), Nioaque (leste), Guia Lopes da Laguna (sudeste), Jardim (sul) e Porto Murtinho (sudoeste e oeste),	Bonito (norte), Guia Lopes da Laguna (norte e oeste), Bela Vista (sul e oeste), Ponta Porã (sul e leste), Caracol (oeste), e Porto Murtinho (oeste)	Miranda (norte e leste), Corumbá (norte) Porto Murtinho (sul e oeste) e Bonito (sul e leste)
Atividade econômica	Pecuária área produtora de bovinos de corte - cria, a recria e a engorda. Calcário para uso agrícola.	Comércio de produtos e equipamentos agropecuários. Calcário para uso agrícola.	Garimpos de cobre, chumbo e zinco, indústria de cimento e mineração de calcário, cobre, zinco e chumbo
Elaborado por Oliveira, 2010 ²⁶			

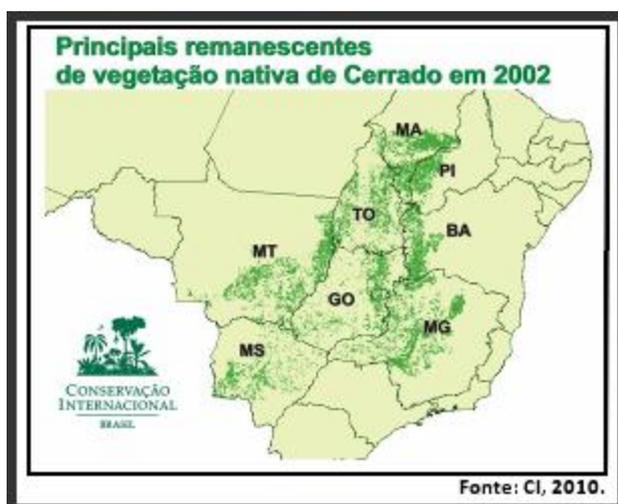
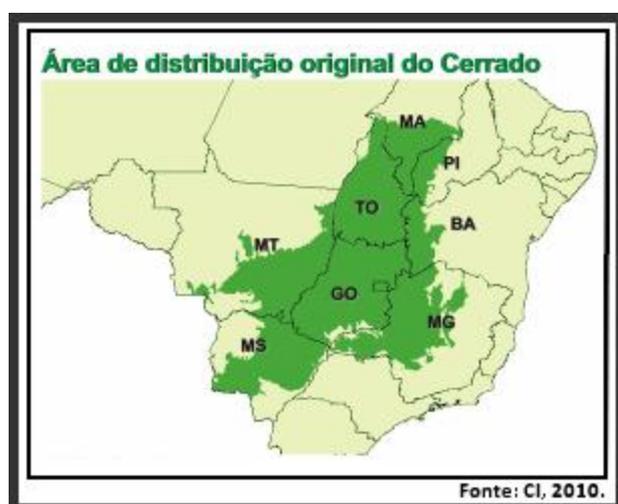
²⁶ (SILVA, 1990 *apud* AZEVEDO & DELGADO 2002, MARIANI, 2000, AZEVEDO, & DELGADO 2002, FAPEC, 2006, IBGE 2009 e 2010 c, SILVA, 2008, VASCONCELOS & SETTE, 2009, PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA, 2010, PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM, 2010, PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO, 2010).

ANEXO 2

CONSERVAÇÃO DO CERRADO

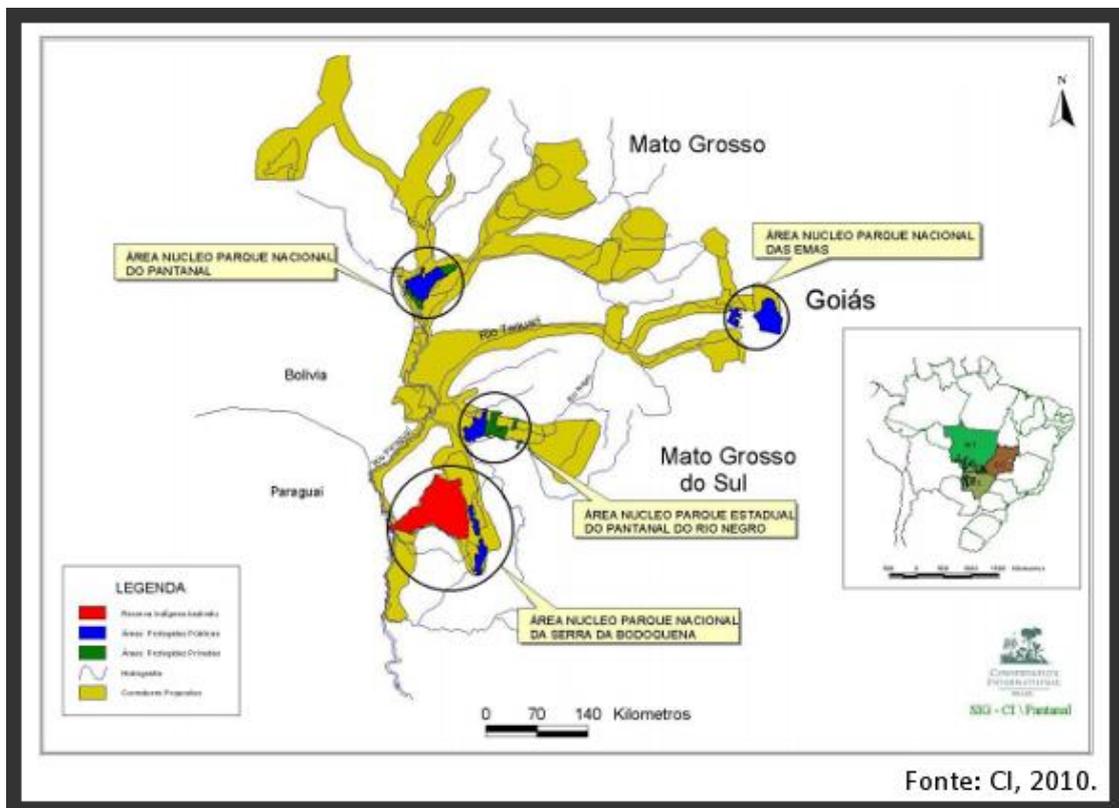
A figura 1 mostra a área de distribuição original do cerrado brasileiro e a estimativa feita na época do estudo para 2002 mostrando o intenso desmatamento provocado no ecossistema.

FIGURA 1 – Situação do cerrado brasileiro



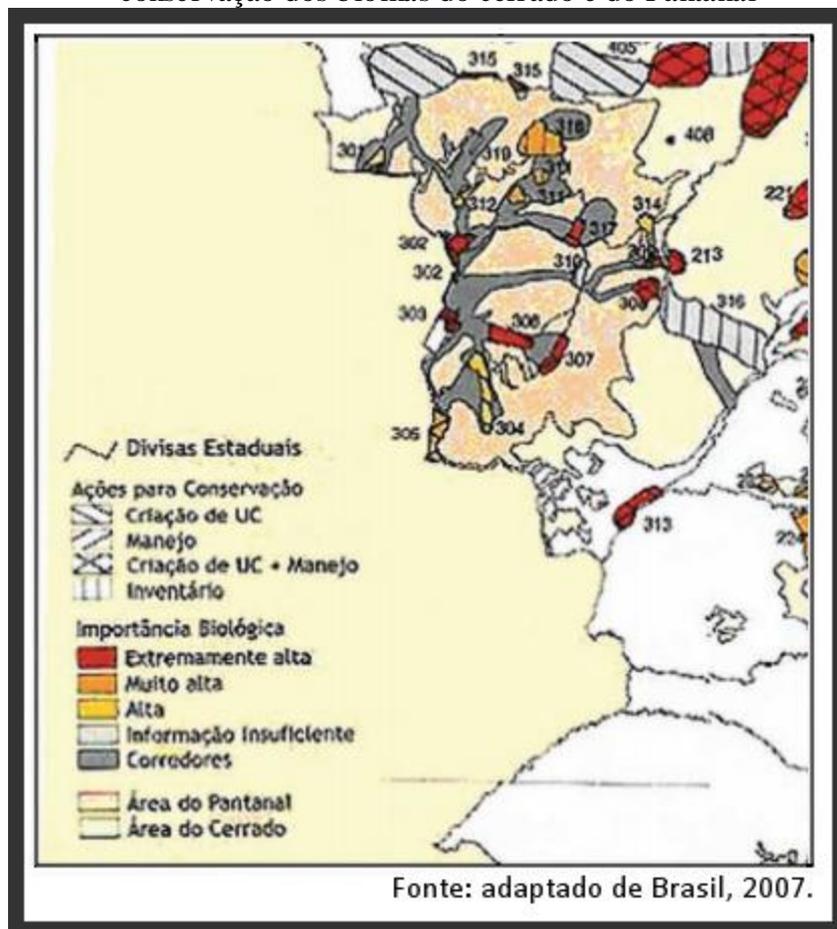
A figura 2 representa as áreas prioritárias para conservação do Cerrado e do Pantanal onde se pode observar a área núcleo do Parque Nacional da Serra do Bodoquena localizada na região estudada.

FIGURA 2 – Áreas prioritárias para a conservação – Cerrado e Pantanal



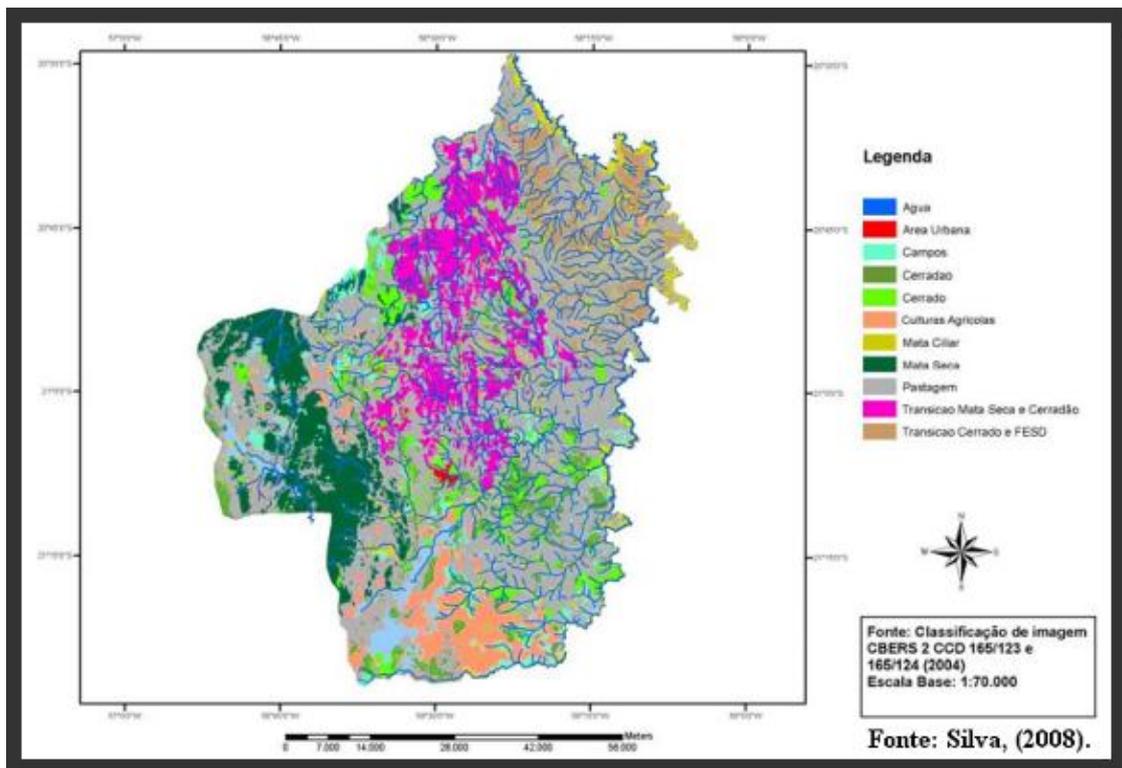
A figura 3 representa a distribuição das áreas prioritárias para conservação dos biomas do cerrado e do Pantanal mostrando áreas na região de Bonito como de extrema necessidade para conservação

FIGURA 3 - Mapa de distribuição das áreas prioritárias para conservação dos biomas do cerrado e do Pantanal



A figura 4 apresenta como estava a ocupação do solo em Bonito em 2004 e mostra uma grande área ocupada por pastagens e por culturas agrícolas.

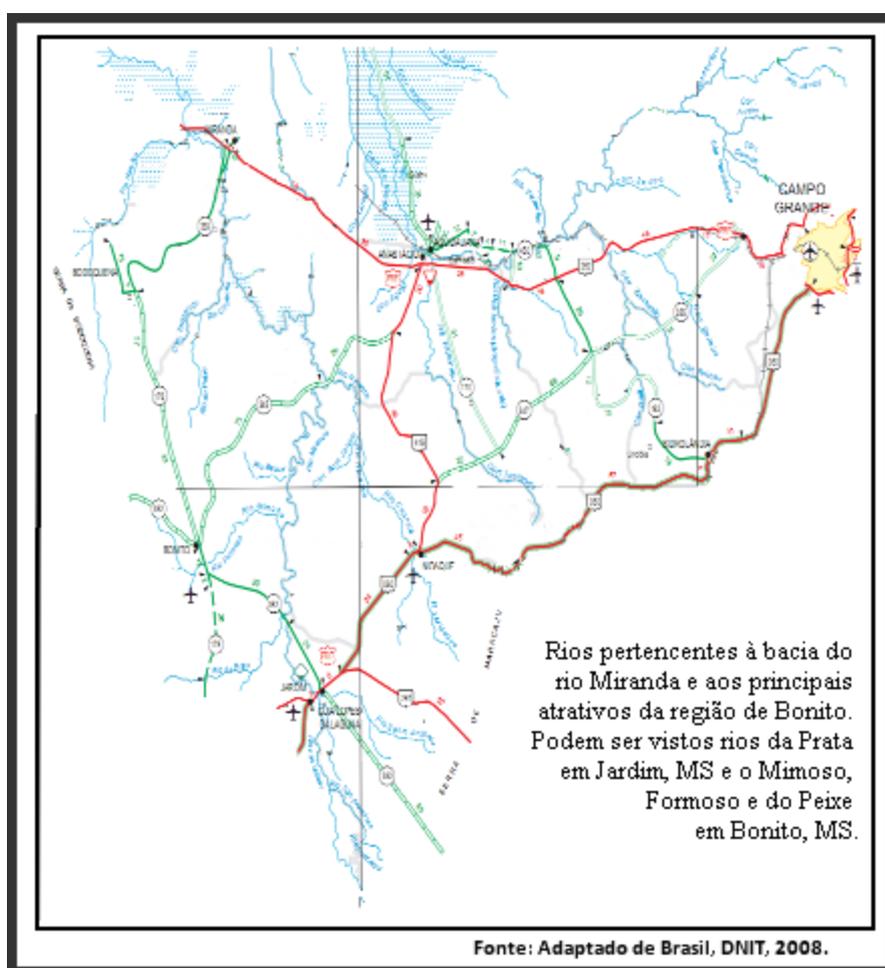
FIGURA 4 – Mapa da cobertura vegetal e uso das Terras em Bonito em 2004.



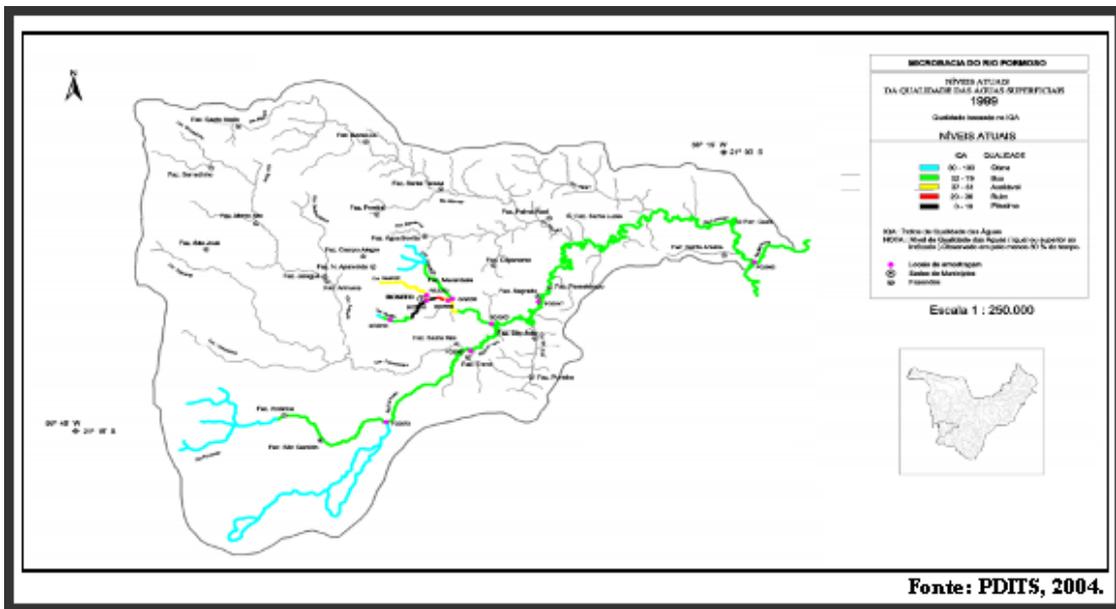
ANEXO 3

RIOS DE BONITO E JARDIM, MS

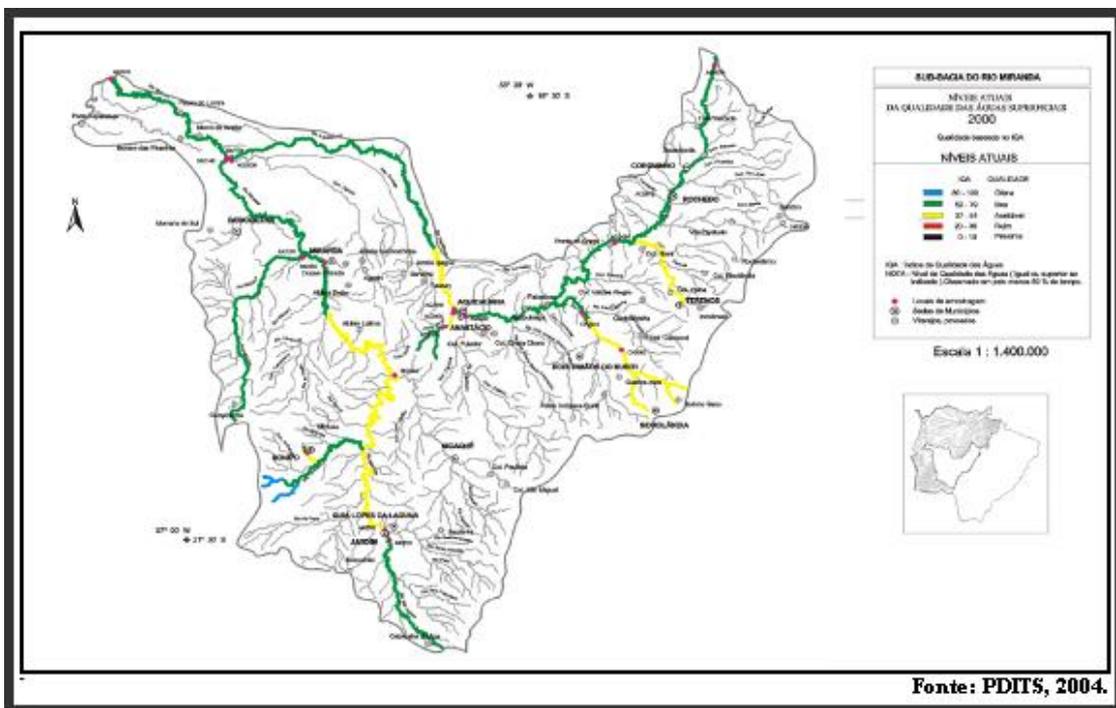
MAPA 1 – Rios da região turística de Bonito, MS.



MAPA 2 - Qualidade de águas das Sub-Bacias do rio Formoso 1997/1998

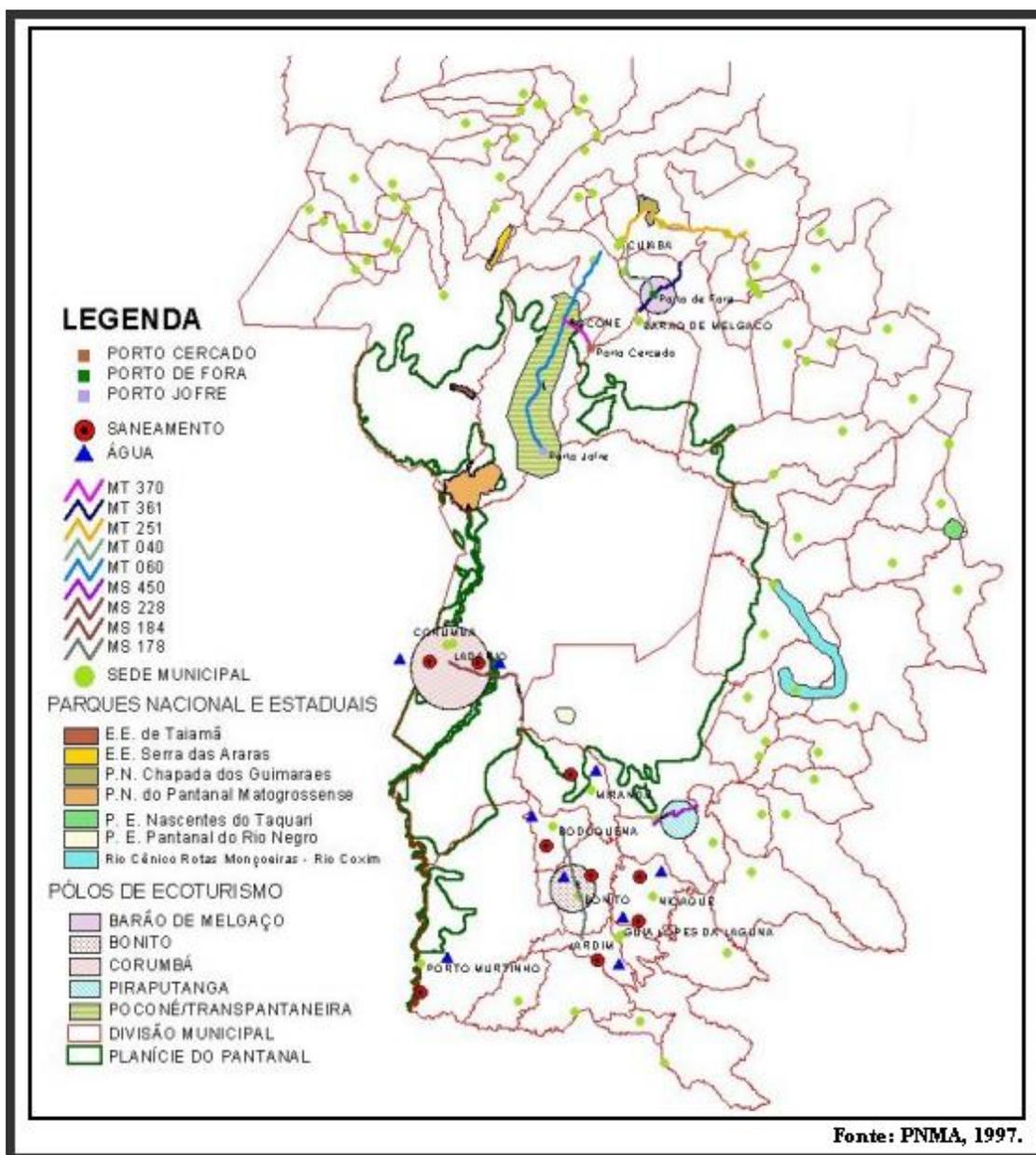


MAPA 3 - Qualidade das águas dos municípios da bacia do rio Miranda.



Bonito é contemplado pelo Programa Pantanal com os projetos de monitoramento da qualidade das águas e no projeto de saneamento urbano.

MAPA 4 – Intervenções previstas no Projeto Pantanal.



ANEXO 4

RPPNS DE BONITO E JARDIM, MS

A RPPN Fazenda Cabeceira da Prata foi criada em 03/12/2001 através do certificado emitido pela Secretaria do Estado de Meio Ambiente e com base na Deliberação do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CECA/MS nº 01/1999 e abrangem 21,5% da área total da fazenda, um total de 307,53 hectares, e envolve toda a mata ciliar, além do rio Olho d'Água, desde a nascente até a foz, no rio da Prata. (FAZENDA CABECEIRA DO PRATA, 2010).

A RPPN Fazenda São Geraldo foi criada através da Deliberação CECA/MS nº 003/98. Com uma área de 642 hectares o que corresponde a 7,63% da área total de 8.406 hectares da fazenda e compreende a micro-bacia do Rio Sucuri e a margem direita do rio Formoso, situado dentro dos limites da fazenda. Esta área foi à segunda RPPN homologada pela Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) de Mato Grosso do Sul. É importante destacar que a área já era uma Área de Preservação Permanente (APP) antes de se tornar uma RPPN (COSTACURTA, 2006, SOUZA *et al.*, 2008).

A RPPN Fazenda da Barra foi criada através da Deliberação CECA/MS 004 de julho de 2003 e tem uma área de 88 hectares. (SCHEFFLER, PELLIN & FERNANDES, 2009). Criados pelo IBAMA estão a RPPN Fazenda Singapura pela Portaria 66-N de 17/06/1994 que tem 456,00 hectares; a RPPN Fazenda Boqueirão Bonito - MS pela Portaria 1-N de 10/01/1996 e possui 173,60 hectares e a RPPN Buraco das Araras pela Portaria 31 11/04/2007 com 30,00 hectares (ICMBIO, 2010a, 2010b, 2010c).

QUADRO 1 - Unidades de Conservação da região da Serra da Bodoquena.

Propriedade	Unidade de Conservação	Município	Área (ha)
Em processo de regularização	PARNA - Serra da Bodoquena	Bonito, Bodoquena, Jardim e Porto Murtinho	75.481
Governo do Estado de Mato Grosso do Sul	Monumento Natural Gruta do Lago Azul	Bonito	260,00
Fazenda América	RPPN	Bonito	401,00
Fazenda Boqueirão	RPPN	Bonito	173,60
Fazenda Lago Azul	RPPN	Bonito	50,00
Fazenda São Geraldo	RPPN	Bonito	642
Fazenda São Pedro da Barra	RPPN	Bonito	88,00
Fazenda Singapura	RPPN	Bonito	456
Fazenda Trevo	RPPN	Bonito	27,75
Área urbana	Área de Proteção Ambiental	Bonito	-
Fazenda Cabeceira do Prata	RPPN	Jardim	307,52
Total			77.886,87

Fonte: PDITS, 2004; IBAMA (2004); Pólos de Ecoturismo (2002).
Organização: Trentin, 2005.

ANEXO 5

ONGS QUE ATUA EM BONITO, MS

Constatou-se uma quantidade significativa e muito diversificada de ONGs nos municípios situados na região de Bonito, MS. Foram identificadas nos vários municípios, tanto entidades ambientalistas quanto não ambientalistas (FAPEC, 2006)

Entre as entidades ambientalistas, destacam-se, no âmbito estadual, as seguintes:

Ecologia e Ação – ECOA – a sede é em Campo Grande. Representa as ONGs da região Centro-Oeste no Conselho Nacional do Meio Ambiente. Além disso, faz parte da Coalizão Rios Vivos, que reúne entidades do Brasil e de vários outros países. Atualmente vem realizando o Projeto de Levantamento Socioeconômico das Populações Tradicionais na Bacia em Mato Grosso do Sul, apoiado pela Holanda, por órgãos públicos estaduais e por outras entidades ambientalistas.

Fundação para Conservação da Natureza de Mato Grosso do Sul – FUCOMANS – com sede em Campo Grande, faz parte da Rede Nacional de ONGs do Cerrado, e, em Mato Grosso do Sul, integra o Fórum Permanente de Desenvolvimento e Meio Ambiente e o Conselho Estadual de Controle Ambiental – CECA.

Associação de Pescadores Amadores e Defensores do Meio Ambiente – ASPADAMA – com sede em Campo Grande. Entre as entidades ambientalistas cuja

Entre as entidades ambientalistas de atuação local destacam-se:

Sociedade de Defesa e Desenvolvimento de Bonito

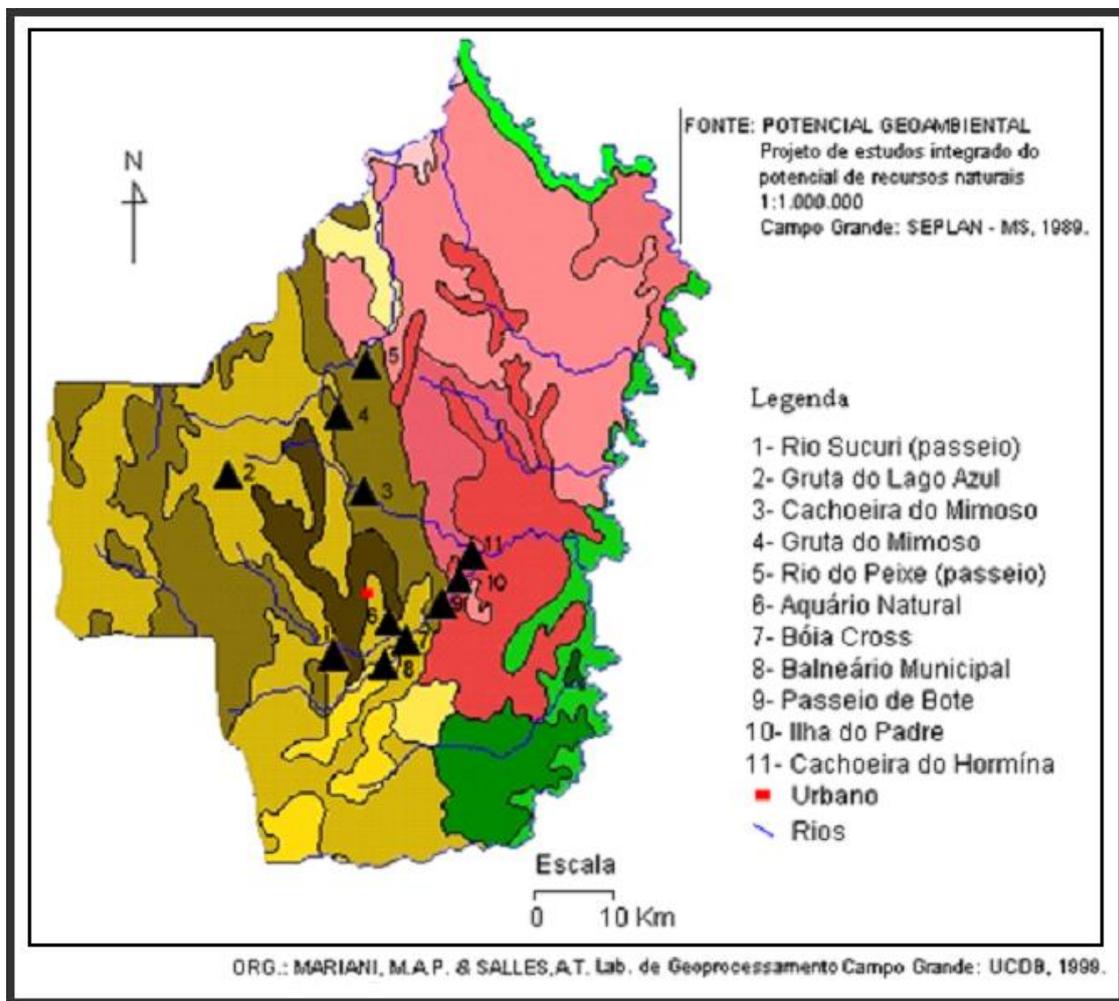
Associação de Preservação do Taquari – APA- TAQUARI – a área de atuação abrange as nascentes dos formadores do rio Taquari, e as atividades de educação ambiental são feitas em parceria com órgãos estaduais e as prefeituras dos municípios de Alcinópolis e Costa Rica.

Grupo Pró-Formoso – com sede em Bonito, é uma associação informal, não registrada, que tem por foco de atuação os problemas relacionados ao saneamento ambiental urbano.

Fundação Neotrópica e Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária e Ambiental – FUNDAPAN – ambas com sede em Campo Grande, são voltadas a estudos e pesquisas na área ambiental.

ANEXO 6
 EMPREENDIMENTOS DE BONITO E JARDIM, MS

QUADRO 1 – Mapa de localização dos empreendimentos em Bonito



QUADRO 2 – Equipamentos turísticos por região do rio Formoso, Bonito, MS.

Região	Nº de cadastro	Local	Categoria	Denominação
ALTO FORMOSO	02	Fazenda São Geraldo	Atrativo - Flutuação	Atrativo - Rio Sucuri
	06	SSM Empreendimentos Turísticos	Atrativo - Flutuação	Barra do Sucuri
	08	Fazenda Nascente do Rio Formoso	Atrativo – Flutuação	Alto Formoso
			Balneário	Praia da Figueira
11	Fazenda Belo Horizonte I	Atrativo –Flutuação	Bonito Aventura	
MÉDIO FORMOSO	14	Hotel Cabanas	Atrativo – Bóia Cross	Bóia Cross Hotel Cabanas
			Hotelaria	Hotel Cabanas
	45	Balneário Municipal	Balneário	Balneário Municipal
	27	Fazenda Trevo	Atrativo –Flutuação	Parque Ecológico Rio Formoso
	15	Camping Rio Formoso	Camping	Camping Rio Formoso
	60	Reserva Ecológica Baía Bonita	Atrativo –Flutuação	Reserva Ecológica Baía Bonita
	63	Eco Parque La Paloma	Atrativo - Arvorismo	Ybirape (Arvorismo)
	19	Pousada Água Viva	Hotelaria	Pousada Água Viva
	24	Fazenda Santa Esmeralda	Hotelaria	Hotel Santa Esmeralda
	64	Balneário do Sol	Balneário	Balneário do Sol
	21	Fazenda Balneário do Gordo	Camping	Camping do Gordo
			Balneário	Balneário do Gordo
	38	Recanto das Piraputangas	Hotelaria	Hotel Fazenda Rio Formoso
	42	Camping Poliana	Camping	Camping Poliana.
			Balneário	Camping Poliana
65	Fazenda Ilha Bonita	Atrativo - Bote	Embarque de passeio de Bote	
66	Pousada Ecológica Estância do Araçá.	Atrativo - Bote	Embarque do passeio de Bote.	
		Hotelaria	Pousada Ecológica Estância do Araçá.	
67	Hotel Fazenda Cachoeira	Atrativo - Bote	Embarque do passeio de bote	
		Hotelaria	Hotel Fazenda Cachoeira	
68	Fazenda Segredo	Atrativo - Diversos	Passeio de Bote	
69	Ilha do Padre	Balneário	Ilha do Padre	
BAIXO FORMOSO	35	Fazenda Barra	Atrativo - Diversos	Projecto Vivo
			Hotelaria	Projecto Vivo

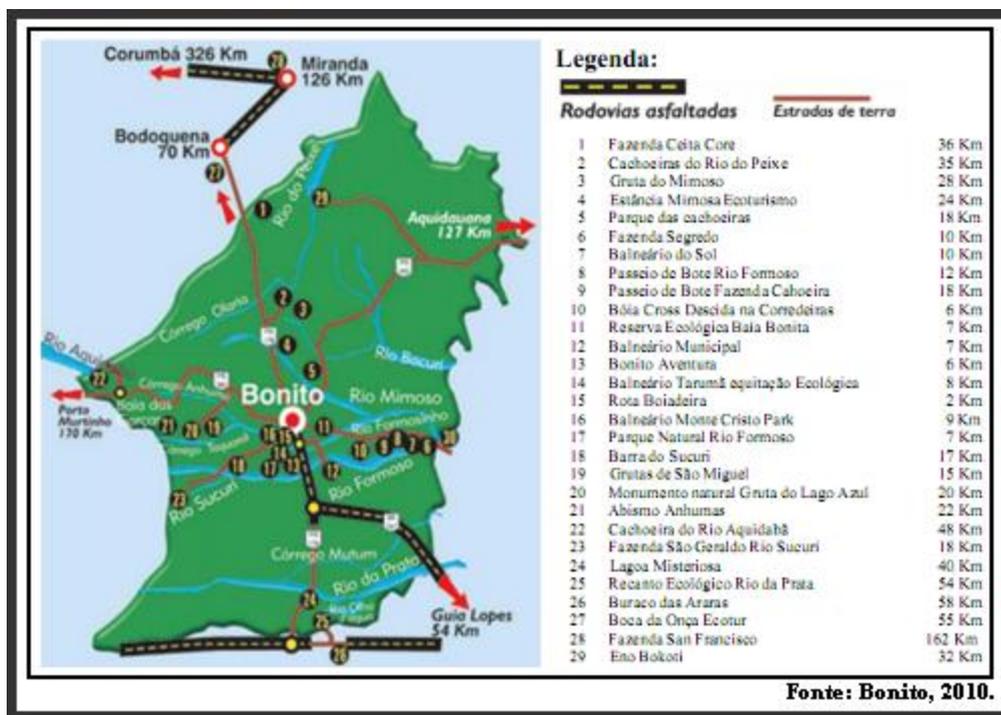
Fonte: Projeto Formoso Vivo, 2004.

QUADRO 3 – Aspectos turísticos do município de Bonito, MS.

Atrativos Naturais	Quantidade
Águas	10
Cavernas	05
Outros	01
Total	16
Atividades	Quantidade
Balneários	06
Banho de Rio/Cachoeira	23
Cavalgadas	10
Flutuação	10
Grutas	04
Mergulho/Apnéia/Snorkel	19
Trilhas	26
Turismo de Aventura	09
Total	107
Sítios Turísticos	Quantidade
Número de Empreendimentos em Bonito	27
Número de Empreendimentos Inventariados nos Municípios Vizinhos	04
Total	31
Meios de Hospedagem	Quantidade
Número de Empreendimentos	77
Número de Unidades Habitacionais (UH)	1241
Número Total de Leitos	4188
Bares e Restaurantes	Quantidade
Número de Empreendimentos	43
Número Total de Mesas	751
Agências e Operadoras	Quantidade
Número de Empreendimentos	29
Meios de Transporte	Quantidade
Número de Empreendimentos	21
Número Total Frota	99
Lojas de Artesanato	Quantidade
Número de Empreendimentos	23

Fonte: MPE, 2002. Organização: Trentin, 2005.

QUADRO 4 – Mapa dos atrativos turísticos de Bonito, MS.



QUADRO 5 – Prestadores de serviços turísticos em Bonito-MS

Prestadores de Serviços	Quantidade
Guias de turismo	96
Instrutores de mergulho/diver/masters	7
Instrutores e monitores de rapel	11
Monitores de quadriciclo	3
Remadores	20
Total	137

Fonte: MPE, 2002. Organização: Trentin, 2005.

QUADRO 6 – Agências e guias de Turismo na Serra do Bodoquena (dez/2002)

Tabela 8- Agências e Guias de Turismo na Serra da Bodoquena até Dez/2002

MUNICIPIO	Guias Formados	Guias Cadast. na Embratur	Agências
BONITO	138	123	24
JARDIM	75	13	04
BODOQUENA	03	03	01
TOTAL	216	139	51

Fonte: EMBRATUR-MS/2002 apud PDITS, 2004.

QUADRO 7 - Atrativos Turísticos em Bonito/MS.
[o texto foi copiado na íntegra do site da ATRATUR, (ATRATUR, 2010)]

ECOTURISMO

BAIA BONITA - AQUÁRIO NATURAL E TRILHA DOS ANIMAIS -
Diversão, ecologia e aventura: o passeio oferece tudo isso e muito mais. Visitantes de todo o mundo são atraídos pela transparência de suas águas, repletas de cardumes de peixes de mais de 30 espécies diferentes, que estão sempre ali, quase ao alcance das mãos. A infra-estrutura rústica e aconchegante, com restaurante, museu de história natural, loja de artesanato e piscinas para treinamento, proporciona ao turista uma estada agradável e com toda a segurança. Outra atração imperdível é o passeio pela Trilha dos Animais. Existem pontos de observação pelo caminho e dá para ver emas, jacarés, cervos-do-Pantanal, lobos-guarás, etc.

Distância: 7 Km - www.baiabonita.com.br

BOCA DA ONÇA ECOTUR - O passeio é composto de uma caminhada por trilha pela mata preservada, passando por cachoeiras cristalinas, pelo cênico Rio Salobra, por pontos de banhos em piscinas naturais e pela mais alta cachoeira do Estado: a Cachoeira Boca da Onça, com 156 metros de altura. Para os praticantes e apreciadores radicais, o rapel de 90 metros de altura é pura aventura. Uma plataforma de 34 metros de comprimento projeta-se no abismo proporcionando uma descida repleta de adrenalina pelo paredão com inúmeras grutas e um magnífico visual sobre o canyon do Rio Salobra. O receptivo oferece duas piscinas de água corrente com peixes típicos da região que nadam junto com o visitante, relaxante hidromassagem e ducha natural.

Distância: 55 Km - www.bocadaonca.com.br

BONITO AVENTURA - O passeio começa com uma trilha interpretativa de 1.800 m, onde o visitante pode observar uma grande variedade de palmeiras, bromélias, árvores nativas, pássaros de todas as cores e tamanhos e animais silvestres como cotias, macacos prego e tatus. Após a caminhada, inicia-se o mergulho livre de 2.200 mts pelas águas cristalinas, cheias de troncos submersos no Rio Formoso. As descidas pelas corredeiras dão um toque de emoção ao passeio. É uma flutuação diferente, onde o visitante sentirá toda a liberdade do rio como se fosse um peixe.

Distância: 6 Km - www.bonitoaventura.com.br

BURACO DAS ARARAS - Venha sentir a paz e a tranquilidade que este lugar pode lhe proporcionar. Em meio ao cerrado uma enorme cratera totalmente em arenito com sua beleza e exuberância, lugar onde diversos pássaros, principalmente as “Araras Vermelhas” adotaram como habitat natural. O nome Buraco das Araras surgiu em razão do grande número de araras que habitam o local e fazem verdadeiros espetáculos. Em seu interior fauna e flora bem particulares, com seu ecossistema próprio e um grande lago habitado por jacarés da espécie papo amarelo. O passeio é uma boa opção, antes ou depois para quem faz o passeio Rio da Prata ou quando estiver chegando ou saindo de Bonito. Localizado no Município de Jardim (BR 267) cerca de 53km de Bonito sentido Porto Murtinho e a 5 km do passeio Recanto Ecológico Rio da Prata. Distância: 53 km - www.buracodasararas.tur.br

CACHOEIRAS DO RIO DO PEIXE - Localizado na Fazenda Água Viva, ali se constitui um dos mais belos e paradisíacos cenários naturais da região. Rios de águas límpidas, cachoeiras ornamentais, inúmeras piscinas naturais, uma fauna atraente com macacos, araras, tucanos, entre outros. Neste paraíso você pode curtir e relaxar nas duchas das cachoeiras, aventurar-se entre os cardumes de peixes das piscinas naturais e depois saborear um delicioso almoço sul-mato-grossense, preparado pela proprietária da Fazenda. Para finalizar este gostoso dia, no final da tarde é servido um tradicional lanche, acompanhado dos "causos" contados pelo proprietário da Fazenda. Distância: 35 Km

CAVALGADA RIO SUCURI - O percurso possui aproximadamente 03 horas de duração. É um passeio para sentir o clima da fazenda, respirar o ar puro e se deixar levar pelo balanço do cavalo, passando por mata fechada, beirando o Rio Formoso, com trilhas para apreciação da fauna e flora da região. Distância: 18 Km - www.riosucuri.com.br

CAVALGADA ESTÂNCIA MIMOSA - Na Estância Mimosa Ecotur, o visitante além de visitar as belas cachoeiras, poderá também fazer um agradável passeio a cavalo por entre as morrarias da fazenda. Distância: 24 Km - www.bonitoweb.com.br

CAVALGADA NO PARQUE ECOLÓGICO RIO FORMOSO - A cavalgada é feita com cavalos treinados para este fim, através das matas e pastagens da fazenda, com grande probabilidade de encontrar animais silvestres como: Emas, Seriemas, Tucanos, Cutias, Tamanduás, macacos, etc. O passeio conta também com parada para banho no Rio Formoso.

CALVAGADA RIO DA PRATA - O Recanto Ecológico Rio da Prata, além da flutuação, oferece também ao visitante (opcional) um agradável passeio a cavalo na fazenda. www.bonitoweb.com.br

CEITA CORÊ - Na língua tupi-guarani "Terra de meus filhos". Trilhas, cachoeiras e nascentes. Passe um dia agradável num ambiente rural desfrutando destas maravilhas: trilhas pela mata ciliar com belíssimas cachoeiras, piscinas naturais, pequenas grutas, carretilha, passeio a cavalo e almoço típico da fazenda em uma das sedes mais bonitas e tradicionais da região. Um passeio repleto de encantamento e diversão para o dia inteiro.

Distância: 36 Km - www.ceitacorecoturismo.com.br

PARQUE DAS CACHOEIRAS - Aventure-se pela trilha ecológica na mata ciliar do Rio Mimoso em meio à fauna e flora local. São sete belíssimas cachoeiras formadas por tufas calcárias e pequenas cavernas, lhe convidando para se refrescar em suas piscinas naturais. Os grupos têm tamanho limitado e são sempre acompanhados por um guia especializado em atrativos naturais. Depois de tanta diversão, nada melhor que retornar à sede, onde um almoço com pratos típicos e doces regionais, estará lhe aguardando no fogão à lenha. Após um merecido descanso no redário, ainda há a um mirante onde se pode observar uma linda cachoeira. Sobrando energias aproveite a contemplação da fazenda, fazendo uma deliciosa cavalgada pelos campos, matas e morros.

Distância 17 Km - www.parquecachoeiras.com.br

ESTÂNCIA MIMOSA ECOTURISMO - Aventure-se pela floresta do Rio Mimoso em

meio a árvores centenárias e animais silvestres. São várias cachoeiras lhe convidando para se refrescar em suas piscinas naturais. Há também plataforma de salto, pequenas grutas, passarelas suspensas e trecho percorrido em barco a remo. Ao longo da trilha, você passará por diversos mirantes com visões panorâmicas da Serra da Bodoquena. Os grupos têm tamanho limitado e são sempre acompanhados por um guia especializado em atrativos naturais. Depois de tanta diversão, nada melhor que retornar à sede, onde um almoço com pratos e doces regionais, estará lhe aguardando no fogão à lenha. Após um merecido descanso no redário, ainda há a opção de encerrar o dia com uma agradável cavalgada.

Distância 24 Km - www.bonitoweb.com.br

GRUTA DO LAGO AZUL - Após percorrer uma trilha conhecendo diversos espeleotemas, pode-se visualizar o famoso lago de águas intensamente azuis e com mais de 80 m de profundidade. Por sua beleza e fragilidade, a área da gruta foi transformada em Monumento Natural, garantindo sua preservação.

Distância : 20 Km

PARQUE ECOLÓGICO RIO FORMOSO - O parque apresenta um belo e agradável receptivo. A caminhada segue por uma trilha na mata ciliar, margeando o Rio Formoso. Subindo o Morro da Piúva avista-se ao longe a Serra da Bodoquena. A flora exuberante atrai pássaros e animais silvestres. A caminhada de 1.800 mts termina no Deck Paraíso onde se inicia a descida do Rio Formoso. O visitante mergulhará próximo a cardumes de peixes, entre algas e troncos submersos. No retorno, o Restaurante da Lagoa oferece apetitosas refeições acompanhadas de doces caseiros.

Distância 7 Km.

PROJETO JIBÓIA - Visitação turística e educação ambiental com a comunidade local. Trabalho de desmistificação das serpentes. Venha conhecer um pouco sobre estes animais, seu comportamento e suas características.

www.projetojiboia.com.br

RIO SUCURI - Caminhe em uma agradável e leve trilha pela mata ciliar do Rio Sucuri,

suba no mirante construído em torno de uma figueira centenária e elevado sob sua nascente principal onde piraputangas, dourados, curimatás fazem o espetáculo junto as ressurgências. Ainda na trilha conheça outras nascentes, surpreenda-se com o mirante azul, e deixe que o barco lhe conduza até o deck de treinamento a partir daí deixe a leve correnteza do Rio Sucuri te levar, e tenha a sensação de estar dentro de um aquário, onde os peixes, o volume e a transparência deste rio tornam seu passeio inesquecível. Na chegada a sede um delicioso almoço o espera com diversas saladas, peixe, frango, carne e também nossos pratos típicos. O visitante pode contar ainda com outros passeios que podem complementar o seu dia como: uma deliciosa cavalgada, um passeio de bike e o passeio de quadriciclo, em trilhas pelas matas da fazenda, com parada para banho nas águas do Rio Formoso.

Distância: 18 Km - www.riosucuri.com.br

RECANTO ECOLÓGICO RIO DA PRATA - A mata ciliar do Rio da Prata está à sua espera para uma caminhada cheia de aventura, onde se podem observar animais silvestres e árvores centenárias, como os ipês, aroeiras, perobas...A partir da nascente, você flutuará num imenso aquário de águas cristalinas, e se deslocará tranquilamente em meio a dezenas de espécies de peixes e plantas aquáticas. Você se deixará levar pela suave correnteza, descobrindo um mundo totalmente fantástico, com cores e formas de infinita beleza. Os grupos têm tamanho limitado e são sempre acompanhados por um guia especializado. Máscaras, snorkel, roupa e bota de neoprene estão inclusos. Um delicioso almoço típico sul-mato-grossense, servido na sede da fazenda, está à sua espera. Aproveite para relaxar em um confortável redário. Conheça também nossos campos e cerrados em um passeio a cavalo (opcional).

Distância: 54 Km - www.bonitoweb.com.br

TURISMO DE AVENTURA

ABISMO ANHUMAS - O rapel de 72 metros por uma fenda na rocha leva a uma caverna com magníficas formações e um lago de águas cristalinas, onde a flutuação revela a beleza sub-aquática do lugar. Para o rapel existe um treinamento obrigatório antes da descida, e para o mergulho autônomo é necessário credencial.

Distância: 22 Km - www.abismoanhumas.com.br

BIKE TOUR RIO SUCURI - Localizado também na Fazenda São Geraldo, o passeio

de bike do Rio Sucuri possui aproximadamente 02 horas de duração em meio à mata fechada. É possível observar animais da região e no final do percurso há uma parada para um delicioso banho de cachoeira.

Distância 18 Km - www.riosucuri.com.br

BÓIA CROSS DO HOTEL CABANAS - Inicia com uma pequena caminhada em trilha suspensa até a área de embarque onde o visitante irá descer por cerca de 1000 metros de Rio Formoso em bóias individuais, num percurso de 40 minutos de água, curtindo a emoção de enfrentar três cachoeiras e duas corredeiras. Ao longo do passeio, além de sentir a aventura das quedas, o visitante terá oportunidade de contemplar o belíssimo rio Formoso com centenas de peixes e uma incrível flora subaquática. O retorno será feito através de caminhada por trilhas suspensas na mata ciliar onde o visitante poderá observar animais silvestres. Ao final do passeio o visitante terá ainda oportunidade de poder se banhar nos rios Formoso e Formosinho e ainda fazer a trilha completa de mais 1.200 metros ao longo da mata ciliar.

Distância: 6 Km - www.hotelcabanass.com.br

CIRCUITO ARVORISMO - É uma modalidade de esporte de aventura, com grau de dificuldade denominado como "Acrobático". Consiste em um percurso aéreo de 350 mts sempre na copa das árvores, com montagem de 12 obstáculos tais como: tirolesa, passarelas, pontes e diferentes atividades suspensas, através de cordas, colocadas de maneira estratégica para proporcionar a cada participante uma boa dose de adrenalina e desafio, com muita segurança e contato com a natureza.

Distância: 12 Km - www.circuitoarvorismo.com.br

DIVE BONITO - MERGULHO NO RIO FORMOSO - No Rio Formoso, em meio a um cenário impressionante de formação calcária e milhões de bolhas de uma cachoeira que o fará imaginar como se estivesse em outro mundo, em uma profundidade aproximada de 5,5m além de estar em contato com cardumes de peixes como: Piraputanga, Curimatá, e outros. Obs.: Duração aproximada de 45 min.
www.divebonito.com.br

DIVE BONITO - MERGULHO NO RIO DA PRATA - No Rio da Prata, um mergulho

fascinante onde pode se observar uma maior quantidade de vida marinha como: como dourados, piraputangas, piaus, corimbatás, pacus, cacharas, pintados... o mergulho agrada inclusive os mais experientes, pela transparência da água., em uma profundidade aproximada de 8 metros, com duração aproximada de 60 minutos.
www.divebonito.com.br

DIVE BONITO - MERGULHO NA PRAIA DA FIGUEIRA - Na praia da figueira, um lago formado por antigo ambiente de praia artificial, onde se encontra um barco e um avião submersos e alguns peixes regionais em meio às vegetações. Além de uma ótima infra-estrutura que nos permite total segurança; com profundidade média de 6 metros, com duração aproximada de 70 minutos.

www.divebonito.com.br

MERGULHO NO ABISMO ANHUMAS - Uma aventura no coração do Brasil. O que a primeira vista se parece com uma pequena fissura no solo de Bonito (MS), se transforma numa incrível descida de rapel de 72 metros, o equivalente a um prédio de 30 andares! Na caverna, com as dimensões de um campo de futebol, você pode flutuar ou até mergulhar mais 18 metros no maravilhoso lago cristalino. Natureza, emoção e muita aventura! (Necessita Credencial Básica)

www.abismoanhumas.com.br

MERGULHO NO BONITO AVENTURA - No Rio Formoso, em meio a um cenário impressionante de formação calcária e milhões de bolhas de uma cachoeira que o fará imaginar como se estivesse em outro mundo, em uma profundidade aproximada de 5,5m além de estar em contato com cardumes de peixes como: Piraputanga, Curimbatá, e outros. (Não Necessita Credencial) Obs.: Duração aproximada de 45min. Distância: 6 Km - www.bonitoaventura.com.br

MERGULHO NO RECANTO ECOLÓGICO RIO DA PRATA - Antes de iniciar, o instrutor passa todas as instruções básicas e de adaptação aos equipamentos. O passeio tem acompanhamento de um mergulhador profissional experiente que guiará por este belo mundo de águas cristalinas repleto de lindos peixes e vasta vegetação. A profundidade é de 5 a 7mt, e além da beleza do rio, a atividade torna-se relaxante pelo

visual de cardumes de peixes encontrados, como Piraputangas, Pacu preto, Cachara, Pintado, Curimatás e Dourados. Obs.: O mergulho pode ser feito por qualquer pessoa acima de 12 anos. (Não Necessita Credencial)
Distância: 56 Km - www.bonitoweb.com.br

MERGULHO NO PARQUE ECOLÓGICO RIO FORMOSO - Este programa é composto por instruções básicas de mergulho e de adaptação aos equipamentos compensação de pressão, respiração e natação subaquática. É acompanhado por um mergulhador profissional experiente que guiará por este belo mundo de águas cristalinas repleto de lindos peixes e vasta vegetação. Este mergulho é feito a profundidade de 5 a 7mts, além da beleza do rio, torna-se relaxante pelo visual de peixes encontrados. (Não Necessita de Credencial)
Distância: 7 Km

RAPEL NA BOCA DA ONÇA - Uma descida repleta de adrenalina em um paredão vertical de 90 metros de altura. A ponte de rapel é uma estrutura de 34 metros de comprimento que se projeta no abismo, proporcionando uma vista deslumbrante sobre o canyon do rio Salobra.
www.bocadaonca.com.br

TURISMO DE NATUREZA

BALNEÁRIO DO SOL - Localizado às margens do Rio Formoso, oferece a possibilidade de nadar na piscina naturais ou no próprio rio, entre as piraputangas, curimatás e dourados, com lindas cachoeiras fazendo parte do cenário. Possui carretilhas, trampolim, lanchonete, restaurante, quiosques para churrasco, redário, quadras de vôlei e futebol de areia. Observação: Não é necessário acompanhamento de guia de turismo local.

Distância: 10 Km - www.balneariodosol.tur.br

BALNEÁRIO MUNICIPAL RIO FORMOSO - As águas cristalinas do Rio Formoso permitem uma visão nítida de peixes de cores e tamanhos variados. Dispõe de sanitários, quadra de vôlei de areia, lanchonetes e sorveteria. Observação: Não é

necessário acompanhamento de guia de turismo local.

Distância: 7 Km.

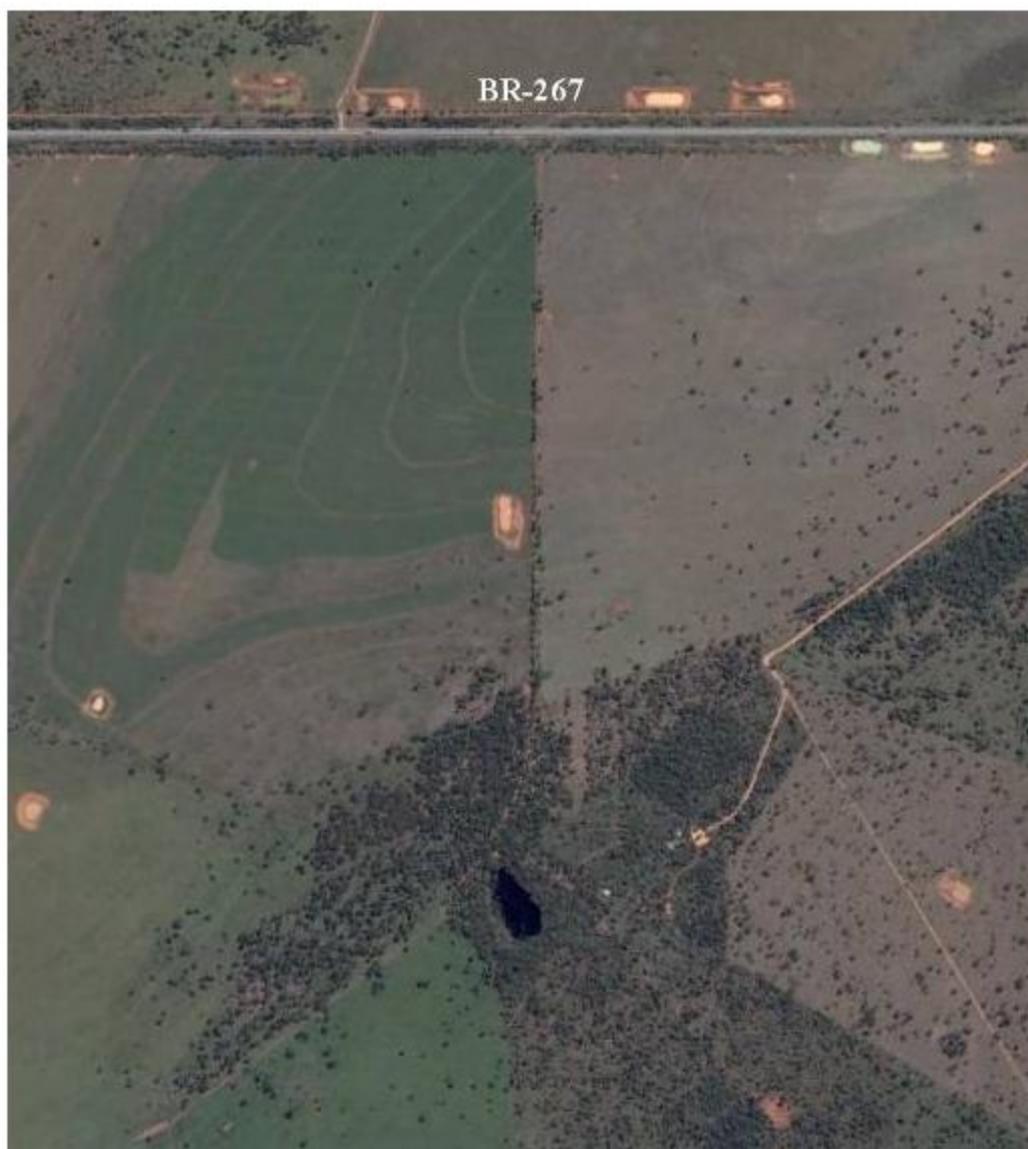
PRAIA DA FIGUEIRA - Uma antiga área de extração de calcário deu origem a uma lagoa de água corrente e uma extensa praia com coqueiros e areia branca. O lugar perfeito para você descansar e se divertir nadando, mergulhando e saboreando deliciosos aperitivos, servidos nos quiosques na praia ou dentro d água. Uma lagoa cristalina de água corrente, com mais de 60.000m², para você nadar, mergulhar e praticar outras atividades aquáticas como flutuação, scooter, cama elástica, caiaque, pedalinho, tirolesa e biribol, além, claro, do vôlei de areia e do frescobol, que não podem faltar em nenhuma praia, tudo acompanhando de muito sol e calor. Aos mergulhadores de plantão um aviso: a descontração se transforma em aventura quando surgem entre os cardumes de peixes coloridos, os restos dos naufrágios reais de um barco e de um avião. Venha para a Praia da Figueira e viva momentos que vão ficar na sua memória!

Distância: 14 Km - www.praiadafigueira.com.br

ANEXO 7

IMAGENS DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS DE BONITO E JARDIM, MS

IMAGEM 1 - Buraco das Araras - Fazenda Costa Rica Jardim, MS



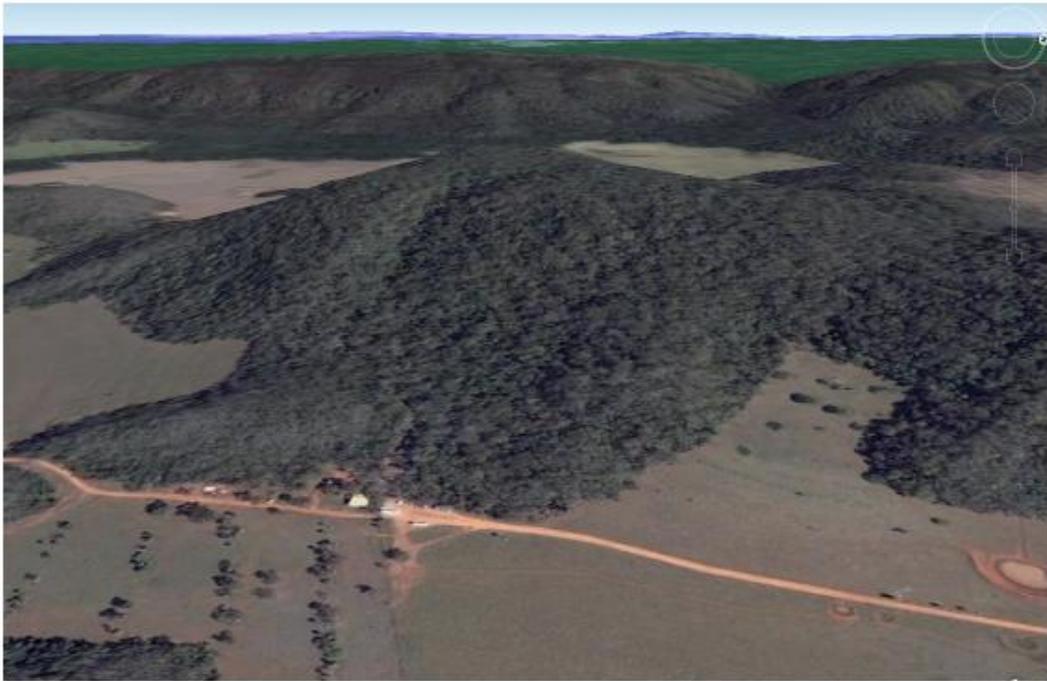
(Imagem obtida no Google Earth/2010)

IMAGEM 2 - Buraco das Araras - Fazenda Costa Rica Jardim, MS



(Imagem obtida no Google Earth/2010)

IMAGEM 3 - Local da Gruta do Lago Azul.



(Imagem obtida no Google Earth/2010)

IMAGEM 4 - Placa informativa na Entrada da Gruta do Lago Azul, Bonito, MS.

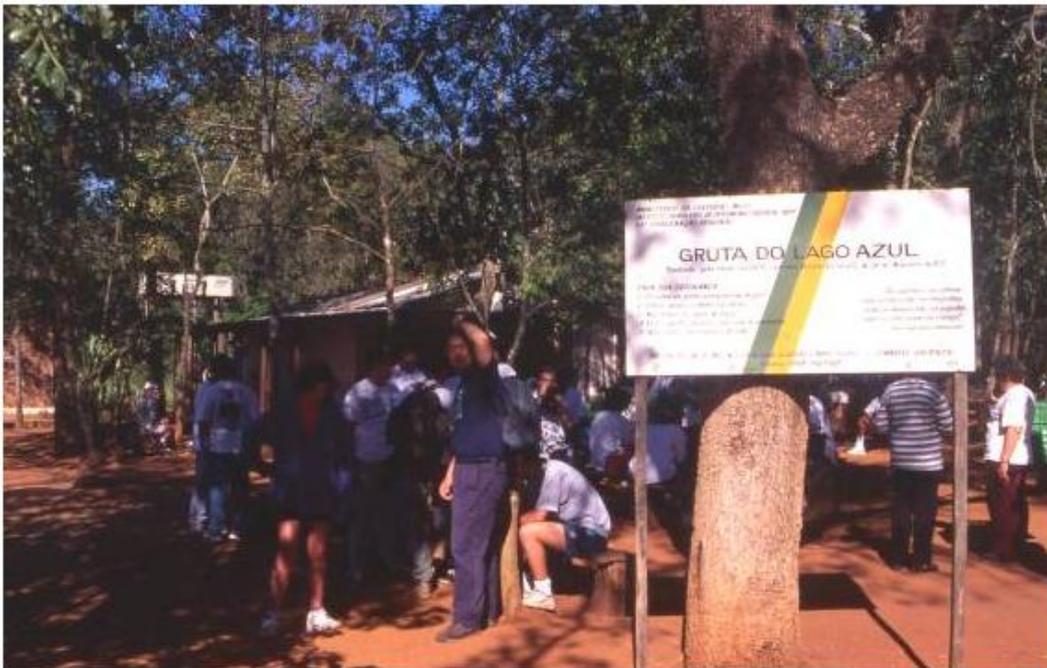


Foto: Marcelo T. C. de Oliveira

IMAGEM 5 - Gruta do Lago Azul



Foto: Marcelo T. C. de Oliveira

IMAGEM 6 - Visitantes na Gruta do Lago Azul



Foto: Marcelo T. C. de Oliveira

IMAGEM 7 - Visitantes na Gruta do Lago Azul



Foto: Marcelo T. C. de Oliveira

IMAGEM 8 - Espeleotemas na Gruta do Lago Azul

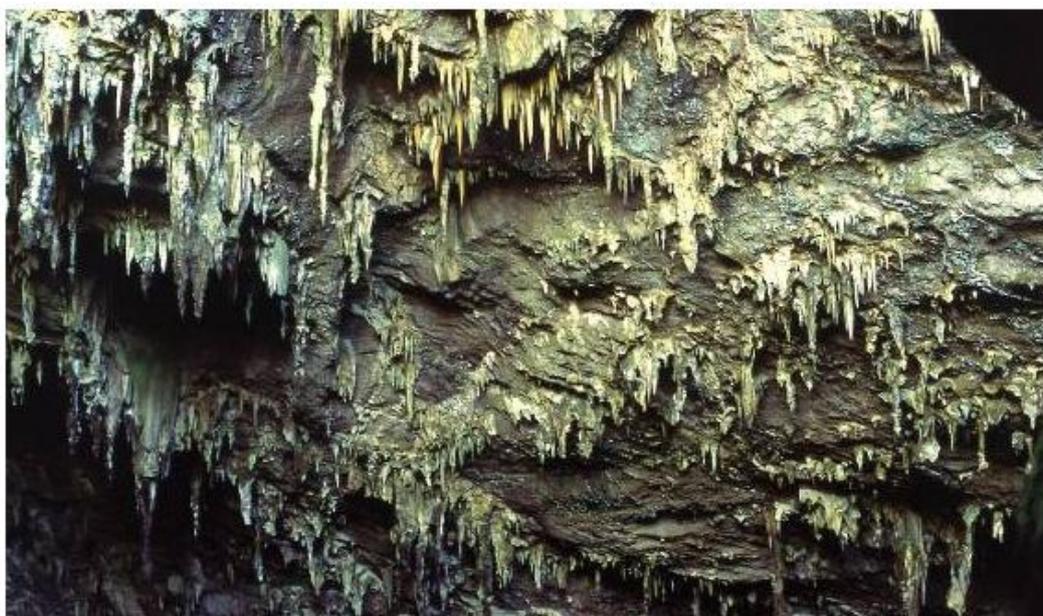


Foto: Marcelo T. C. de Oliveira

IMAGEM 9 - Receptivo no Recanto Ecológico Rio da Prata, Jardim, MS.



Foto: Marcelo T. C. de Oliveira

IMAGEM 10 - Rio da Prata, Recanto Ecológico rio da Prata, Jardim, MS.



Foto: Marcelo T. C. de Oliveira

IMAGEM 11 - Piraputangas (*Brycon hilarii*) na nascente do rio Olho D'água, Recanto Ecológico Rio da Prata, Jardim, MS.



Foto: Marcelo T. C. de Oliveira

IMAGEM 12 - Preparação e instruções para mergulho de flutuação na nascente do rio Olho D'água.



Foto Marcelo T. C. de Oliveira

IMAGEM 13 -Mergulho de flutuação na nascente do rio Olho D'água.



Foto Marcelo T. C. de Oliveira

IMAGEM 14 - Mergulho de flutuação na nascente do rio Olho D'água.



Foto Marcelo T. C. de Oliveira

IMAGEM 15 - Mergulho de flutuação na nascente do rio Olho D'água.



Foto Marcelo T. C. de Oliveira

IMAGEM 16 - Mergulho de flutuação na nascente do rio Olho D'água.



Foto Marcelo T. C. de Oliveira

IMAGEM 17 - Visitantes Banham-se no rio da Prata após flutuação de observação de peixes



Foto: Marcelo T. C. de Oliveira

IMAGEM 18 - Visitantes Banham-se no rio da Prata após flutuação de observação de peixes



Foto: Marcelo T. C. de Oliveira

IMAGEM 19 - Cachoeira no rio do Peixe, Bonito, MS.



Foto: Marcelo T. C. de Oliveira

IMAGEM 20 - Príncipe-negro (*Nandayus nenday*), ave do cerrado que representa uma das várias espécies que podem ser observadas na região.



Foto: Marcelo T. C. de Oliveira

ANEXO 8

QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA (SEMI-ESTRUTURADA)

Há quanto tempo atua ou acompanha o ecoturismo em Bonito?

De que maneira? Que atividades exerceu? Formação? Nascido no local?

Já atuou em ecoturismo em outras áreas do Brasil ou visitou outros empreendimentos de ecoturismo em outras regiões? Que contribuições estas experiências enriqueceram suas atividades em Bonito?

A longo do tempo desde que atua na região notou mudanças no perfil dos visitantes ou de seu comportamento? E dos prestadores de serviço? O que estes trouxeram de contribuição e benefício? Destaca algumas outras mudanças substâncias neste período?

Tomou conhecimento deste artigo? (mostrar artigo do Estadão de 2000 e deixar o entrevistado ler) Como vê esta situação relatada pelo autor na época? Concorda, discorda? Vê mudanças deste quadro desde este período até hoje?

Acha que Bonito se constitui num modelo para o Ecoturismo para o Brasil? Em que aspectos (gestão, desenvolvimento econômico e social, na questão ambiental, geração de renda, cultura). O que destacaria como aspectos conquistados e a conquistar?

Este modelo esta se alinha, sofreu ou sofre influência da filosofia recente que pretende criar certificações, selos verdes nos destinos de ecoturismo? O que pode apontar como preocupante ou não, benéfico ou não?

Acha que este modelo serviria para ser implantando em outras áreas do Brasil? De que forma ?

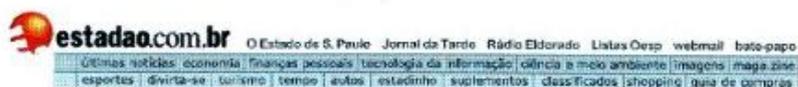
(Se o entrevistado não mencionar) Os cursos de capacitação de guias locais foram exigentes tanto quanto parece ser parte dos turistas que vem a região, como estrangeiros, por exemplo. Nota-se que alguns guias locais não são nativos. Alguns não nativos possuem inclusive formação em ensino superior. Acha que esta diferença de nível cultural dos candidatos a guias foi bom para Bonito? Não acredita que isso possa ter servido como uma forma de exclusão social da comunidade local?

ANEXO 9

ARTIGO “BONITO DECEPCIONOU NO CARNAVAL”

Portal Estadão - O Estado de S. Paulo

Página 1 de 2



Terça-feira, 28 de março de 2000

VIAGEM

O ESTADO DE S. PAULO

Bonito decepcionou no carnaval

por Marcelo T. C. de Oliveira

Quem passou o último carnaval em Bonito, em Mato Grosso do Sul, teve algumas surpresas. Em vez de se ouvir o poético garrear dos pássaros, caixas acústicas com som distorcido e com volume muito alto davam as "boas vindas" aos ecoturistas.

Para piorar, o que se viu foram rios com a água marrom, botes furados, visitantes descalços nas cavernas, policiais pelas ruas, bebedeira e brigas.

Sem dúvida, esse não era o cenário esperado por quem se deslocou até lá, a fim de conhecer as atrações de Bonito. Mas foram essas as lembranças que muitos turistas levaram da cidade.

A má organização acabou criando um conflito desnecessário entre dois grupos bem diferentes de visitantes. Um deles, formado pelo que se pode chamar de "morcegos adolescentes do carnaval", que dormiam o dia todo, não faziam nenhum dos passeios que a cidade oferece e varavam a madrugada bebendo pelas ruas. O outro, representado pelos "turistas zumbis", que não dormiam direito à noite e, ao amanhecer, se preparavam para fazer seu roteiro ecoturístico - planejado com antecedência -, em busca de mergulhos, banhos de cachoeira, passeios de bote e a cavalo.

Nada impede que o carnaval seja comemorado em Bonito, mas não com os alto-falantes na frente de alguns dos principais hotéis da cidade. Outra solução seria realizar a festa num local reservado exclusivamente para isso.

Agora, se quiser continuar comemorando daquela maneira, é bom avisar quem procura sossego para que não se desloque até lá.

Neste ano, parece que Bonito resolveu somar o ganho de duas coisas distintas: atrair o público para o ecoturismo e o público carnavalesco. No ano passado, isso já havia ocorrido. Chegaram a comunicar que isso não se repetiria, mas não foi o que se viu. Conclusão: o movimento de ecoturistas na cidade foi menor. Me pergunto se essa não teria sido uma das causas. É provável que quem esteve lá em 1999 não tenha recomendado o passeio.

Aproveito para levantar algumas questões: será que aquela parcela do comércio que tanto quis o carnaval pensou sob esse ponto de vista? Ou achou que no turismo a lógica funciona como na matemática? Será que o perfil de turista carnavalesco é o mesmo que o comerciante de souvenirs, material fotográfico, equipamentos e restaurantes deseja na cidade?

Para completar, havia garrafas quebradas pelo chão, provocando cortes em várias pessoas, lixeiras transbordando de sujeira, latas pelas ruas, cheiro de urina e carros com som no último volume. Nada a ver com a imagem ecológica que a cidade tenta

<http://www.estado.estadao.com.br/suplementos/viag/2000/03/28/viag029.html>

05/11/02

passar pela mídia.

Também foi uma surpresa ver rios como o do Peixe e o Formoso com a água totalmente marrom. No Rio do Peixe, a causa parece ter sido um desmatamento feito recentemente numa fazenda ribeirinha. A retirada das árvores destruiu toda a mata ciliar, que deveria proteger as margens. Mesmo em outros lugares, onde alguns fazendeiros tentam recuperar a vegetação ribeirinha há cerca de 12 anos, como no encontro do Rio Formoso com o Miranda, a água estava com cor de terra. Pelo processo erosivo, ele tem ainda barrancas de terra nas margens e áreas sem proteção vegetal.

Que tipo de surpresas podemos esperar para os próximos feriados, como o da Páscoa, agora em abril? Talvez não haja festas, mas fico preocupado com a questão ambiental. O comprometimento da qualidade das águas cristalinas dos rios, que encantam a todos, deve ser uma preocupação constante. O futuro de Bonito depende não somente do ecoturismo, mas também da qualidade ambiental, que afeta os principais redutos de fauna e flora existentes ali.

Para que Bonito possa crescer com o ecoturismo, garantindo a preservação da natureza e o sossego, é preciso traçar objetivos e metas, estabelecer uma orientação correta, planejada e clara. Além disso, é necessário que se avalie o tamanho do impacto ambiental. Somente dessa forma, agindo de maneira responsável e inteligente, Bonito compreenderá que seu sustento depende da preservação da natureza. E poderá transformar-se num dos principais pontos de ecoturismo do mundo.

ANEXO 10

INDICADORES AMBIENTAIS DE BONITO, MS

QUADRO 1 - Uso do recurso hídrico, destino dos resíduos sólidos, efluentes e a forma de abastecimento de energia em meios de hospedagem de Bonito, MS.

Meio de Hospedagem	N.º leitos	Captação de água	Destino dos Resíduos Sólidos	Esgoto	Fonte de energia
1 Água Azul Pousada	100	Poço artesiano	Coleta municipal		Rede pública
2 Bonito Ecological Hostel – Albergue da Juventude	87	Rede pública Poço artesiano	Coleta municipal Separação de papelão, papéis, latas, plásticos e vidros	Fossa séptica	Rede pública Gás
3 Marruá Hotel	120	Poço artesiano	Coleta municipal	Rede coletora	Rede pública
4 Pousada do Estudante	90	Rede pública	Coleta municipal	Rede coletora	Rede pública gerador
5 Chalé Apart Hotel	96	Rede pública	Coleta municipal Separação de vidro e alumínio	Rede coletora	Rede pública
6 Hotel Paraíso das Águas	94	Poço artesiano	Coleta municipal	Rede coletora	Rede pública
7 Hotel Canaã	200	Poço artesiano	Coleta municipal	Rede coletora	Rede pública
8 Hotel Refúgio	120	Rede pública Poço artesiano	Coleta municipal Separação de alumínio	Rede coletora	Rede pública
9 La Paloma Residence	102	Poço artesiano	Coleta municipal Separação de alumínio e vidro	Rede coletora	Rede pública
10 Pousada e Restaurante Bonsai	110	Rede pública Poço artesiano	Coleta municipal Separação de alumínio, plástico, vidro	Rede coletora	Rede pública
11 Pira Miúna Hotel	88	Rede pública	Coleta municipal Separação de alumínio, vidro, plástico	Rede coletora	Rede pública
12 Hotel Lago Azul	116	Poço artesiano	Coleta municipal	Rede coletora	Rede pública
13 Tapera Hotel	90	Rede pública Poço artesiano	Hotel Separação de alumínio, vidros, papéis	Fossa séptica	Rede pública
14 Wetega Hotel	140	Poço artesiano	Coleta municipal	Rede coletora	Rede pública Gás
15 Zagaia Eco Resort	306	Poço artesiano	Feita pelo hotel – destino lixo	Fossa séptica	Rede pública

Fonte: Trentin, 2005

QUADRO 2 - Atrativos turísticos de Bonito, MS e uso do recurso hídrico, o destino dos resíduos sólidos, dos efluentes e a forma de abastecimento de energia.

Município: Bonito					
Atrativo	Tempo de funcionamento	Captação de água	Resíduos sólidos	Destino do esgoto	Abastecimento de energia
A	-	Poço artesiano	Coleta seletiva Lixão	Fossa séptica	Pública
B	1992	Poço artesiano	Coleta seletiva Lixão	Fossa séptica	Pública
C	1992	Mina Rio	Coleta seletiva Lixão	Fossa séptica	Pública Gerador
D	1994	Poço artesiano	Coleta seletiva Lixão	Fossa séptica com sumidouros	Pública
E	1998	Mina	Coleta seletiva enterro em valas	Fossa séptica	Turbina
F	1999	Poço artesiano	Coleta seletiva	Fossa séptica com sumidouro	Pública
Município: Jardim					
Atrativo	Tempo de funcionamento	Captação de água	Resíduos sólidos	Destino do esgoto	Abastecimento de energia
G	1995	Poço artesiano	Coleta seletiva	Fossa séptica	Pública
Município: Bodoquena					
Atrativo	Tempo de funcionamento	Captação de água	Resíduos sólidos	Destino do esgoto	Abastecimento de energia
H	2001	Mina	Coleta seletiva e enterro em valas	Central de tratamento	Pública e gerador

Fonte: Trentin, 2005

Legenda: A – Gruta do Lago Azul; B – Rio Sucuri ; C – Rio do Peixe; D – Aquário Natural - Baía Bonita; E - Ceita Core; F – Estância Mimosa; G – Rio da Prata; H – Boca da Onça.

QUADRO 3 - Indicadores ambientais de pressão, estado e resposta para Bonito, MS.

Problemas	Indicador de Pressão	Indicador de Estado	Indicador de Resposta
Água	Empreendimentos turísticos	Perfuração de poços artesanais	Não foi identificado
Esgoto	Aumento da geração de efluentes na alta temporada	Diminuição do Índice de Qualidade da Água	Ações propostas nos programas e inquérito Civil
Resíduos sólidos	Aumento da geração de resíduos na alta temporada	Existência de lixão como destino inadequado dos resíduos.	Ações propostas nos programas e Inquérito Civil

Fonte: Trentin, 2001

ANEXO 11

CÓDIGO DE ÉTICA E DE CONDUTA AMBIENTAL

Este documento foi elaborado pela Associação de Hotéis Roteiros de Charme

Os Hotéis, Pousadas e Refúgios Ecológicos que fazem parte desta Associação, reconhecendo a necessidade da preservação do meio ambiente para sobrevivência desta e das gerações futuras, considerando que os princípios fundamentais do ambientalismo estão intimamente ligados aos conceitos modernos de eficiência, se comprometem a adotar as posturas ambientais contidas neste Código de Ética e de Conduta Ambiental, que procura um objetivo comum e não o conflito entre a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento econômico.

1. Implementação

1.1. Assegurar o apoio e participação dos principais sócios, diretores e gerentes na implementação deste Código e possibilitar acesso ao programa a todos que prestam serviços à empresa.

1.2. Incorporar os princípios ambientais às práticas administrativas e aos programas de treinamento do pessoal, que deve ser educado para exercer suas atividades de modo ambientalmente responsável.

1.3. Nomear um responsável geral pela gestão ambiental da empresa e designar um responsável para cada aspecto fundamental do programa: energia, água e resíduos.

1.4. Definir as metas ambientais a serem cumpridas, estabelecendo prioridades e prazos para sua aplicação, de acordo com os equipamentos e instalações existentes, localização e condições econômico financeira da empresa.

1.5. Monitorar o progresso do programa e informar aos participantes sobre os resultados alcançados em reuniões periódicas.

1.6. Incentivar a todos que trabalham na empresa a colaborar com o programa, envolvendo inclusive as famílias em concursos de preservação ambiental, premiando os de melhor desempenho.

1.7. Identificar e reduzir o impacto ambiental, no planejamento de novos projetos e construções, visando à preservação do cenário, fauna, flora e cultura locais.

1.8. Fazer um check-list de todos os equipamentos, dos quartos, banheiros e demais dependências, verificando se há impactos ambientais desnecessários ou desperdício de energia e água.

1.9. Controlar e diminuir o uso de produtos adversos ao meio ambiente como asbestos, CFCs, pesticidas e materiais tóxicos, materiais corrosivos, infecciosos, explosivos ou inflamáveis.

1.10. Respeitar os locais e objetos religiosos e históricos, a população local, sua história, tradição e cultura.

1.11 . Minimizar os riscos de impactos ambientais negativos por parte dos hóspedes e visitantes:

(i) colocando à sua disposição informativos preparados pelo hotel e literatura, sobre a região, fauna, flora e cultura local; (ii) reduzindo o tamanho dos grupos; (iii) evitando horários de maior concentração de visitantes; (iv) evitando visita à áreas ambientais não supervisionadas; (v) instruindo os guias para tomarem ações corretivas.

1.12. Implantado o sistema, informar aos hóspedes sobre a adesão do hotel ao programa de proteção ambiental, deixando claro que o sucesso desta iniciativa dependerá, também, da participação dele, e convidando, àqueles que demonstrarem maior interesse, a fazer uma lista de suas observações quanto a impactos ambientais ainda existentes e que, eventualmente, podem ser evitados.

2. Energia

2.1. Conscientização geral da necessidade de economizar energia palavra de ordem que deve constar de todos os manuais administrativos e operacionais da empresa.

2.2. Instituir uma força tarefa de Conservação de Energia, que inclua o Gerente Geral, o responsável no programa ambiental pelo item energia, o chefe da manutenção, e um representante de cada setor da empresa.

2.3. Desenvolver um plano de ação setorial estabelecendo uma data limite para a implantação das ações sem custo e um cronograma de investimentos e de implantação para as ações de baixo custo.

2.4. Desenvolver cronograma de investimento e de implantação para as ações, que apesar de seu custo aparentemente elevado, possam incrementar a conservação de energia e conseqüente redução de custos, priorizando os de maior rapidez no retorno do capital investido.

2.5. Utilizar energia alternativa (solar e eólica), que deve ser incorporada, sempre que possível, no planejamento das novas construções e instalações

2.6. Evitar aquecedores elétricos individuais.

2.7. Utilizar sauna e aquecimento a lenha onde for apropriado.

2.8. Utilizar equipamentos reguladores de consumo de energia.

2.9. Reduzir a iluminação supérflua, com a instalação de controles automáticos como: temporizadores ou sensores de presença, nas áreas de pouco tráfego, pequenos espaços e em áreas operacionais, e de células foto elétricas, nas áreas externas.

2.10 Substituir as lâmpadas convencionais pelas de baixo consumo, iniciando nas áreas que permanecem iluminadas por períodos mais longos e constantes.

2.11. Reduzir o consumo indireto de energia, oferecendo produtos naturais produzidos na região, especialmente vegetais.

3. Água.

3.1. Avaliar a eficiência do seu hotel quanto ao consumo de água, considerando que dependendo da eficiência no uso das instalações o consumo de água pode variar de 60 a 220 m³ cama/ ano.

3.2. Estimar o consumo de água nos banheiros dos hóspedes, cozinhas, lavanderia, demais áreas de serviço, jardins e piscina.

3.3. Verificar as melhores opções para economizar água, estimando o custo e economia potencial.

3.4. Instalar medidores de consumo nos locais de maior uso.

3.5. Evitar a troca desnecessária de roupa de banho, deixando à decisão dos hóspedes quando ela banho deve ser mudada.

3.6. Incentivar a participação dos hóspedes no programa de redução de consumo de água com aviso de que se a colaboração dele é boa para o hotel é melhor ainda para o meio ambiente.

3.7. Coletar e utilizar a água da chuva, sempre que possível.

3.8. Verificar com frequência a existência de vazamentos inclusive nas piscinas.

3.9. Usar detergentes de menor impacto ambiental e parar de usar desinfetantes e outros agentes químicos desnecessários.

3.10. Desenvolver um plano de ação setorial estabelecendo uma data limite para a implantação das ações sem custo e um cronograma de investimentos e de implantação para as ações de baixo custo.

3.11. Desenvolver cronograma de investimento e de implantação para as ações, que apesar de seu custo aparentemente elevado, possam reduzir o consumo de água e conseqüente redução de custos, priorizando os de maior rapidez no retorno do capital investido.

3.12. Incluir na programação de investimentos a médio e longo prazo:

(i) substituir por duchas e equipamentos de baixa pressão os chuveiros e vasos sanitários;

(ii) instalar sensores infravermelho de presença nas pias; (iii) substituir o tratamento tradicional de cloro e algacidas por equipamentos de ionização da água.

4. Resíduos sólidos e efluentes

- 4.1. Adotar, em todos os procedimentos administrativos e operacionais, os "3 Rs": da consciência ambiental: Reduzir, Reutilizar e Reciclar.
- 4.2. Identificar todas as atividades e locais que geram resíduos sólidos.
- 4.3. Eliminar a queima indiscriminada de lixo e pastos e cessar com o desmatamento e desflorestamento ambientalmente irresponsáveis.
- 4.4. Evitar o uso de produtos descartáveis, tipo "one way".
- 4.5. Analisar o "fluxo" dos resíduos sólidos no Hotel, identificando os principais componentes do lixo produzido: vidro, papel, plástico, matéria orgânica, etc.
- 4.6. Analisar a demanda por materiais recicláveis (sucateiros, "catadores" de papel, vidro, alumínio e instituições de caridade).
- 4.7. Identificar os seguintes aspectos ligados ao lixo:
 - (i) quais materiais são recicláveis; (ii) como devem ser coletados - separados ou misturados; (iii) as quantidades mínimas que interessam aos "catadores" e outros.
- 4.8. Determinar pessoal, local, recipientes e equipamentos necessários para a coleta, armazenamento temporário e encaminhamento/descarte dos resíduos.
- 4.9. Desenvolver um Plano de Ação, com um programa de fácil compreensão, levando em consideração regulamentações local, a ser implementado gradualmente, no qual são estabelecidas metas a serem alcançadas a curto, médio e longo prazo.
- 4.10. Procurar a participação dos vizinhos, compartilhando o local de estocagem e seus custos, quando possível, propiciando atingir volumes que reduzam tempo e periodicidade da coleta.
- 4.11. Criar um programa de reciclagem de fácil assimilação e aceitação por parte dos usuários, mediante clara identificação dos recipientes de lixo, com indicação do tipo de material a ser acondicionado nos mesmos e a colocação do número adequado de recipientes em locais apropriados.
- 4.12. Envolver os hóspedes no programa, incentivando-os a dele participar através de informativos do hotel.
- 4.13. Para os novos projetos situados nas regiões não atendidas por rede de esgoto municipal, dar preferência a instalação de fossas ecológicas.
- 4.14. Adicionar bactéria consumidora de material orgânico à fossa tradicional minimizando o impacto ambiental.
- 4.15. Eliminar qualquer vazamento de esgoto não tratados ou químicos prejudiciais a saúde, no mar, rios e, principalmente, perto de nascentes de água e reservatórios de água.

4.16. Estabelecer procedimentos e monitorar o vazamento de produtos químicos e óleos estocados.

4.17. Monitorar a qualidade da água usada descarregada fora das fossas e do sistema de esgoto.

4.18. Cuidar que os CFCs sejam recolhidos dos equipamentos descartados, dando uma destinação final adequada aos mesmos.

4.19. Eliminar as fontes de ruído tomando as ações necessárias para eliminar a poluição sonora, principalmente, à noite.

4.20. Incluir na programação de investimentos a médio e longo prazo:

(i) instalar filtros de carbono nos exaustores das cozinhas e equipamentos para tratamento da água; (ii) substituir os gases refrigerantes por tipos que não prejudiquem a camada de ozônio.